

Francisco Soriano

A GRANDE PARTIDA: ANOS DE CHUMBO

Rio de Janeiro
2010

Acompanha este livro um DVD com depoimentos de vários de seus personagens.



A GRANDE PARTIDA: ANOS DE CHUMBO



Copyright © 2010, Francisco Soriano

A GRANDE PARTIDA: *ANOS DE CHUMBO*

Edição ampliada e revisada pela Nova Ortografia da Língua Portuguesa

Projeto Gráfico
Simone Pinho

Ilustração de Capa
João Sánchez

Ilustrações
Leda Acquarone e Luís Cláudio *Mega*

Revisão 1ª edição
Edson Teixeira Queiroz

Revisão 2ª edição
Graça Ramos e Mauro Delgado

Revisão Editorial 2ª edição
Felipe Santos - Infoprepress.ppg.br

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S691g

Soriano, Francisco, 1943-
A grande partida : anos de chumbo / Francisco Soriano. - Rio de Janeiro : F. Soriano, 2010.
il.

Apêndices
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-

1. Soriano, Francisco, 1943- - Ficção. 2. Revolucionários - Brasil - Ficção. 3. Perseguição política - Brasil - História - Ficção. 4. Brasil - Política e governo - 1964-1985 - Ficção. 5. Romance brasileiro. I. Título.

07-4018. CDD: 869.93
CDU: 821.134.3(81)-3

22.10.07 22.10.07 004019

Sumário

Prefácio.....	9
Gratidão.....	13
Comandante José Milton Barbosa: Um Tributo!.....	17
Reminiscências.....	23
Theóphilo Benedicto Ottoni: Um Revolucionário!.....	25
Raízes.....	33
Voando Alto.....	35
Vida de Artista.....	39
O Primeiro Palanque.....	45
<i>Alô, Meu Rio de Janeiro!</i>	51
<i>Delenda Calabouço!</i>	55
Colégio Imperial.....	61
Soldadinho.....	65
Aguenta, Coração!.....	71
Gamação.....	75
Em Todos os Bares.....	79
Cartas de Janeiro de 64.....	83
Ilhados.....	87
Visitando-a nas Minas.....	91
Trama Imperial.....	93
Chumbo Grosso.....	97
O 11 de Setembro Chileno.....	105
Cartas de Maio de 64.....	113
A Derrocada.....	117
A Derradeira Carta.....	121
Desencontro.....	123
Em Nome do Orgulho.....	127
Paixão Nordestina.....	131
Mário Luiz de Castilho: um Grande Mestre.....	137
Campo Minado.....	141
E o Operário Disse: NÃO!.....	147
Entre Mortos e Feridos.....	155
A Primeira Queda.....	161
<i>Cálise</i>	165
A Verdadeira História.....	171
Despachado para o Exército.....	173
Transferência dos Infernos.....	179

Ilha das Flores.....	185
O Processo.....	191
Visitantes	195
Cara-Metade.....	197
Os Camaradas.....	201
Alvará de Soltura	207
Bodas Secretas	211
Um Belo Horizonte	215
O Fugitivo	223
O Sítio de Curupaiti.....	229
Fogão.....	233
No Sindicato dos Pedreiros-Livres.....	237
Prisão	243
Sequestro	249
Anel de Formatura.....	259
Novas Vidas	263
Furacão no Planalto.....	265
No Ponto Extremo	269
Mate em Três	273
Tempo de Semear.....	279
Apêndice I — Galeria de Heróis	285
<i>Alcedo de Moraes Continho</i>	<i>289</i>
<i>Aldo de Sá Brito de Souza Neto</i>	<i>293</i>
<i>Antônio Sérgio de Mattos</i>	<i>297</i>
<i>Arnaldo Cardoso Rocha.....</i>	<i>301</i>
<i>Áurea Eliza Pereira Valadão</i>	<i>305</i>
<i>Carlos Marighella</i>	<i>309</i>
<i>Fernando Augusto Valente da Fonseca</i>	<i>315</i>
<i>Hélcio Pereira Fortes</i>	<i>317</i>
<i>Joaquim Pires Cerveira</i>	<i>321</i>
<i>José Milton Barbosa</i>	<i>325</i>
<i>José Toledo de Oliveira</i>	<i>331</i>
<i>Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues</i>	<i>333</i>
<i>Luiz Carlos Prestes</i>	<i>335</i>
<i>Marcos Nonato da Fonseca</i>	<i>341</i>
<i>Paulo César Botelho Massa</i>	<i>345</i>

Mortos e Desaparecidos pela Ditadura	353
Apêndice II — O Professor e a Ditadura	375
Apêndice III — O Advogado e a Ditadura	393
Apêndice IV — O Jornalista e a Ditadura.....	415
Apêndice V — Carteirinha	433
Apêndice VI — “Filhos-Fãs”.....	437
Apêndice VII — Fotos e Documentos.....	441
Central do Brasil, 13/03/1964: o discurso de Jango	477
Glossário.....	485
Referências Bibliográficas	493



Prefácio

Está imperdível!

Ampliada e enriquecida, sai esta 2ª edição de “A Grande Partida: Anos de Chumbo” de Francisco Soriano, reclamada por muitos dos que não conseguiram seu exemplar da primeira, que foi rapidamente esgotada. Novos personagens, capítulos, fotos e apêndices agora saltam à nossa frente, reavivando a memória dos menos jovens e revelando mais histórias aos jovens, que não viveram o período da tristemente célebre ditadura dos generais, entre 1964 e 1985.

Para uns e outros valeu a pena esperar. Por si sós, esses novos fatos e personagens mereceriam detalhamento em outras obras específicas. Assim é com o capítulo “Trama Imperial”, em que o embaixador americano da época, Lincoln Gordon, e o coronel Vernon Walters, diretor da CIA, entram em cena. Com eles, os generais brasileiros Castelo Branco, Cordeiro de Farias, Sizen Sarmento, Golbery do Couto e Silva e outros, tramaram o golpe.

“E o Operário Disse: NÃO!”, “Cálice” e “A Verdadeira História” são outros dos acréscimos, que fustigam nossa memória, com repulsa natural aos torturadores e simpatia carinhosa aos torturados, mortos e desaparecidos.

Outros capítulos também se materializam diante de nós, como se a vivência fosse agora; como se aqueles acontecimentos épicos estivessem se desenvolvendo diante de nossos olhos, neste momento da leitura: é o caso dramático do sargento José Milton Barbosa. Quem conhece também o caso dos jornalistas

Luiz Edgar de Andrade e Jarbas da Silva Marques – este com mais de 10 anos nos cárceres políticos da ditadura – cobra, de biógrafos, livros específicos. Esses e outros heróis da resistência e do humanismo despertam nossa simpatia, como os irmãos Moraes Coutinho, dentre os quais o médico Alcedo, cuja biografia Soriano inscreveu na “Galeria de Heróis” - Apêndice I deste livro e que foi companheiro do grande líder vietnamita Ho Chi Minh.

Soriano expõe toda uma galeria de idealistas valentes, que se destacam nesta nova edição. Muitos deles foram mortos já maduros, na tortura ou fora dela; outros foram assassinados ainda quase meninos, pelo “crime” de terem sonhos generosos, humanísticos ou de tentarem torná-los realidade para todos.

Nesta edição, a longa lista de torturados, mortos e desaparecidos antecede o apêndice de experiências profissionais de lutas contra a ditadura. Um desses apêndices registra até uma das confissões feitas por torturadores.

O livro está de tal maneira escrito que merece se tornar referência de estudos do século XX, sobretudo para alunos de História.

Revela muitos sofrimentos; mas, de permeio, é suavizado pelo delicado romance do Soriano quase adolescente com Maria Clara. Depois, paixão por Ivone, sua companheira de vida.

“Nossos inimigos de classe não alcançam que nascemos principalmente para cooperar e que a busca pela liberdade é algo intrínseco ao ser humano. É exatamente por isso que os venceremos”, são fragmentos da carta que Soriano escreveu para sua companheira, Ivone, na prisão da ilha das Flores.

Além das vozes coadjuvantes de textos e depoimentos, Soriano escreveu de forma clara, sem ódio revanchista.

As expressivas ilustrações de João Sánches na capa, de Leda Aquarone e Mega nos capítulos, enriquecem a leitura. Elas nos fazem lembrar que o autor é um exímio campeão de xadrez. Eu o vi ganhar ou empatar muitas das dezenas de partidas simultâneas em que ele, sozinho, enfrentava os melhores jogadores, seus conterrâneos de Teófilo Otoni. Foi ao final desse espetáculo de inteligência, sensibilidade e resistência que compreendi por que havia derrotado tantos torturadores simultâneos: saiu de filiais do inferno vivo, íntegro, sem ódios.

Soriano conduz o leitor a tornar-se um enxadrista a cada lance desfechado pelos resistentes, como movimentos de uma partida imortal de xadrez.

Continua tranquilo e presenteando à Ivone, fiel parceira, aos filhos, parentes e amigos seu riso de criança, em folguedos e travessuras de manhãs de primavera. Mistura sempre seu sorriso às notas musicais dos instrumentos que toca bem. Por vezes, dá um xeque-mate verbal, de permeio a um riso maroto, em traquinices de menino grande.

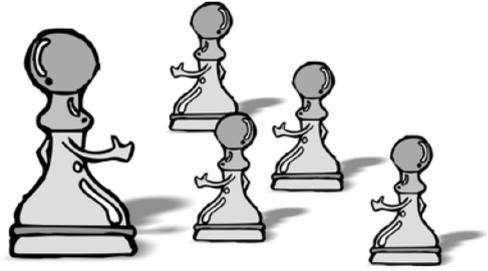
Além de Ivone, seus quatro filhos podem falar melhor sobre o autor e o livro: Geraldo e Ruth nasceram com ele às voltas com suas prisões políticas; Sarah e Túlio, já com ele lutando por uma anistia e pela de seus companheiros de sonhos.

Eu fui apenas seu advogado, no desespero; hoje sou o amigo de dias melhores, mas não concluídos.

O livro retrata o Francisco Soriano em suas dramáticas experiências com a ditadura e o altruísmo socialista; com sonhos humanistas da “utopia”, que ele tenta converter em “topia” do bem para todas as pessoas.

Este é o autor e o livro que vejo nesta 2ª edição de “A Grande Partida: Anos de Chumbo”. Imperdível!

Antônio Modesto da Silveira



Gratidão

A lógica dialética nos ensina que somos uma síntese do que vivemos ou herdamos de nossos ancestrais. Com maior ou menor intensidade, a síntese de amores, paixões e revoltas. Síntese, também, de mestres, irmãos, amigos, companheiros, conhecidos e até de nossos oponentes.

Sou infinitamente grato às pessoas especiais, a seguir enumeradas. Sem elas, este livro jamais nasceria ou renasceria nesta segunda edição.

Primeiramente, aos queridos pais, pela vida. À minha fiel companheira, Ivone; e aos filhos Geraldo, Ruth, Sarah e Túlio que me estimularam a escrever *A Grande Partida: Anos de Chumbo*.

Alexandrina, Getúlio, Iris e Judith foram os irmãos que me visitaram na prisão; arriscando-se, empenharam-se para livrar-me da tortura e do cativeiro.

Edson Queiroz, mestre em política e apresentador das orelhas; Marcos Arruda, educador e autor da contracapa; Modesto da Silveira, ardoroso defensor dos perseguidos políticos e prefaciador; e Rubim Aquino, historiador e revisor do conteúdo histórico, foram os mais próximos, desprendidos e sábios conselheiros, e estão também presentes nos depoimentos do vídeo citado mais à frente.

Uma equipe extraordinária de colaboradores, jornalistas, historiadores, professores, poetas, revisores, diagramadores, companheiros de prisão po-

lítica e amigos: Andrea Romero, Antônio Medina, Cláudia Abreu, Gisele Rodrigues, Graça Ramos, Edileuza Pimenta, Hiran Roedel, Jarbas Silva Marques, Lúcia Baere, Mariene Soriano Nunes, Mário Jacobskind, Mauro Delgado, Pedro Castilho, Simone Pinho e o casal Rômulo e Ilma Noronha (que também integram a lista de entrevistados no documentário) dentre outros tantos que, com maravilhosas sugestões, ajudaram-me na primeira edição e na edificação da segunda, aqui aperfeiçoada e ampliada.

Leda Acquarone e Luís Cláudio *Mega* conceberam as ilustrações de *A Grande Partida: Anos de Chumbo* e João Sánches criou a tela projetada para a capa.

Aos mestres que fizeram a apresentação deste livro nos diversos lançamentos: Nilmário Miranda, no Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, a 15/03/2006; Regina Molina e Antônio Lopes Chácara, no Palmeiras Country Clube de Teófilo Otoni, a 07/06/2006 (com o apoio do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri); e Aylton Eliziário, na Livraria Cultura de Campina Grande, a 23/09/2006 (com o apoio do Rótary Clube de Campina Grande, da Loja Maçônica Regeneração Campinense e da Escola Pequeno Príncipe, cuja diretora, Maura Pires Ramos, amargou comigo terríveis dias de cativeiro em Recife).

Aos comunicadores: Nilo Sérgio Gomes (*Rádio MEC-FM*, entrevista a 22/12/2005); Luiz Horácio (*Jornal do Brasil*, 21/02/2006, com sua crônica *O Guerrilheiro Zen*); Charles Nascimento (*Revista Petros*, 29/02/2006, artigo *Memórias dos Anos de Chumbo*); Vivaldo Magalhães (autor de *Comentários sobre a Grande Partida: Anos de Chumbo*, reproduzido em www.agrandepartidaanosdechumbo.com); Rogério Lessa (*Monitor Mercantil*, 06/05/2006, entrevista); José Augusto Ribeiro (entrevista para o programa *Debate Brasil* retransmitido por 60 TVs Comunitárias de todo o Brasil); Luiz Antônio (*Rádio Bandeirantes*, 20/12/2005, entrevista ao programa *Boca Livre*); Paulo Passarinho (*Rádio Bandeirantes*, entrevista no programa *Faixa Livre* a 21/12/2005); Ângela Faria (*Estado de Minas*, artigo *Diário Militante*, a 18/03/2006); Gilberto Porto (*Agora*, de Teófilo Otoni, um artigo a 06/05/2006 e outro a 12/05/06); Luciana Conti (*Revista Petrobrás*, coluna *Gente*, número 113, maio

de 2006, p. 26, *Anos de Chumbo*); Evandro Pechir e Santoni (entrevistas na *Rádio Teófilo Otoni*); matéria na *Tribuna Livre*, Teófilo Otoni, a 12/06/2006; Aníbal Gonçalves (*Rádio 98 FM*, entrevista a 11/06/2006); Sandra Medeiros (*Portal iParaíba.com.br*, a 07/04/2006, matéria *Resgate Histórico*); Josusmar Barbosa (*Jornal da Paraíba*, sábado, entrevista a 23/09/2006); Clecius Rocha (*Diário da Borborema*, 19/09/2006, texto no *Caderno Sociedade*); *Diário da Borborema*, 20/09/2006, artigo de Lauricéia Barros; Fernando Melo (*A União*, João Pessoa, texto de 19/09/2006); Abílio José e Evilásio (*TV Borborema*, entrevista a 22/09/2006); inúmeras notas de divulgação do livro pelos boletins da Associação Nacional dos Anistiados Políticos da Petrobrás (CONAPE), da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) e do Sindipetro-RJ.

Wilson Maria dos Santos, consagrado enxadrista campinense, autor do problema “Mate em Três”, que ilustra o capítulo do mesmo nome.

Aos inúmeros leitores pelo incentivo à produção do vídeo que viria a gerar o filme documentário.

A toda equipe de filmagem: a talentosa direção de Peter Cordenonsi, a abnegação de Vera Moderno, na produção e divulgação, as atuações habilidosas de Tiago Scorza, na câmera, Thiago Sobral no áudio, Clarissa Pivetta e Sarah Soriano, responsáveis pelas fotos e pelo projeto gráfico do DVD-documentário.

A todos que prestaram depoimentos para o vídeo, além dos personagens mencionados anteriormente: Aloys Wellen e Joselia Wellen, Cecília Coimbra, Chico Buarque de Hollanda, Edson Soares, Jarbas Silva Marques, Jean Marc Von Der Weid, Linda e José Milton Tayah (mãe e filho), Maria José Hauzeiser, Maura Pires Ramos, Oda e Mariene Soriano Nunes (mãe e filha), Mozart Noronha, Nilmário Miranda, o casal Petrônio e Íris Míglío, Regina Molina, Rodrigo Farias Lima e Sebastião Medeiros.

Aos arranjadores da trilha sonora — a pianista Luciene Antunes e o contra-baixista Rodrigo Sebastian — e os músicos, Carol D’Ávila à flauta e Natália Junqueira ao violino.

À Caliban Produções Cinematográficas do cineasta Sílvio Tandler, pelas imagens de arquivo cedidas ao filme.

Aos companheiros de combates contra a tirania, que deram muito de sua vida, ou a própria vida, para que a brisa da liberdade voltasse a soprar em nosso solo, solando a melodia do humanismo.

Finalmente, ao comandante José Milton Barbosa, que morreu sustentando o fogo para dar fuga a outros companheiros, a quem dedico este livro.

Com este livro e documentário em anexo, estou honrando o solene pacto celebrado em nosso último encontro e cristalizado em suas palavras que jamais me fugiram do pensamento: “Nego, vai fundo. Quem sobreviver escreva¹ e divulgue a história desta luta, que, apesar de trágica, é correta e justa. Conte-a para o povo” — falou, emocionado, sem saber que formulava um último pedido para mim, razão maior deste livro.

Francisco Soriano

¹Escreve isto para memória num livro (Êxodo 17,14).



Comandante José Milton Barbosa: Um Tributo!¹

Quando li, lá em Campina Grande (PB), a notícia de que um grupo de “subversivos” havia realizado uma ação armada em São Paulo e deixado no local um panfleto assinado pelo Comando Revolucionário José Milton Barbosa, compreendi a mensagem. Sabia que o batismo do comando com o nome de um companheiro simbolizava uma das maneiras de homenagear aqueles que haviam tombado.

Escrever *A Grande Partida: Anos de Chumbo* significou resgatar parte da história que fizemos, como quem de fato está pagando uma promessa. A principal fonte de inspiração foi o seu heroísmo, demonstrado até o último combate solitário, para dar fuga a companheiros que também haviam caído na rede da Operação Arrastão, a 5 de dezembro de 1970.

O ideal de liberdade semeado com o seu sangue foi parcialmente conquistado com a derrubada da ditadura. O de justiça social ficou mais próximo com a eleição e posse de um presidente operário — quebra de um tabu neste país tão desigual.

Mas vivemos agora uma imensa dificuldade:

— Zé, como fazer Lula cumprir seus compromissos de campanha? Por exemplo, suspender definitivamente os leilões de entrega das nossas reservas de petróleo e gás às empresas estrangeiras; retomar o monopólio estatal do nosso petróleo; a renacionalização da Petrobrás; honrar os contratos assumi-

dos em gestões passadas, não somente com o capital, mas, sobretudo, com os trabalhadores, como os direitos adquiridos dos aposentados e funcionários públicos, agora sendo onerados por impostos antes inexistentes, criados pela chamada reforma da previdência durante o seu governo.

— Como avisá-lo de que, no momento decisivo, os grandes órgãos de informação vão abandoná-lo, atacá-lo e derrubá-lo? De que não se pode ter ilusão da colaboração entre as classes sociais e esperar que a direita vá aceitar passivamente que um operário com um dedo decepado por uma prensa, nordestino, afrodescendente e sem formação universitária, realmente venha a resolver as principais questões nacionais que as elites em 500 anos nunca quiseram solucionar?

— Como adverti-lo de que, se ele abandonar os trabalhadores e abrir mão das bandeiras populares e sociais, estes depois não virão resgatá-lo das mãos dos golpistas, como o fizeram com Hugo Chávez na Venezuela?

— Como aconselhá-lo a seguir o exemplo de Fidel em sua política de caminhar junto com o povo cubano, nada escondendo, partilhando as dificuldades, confessando as derrotas e exaltando as vitórias?

— Finalmente, Zé, como convencer o companheiro Lula a denunciar claramente os inimigos do povo e chamar a população à luta para a defesa da nossa Amazônia, por reformas econômicas e políticas realmente a favor dos brasileiros?

— Depois de lançado este livro, a você dedicado, resolvi melhorá-lo e ampliá-lo nesta segunda edição. Vários leitores generosos, de diferentes segmentos, sugeriram que *A Grande Partida: Anos de Chumbo* fosse complementada com depoimentos de atores reais que fizeram essa história, reunidos em um documentário.

— Ah! O mais importante. Em outubro de 2007, conheci seu filho, batizado com seu nome contra todas as “orientações” da repressão. Outra prova de heroísmo da viúva Linda Tayad. Que mente privilegiada tem o Miltinho! No depoimento de ambos, você esteve vivamente conosco. Transcrevo a seguir os principais trechos desse emocionante diálogo, que está presente, no documentário:

Soriano — Quando você constatou que estava grávida?

Linda — Em 1970, dias depois da nossa prisão em 5 de dezembro, já na OBAN, após ter sido operada do tiro que levei na cabeça. Foi a maior vitória o Milton ter sobrevivido às torturas. Eles diziam: “Linda, você como mulher do Zé Milton, sabe de mais coisas”, eu respondia que não sabia e que o Zé era uma pessoa muito segura. Eles insistiam: “mas ele, sendo do Comando Nacional [da ALN], detinha muitas informações. Vai me dizer que ele, na intimidade, não dividia esse tipo de coisa com você?” Eu neguei e avisei: “Estou enjoando e tenho a desconfiança de estar grávida.” Dias depois houve a confirmação. Mesmo assim, as torturas não cessaram, elas permaneceram durante toda a época da gravidez até o nascimento, no dia 28 de agosto [de 1971].

Quando saí do hospital e voltei para o presídio Tiradentes, meu filho permaneceu comigo até quase o terceiro mês, quando fui chamada para “responder” a um inquérito na Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, onde não permitiram que Milton ficasse comigo.

Eles me levaram até um cartório, para fazer o registro de nascimento e Milton foi com minha família. Lá, o juiz me advertiu: “não penitencie o seu filho, batizando-o com o nome de um subversivo. Ele vai levar um estigma pelo resto da vida, dê outro nome”. Mas era um juramento que tinha feito a mim mesma: se fosse homem seria um continuador do pai e receberia o mesmo nome. Meu irmão veio buscá-lo no presídio e minha família o criou no Rio.

Soriano — Valeu a pena?

Linda — Eu acho que valeu, embora nós estivéssemos em desigualdade muito grande. Eles detinham todo o poder, éramos minoria, mas muito corajosa.

Soriano — Torturar é um crime hediondo e imprescritível, previsto em todas as sociedades do mundo. Como pode uma pessoa já capturada, ser levada à tortura, muitas vezes gratuitamente, por perversidade! A gente tem que ter uma profunda compreensão por todos os companheiros que tiveram um “ponto de ebulição” menor que o outro. Mas fale um pouco sobre o seu filho.

Linda — O Zé Milton era uma criança muito boa de se lidar. No

momento em que saí da prisão, ele tinha quase 3 anos de idade.

Soriano — Ele a visitava na prisão?

Linda — Ele ia de vez em quando, porque quem cuidava dele eram minha mãe e minha irmã, e aquele não era um ambiente adequado para uma criança. Mas eu consegui com que ele, raríssimas vezes, fosse me visitar. Houve uma noite em que ele passou comigo e perguntou: “eu tenho mãe, por que não tenho pai?”. Eu respondia que José Milton havia morrido, mas era uma ideia muito abstrata para ele. Mais tarde, quando tinha doze anos, comecei a contar-lhe a verdade.

Soriano — A história de vocês me lembra muito o nascimento da Anita Prestes na prisão. Este momento que a gente está vivendo, que é o testemunho de você bebê, fruto de um amor que sobreviveu à tortura, a casa das mortes em que nós estivemos. De que maneira lhe toca saber que você teve um pai herói?

Milton — Hoje eu tenho 35 anos, não vivi a época, apesar de ter passado por tudo. Praticamente, nasci dentro da prisão. Só me foi contado o que aconteceu quando eu tinha 14 ou 15 anos de idade. Desde então, me informei, li e entendi o que era. São pessoas de quem tenho orgulho, não só do meu pai, como da minha mãe. Ela participou de tudo, estava ao lado dele em todas as ações, sabia de muita coisa e participou muito, sei que foi um ponto de apoio, e ele morreu principalmente para protegê-la, mesmo não sabendo que eu estava sendo gerado. Acho que aquela luta desencadeou tudo o que aconteceu até agora, com a volta da democracia e a consciência da sociedade para a queda do regime militar. Acho que foi uma luta justa. Agora, se eu lutaria como eles? Eu sou idealista, não sei qual seria o meu comportamento em uma situação dessa. A impressão que eu tenho é a de que meu pai era uma pessoa boa, alguém que sabia lutar pelos seus ideais e tinha coragem.

Soriano — Quando foi que Zé Milton caiu na clandestinidade?

Linda — Ele trabalhava como radiotelegrafista no Ministério [da Guerra], no Rio de Janeiro. Em uma noite ele recebeu a informação de que um companheiro ia ser preso. Sem pensar duas vezes, foi ajudar esse amigo a sair do apartamento. Nem se preocupou se estava fardado. No dia

seguinte, teve que desertar, pois ficou sabendo que o porteiro do prédio, sendo interrogado, havia informado ao Exército todo o ocorrido.

Soriano — O seu xadrez está no sangue, porque o Zé Milton adorava esse jogo. Certa vez, ele me confidenciou: “a primeira coisa que eu pego, quando preciso mudar de um apartamento para outro, é o tabuleiro de xadrez, as peças e o livro de Smyslov que você me deu”. Vocês sabem onde o corpo de José Milton foi enterrado?

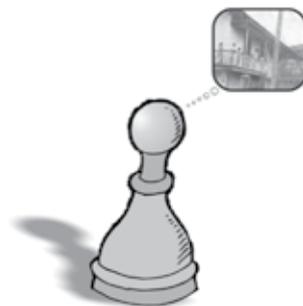
Milton — Xadrez eu nem sabia que estava no sangue, na verdade eu sempre gostei de jogar, desde criança, sempre participei na escola de partidas, campeonatos. Para mim, é uma surpresa. A ossada de meu pai nunca foi achada.

Linda — Enquanto eu ainda estava sob tortura, me deram uma certidão de óbito dizendo que os restos mortais se encontravam em Perus, mas nunca foram identificadas como os dele.

Milton — Eu recebi, da Secretaria de Direitos Humanos, uma solicitação para recolherem meu DNA, para identificação das ossadas de meu pai, mas até hoje...

Soriano — Zé Milton e Linda, minha namorada Ivone e eu, tomamos muito chope juntos. Nós brindávamos a vida e afirmávamos: “Um dia a liberdade renascerá entre nós, como numa manhã de primavera!”.

¹Vide Apêndice I, Galeria de Heróis.



Reminiscências

As montanhas de Minas estão sempre presentes em minha lembrança com suas árvores frondosas, onde os pássaros pousam para alçarem voo em novas direções. Sou o caçula de uma família de dez filhos: sete mulheres e três homens.

Morávamos em um grande sobrado situado à rua Marcelo Guedes, edificado no Morro do Cruzeiro, Teófilo Otoni. Logo na entrada, havia uma varanda de madeira, com uma ampla vista para um campo de futebol; mais além, uma sequência de serras povoadas por densa vegetação nos dava uma sensação de exuberância. Nos fundos, em uma chácara, plantada morro acima, cultivávamos hortaliças, frutas e criávamos galinhas.

Quando menino, meus irmãos, amigos e eu brincávamos de: subir nas árvores e balançar nos galhos; esconderijos; caçar passarinho (ato este que hoje recrimino); e tomar banho de rio. Tive infância: andei a cavalo e de bicicleta; soltei pipas e busca-pés; assisti aos circos e touradas. Li Monteiro Lobato.

Em nossa rua não havia calçamento. Quando passava algum carro, a poeira vermelha levantava, tirando-nos, por segundos, a visão de tudo em volta. E como era divertido, na época das chuvas, ver os carros atolados, enquanto a tropa de burros, bestas e jumentos os ultrapassava habilmente com suas cangalhas, cheias de mantimentos!

Não entendia por que parte dos seres humanos vivia de pedir ajuda pelo amor de Deus, com inúmeros bornais, onde guardavam moedas, doativos, em forma de porções de arroz, feijão, farinha, rapadura, roupas e moedas... e, ao mesmo tempo, agradecendo aos seus “benfeitores” com o famoso “Deus lhe ajude”.

Sobre a questão da esmola, D. Hélder Câmara proferiu o seguinte desafo: “Quando ajudo aos pobres, vocês me chamam de santo. Mas quando falo das causas da pobreza, vocês me chamam de comunista”.

“Como uma ave que volta ao ninho antigo”,¹ retornei àquele lugar e não mais encontrei a primeira morada.

Todavia, à medida que o tempo passa, ficam mais nítidas as imagens da infância e adolescência deste vagante mineiro.

¹Da poesia: *Visita à Casa Paterna*, de Luiz Guimarães Júnior.



Theóphilo Benedicto Ottoni: Um Revolucionário!

A saga do fundador da cidade de Teófilo Otoni sempre foi narrada com muito orgulho pelo fato de ele ter sido um herói republicano que havia liderado uma revolução contra o imperador Pedro II. Ser republicano, naqueles tempos, equivaleria a ser socialista durante os anos de chumbo. Sua biografia, rica de inquietações e de lutas, logo despertou em mim um sentimento de indignação contra as injustiças e de certeza de que vale a pena sonhar e lutar.

Na praça principal, foi construído um panteão onde se encontram guardados os restos mortais desse revolucionário trasladados do Rio de Janeiro.

Theóphilo Benedicto Ottoni nasceu em 27 de novembro de 1807, na Vila do Príncipe, hoje correspondente à cidade mineira do Serro. Seu pai fora político e comerciante.

Vivenciou a Independência do Brasil aos 15 anos. No Rio de Janeiro, ingressou na Marinha de Guerra Imperial, mas logo requereu baixa como guarda-marinha – por desencanto, principalmente em função do tratamento diferenciado que a instituição concedia a um nobre quando iniciava a carreira já no posto de oficial aspirante. Passou então a se dedicar à política e ao jornalismo, fundando a gazeta *Sentinela do Serro*, com tipografia própria, onde defendia ideais democráticos, republicanos e liberais.

Seus artigos eram frequentemente publicados pela *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro, pelo *Observador Constitucional*, de Líbero Badaró, pelo *Baiano*, em Salvador, e pelo *Universal*, no norte do país.

“Seu espírito aguerrido se fez presente pela primeira vez, quando liderou um batalhão de voluntários para lutar contra a Sedição de Caramuru em Vila Rica.” (Araújo, Valdeí Lopes de, *A Filadélfia de Theófilo Ottoni*, p. 131).

Depois de eleito deputado para a Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais em 1835, elegeu-se deputado em 1838 para Assembleia Geral, onde se dedicou a combater os conservadores que propunham conceder poderes absolutos ao imperador.

Tornou-se o epicentro de uma profunda polêmica, quando defendeu o direito de o povo se rebelar contra a tirania em 1841.

Otoni engajou-se na Revolução Liberal de 10 de junho de 1842, iniciada em Barbacena, juntamente com o padre José Antônio Marinho e outros três mil revolucionários chefiados pelo coronel José Feliciano Pinto Coelho. Exigiam o fim do Poder Moderador e a anulação de algumas medidas governamentais que violavam a Constituição. O movimento se propagou rapidamente pelas províncias de Minas Gerais e de São Paulo.

Todavia, Caxias conseguiu derrotar, em poucos dias, os paulistas nos arredores de Campinas. João Feliciano, preocupado com uma derrota que lhe parecia inevitável frente às tropas imperiais, desertou com outros companheiros, e Otoni, por consenso, foi aclamado comandante dos revoltosos em Minas Gerais.

Durante 62 dias de combates, conjugando táticas de guerilha com a guerra convencional de ocupação, os rebeldes chegaram a conquistar importantes cidades: Aiuruoca, Baependi, Barbacena, Bocaina, Caeté, Cataguases, Lavras, Queluz, Paracatu, Sabará, Santa Bárbara, São João Del Rei, Santa Luzia e Santa Quitéria.

A mais importante conquista dos republicanos foi a da tomada da cidade de Queluz assim avaliada:

“(...) A extensão da vitória: 200 prisioneiros, 300 armas, uma peça de artilharia e vasta munição! 50 cadáveres governistas juncam as ruas de Queluz”. (João Pinheiro Chagas, *op. cit.* p. 96).

No dia 20 de agosto daquele ano, travou-se a batalha final nas proximidades de Santa Luzia, com a vitória de Caxias, deixando um saldo de 60 rebeldes mortos e 300 prisioneiros, dentre eles Theóphilo Ottoni.

Preso por dezoito meses, Ottoni foi absolvido por um júri popular onde fez sua própria defesa e regressou ao Rio de Janeiro para receber a Anistia Geral de 14 de março de 1844.

No ano seguinte, foi reeleito deputado federal, integrando a bancada de oposição ao Imperador.

Nesse mesmo ano, graças a sua visão de estadista, participou como um importante interlocutor das negociações visando a um acordo honroso para os integrantes da Revolução Farroupilha.

Em correspondência endereçada a Davi Canabarro, datada de 24 de setembro de 1844, Ottoni sugeria subordinar os sonhos republicanos em detrimento da necessidade de se preservar a unidade territorial brasileira:

“(...) Nunca fui separatista. Com o direito do século atual, a maior das desgraças para uma nação é ser pequena”. (João Pinheiro Chagas, *op. cit.* p. 133).

A resposta de Canabarro, seu irmão maçom, se deu em 30 de maio de 1845:

“(...) Apreciando, pois, a franqueza de V. S^a. e leal exposição que me fez do estado geral das coisas, me convenci a empregar os meus esforços e diminuta influência na terminação da guerra que por tanto

tempo [dez anos] devastou as belas campinas deste continente, podendo assegurar a V. S^a. que a sua carta foi o farol que conduziu os continentistas ao desejado porto”. (João Pinheiro Chagas, *op. cit.* p. 134).

Dois anos depois, fundou a Companhia de Navegação do Mucuri, que seria utilizada para abrir uma rota de escoamento da produção da região de Minas Novas até o mar, contando, entre outros sócios, com seu amigo e admirador, o barão de Mauá.

Na primeira excursão, a bordo do vapor *Princesa Imperial*, até onde o rio Mucuri se mostrou navegável, na cachoeira de Santa Clara (divisa de Minas Gerais com a Bahia), Ottoni mandou abrir uma picada para passagem de cavalos, que ligava Nanuque aos rios Todos os Santos e Santo Antônio.

Ali, construiu os Armazéns Centrais da Companhia do Vale do Mucuri e fundou um povoado batizado de Nova Filadélfia (do grego, amor fraterno) que, em 9 de novembro de 1878, transformou-se na cidade de Teófilo Otoni, distante 451 quilômetros de Belo Horizonte, hoje com mais de 100.000 habitantes, várias universidades, jornais, estações de rádio e televisão.

Otoni, um humanista, sempre se opôs ao trabalho escravo, sendo contrário à captura dos indígenas ou ao tráfico negreiro.

“(…) Ele [Teófilo Otoni] a chamou de Filadélfia, em homenagem ao princípio adotado na colônia Quaker da Pensilvânia de coexistência com os indígenas. Talvez, pela primeira vez na história brasileira, os batedores que ele empregava tinham ordens de não atirar nos indígenas, mesmo em resposta a suas flechas. De fato, os botocudos, por diversas vezes, atacaram os construtores da estrada. Otoni convenceu-os por fim – ao lhes devolver curucas, na maioria mulheres raptadas por soldados como escravas sexuais – de que não pretendia fazer-lhes mal. Os índios cederam, então, parte de sua terra para a companhia e, em troca, Otoni lhes forneceu ferramentas de metal e cuidou para que as terras que lhes restavam fossem devidamente registradas.

Otoni pretendia que Mucuri ficasse livre da escravidão; por isso, introduziu imigrantes alemães, suíços, belgas e outros.” (*A ferro e fogo – a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, Warren Dean, Companhia das Letras, São Paulo, 1996, pp. 173 a 174).

Nosso herói demonstrou possuir uma ampla visão, quando defendeu a tolerância religiosa nos seus pronunciamentos, pregando uma lei que declarasse legais os casamentos entre protestantes, em uma época em que era proibido se construir templos que não fossem os da religião oficial do Brasil, o catolicismo.

“(…) Aos olhos da lei, uma vez que a Constituição permite as religiões que abençoam os laços conjugais, considerar as famílias consagradas, segundo o rito de cada uma delas, como concubinatos, é o maior dos escândalos, muito depõe contra a nossa civilização e nos envergonha perante o mundo!” (Anais da Câmara, 1861).

A história registrou a importante participação de Otoni na chamada “Questão Christie”. Vale resgatá-la, pois pouco se comenta que o Brasil já esteve com as relações diplomáticas e comerciais rompidas com a Inglaterra.

“Em 1862, três oficiais ingleses, à paisana e embriagados, foram detidos em um Posto de Guarda na Tijuca, no Rio de Janeiro. O ministro inglês, William Dougall Christie, exigiu do governo imperial brasileiro que punisse os guardas que efetuaram a prisão. Frustrado com a negativa de Dom Pedro II, ordenou que navios de guerra ingleses capturassem cinco navios brasileiros.

O patriotismo do povo aflorou com rapidez fulminante e Theóphilo Otoni foi o grande condutor da revolta popular, eletrizando as multidões com seus discursos e acenos com seu lenço branco, transmitindo-lhes orientação e disciplina.” (*Ferreira, Lais Otoni Barbosa, Os Otoni – Descendentes e Colaterais*, p. 215).

Mais uma vez, ao apoiar o imperador naquela fundamental questão, Ottoni priorizou a luta pela soberania nacional em detrimento de seus ideais republicanos.

O caso foi levado à arbitragem do Rei Leopoldo, da Bélgica, que deu ganho de causa ao Brasil. Os ingleses não se conformaram com a decisão. Dom Pedro II retirou sua delegação em Londres, interrompeu o comércio por dois anos, só normalizado em 1865, com a Inglaterra apresentando as satisfações exigidas por nosso país.

Em 1864, ele foi eleito, simultaneamente, deputado e senador, como ocorrera em 1861. Depois de empossado na Câmara, após quatro vetos imperiais ao seu nome nas listas tríplices, finalmente, foi escolhido senador por Dom Pedro II.

Theóphilo Benedicto Ottoni faleceu em 17 de outubro de 1869, como senador eleito (havia também senadores indicados pelo imperador, reeditados pelo general Geisel, apelidados de biônicos), lutando contra o Império.

Casado com Carlota Cunha, deixou um único filho, Theóphilo Carlos Benedicto Ottoni. Nenhuma herança lhes legou. Todavia, os frutos de sua luta se consolidaram 20 anos mais tarde, com a Proclamação da República.

O nome deste heroico revolucionário consta também em uma movimentada rua no centro comercial da cidade do Rio de Janeiro.

Machado de Assis, em artigo na *Semana Ilustrada*, datado de 31 de outubro de 1869, assim o homenageou:

“(...) simples cidadão, sacrificou os cômodos da vida e até a saúde, que de tão cedo o abandonou, em serviço do povo; Theóphilo Ottoni, senador do Império, não olvidou jamais seus princípios políticos, foi sempre fiel às doutrinas de seu partido, e atravessou incólume esta quadra de apostasias sem que uma só vez desmentisse da confiança nele depositada.”

Segundo o exemplo deste eminente estadista do Império, registramos

durante os *Anos de Chumbo* os nomes dos seguintes resistentes, filhos de Teófilo Ottoni que irrigaram com seu sangue, dentro e fora da cidade, a semente da liberdade: Antônio Joaquim de Souza Machado (advogado, VAR-Palmares, morto sob tortura e desaparecido em 15/02/71 – Rio de Janeiro); Carlos Alberto Soares de Freitas (sociólogo, VAR-Palmares, desaparecido em 15/02/71 – Rio de Janeiro); Nelson Lima Piauhy Dourado (ex-funcionário da Petrobrás, PCdoB, morto em 02/01/74 – Araguaia) e Walter Ribeiro Novaes (salva-vidas, VPR, desaparecido em 12/07/71 – Rio de Janeiro).

Em novembro de 2007, comemorou-se o bicentenário do seu nascimento. Esperamos que a história lhe faça justiça inscrevendo o nome de Theóphilo Ottoni no Livro de Aço dos Heróis no Panteão da Pátria e da Liberdade, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Principais fontes de pesquisa:

OTTONI, Theóphilo Benedicto, *Circular*, VALDEI Lopes de, *A Filadélfia de Theófilo Ottoni*, CHAGAS, Paulo Pinheiro, *Theóphilo B. Ottoni, Ministro do Povo*, Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda, 1982 e Ferreira, Lais Ottoni Barbosa, *Os Ottoni – Descendentes e Colaterais*, Rio de Janeiro, Magnum Editora, 1998.



Raízes

Avelino Nunes de Paula, meu pai, nasceu na cidade de Carlos Chagas, Minas Gerais, em 13 de setembro de 1893.

Filho de fazendeiro em uma região carente de escolas, concluiu apenas o curso primário. Amante da leitura e buscando horizontes mais amplos, procurou cultivar, desde cedo, sua vocação de farmacêutico, ousando, por meio de conhecimentos adquiridos em livros e revistas técnicas, manter uma pequena farmácia, onde se tornou exímio manipulador de remédios. Ficou famoso pelo acerto de suas fórmulas na cura de moléstias.

Com o suor de seu trabalho, adquiriu uma fazenda em Francisco Sá, distrito de Carlos Chagas, para onde se transferiu a fim de se dedicar mais ao comércio de madeira extraída de sua propriedade e à criação de gado, sendo bem-sucedido por muitos anos.

Gostava de repetir: “É bom ser bom”, do alto de sua pureza.

Meu pai fora membro do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, sociedade que buscava o aprimoramento da humanidade através da meditação. Praticava exercícios de respiração e pronunciava mentalmente um mantra, todos os dias, a cada seis horas, quando todos os “irmãos” estariam em comunhão, mentalizando paz, harmonia, justiça, sabedoria e amor.

Também fazia política e elegeu-se juiz de paz pela legenda do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por várias gestões, tanto em Carlos

Chagas, como em Teófilo Otoni. Durante décadas, exerceu essa função que incluía celebrar casamentos e julgar pequenas causas, sem remuneração, com profundo senso de cidadania e justiça.

Era viúvo e tinha três filhas¹, quando se casou com minha mãe, Ruth Ottoni Soriano de Souza.

Dona Ruth nasceu em 16 de novembro de 1899 em Teófilo Otoni. Estudou piano, era professora primária e deu à luz oito filhos.²

De temperamento calmo, mas determinado, era de fino trato para com todos que dela se aproximavam e muito caridosa para com os necessitados. Católica fervorosa, procurou educar os filhos nos princípios da religião e valorização da cultura.

Lembro-me dela ensinando-me a tabuada, o bê-á-bá e tomando a lição. Orava muito quando se deparava com alguma dificuldade. Adorava festejar as grandes datas da família, como batizados, casamentos, aniversários, natal. Jamais bateu em mim ou em meus irmãos, mas seu sermão doía mais do que uma palmada.

Minha mãe faleceu no Rio de Janeiro em 2 de abril de 1972; sete anos depois, morria meu pai, em 25 de março de 1979, em um domingo, no Rio de Janeiro, com a idade de 85 anos.

Não pude comparecer aos enterros de ambos. Havia, nas duas ocasiões, um mandado de busca e captura contra mim. O aparelho policial da ditadura já havia invadido o apartamento de meus pais várias vezes naquele período. Encontrava-me foragido no longínquo Nordeste, onde era mais fácil ser esquecido.

Poucas coisas doem tanto quanto ser privado de contemplar, tocar e beijar, pela última vez, o corpo eternamente adormecido de um ente querido.

¹ Lacy, Lourdes e Lucy

² Alexandrina, Antúlio, Francisco, Getúlio, Íris, Judith, Oda e Terezinha (que morreu de coqueluche com menos de um ano). A Venina, nossa prima-irmã, desde criancinha passou a morar conosco.



Voando Alto

Antúlio, meu irmão, é de fato um vitorioso. Em dezembro de 1954, aos vinte e três anos, formava-se em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e sempre se portou como um profissional exemplar, simples e humanitário, com quem me identificava muito e aprendi a jogar xadrez e a pensar socialmente.

Todos em casa queriam ir à festa da formatura. Quem não gostaria de passear na capital do estado, Belo Horizonte? Todavia, meus pais estavam apertados financeiramente. Decidiu-se que só a minha mãe viajaria. Mas eu era “o caçulinha” e muito ligado afetivamente a ela, que acabou sentindo-se na obrigação de me levar. Avisou-me com pouca antecedência, pedindo-me segredo, coisa que aprendi desde cedo a guardar.

Partimos de madrugada. Foi longa e penosa aquela travessia. A viagem compreendia três etapas. Primeiramente, ia-se de ônibus até Governador Valadares. Ali, pegava-se a ferrovia Vitória-Minas até Nova Era, onde se tomava outro trem, da estrada de ferro Central do Brasil, para se chegar à capital.

Na estação de trem, tomamos um táxi, coisa que não conhecia, nem tampouco o asfalto por onde estávamos rodando, sobrevoados por pardais, pássaros que predominavam na arborizada Belo Horizonte. Hospedamo-nos em uma pousada. Ali, vi pela primeira vez geladeira, telefone, elevador.

Os festejos de formatura excederam as expectativas e deixaram a nossa família contagiada de orgulho e prazer.

Terminada a colação de grau, fomos jantar em uma enorme churrasceria com os formandos e seus amigos. O pai de um deles, também médico, fez questão de pagar a conta. No dia seguinte haveria o baile. Como eu era menor de idade, não poderia participar. Para não ficar sozinho fui deixado aos cuidados da família do senhor José Tomich, que vivia em um casarão, na rua Alagoas, e era proprietário de uma extensa fazenda vizinha à do nosso pai, no município mineiro de Carlos Chagas.

Lembro-me de que uma das pessoas mais atenciosas e amigas naquela casa era a Arlete, que posteriormente se casou com Antúlio. Identifiquei-me logo com três jovens da minha faixa etária: Mário, José Geraldo e Marta.

Certa tarde, Mário convidou-me para irmos de ônibus conhecer o centro de Belo Horizonte. Fomos a um cinema. Depois andamos bastante, sentamos em um bar e lanchamos. Gastamos todo o dinheiro. Estávamos perdidos e cansados. Não pensamos duas vezes; pegamos um táxi. A corrida foi cara porque tínhamos ido longe. Pedimos a nossos familiares para pagar a conta. A estripulia provocou mais risos do que bronca; mas valeu a experiência, sobretudo pela lição de grandeza dos nossos parentes.

Como passatempo, lembro-me de que jogávamos rouba montinho. A Marta era uma loirinha alegre e muito bonita, já nos seus dez aninhos. Descontraída, quando falava comigo fixava seus olhinhos nos meus. Eu, então com onze anos, interiorano, sem nenhuma experiência com as meninas da capital, mantive-me tímido e sem ação; também complicava a presença de José Geraldo, seu irmão coruja. Faltavam dois dias para que eu regressasse a Teófilo Otoni. Em um certo momento, ela me enlevou:

— Todo mundo acha você muito educado e simpático.

— E você é muito bonita e amiga — devolvi, com amabilidade. Então pegou um lápis e, em uma folha do seu caderno, pediu que escrevesse o meu nome. Depois escreveu o dela ao lado e desenhou em torno deles um grande coração. Fiquei surpreso e desconcertado; sem mostrar igual criatividade, respondi oferecendo-lhe uma balinha de mel que trazia no bolso. Para minha

surpresa, ela foi correndo até o quarto e trouxe de presente uma foto dela para mim. Pedi seu caderninho, e escrevi-lhe um bilhete: “Muito obrigado, Marta. Vou guardar o seu retratinho bem junto a mim. Quando voltar aqui, prometo dar-lhe o meu” — recortei o papel e entreguei-lhe, apertando-lhe carinhosamente sua mãozinha.

— Vou ficar esperando — me respondeu.

Na véspera da minha viagem para Teófilo Otoni, tivemos uma breve oportunidade de conversar:

— Cheguei à conclusão de que não dá certo a gente namorar porque vamos ficar muito longe um do outro.

Marta concluiu sem vacilar:

— Tome sua declaração e devolva o meu retrato.

Assim nos despedimos. Todavia, aquela tão pura e inocente flechada me fez sentir, pela primeira vez, o sabor de um sentimento exclusivo.



Minha mãe tomou coragem e concordou em voltar de avião. Vim sentado ao lado dela, que rezava sem parar com medo das alturas. O barulho dos motores e da fuselagem explodia em nossos tímpanos. Tudo balançava. Passamos por uma turbulência. O avião despencava; depois subia rapidamente, como que brincando de pula-pula. A criança que adorava contemplar da terra os pássaros dourados zunindo nos céus agora, flutuava nas nuvens, “amarrada” em um deles!



Vida de Artista

Mamãe estudara piano clássico na mocidade e, a pedido da minha irmã Oda (que havia me contaminado com o vírus da arte musical), comprou um acordeom italiano, marca *Scandalli*, de oitenta baixos. Fiquei deslumbrado quando vi e ouvi aquele instrumento, vermelho madrepérola, com abafadores niquelados e vários registros que acionavam gaitas com timbres de violino, clarinete e tuba.

Nas décadas de 50 e 60, esse instrumento estava no auge; aos doze anos, comecei a ter aulas com a professora Glícia Ottoni Porto, que seguia o *Método de Acordeom de Mário Mascarenhas*.¹

Mais tarde, a nossa casa ganhou um piano francês, Pleyel, herança da minha avó. Dona Ruth voltou a tocar e nos motivou a estudar.

Vibrei com o acordeom e a ele me dediquei. Praticando muito e incentivado pela família, comecei a tocar em público. Também tirava as músicas de ouvido e fazia arranjos musicais.

A música foi fundamental para minha sobrevivência; verdadeira terapia que não me deixou pirar durante e após a ditadura. Ela nos faz relaxar; viver e reviver as fortes emoções.

Quem não consegue vivenciar o carnaval, com a *Noite dos Mascarados*, de Chico Buarque; um grande amor, com *Eu Sei que Vou te Amar*, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes; e uma passeata, com *Pra não Dizer que Não*

Falei das Flores, de Geraldo Vandré? Imagine-se ouvindo, cantando ou compondo. Então, você se livra das preocupações e das mesmices. Quer visitar as florestas, cachoeiras e rios? Ouça os concertos dos grandes mestres; vá direto ao movimento *alegretto*. Você levará envolto em notas alegres inspiradas nas flores; nos beijos provados ou sonhados; flutuará no amor mais puro e transgressor!

Em 1967, já morando no Rio de Janeiro, comprei um acordeom e retornei com determinação à música.

Jamais me esquecerei do dia que em tive de tocar em um enterro, no cemitério Jardim da Saudade, no Rio de Janeiro: um dileto amigo, o tenente-coronel do Exército, João Luiz de Moraes, agonizava quando, ao visitá-lo, “ordenou-me”:

— Chico, no meu velório, você vai tocar canções revolucionárias com sua sanfona.

João Moraes era o pai de Sônia Maria Lopes de Moraes, casada com o também perseguido político, Stuart Edgar Angel Jones, ambos mortos na tortura durante o regime militar e dados como desaparecidos.

No dia 7 de novembro de 1995, dona Cléa Moraes, a viúva, me “convocou” para “servir” naquele compromisso fúnebre.

Com muita força, puxei o fole dedilhando *Pra Não Dizer que Não Falei das Flores*, de Geraldo Vandré, enquanto baixava à cova o corpo do sofrido companheiro.

O pastor Mozart Noronha, da Igreja Luterana, em Ipanema, que encomendou o corpo, puxou do bolso uma gaita e soprou-me o tom: dó maior. De improviso, formamos um dueto e tocamos, com variações e contrapontos, a *Internacional*, enquanto lacravam o túmulo.

Integrei também o Grupo Folclórico Nações, no Rio de Janeiro, em 1987, que cultuava danças e músicas de todas as regiões do Brasil; uma agradável experiência.

Levado pelas artes, onze anos após, e pensando em melhor me comunicar com o povo, procurei fazer teatro. Ali, também, o acordeom se mostrou útil para conferir mais brilho ao espetáculo.



Ouro Preto, Minas Gerais, 21 de abril de 1998 — Dia de Tiradentes.
Era nossa primeira apresentação.

Itamar Franco, governador de Minas, havia rompido com o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC); decretara a moratória da dívida do estado; e convocara os brasileiros para um ato pela soberania nacional, contra a política econômica do Governo Federal, em homenagem a Tiradentes.

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), patrocinadora do nosso grupo de teatro, através de seu então diretor cultural, Sidney Granja, entendeu que aquela era a hora de fazermos a estreia. Aceitamos o desafio. Cursamos o Teatro do Oprimido, uma forma de teatro interativo, baseado nas técnicas do idealizador Augusto Boal, onde há sempre a figura de um “opressor” e de um “oprimido”.

Apesar de ensaiados pelos curingas do *Centro do Teatro do Oprimido* (CTO), Claudete Felix e Olivar Bendelak,² éramos todos amadores e inexperientes em teatro de rua³. No trajeto, dentro do ônibus, ao repassar o texto, exercitávamos a voz e os gestos, aliviando a tensão.

Não foi fácil escolher o local adequado ao palco, pois uma multidão nos aguardava na praça Tiradentes, no centro de Ouro Preto. Estendemos uma lona para marcar a nossa presença e dar início ao espetáculo. Enquanto o palco e o cenário eram montados, tocávamos acordeom, triângulo e surdo, o que atraiu a atenção e a presença de muitos.

Com o sol a pino, por volta do meio-dia, anunciamos a apresentação da peça *O Dragão e a Galinha de Ovos de Ouro Negro*.

Alguns brancos e troca de palavras denunciavam um nervosismo inicial, mas logo fomos surpreendidos e recompensados pelo público que, às gargalhadas, interrompia o espetáculo com aplausos. Percebia-se claramente o quanto o povo vivia indignado com a política de Fernando Henrique Cardoso (FHC), retratada na peça.

Veio a segunda parte da peça: o fórum.

Inúmeros participantes se inscreveram para assumir o papel do oprimido. Todos queriam questionar o “Dragão Sociólogo”, uma clara alusão a FHC. O ator, Sílvio Sinedino, que o representava com muita criatividade, dava respostas irônicas e provocativas que levavam o público a rir e a vaiá-lo com tal ódio que alguns partiam para agredir fisicamente o “Mandatário Sabichão”.

Foi difícil encerrar o espetáculo com uma multidão querendo “mandar um recado” a FHC.

Após o almoço, uma reapresentação e, mais uma vez, o público participou com entusiasmo. Voltamos ao Rio, no mesmo dia. Estávamos exaustos, mas seguros de que tínhamos escolhido uma linguagem apropriada neste apaixonante desafio de informar ao povo as artimanhas de seus verdadeiros inimigos (o FMI, os banqueiros, as multinacionais e as elites corrompidas deste país).

Aquela estreia nos marcou definitivamente. Após seis anos juntos e 65 apresentações sabemos hoje que ali, naquela praça, o vírus do teatro nos havia contaminado irreversivelmente.

Sem a participação do público, o Teatro do Oprimido não acontece e essa singular interação, por meio de perguntas, observações e sugestões, enriquecia-nos a cada apresentação.

Procurávamos continuamente atualizar a peça, acrescentando ao roteiro questões políticas e sociais que interferiam direta ou indiretamente na vida da população, como: a entrega do patrimônio público; a dívida (externa); a luta pela Reforma Agrária; a precariedade do serviço telefônico privatizado e de outras empresas estatais leiloadas, que trocam brasileiros por estrangeiros em seus postos de trabalho; a entrega da Base Espacial de Alcântara e a defesa, tanto da nossa Amazônia Verde como Azul (pré-sal); o fim dos leilões de petróleo e gás; a mudança da atual lei do petróleo, herança maldita de Fernando Henrique.

¹ Mineiro de Cataguases, Mário Mascarenhas, consagrado professor de música desde jovem, veio para o Rio com 14 anos de idade, em 1928. Ao término da Segunda Grande Guerra, viajou pelo mundo fazendo arranjos

para o acordeom das mais famosas músicas dos cinco continentes.

²Diretores do CTO que auxiliavam o teatrólogo Augusto Boal: Bárbara Santos, Helder Sarapeck, Geo Britto, Claudete Félix e Olivar Bendelak.

³Elenco: Andréa Jonette, Antônia Canalea, Bárbara Sinedino, Daniela, Carlos Henrique, Dilma Fernandes, Everton Rodrigues, Francisco Soriano, Gisele Rodrigues, Ivana, Ivone Espinola, Judith Capella, Kátia Bueno, Laura Lustosa, Luci Tavares, Marilene, Moana Zan de Duque, Paulo César, Regina (Gigi), Rosane Tavares, Sérgio Castellani, Sheila Borges, Silvio Sinedino, Simone Lopes, Sônia, Tiago Granja, Vera Azeredo, Victor Humia, Vinícius Rosenthal, Washington Luis e Willy.



O Primeiro Palanque

Em 1960, foi inaugurado um grande comitê político na praça Tiradentes de Teófilo Otoni, próximo ao Cine Império, em apoio aos candidatos da coligação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com o Partido Social Democrático (PSD),¹ que disputavam os pleitos presidencial e estadual. Ali, planejávamos os comícios que seriam realizados em todos os bairros da cidade. Aos dezessete anos, entusiasta do governo Juscelino Kubitschek (PSD), apresentei-me como voluntário para trabalhar naquela campanha, indicado por um veterano político, tio José, médico e presidente da Câmara dos Vereadores local.

Era minha primeira, mas intensa experiência em política. Fazia trabalhos de locução, dentro do comitê e em carros de som que rodavam por toda a cidade, convidando a população para os comícios. Nessa ocasião aprendi a discursar.

Havia um médico que se transformou na mais lendária figura do município, pelo grande amor que o povo lhe tributava: doutor Petrônio Mendes de Souza.

No começo de 1960, ano em que havia deixado a prefeitura, Petrônio viu o candidato de seu partido perder as eleições para a oposição. Esse episódio o fez entrar em profunda depressão que o levou a atentar contra a própria vida. Todavia, errara o tiro disparado contra o peito. No mesmo dia,

a população emocionada correu em romaria até o hospital, onde promoveu uma grande vigília, torcendo e orando por sua saúde. Conseguiu salvar-se; meses depois, saía para a sua primeira aparição pública a fim de inaugurar aquele comitê batizado com o seu nome.

Fui um dos oradores naquele ato. Estava empolgado. Já se contavam às dezenas os discursos por mim pronunciados nos vários comícios que fizera pelos bairros da cidade. Depois de falar das candidaturas que apoiávamos, o marechal Henrique Teixeira Lott e João Goulart, na esfera federal, e Tancredo Neves e Clóvis Salgado, no âmbito estadual, destaquei as qualidades do homenageado, doutor Petrônio: orador brilhante, médico humanitário (que não sabia cobrar honorários de qualquer paciente, fosse ele rico, remediado ou pobre), verdadeiro sacerdote da política teófilo-otonense, prefeito realizador, exemplo de ética...

Doutor Petrônio tornou-se um grande amigo e minha referência política. Sua casa vivia cheia de correligionários e admiradores. O cafezinho era sempre servido pela sua abnegada companheira, dona Alice.

Impressionou-me a excelente memória do clínico, lembrando pormenores do meu discurso quando o saudei, para demonstrar sutilmente seu agradecimento. Certa vez, nos idos de 1960, sugeriu que me candidatasse a vereador (quem sabe, se já no próximo pleito municipal?). Todavia, logo deixaria minha querida terra para continuar os estudos no Rio de Janeiro.

Em abril de 1964, delatado como comunista, Petrônio tornou-se o primeiro preso político da cidade, tendo sido levado para Belo Horizonte, de pijama e chinelos. Não lhe concederam sequer tempo para mudar de roupa ou se calçar, embora fosse filiado ao Partido Republicano e jamais houvesse pertencido ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)².

Voltando ao pleito de 1960: estiveram em Teófilo Otoni os presidenciais Jânio Quadros, Ademar de Barros e o marechal Lott.

Lembro-me também de dois discursos específicos dos candidatos à vice-presidência. Um deles, proferido por Jango, que saiu vitorioso, foi uma verdadeira aula de história, falando do legado de Getúlio Vargas: sua política nacionalista, implantando as bases para a emancipação política e

econômica do Brasil, criando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Petrobrás; sua política social, com a promulgação dos direitos trabalhistas, a criação dos institutos de aposentadoria e previdência, o voto da mulher, o fim do coronelismo, a limitação da jornada de trabalho em oito horas.

O outro discurso foi de Fernando Ferrari, deputado federal, dissidente do PTB, que se autointitulava o “homem das mãos limpas”, que também apoiava Jânio Quadros. Ferrari, um dos oradores mais brilhantes que presenciei e ouvi, faleceu ainda jovem, vítima de um desastre de avião, em maio de 1963.

No comício da União Democrática Nacional (UDN), com a presença de Jânio Quadros e Magalhães Pinto (candidato vitorioso ao governo de Minas), um grupo de estudantes e eu distribuimos panfletos com um texto denunciando o comprometimento de Jânio com o capital estrangeiro (que chamávamos de “trustes internacionais”, hoje conhecidos como “corporações multinacionais”) e fizemos uma manifestação, vaiando os candidatos da direita.

Entretanto, dava para perceber que Jânio ganharia as eleições. Sua rica campanha tinha como símbolo a vassoura. Em seus discursos, com grande apelo demagógico, valendo-se de uma gesticulação teatral, muitas vezes aos gritos, prometia moralizar o país; varrer da vida pública os corruptos; muito trabalho; e enquadrar os funcionários públicos, estigmatizados por ele como os vilões dos males brasileiros. Porém, não tocava na má distribuição de renda e de terras, na remessa de lucros para o exterior, enfim, nas graves questões sociais.

Seu governo, que durou de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961, foi um fiasco. Com apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), colocou em prática um plano econômico que incluiu a desvalorização da moeda em 100% e a drástica redução dos subsídios ao trigo e ao papel, visando ao equilíbrio da balança de pagamentos. Como consequência, os preços do pão e dos transportes dispararam, sacrificando, sobretudo, as populações de média e baixa renda.

No âmbito da política externa, Jânio se mostrou altivo ao defender a não intervenção estadunidense em Cuba, condecorando Che Guevara com a medalha do Cruzeiro do Sul.

Em pouco tempo, tomou uma série de medidas que demonstravam falta de senso prático, moralismo demagógico e até irracionalidade: proibição de brigas de galo e de canário e de uso de biquínis em desfiles para escolha de misses; obrigatoriedade de mais um turno de trabalho diário para os funcionários públicos; solicitação aos ministros militares, em um prazo de trinta dias, de um plano de anexação da Guiana Francesa.³

Em sua carta de renúncia, afirmava estar sendo “pressionado por forças terríveis”.



Fernando Affonso Collor de Mello, três décadas mais tarde, corporificaria o personagem Jânio, tendo assumido a Presidência da República em 15 de março de 1990.

Portador de um discurso messiânico e inconsistente, com uma postura truculenta, apoiando-se em gestual meticulosamente estudado para aproveitar os recursos da era televisiva e beneficiário de uma campanha milionária, seu tesoureiro, Paulo César Farias, chegou a arrecadar contribuições de US\$ 160 milhões.⁴ Demonizando os funcionários públicos e de estatais, a quem chamava de “marajás”, Collor atingiu a Presidência da República com planos de nela permanecer por muitas gestões!

O governo Collor, qual o de um Jânio ressuscitado, foi outro fiasco. Apoiado no Consenso de Washington, Collor intensificou a política de privatização do patrimônio público (verdadeira ação entre amigos, conforme escreveu Barbosa Lima Sobrinho), principalmente das empresas lucrativas e estratégicas. Suas promessas megalômanas, fundadas na demagogia e em medidas supérfluas, frequentemente ilegais, caíram no vazio. Sua popularidade entrou em queda livre com o povo indo às ruas para exigir seu afastamento, notadamente, a juventude, os chamados “caras-pintadas”, dentre eles, meus filhos.

Mesmo proclamando-se acima de partidos políticos, ante uma ameaça de *impeachment* pelo Congresso Nacional, em face de comprovadas práticas de ladroagem, renunciou ao mandato em 29 de dezembro de 1992, logo após ter sido aceito o pedido de *impeachment*, com base em denúncia, por crime de corrupção e delitos correlatos, formulada por Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, e Marcello Lavenère Machado, então presidente da OAB.

¹ Detalhe: ambos fundados por Getúlio Vargas (*vide* Glossário).

² PCB — Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, e que, a partir de 1961, mudou sua denominação para Partido Comunista Brasileiro. A razão da troca de nome remonta à cassação do registro eleitoral do partido, em 1947, quando o subprocurador-geral da República arguiu, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a inconstitucionalidade do funcionamento do PCB. Fundamentou seu pedido em duas alegações:

1ª) O fato de terem sido encontrados, na sede do PCB, dois estatutos diferentes do partido: um oficial, registrado na Justiça Eleitoral, e outro diferente, “clandestino” (na verdade, tratava-se tão-somente de um projeto de reforma dos estatutos);

2ª) O fato de ser o PCB um partido “estrangeiro” funcionando no Brasil: a expressão “do Brasil” no nome do partido, em lugar de “Brasileiro”, demonstrava que o partido, na verdade, era uma seção brasileira da Internacional Comunista (COMINTERN).

O PCB, portanto, estaria desrespeitando a Constituição de 1946, que proibia expressamente a filiação de quaisquer partidos políticos a organizações no exterior. Tais alegações refletiam uma conjuntura internacional de Guerra Fria e, no plano interno, o temor do crescimento eleitoral do PCB, que, nas eleições proporcionais de 1946, se transformara no quarto maior partido do país, elegendo um senador e quatorze deputados federais; no antigo Distrito Federal, elegera a maior bancada de vereadores (dezoito). Por três votos contra dois, o TSE cassou o registro do Partido que, com esta decisão, voltou a cair na clandestinidade, da qual emergiu, em semiclandestinidade, a partir de 1956, com a restauração da normalidade democrática no país. Visando obter novo registro eleitoral, a direção do PCB decidiu, em 1961, mudar o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, não mais “do Brasil”, de forma a evitar nova impugnação com base no mesmo argumento anterior.

Entretanto, tal decisão, conjugada a questões doutrinárias, provocou uma cisão, preferindo o grupo liderado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar sair do partido e fundar outro (1962), mantendo a denominação antiga. É o que explica a atual existência de dois partidos comunistas: o PCB e o PCdoB.

³ Cfr. Geneton de Moraes Neto, *Dossiê Brasil*.

⁴ Cfr. Mário Sérgio Conti, *Notícias do Planalto*, Companhia das Letras, 1999.



Alô, Meu Rio de Janeiro!

Janeiro de 1961.

Concluía o curso ginásial; deixei Teófilo Otoni para prosseguir nos estudos do curso científico.

Getúlio, meu irmão, já morava no Rio.

Na despedida, meu pai, convicto kardecista, abençoou-me e pediu que beijasse seu anel de São Jorge para me dar proteção.

Fui morar, nos primeiros dias, em uma pensão de estudantes no Catete, com o Getúlio. Carregava duas malas tão pesadas que me provocaram uma terrível dor lombar. Em uma delas transportava uma coleção de moedas pesando 18 quilos, acomodadas em grandes vidros.

Fiquei empolgado ao contemplar pela primeira vez, aos 17 anos, o imenso mar de Ipanema, com suas águas azul-turquesa brotando espumas no estrondoso choque com a areia da praia.



Uma semana depois, minha irmã Íris retornava de Brasília e montávamos nossa própria casa. Alugamos um apartamento de dois quartos e sala, mobiliado, situado na avenida Ataulfo de Paiva, no Jardim de Alah, Leblon, pertencente ao jornalista Thompson Flores, que revezava

com Carlos Castello Branco a famosa coluna sobre a política nacional no *Jornal do Brasil*.

Certa manhã, deviam ser umas nove horas, eu, recém-chegado ao Rio de Janeiro, quando todos em casa já haviam saído para trabalhar, fui sozinho curtir a praia. Deixei na areia a camisa com algum dinheiro, os chinelos e a chave do apartamento. Despreocupadamente, fui dar um mergulho.

Meu pensamento vagava: “você definitivamente não está em Teófilo Otoni. É inacreditável, mas, agora, você está vendo, ao vivo, meninas de biquíni, seminuas, molhadas, esculturais, descontraídas, alegres, banhadas de sol, dançando nas ondas que lhes massageiam o corpo”.

Quando retornei, haviam furtado tudo. Não conhecia ninguém no prédio. Pedi ao porteiro que, quando a minha irmã chegasse, a avisasse para me procurar na praia, bem defronte ao nosso prédio. Lá permaneci até as dezoito horas debaixo de um sol inclemente. Dias depois, minha pele descascava feito alho ressecado.



Meses depois, mudaram-se para o Rio de Janeiro minha mãe, a Judith e a Marciana, respectivamente, nossa irmã e nossa competente cozinheira. Era necessário providenciar um apartamento maior, papai também viria morar conosco, tão logo vendesse a fazenda.

Mais uma vez, a Íris saiu em campo e, com seu espírito de luta, como boa mineira, mentalizou que moraríamos de frente para o mar. Pesquisou nos *classificados do Jornal do Brasil* e encontrou um sedutor anúncio: “três quartos, dependência completa, com duas salas, na avenida Vieira Souto, Ipanema, situado entre as ruas Garcia D’Ávila e Maria Quitéria”.

Ao ver o imóvel, que ficava no terceiro andar, encontrou-se com uma grande amiga, residente no mesmo edifício, a Denise, ex-colega de trabalho em Brasília, que lhe deu ânimo e força para fechar o negócio. Por não

dispor de elevador, nem de garagem, mesmo sendo em local privilegiado, o valor do aluguel estava ao nosso alcance. Foi assim que habitamos a legendária Vieira Souto por nove anos.



*Delenda Calabouço!*¹

Quando cheguei ao Rio de Janeiro, sem uma fonte de renda, procurei recorrer ao Restaurante Central dos Estudantes (RCE), o famoso Calabouço, que alimentava sete mil estudantes secundaristas oriundos de todos os estados brasileiros a um preço simbólico de Cr\$ 2,00 por refeição (quando o salário mínimo estava fixado em Cr\$ 9.600,00), servida em bandejões. Funcionava onde hoje se encontra o viaduto Edson Luís de Lima Souto, ao lado do aeroporto Santos Dumont, no centro do Rio de Janeiro.

Administrado pela União Metropolitana dos Estudantes (UME), o Calabouço mantinha, em anexo ao restaurante, a redação do jornal *O Metropolitano*, órgão oficial daquela entidade. Em outros anexos, funcionavam uma cooperativa que vendia livros com 20% de desconto; um ambulatório com médicos de plantão, enfermeiros e medicamentos; uma pequena farmácia; algumas barracas que vendiam livros usados e discos; uma banca de jornal; barbearia e sapataria.

Inicialmente, consegui um cartão provisório renovado quinzenalmente; posteriormente, tornei-me um assíduo comensal. O almoço e o jantar eram servidos de segunda a sábado. Aos domingos, havia apenas almoço, encerrando-se às treze horas.

Filas enormes se formavam antes da roleta de entrada. A comida era farta. O cardápio alternava bife com galeto assado e peixe e oferecia o tra-

dicional feijão preto com arroz agulha, um pãozinho francês e um copo de leite; como sobremesa, uma fruta: banana, laranja, pera, maçã.

Na parede do refeitório via-se uma foto de Getúlio Vargas com uma bandeja na mão, tirada no dia da inauguração do restaurante, estampando aquele seu carismático sorriso.

O Calabouço, criado em agosto de 1940, pertencia à rede de restaurantes mantida pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), cuja maioria das unidades atendia os trabalhadores de baixa renda. Na praça da Bandeira, funcionava o maior desses restaurantes no Rio de Janeiro, servindo a dezenas de milhares de trabalhadores.

Como se pode depreender perfeitamente, o projeto de refeição popular do casal Garotinho, que governou o Estado do Rio de Janeiro, na verdade, não teve nada de original. Esta ideia, sem dúvida de enorme alcance social, já vigorava há mais de sessenta anos, criação do governo trabalhista, popular e nacionalista de Vargas.

Tais projetos sempre incomodam as elites do país. Primeiro, porque elas não aprovam a garantia de acesso à alimentação barata às camadas de baixa renda; segundo, e mais preocupante para elas, no caso do Calabouço e restaurantes afins, porque estes espaços serviam de terreno fértil para a integração dos estudantes e outros frequentadores que neles passavam a discutir seus problemas: alimentação, carência de moradia, escolas, oportunidades de trabalho, Reformas de Base.

Ali, muitas ideias e ações foram planejadas, como memoráveis passeatas, caravanas, palestras, assembleias, festas populares.



Certa vez, ouvi no Calabouço, em junho de 1963, um brilhante discurso, uma aula sobre a realidade brasileira ministrada pelo deputado federal pelo Estado do Amazonas, Almino Monteiro Alves Afonso, que estava deixando o cargo de ministro do Trabalho e Previdência Social no governo João Goulart.

Almino Afonso entrara em rota de colisão com seus colegas, os ministros da Fazenda e do Planejamento, por ter feito declarações reclamando da falta de implementação de uma política econômica que garantisse maior soberania nacional, como a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros. “Saio do Ministério, conforme entrei, compromissado com a coerência e a luta pelo avanço social do Brasil”, foi uma de suas frases que jamais esqueci.

Continuava leal ao presidente e voltava ao Congresso, enquanto líder do PTB. Denunciou a conspiração de direita que estava em curso, a forte reação contra as Reformas de Base propostas pelo governo e a necessidade de uma ação concreta para defender a legalidade, eternamente ameaçada pelos golpistas liderados pelo governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda.

Quando eclodiu o golpe militar, Almino Afonso tornou-se um dos primeiros políticos cassados em seus direitos por dez anos pelo Ato Institucional nº 1, juntamente com Jânio Quadros, João Goulart, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola, Miguel Arraes e outros.



O Calabouço foi fundamental para viabilizar o projeto de formação educacional de milhares de estudantes, sendo que muitos deles se tornaram eminentes figuras nos mais variados campos da cultura brasileira.

Imagine, leitor, aquele restaurante reunindo milhares de estudantes pobres e politizados e funcionando à época do regime ditatorial que fechou todas as entidades de representação estudantil no Brasil.

A demolição do prédio, decidida pelo então governador Negrão de Lima, sem oferecer aos usuários a transferência para outro local dos serviços ali existentes, acarretou protestos que acabaram por engrossar a onda de passeatas estudantis do ano de 1968. Em um desses protestos, a Polícia Militar, no dia 28 de março de 1968, agiu com descabida violência,

culminando por fuzilar Edson Luís de Lima Souto, um estudante pobre que fazia suas refeições no restaurante.



Naquele trágico dia, estávamos reunidos para avaliar o resultado das eleições do Sindipetro-RJ, que havia dado a vitória à nossa chapa, mas que estava ameaçado de ser anulado em função de um recurso da chapa adversária.

Nesse momento, João Batista, nosso candidato a presidente, recebeu um telefonema e pediu silêncio para ouvir bem a informação que passou a retransmitir: “No instante em que os estudantes promoviam um protesto contra o aumento de preços das refeições e a demora na conclusão de um novo restaurante, um jovem de 16 anos foi assassinado com um tiro no coração, desfechado pela Polícia Militar dentro do Restaurante Popular dos Estudantes, o famoso Calabouço”. Sem titubear e com voz de comando, conclamou-nos a encerrar a reunião.

— Companheiros, o nosso dever, a partir deste momento, será a união com o povo, que está promovendo uma vigília no velório do estudante, até mesmo para evitar que a repressão desapareça com o seu corpo.

Rapidamente, encaminhamo-nos todos para o salão nobre do Palácio Pedro Ernesto, sede da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, onde um corpo franzino de estudante, oriundo de Belém do Pará, jazia em uma mesa.

O cortejo fúnebre, no dia seguinte, transformou-se em passeata de protesto, com a participação de expressivos setores da sociedade civil, como artistas, intelectuais, estudantes, religiosos, pais e mães de famílias da classe média.

A missa de sétimo dia, celebrada na igreja da Candelária, concedeu à repressão a oportunidade para a prática de novos atos de selvageria. A cavalo, a Polícia Militar imprensou contra a entrada principal da igreja a multidão que se retirava do ato religioso, desfechando-lhe golpes de cassetete e espada.

As fotos dos embates entre a polícia e o povo correram o mundo e muito contribuíram para abalar o já pouco e cambaleante prestígio de que a ditadura dispunha dentro e fora do Brasil.

¹O Calabouço Deve Ser Destruído!



Colégio Imperial

Terminado o curso ginásial, e já morando no Rio de Janeiro, matriculei-me em 1962, no primeiro ano do Curso Científico no Colégio Maria José Imperial, hoje Colégio Imperial, que fica próximo à Policlínica de Botafogo. Tratava-se de uma escola católica cuja mensalidade era baixa, mantida por uma instituição filantrópica, chamada *União das Operárias de Jesus*, criada por dona Clotilde Guimarães, que deu nome à rua que fica ao lado do Colégio. Era aluno do curso noturno.

Nessa época, promovíamos frequentes festas em nosso apartamento de Ipanema. Em uma dessas, tive a chance de namorar uma colega que muito me atraía. Foi ela quem tomou a iniciativa, logo na primeira música.

— Você vai ser meu par constante hoje — ordenou-me, fitando bem nos meus olhos.

Aquilo era tudo o que queria ouvir.

— Aceito, mas só depois de um juramento seu.

— Pode começar! — sorriu, curiosa.

— Então, repita comigo: eu prometo que quem só dançar comigo nesta noite vai se dar muito bem! — ela começou a falar bem concentrada, depois sorriu me tachando de convencido.

Dançamos coladinhos e em um canto da casa namoramos um pouco. No dia seguinte, na escola, cumprimentou-me à distância, como se nada

mais tivesse acontecido. Orgulhoso, fiquei na minha tentando esconder que estava gostando dela, apesar de surpreso e triste. Dias após, ela e o nosso professor de química, que também esteve na festa, assumiram-se publicamente como noivos e vieram a se casar. Até hoje penso que fui usado para provocar ciúme no mestre.

Tornei-me, por eleição, diretor do grêmio estudantil do colégio em 1962 e 1963, quando participei mais assiduamente do movimento estudantil, representando os colegas nos congressos anuais da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES). Fui escolhido orador da turma na solenidade de formatura.

Como éramos politizados! A turma da noite¹ elegeu como paraninfo o ministro de Viação e Obras Públicas do governo João Goulart, Hélio de Almeida, nacionalista, enquanto os colegas do turno da manhã, que não trabalhavam, escolheram o então governador do Estado da Guanabara, o direitista (que renegava publicamente seu passado de comunista) Carlos Lacerda.

Hélio de Almeida ressaltou o alto nível da engenharia brasileira, denunciou a entrega e exploração de nossas riquezas pelo capital internacional e defendeu uma melhor distribuição da renda nacional.

No meu discurso, clamei por justiça social, oportunidades de trabalho e garantia de acesso ao ensino público e de qualidade a todos os brasileiros.

Ressaltei inúmeros pontos do currículo do ministro Hélio de Almeida:

“(…) um brasileiro que deve servir de modelo e estímulo para nós que temos tantas batalhas pela frente. Um destacado líder estudantil, ex-aluno da Escola Nacional de Engenharia, de cujo Diretório Acadêmico foi então presidente e também ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), onde prestou relevantes serviços, cabendo destaque as duas vitoriosas campanhas de sua gestão: pela participação do Brasil na Guerra contra as Nações do Eixo, em 1945, que ajudou a livrar o mundo das desgraças do nazifascismo; e pela criação do Restaurante Central dos Estudantes — o Calabouço, fundamental para os estudantes de poucos recursos financeiros”.

Não esqueci de agradecer aos pais e professores pelo sacrifício, paciência e amor. Finalizando, falei aos colegas de nossa imorredoura amizade, moldada nas salas de aulas, nos estudos em conjunto, passeios, festas, paqueras e namoros; roguei para que fôssemos obstinados na realização de nossos sonhos e ideais; que prosseguíssemos, em uma faculdade, sem abandonar as bandeiras da ética, igualdade, justiça e paz.

¹Formandos do Curso Científico (noturno) do Colégio Maria José Imperial de 1963: Aldeny Fonseca da Silva, Almérico de Castro Gomes, Ana Maria de Assis Basto, Delfino José da Cruz Filho, Edson Ribeiro de Souza, Edyr da Silva Furtado, Eurecil Rodrigues Gonçalves, Edmilson Mendes Carneiro, Fernando Rodrigues de Almeida, Franciso Soriano de Souza Nunes, Gabriel Gianuisi da Silva Sá, Hezir Espíndola Gomes Moreira, Irani de Oliveira, Irineu Moreira Padrão, Ivo Alberto Peixoto Fortuna, Jayme Grynztteyn, José Alves Moreira, José Júlio Sena Fernandes, José de Ribamar Souza Filho, Justiniano da Silva Carneiro, Lêda Silva de Martino, Nelson Gomes, Olímpio Pereira de Carvalho, Onir Sebastião Pinto de Souza, Rita Rosa da Silva Pinto, Rosa Maria de Souza, Vania Lúcia Fernandes, Vera Lúcia Fernandes, Vera Regina Salas, Victor Henrique Peixoto Fortuna, Waldomiro Fernandes de Oliveira e Wilson de Souza Vila Maior.



Soldadinho

Quando adolescente, alunos do Colegio São José, administrado por padres franciscanos, desfilávamos marchando pelo centro da cidade de Teófilo Otoni nos festejos do Sete de Setembro. Outros educandários também desfilavam, como o São Francisco, o Estadual e o Joaquim Portugal.

Entretanto, o que mais se destacava para a população era um Batalhão do Exército denominado de Tiro de Guerra. Puxados por uma imponente banda, carregando no ombro os fuzis com a baioneta calada, passos decididos, aqueles soldadinhos simbolizavam a defesa, o orgulho e a segurança da “Pátria Amada”.

Como todo jovem, passava também pelos meus planos servir ao Exército Brasileiro, onde se praticava a ginástica de que carecia. Estava magro e em pleno crescimento, sonhava ser fisicamente forte. “Quem sabe não seria uma boa seguir a carreira militar?” — perguntava-me.

No Rio de Janeiro, propus tornar-me oficial, servindo no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), de onde sairia com a patente de tenente, grande referência para fins curriculares. Ao completar 18 anos, alistei-me, mas por um cruel esquecimento, após um adiamento, não compareci no dia fixado para me incorporar.

Sem apelação, em julho de 1963, fui designado para servir na tropa, como soldado da arma de Artilharia, na Fortaleza de São João, no bairro

da Urca. Quatro meses depois, após jurar a bandeira, em função do meu nível escolar, transferiram-me para desempenhar trabalhos burocráticos no Instituto Militar de Engenharia (IME), na Praia Vermelha.

Nesse período, fui nomeado escriturário do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), em cujo concurso público havia passado. Tomei posse, mas como estava cumprindo o serviço militar e a legislação proibia a acumulação de dois salários federais, optei pelo de funcionário público, por ser evidentemente maior.

Com a menor das patentes, soldadinho burocrata e futuro reservista de segunda categoria, vivenciei a deflagração do movimento golpista de 1964. Meses antes da eclosão daquele fatídico acontecimento, os escalões superiores ordenaram aos militares do quartel, inclusive os soldados, que preenchessem um curioso questionário.

Dois itens chamaram-me a atenção.

Um versava sobre a religião que professava. A Igreja Católica, majoritariamente, fazia oposição ao governo de João Goulart. Promovia campanhas condenando o “comunismo ateu” com palestras pela televisão do famoso padre Patrick Peyton, norte-americano, com o lema: A família que reza unida permanece unida, e com atos, como a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade (ou Marcha do Adeus à Liberdade, como a história constatou).

O outro quesito versava sobre qual jornal líamos em casa. Naquele momento, a imprensa brasileira estava dividida entre a esquerda, que apoiava o presidente (com jornais de pequena tiragem e em menor número, principalmente o diário *Última Hora*, os semanários *Novos Rumos* e *O Semanário* e os livros da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*)¹ e a direita, que fazia oposição, de forma quase que insurrecional, com visível predomínio (com órgãos poderosíssimos e que tinham como principais porta-vozes: *O Globo*; *O Estado de S.Paulo*; os *Diários Associados*, com dezenas de jornais espalhados em todo o país, somados a uma cadeia de rádios e televisões e a revista *O Cruzeiro*, de propriedade do poderoso jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Melo²).

O comandante de nossa Bateria de Comando e Serviços (BCS), capitão Portela, durante os treinamentos com arma, deixava transparecer seu inconsciente fascista: “Vocês têm que usar esta baioneta com firmeza e vontade, como se estivessem rasgando a barriga de um comunista”.

Tempos depois, já na vigência da ditadura, soube que se tornara um cruel torturador, enquanto major e coronel. Sua “brincadeira” predileta era cabra-cega: vedavam os olhos do prisioneiro político e depois atiravam em sua direção, simulando o fuzilamento.

A farda era de uso obrigatório para se andar nas ruas. Para comparecer à minha formatura do curso científico, em trajes civis, tive que obter permissão expressa do comandante do IME.

Dei baixa a 19 de junho de 1964.

Em 1969 e em 1974, fui levado preso como “subversivo” pelas Forças Armadas, tendo passado pelo Exército e pela Marinha. O ambiente era completamente outro. Alegando motivos de segurança, proibiram os militares de saírem fardados.

Antes, o Exército era popular e visto com simpatia. Ostentava uma história rica de episódios dignificantes, como a negativa para atuar como capitão-do-mato na captura de escravos fugitivos; a participação na Segunda Guerra Mundial, combatendo o nazifascismo, na Itália; a campanha de preservação dos nossos índios pelo marechal Cândido Rondon; a marcante participação de militares na campanha nacionalista “O Petróleo é Nosso”; o esmagamento, pelo marechal Teixeira Lott, dos golpes de Aragarças e Jacareacanga, promovidos por oficiais da Aeronáutica, visando à deposição do JK.

Minha vivência enquanto recruta, ainda que por onze meses, temperou-me para melhor suportar o ambiente de pressão e tortura a que me submeteram como prisioneiro político nos anos de 1969 e 1974.

Desde 1985, com a Nova República, a ditadura é página virada. As Forças Armadas, conforme preceito constitucional, marcham na direção correta, preservando as instituições democráticas, nossas fronteiras e preocupadas com a soberania nacional.

A propósito do CPOR, trinta anos depois, meu filho, Geraldo, por ocasião da prestação do seu serviço militar, realizou meu sonho. Fez o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, e deu baixa como oficial segundo-tenente.

Estava fardado quando conheci uma linda moça, aqui rebatizada de Maria Clara, que se tornou minha namorada. Um romance que balançou meu coração de estudante, constituído, não só de luta e dureza, como também de ternura e paixão.

¹*Os Cadernos do Povo Brasileiro* foram um empreendimento da Editora Civilização Brasileira. Eram livros em formato de bolso (17 x 10 cm), com número variável de 100 a 120 páginas, vendidos a preços populares. Abordavam os grandes temas em discussão no início da década de 60 (o primeiro volume foi lançado em 1962), analisados por importantes professores e intelectuais, comprometidos com o avanço das conquistas sociais, em linguagem clara e acessível a todos.

Vou apenas citar alguns dos títulos da coleção, que já alcançava 23 lançamentos, quando foi interrompida pelo golpe de 1964: *Quem faz as leis no Brasil?* e *O que é Constituição?*, ambos de autoria do brilhante jurista Osny Duarte Pereira, desembargador que teve seus direitos políticos cassados; o primeiro deles chegou a alcançar pelo menos três edições; *O que é reforma agrária?*, Paulo Schilling; *Como planejar nosso desenvolvimento?*, Helga Hoffmann; *Como atua o imperialismo ianque?*, Sylvio Monteiro; *Quem é o povo no Brasil?*, Néelson Werneck Sodré. Havia também volumes dedicados à poesia, como *Violão de Rua*, que reunia poemas de Affonso Romano de Sant'Anna, Ferreira Gullar, Drummond, Geir Campos e outros nomes importantes de nossa literatura, que nem de longe poderiam ser considerados subversivos, como mais tarde afirmariam os promotores do golpe. Geralmente eram lançados em eventos promovidos pela UNE. O famoso Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE ajudava a divulgar e a vender as publicações, que muito contribuíram para esclarecer e conscientizar as camadas populares.

A fúria irracional que isso provocou nas elites é quase inimaginável. Como lembra Osny Duarte Pereira, em precioso depoimento, a reação (nos dois sentidos da palavra) foi a ponto de *O Globo*, em editorial de 24/09/62, pedir pura e simplesmente a apreensão policial dos livretos, o que, por si só, já comprova a contribuição que eles trouxeram ao debate de ideias no Brasil.

A Editora Civilização Brasileira, na época a mais importante do Brasil, pela qualidade dos autores publicados e pelo apuro gráfico de seus livros (lindas capas de Eugênio Hirsch), não seria poupada no pós-64. O golpe assestou todo seu ódio contra ela, invadindo suas dependências, apreendendo publicações que nada tinham de subversivas (o anedotário da época sublinha a incomensurável burrice dos agentes policiais: confundiam *A Capital*, de Eça de Queiroz, com *O Capital*, de Marx; pediam informações sobre um perigoso “subversivo” chamado Sófocles; apreendiam *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal — fornecendo a Sérgio Porto excelente matéria-prima para o seu famoso *FEBEAPÁ* — *Festival de Besteira que Assola o País*), impedindo-lhe o acesso a financiamentos bancários e, quando nada disso deu resultado, fazendo detonar uma bomba em sua loja, na rua Sete de Setembro, no Centro do Rio de Janeiro. Assim perseguida e privada de seu principal ponto de vendas, a Civilização Brasileira não teve outro recurso senão desfazer-se de sua loja e de parte de seu patrimônio autoral, acabando por ceder o controle acionário a uma editora estrangeira. Mas *Os Cadernos do Povo Brasileiro* fizeram história e são, até hoje, procurados nos sebos da cidade.

²Assis Chateaubriand foi o mais importante homem de imprensa antes da “era Roberto Marinho”. Mesmo nos anos 50, quando *O Globo* já ocupava lugar de prestígio no jornalismo brasileiro, Chateaubriand, falando em termos exclusivamente de pessoa, era o jornalista mais respeitado do Brasil.

Claro que havia um Júlio de Mesquita Filho, no Estadão, mas este nunca deixou de ser um jornal estritamente

paulista, isto é, não tinha relevância nacional. Chateaubriand mandava e desmandava, principalmente durante o governo JK, quando foi embaixador em Londres. Um dia cismou de ser senador; simplesmente obrigou um senador do Maranhão a renunciar ao mandato e, na eleição para preenchimento da vaga, conseguiu eleger-se, sem nunca lá ter posto os pés. Essas e outras peripécias estão minuciosamente narradas no livro *Chatô, o rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand*, de Fernando Morais, Companhia das Letras, 1994.

Chateaubriand construiu um império de comunicações no Brasil. Começou nos anos 30, com a aquisição de alguns jornais e com a inauguração da *Rádio Tupi* do Rio de Janeiro (1935). Foi o ponto de partida para uma rede que, no seu período áureo, abrangia 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de TV, uma revista semanal (*O Cruzeiro*), uma editora, nove revistas infantis, uma agência de notícias, laboratórios farmacêuticos (nada tinham a ver com comunicação, mas Chateaubriand tinha mania de comprá-los; aliás, nem sempre “comprava”: durante a guerra, o Laboratório Schering, que está aí até hoje, foi expropriado por pertencer a súditos do Reich, e Chatô recebeu de graça a concessão feita por Getúlio, em troca do apoio dos jornais de Chateaubriand), fazendas agropecuárias etc.

Uma menção especial deve ser feita à revista *O Cruzeiro*, lançada em 1928. Quem consultar a coleção verificará que, nos seus primórdios, era uma revista convencional: fotos muito discretas, registros de solenidades, eventos sociais etc. Tudo em notas dentro do espírito da época, tipo “contraiu matrimônio, na semana passada, a senhorita Fulana de Tal, róseo ornamento do lar da família Tal”.

Chateaubriand, reconheça-se, procurou imprimir uma orientação mais moderna à revista. A partir dos anos 40, contratou, aos poucos, uma grande equipe de profissionais, a começar pelo fotógrafo Jean Manzon (o mesmo dos documentários cinematográficos dos anos 70, engrandecendo as realizações dos governos militares) e, depois, o ultradiretista David Nasser, que se celebrou com matérias sobre o famoso crime do Sacopã, sobre o não menos famoso assassinato da jovem Aída Cúri e, no período imediatamente anterior ao golpe, com matérias tendenciosas anti-Jango e anti-Brizola. A partir de tais contratações, *O Cruzeiro* foi, paulatinamente, subindo nas vendagens. *O Cruzeiro* tornou-se um fenômeno. Uma revista semanal, com tiragem de 850 mil exemplares, praticamente todos vendidos em bancas em todo o país. Hoje, a *Veja* vende mais de um milhão, mas 90% da vendagem é para assinantes. *O Cruzeiro* vendia quase que exclusivamente em banca.

Calculando uma média de cinco leitores por revista, conclui-se que a revista alcançava um público de 4 milhões de pessoas. Um número espetacular, em um país que tinha 50 milhões de habitantes. Significava 8% da população. A tiragem de *O Cruzeiro* equivaleria hoje a 3 milhões de exemplares. Ora, *Veja* tem uma tiragem de 1,5 milhão, na verdade 1,235 milhão (dados de 1998), ou seja, a metade de *O Cruzeiro* nos bons tempos. *O Cruzeiro* era o carro-chefe dos Diários Associados e por aí se vê a importância de um homem como Assis Chateaubriand. E, na época, não existia Rede Globo, nem *Sistema Globo de Comunicação*. *O Globo* só possuía o jornal e a *Rádio Globo*, que não tinha expressão (o esporte era monopolizado pela *Rádio Continental*, a “cem por cento esportiva”), e a liderança da audiência, esmagadora, era da *Rádio Nacional*, com seus grandes cartazes, como Emilinha Borba, Cauby Peixoto, Marlene, Dalva de Oliveira, Linda Batista, Paulo Gracindo, César de Alencar, Ângela Maria etc.

No início dos anos 50, Chatô meteu-se com televisão e inaugurou as primeiras estações de TV do Brasil: a *TV Tupi Difusora de SP* (canal 3) e a *TV Tupi do RJ* (canal 6). Por isso, opôs-se tenazmente à pretendida *TV Nacional* (do governo), que era o maior sonho de todos os artistas da *Rádio Nacional*. Nunca saiu do papel, graças à oposição de Chatô. Ninguém teve coragem de peitá-lo. “Se a *TV Nacional* sair, jogo o peso de toda a rede das Associadas contra você”, disse ele na cara de JK, que se comprometera a liberar recursos para a *TV Nacional*. E tantas foram as pressões, que o governo federal acabou por desistir da *TV Nacional*. Por ironia do destino, foi o governo João Goulart que, em 1962, outorgou a concessão do canal 4 do Rio de Janeiro a Roberto Marinho, atual *TV Globo*, exatamente o canal que fora, inicialmente, destinado à *TV Nacional*.

Voltando a Chateaubriand, era, pois, esse “Cidadão Kane” do nosso jornalismo que se constituía em um dos pilares da campanha contra Jango e contra as reformas de base. Já entrevado em seus últimos anos de vida, Chatô abria a *TV Tupi-RJ* (em cadeia com a de São Paulo) a Carlos Lacerda, que pronunciava suas catilnárias de quatro horas de duração desmoralizando o governo. Fora assim em 1954, na campanha da derrubada de Vargas, e novamente no pré-64.

Obs: os textos (1) e (2), constantes deste rodapé, constituem uma grata e valiosa contribuição do professor Edson Teixeira Queiroz, diretor cultural do Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON).



Aguenta, Coração!

Voltava do Instituto Militar de Engenharia (IME), no ardor dos meus 19 anos. Ao chegar a casa, abri a porta já com a túnica da farda desabotoada — o calor era insuportável. Na sala, minha mãe conversava com uma bela jovem, loura, risonha e bem vestida. Aproximei-me e fui apresentado à Maria Clara. Cumprimentei-a com dois beijinhos e sentei-me para trocar umas palavras. Encontrava-se de férias e iria passar uns dias com a gente.

— Meu nome é Maria Clara, mas todo mundo me chama de Clara para abreviar. Sou sua conterrânea, moro em Belo Horizonte e vim dar trabalho a vocês. Já estou maravilhada com a linda vista deste mar de Ipanema — disse-me.

— Você é irmã da Lúcia? — perguntei-lhe.

Lúcia era viúva de um bem-sucedido comerciante de pedras semi-preciosas de Teófilo Otoni.

— Sou sim. Pareço? — perguntou sorrindo.

— Demais! Só que é difícil dizer qual das duas é a mais bonita.

— Obrigada. Você é muito amável. E esta farda?

— Nem me fala. É quentíssima. Faltam uns quatro meses ainda para eu concluir o meu período. Não vejo a hora para dar baixa.

Preocupado em não ser tomado como um sacrificado, falei-lhe que, apesar de estar prestando serviço militar obrigatório, era na verdade funcionário público federal do IAPI.

Nesse momento, minha astuta mãe nos deixou sozinhos, alegando que precisava ver como estava o almoço.

Nosso diálogo foi-se afinando de uma tal maneira que, em poucos minutos, estávamos fluando docemente ao relatar os deliciosos passeios de barco que havia pela baía de Guanabara para Niterói, ilha de Paquetá, ilha das Cobras; do bondinho do Pão de Açúcar; da subida ao Corcovado; das centenas de praias. Seus olhinhos falavam mais do que os lábios, na ânsia de conhecer a *Cidade Maravilhosa*.

— Francisco, vai-se preparar porque o almoço vai ser servido — sugeriu mamãe.

— Esqueci-me completamente de que preciso tomar banho. É rápido, me dá licença.

Queria ficar o máximo de tempo curtindo-a. No banho, lembrei seus braços delicados; os cabelos lisos e claros; o colo fascinante. Meu pensamento vagava com incontida excitação. Seu olhar fixado ao meu, curioso e inteligente, momentos antes, era de inocência ou estaria mesmo me flertando? “Meu Deus, isso nunca aconteceu comigo! Será que ela tem namorado lá em Minas? Estaria ele aqui no Rio hospedado em outro lugar e depois viria encontrá-la?” — refletia.



Clara acendeu um cigarro e pôs-se a fumar pensativa: “Estou no Rio de Janeiro, hospedada de frente para o mar, em Ipanema”. O barulho das ondas soou aos seus ouvidos e a remeteu para um longínquo ponto onde um navio brincava de se esconder, usando o movimento das águas, onde o oceano confundia-se com o firmamento. Seu coração palpitou quando se lembrou de minhas últimas frases, enumerando, com entusiasmo, as dezenas

de atrativos da *Cidade Maravilhosa*. “Seria uma sugestão para passearmos juntos? Não, não quero me frustrar... se ele voltar à carga, vou me convidar, mas como ponderar se não pegará mal sairmos sozinhos no Rio que tanto seduz?” — divagava jogando ao ar a fumaça de sua última tragada.



O almoço estava excelente. Marciana, competente cozinheira, havia preparado um frango cozido — sua especialidade. Fritara bifés na manteiga acompanhados por um delicioso arroz com ervilha e uma sortida salada. Estávamos com bastante fome. Não sobrou nada. Bebemos dois litros de limonada. Voltamos para a varanda. Conversávamos, fitando menos o mar de Ipanema e mais um ao outro.

— E o namorado, ficou em Belo Horizonte? — tive que ceder à curiosidade.

— Qual nada! O que tinha e que cheguei até a noivar, não deu certo; terminamos definitivamente — respondeu com ênfase.

— Que pena! — respondi quase me traindo pelo alívio que a resposta me proporcionava.

— E a namorada, gosta muito de passear? — perguntou com um sorriso astuto.

— Estava namorando, mas demos um tempo. É muito complicado a gente se amarrar, servir ao Exército e ainda ter de encarar um vestibular de economia para uma universidade pública.

— Mas namorar não cobra sacrifício mútuo de nossos ideais e obrigações — falou, desarmando-me.

— Apesar de morar aqui, ainda não pude curtir todos os lugares mais sonhados pelos que visitam o Rio de Janeiro. Sou de opinião de que toda esta beleza perde a sua graça se não puder ser compartilhada com uma boa companhia. Aliás, a melhor coisa do mundo é a gente estar num lugar bacana com uma pessoa especial — comentei.

— Não conheço as belezas do Rio de Janeiro. Mas um dia hei de realizar este sonho. Vou ficar triste se não for pelo menos ao Corcovado e ao Pão de Açúcar.

Aquilo me deixou incendiado.

— Fique tranquila, vou preparar um roteiro de pontos turísticos para a gente visitar.

Minha mãe se aproximou e sugeriu a Clara que, caso quisesse descansar um pouco da viagem, fosse para o quarto das minhas irmãs. Achei justo, até porque eu também estava pregado em decorrência dos exercícios militares que fizera naquela manhã. Fui-me deitar. Excitado, demorei a dormir, pensando nela.



Gamação

Acordei da minha soneca no começo da noite. Getúlio, que havia chegado do trabalho, convidou-me para jogar xadrez.¹ Fiquei sabendo que a minha irmã Judith e a Clara tinham ido passear de carro.

Momentos depois, as duas chegavam animadíssimas, chamando-nos para um imperdível baile que haveria no Fluminense naquela mesma noite.

— Mas não precisa ser sócio? — perguntou Getúlio.

— Conseguimos quatro convites com dois rapazes que conhecemos quando estávamos abastecendo o carro. Um deles, o Ricardo, é da diretoria do clube e foi quem nos convidou — respondeu Judith.

Mal olhei para Clara. Fiz de conta que estava concentrado no xadrez. Fiquei cabreiro com aquela história.

— Gostaria de ir, mas se vocês não forem, também não irei. O cara que conversou comigo, o Miguel, é chato e convencido — arrematou Clara, percebendo meu gelo.

Estávamos sem programa e pensei: “É a grande chance para eu jogar o laço, além do mais, ela terminará indo, convencida pelos meus irmãos, e lá poderei perdê-la de vez”.

— Só tenho um problema: ter que me apresentar no quartel às cinco da manhã.

— A gente vai e fica até a hora que for bom para você — sugeriu Clara.

— Então vamos nos preparar para chegar cedo e pegar uma boa mesa
— ponderou meu irmão, propondo-me empate na partida.



Às vinte horas, aproximadamente, chegávamos ao suntuoso salão nobre do Fluminense. Em seguida, apareceram os dois paqueras. Apresentaram-se, sentando-se ao lado da Judith e da Clara.

Houve um *show* com o grande ator Lúcio Mauro, que recitou a poesia *Monólogo - Para que Servem as Mãos*. Depois, o conjunto de Waldir Calmon, então no auge da popularidade que alcançara com a série de LPs *Feito para Dançar*, assumiu a festa, iniciando com a *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso. Miguel e Clara foram dançar, mas logo pararam. Tentava passar o braço sobre os seus ombros, mas ela se esquivava. Notei que tampouco se falavam. Ela olhava para o alto e não escondia um ar de irritação. Totalmente sem assunto, Miguel resolveu ir ao toalete.

Fitamo-nos por uns segundos e convidei-a para dançar. Ela, então, pediu-me que não mais a largasse, porque não aguentava mais ter que aturar o chato do Miguel. Colamos o rosto ao som do *Hymne à l'Amour*, de Edith Piaf. Terminada a música, nos entreolhamos sem piscar; nossos rostos se aproximaram e, mudos, calamos nossos lábios num longo beijo.

Repousei o braço no seu ombro e ela abraçou-me pela cintura. Caminhamos pelo jardim do clube. Paramos ao pé de uma frondosa árvore e, à meia-luz, nos presentamos com milhões de abraços, mais e mais beijos, carícias que incendiaram meu coração de estudante. Sentamos e ficamos horas saboreando o amor mais doido do mundo. Juntinhos, fizemos tratos e juras.

Uma hora depois, chegou minha irmã, transtornada. Miguel nos vira aos beijos e havia saído sem se despedir de ninguém.

— Quero ir embora. Vocês estragaram a festa com este sarro mais maluco — falou indignada.

— Acho bom irmos, sim. Quanto a nós dois, assumo com o Miguel que ela é a minha namorada, e dane-se! — respondi, abraçando-a mais ainda.

— Desde o começo lhe disse que não queria nada com ele. Sei o que quero e sou dona de mim mesma — arrematou Clara.



Chegamos à casa às três horas da manhã. Mal tive tempo de colocar minha farda. Ela fez questão de ir até o elevador se despedir de mim vestida com uma camisolinha de verão. Devoramos um ao outro com um demorado beijo.

— Tchau, Clara. Eu gosto “às pampas” de você!

— E eu gosto muito de você, Francisco.

¹ Um excelente enxadrista. Infelizmente, Getúlio nos deixou aos 61 anos, em 23 de março de 2003, vítima de cirrose hepática contraída em função de esquistossomose.

Francisco x Getúlio, partida amistosa: 1. e4 c5 2. Cf3 e6 3. d4 cd4 4. Cd4 a6 5. h3 Dc7 6. g4 Cc6 7. Bg2 h6 8. Cc3 Cf6 9. Be3 Be7 10. 0-0 b5 11. a3 Bb7 12. f4 d6 13. Dd2 Td8 14. Df2 Cd4 15. Bd4 Tc8 16. g5 Ch5 17. Dh4 hg5 18. fg5 e5 19. Be3 g6 20. Df2 Tf8 21. h4 f5 22. gf6 e.p. Tf6 23. De1 Cf4 24. Bf4 ef4 25. Dd2 d5 26. Tae1! Bc5+ 27. Rh1 Be3 28. ed5 De7 29. De2 g5 30. Dh5+ Df7 31. Dg5 Tf4 32. Te3+ Rf8 33. Dh6+ Rg8 34. Te6 Dh7 35. Dh7+ Rh7 36. 1x0.



Em Todos os Bares

Às dezessete horas já estava em casa. Maria Clara ainda dormia quando lhe telefonei ao meio-dia. Falei da grande saudade que sua ausência por nove horas me provocara e acertamos nosso primeiro programa a sós: chope em um bar à beira-mar.

Da janela do apartamento, espreitou-me quando chegava. Abriu a porta sorrindo e atirou-se aos meus braços me cobrando um beijo, depois outro, e outro...

— Agora preciso entrar, senão eu morro. Estou pregado, tirei serviço de guarda e não dormi à noite. Vou tomar um banho e descansar um pouco antes de sairmos.



O restaurante ficava em um imenso terraço plantado no 21º andar de um famoso hotel. Dali, a vista do mar de Copacabana era privilegiada. Um colar de luzes realçava toda a orla, onde milhares de pessoas passeavam no bairro mais densamente povoado do mundo. Estávamos no verão carioca. A brisa nos atiçava o corpo e deleitava a alma.

Tirei do bolso uma trovinha que escrevi para a Clara:

*Menininha, você é tão charmosa.
Minha adrenalina é quem o diz.
Mas nem por isso fica vaidosa.
Do mundo só vê o lado feliz.*

— Adorei. Vou lhe retribuir com uma canção.

*Eu sei e você sabe, já que a vida quis assim
Que nada nesse mundo levará você de mim
Eu sei e você sabe que a distância não existe
Que todo grande amor
Só é bem grande se for triste
Por isso, meu amor
Não tenha medo de sofrer
Que todos os caminhos
Me encaminham pra você*

*Assim como o oceano
Só é belo com o luar
Assim como a canção
Só tem razão se se cantar
Assim como uma nuvem
Só acontece se chover
Assim como o poeta
Só é grande se sofrer
Assim como viver
Sem ter amor não é viver
Não há você sem mim
Eu não existo sem você.¹*

Um seresteiro, que dedilhava um excelente violão, percorria todas as mesas brindando os clientes com pedidos musicais. Ela propôs *Doce Amargura* (*Ti Guardero Nel Cuore*), versão de Nazareno de Brito, e eu, *Copacabana*, de Braguinha e Alberto Ribeiro. O nosso cantor sugeria que a gente cantasse alguns trechos, o que gerava uma interação que a todos tocava.



Estávamos de bem com a vida. Nossos programas foram-se diversificando. Marcamos presença bebendo do chope de todos os bares da orla marítima: Saint Tropez, Miramar, Alcazar, Rio 1.800. Reservamos um dia especialmente para ficarmos com o Redentor, lá do Corcovado, contemplando a Guanabara. Cumprimos um circuito turístico por quase todos os lugares imperdíveis da cidade.

¹*Eu não Existo Sem Você*, de Tom Jobim e Vinicius e Moraes.



Cartas de Janeiro de 64

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 1964.

Querido Francisco,

Ainda não consegui aterrisar do nosso passeio ao Corcovado, quando fitamos o Rio do alto, na companhia do Cristo de braços abertos. Quero agradecer demais a você pelos dias tão felizes que vivi nessas duas semanas que juntos passamos na Cidade Maravilhosa.

Desde que entrei no ônibus de volta para Belo Horizonte, a saudade invadiu minha alma de mineira desconfiada. Perdoe-me, meu bem; por mais que você declare que gosta de mim, tenho medo de você solto aí no Rio, com seu “cavalheirismo” e espírito de solidariedade, no meio de tantas cariocas. Lembre-se do nosso trato de fidelidade!

Minhas irmãs ficaram curiosas quando lhes contei que estávamos namorando. Falei o mínimo possível. Desde que terminei o noivado, contrai fobia de conversar sobre a minha vida sentimental com quem quer que seja. Mas não podia deixar de dar-lhe uma mínima satisfação, até porque a Lúcia já havia contado a todas sobre nós.

E como está você no Exército? Preocupa-me o aprofundamento da crise. Em Minas as greves se multiplicam.

Os governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda acusam o presidente de insuflar a agitação para depois poder dar um golpe de Estado; Jango, agora livre do parlamentarismo, estaria propondo mudar a Constituição para fazer as Reformas de Base e estabelecer um regime comunista no Brasil. Dizem que o nosso governador está preparando a polícia mineira para se rebelar contra o Governo Federal.

Trei ao Rio no carnaval. Combinei com meu chefe para compensar minhas faltas com quatro dias de trabalho. Cheguei aí à noite de sexta-feira e só voltarei à tarde de quarta-feira de cinzas. Você ficou me devendo um passeio à ilha de Paquetá e uma noite no baile do Municipal.

Quando me escrever, mande a carta para a Caixa Postal, 42, Correio Central, Belo Horizonte. Acho que você também deveria alugar uma caixa postal para eliminar o risco de alguém ler nossas correspondências, que devem ficar bem guardadas.

Domingo vou lhe ligar sem falta às dez horas.

Um carinhoso beijo,

Clara



Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1964.

Querida Clara,

Recebi sua carta. Muito linda.

Você pode encomendar a fantasia porque já comprei os convites para o Clube Municipal e o Botafogo. Está tudo acertado com meus familiares. Você ficará hospedada conosco. Mas sugeriram para não ficarmos de beijos e abraços dentro de casa. Deram a entender que ficam meio constrangidos. Concordei, prontamente;

trata-se de uma questão de cultura da “tradicional família mineira”.

Neste domingo, vou disputar um torneio rápido de xadrez no Clube Guanabara, no Centro do Rio.

Sobre o Exército, não tive como me livrar do serviço de guarda no sábado de Carnaval. Temo que a situação política piore, pois têm sido constantes os pernoites no quartel em face dos movimentos grevistas e das associações dos sargentos das três armas, bem como dos cabos e soldados da Marinha, em nível nacional, que reclamam por maiores direitos de organização; de poderem se eleger; cursar uma faculdade, casar. Todavia, durante o Carnaval, creio que tudo estará tranquilo.

Esta carta é mais um bilhete. Vou ficar por aqui, porque preciso matricular-me no vestibular ainda hoje e vou aproveitar para colocá-la no correio.

Sou apenas saudades aguardando-a para sambarmos e pularmos muito.

Domingo lhe telefonarei em torno das onze horas.

Um beijo saudososo do Francisco



Ilhados

Fomos passear na ilha de Paquetá. A barca comportava centenas de passageiros e demorava mais de uma hora nas águas da baía de Guanabara. Ao chegar ao cais, em uma placa a frase: “PAQUETÁ É UM CÉU PROFUNDO, QUE COMEÇA NESTE MUNDO, MAS NÃO SABE ONDE ACABAR”,¹ que descreve bem aquela romântica ilha. Passeamos de charrete para conhecer o seu interior e depois fomos para a praia. O mar ali é calmo. Aproveitamos para nadar e depois alugamos, por uma hora, um barquinho a remo. Cantei para ela: “*Se a canoa não virar, olê, olê, olá; eu chego lá*”.²

Em um cantinho mais destacado da praia, armamos a barraca, estendemos uma esteira e nos deitamos. Era Carnaval. Abraçados, viajávamos tontos no mundo da paixão. Almoçamos tarde e pegamos de volta a última barca do dia. Tentei avançar no sarro. Ela me questionou, seriamente.

— Você gosta de mim?

— Claro, Clarinha. Qual a dúvida?

— Desculpa, benzinho, preciso lhe fazer uma pergunta meio boba: quais são suas intenções comigo?

— São as piores possíveis! — respondi à queima-roupa, brincando com ela.

— Você é muito doido — com um sorriso de seriedade, me fez ameaças de amor — cuidado, posso virar “Chapeuzinho Vermelho”, que pôs o lobo mau na coleira.

— Vou pagar pra ver! Também não sei em que isto vai dar ou acabar, mas tenho certeza de que gosto de você “às pampas” — declarei-lhe, acariciando-a.

— E eu sou louca por você!



Um passeio inesquecível. Chegamos à casa cansadíssimos, tivemos enjojo e ressaca. Realmente exageramos, no almoço, no sol, no chope e na paixão.

Ela era muito inteligente e afetuosa; visualizava a vida para ser gozada com planos realistas e sólidos. Sabia que podia confiar totalmente em mim.

Gostava sinceramente dela. Jamais faria com ela alguma coisa a que não estivesse absolutamente disposta.

Tal legítimo cavalheiro, a divertia, respeitava e preservava. Foi assim que curtimos bares, festas, boates, praias, cinemas.



Outro memorável programa foi a praia de Copacabana, no Posto 6. Fomos a pé desde Ipanema; antes, passamos pelas praias do Arpoador e do Diabo.

Devido à presença de um quebra-mar natural, formado por enorme pedra, onde foi construído o Forte de Copacabana, o mar ali é sempre calmo e bom para se nadar. Um fotógrafo profissional tirou uma foto nossa nas praias do Rio de Janeiro. Era a única que tínhamos.

Outros passeios sucederam-se, ao Pão de Açúcar, Corcovado, Vista Chinesa e vários mirantes espalhados por toda a orla da avenida Niemeyer, Floresta da Tijuca e morro de Santa Teresa; tudo isso constitui verdadeiros brindes aos olhos do turista ou visitante.

O Rio de Janeiro possui praias com todas as configurações e gostos para se curtir. Praias com mar aberto e revolto, preferido dos surfistas; ou as situadas dentro da baía de Guanabara, sem ondas, ideal para se nadar e velejar.

Diria também que o Rio de Janeiro é o paraíso de uma gente amorosa e feliz, porque o amor aqui, como escreveu Antônio Maria, *estava em tudo que eu vi e em tudo quanto eu amei*³.

¹Trecho da letra de *Luar de Paquetá*, de Hermes Fontes e Freitas Júnior.

²*Marcha do Remador*, de Antônio Almeida e Oldemar Magalhães.

³*Valsa de uma Cidade*, de Antônio Maria e Ismael Neto.



Visitando-a nas Minas

Éramos apenas um pelotão de serviços naquele Instituto Militar de Engenharia (IME) da Praia Vermelha.

Foi difícilimo me livrar do serviço de sentinela avançada do IME naqueles dias agitados da última semana que antecedeu ao golpe de 1964. Negociei com dois bons companheiros, combinando com o subtenente que fazia a escala de serviço a troca comigo durante a Semana Santa, quando viajaria para Belo Horizonte.

Em 19 de março, quinta-feira, aprontei minha mala e, cedinho, embarquei em um ônibus da Viação Cometa. Fiquei hospedado com o Antúlio, que foi me buscar na rodoviária. Clara havia elaborado uma programação de passeios.

À noite, marcamos um encontro em uma boate que ficava na cobertura do edifício sede do então Banco da Lavoura de Minas Gerais, na avenida Afonso Pena. Ela atrasou quinze minutos. Chegou tensa.

— Benzinho, me desculpe o atraso. Tenho que lhe contar: tive um atrito com um irmão que gosta muito de me controlar e está sempre querendo se meter na minha vida. Mas está tudo bem agora. Vamos subir que esta noite é só nossa — falou com decisão.

— Desculpar o quê? Você está belíssima com esse vestido estampado de seda!

Fumávamos um único cigarro, que compartilhávamos tragando a mesma fumaça, passada de um para o outro, que ficava assim santificada pelo fogo de nossa paixão. Mas era também mais um pretexto para a gente beijar bastante.

Em um dado momento, conversamos sobre meus dias de Exército.

— Clarinha, a crise política está gravíssima. Estourou uma revolta de sete mil marinheiros. Ficamos de prontidão durante dois dias, tirando serviço com baioneta calada, apesar de sermos soldados burocratas, lotados em uma escola militar. A Marinha perdeu o controle da situação; outros fuzileiros foram prender os rebelados, mas mudaram de lado e se uniram a eles. Para controlar a situação, foi preciso acionar o Exército, que cercou os amotinados com blindados e tropas de elite, assim mesmo negociando uma anistia.

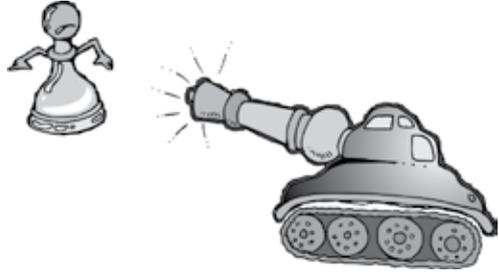
— Meu benzinho, eu só espero é que você dê baixa logo, saia desse fogo cruzado e assuma seu emprego no IAPI — comentou, preocupada.

No sábado, pela manhã, curtimos uma piscina na sede campestre do Clube Forense e, à tarde, fomos conhecer o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, obra de Oscar Niemeyer, Burle Marx e Lúcio Costa. À noite, um longa-metragem no Cine MetrÓpole completou o dia.



Domingo, 29 de março de 1964, treze horas.

Com um último beijo de despedida, sou o último passageiro a entrar no ônibus de volta ao Rio de Janeiro.



Trama Imperial

Em 1964, era embaixador dos Estados Unidos no Brasil o senhor Lincoln Gordon, professor de economia da Universidade de Harvard, que tinha como um dos seus principais conselheiros, o coronel Vernon Walters, um declarado membro e, posteriormente, diretor da Central de Inteligência Americana (CIA).¹

Poliglota, Walters falava fluentemente o português; durante a Segunda Guerra, foi o oficial de ligação entre a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o Exército dos Estados Unidos na Itália. Com isso, tornou-se amigo de muitos oficiais brasileiros, agora com altas patentes e ocupando destacadas funções nas Forças Armadas, entre eles os generais Castelo Branco, Cordeiro de Farias e Syzeno Sarmiento, que tiveram destacada participação no golpe.

Dois importantes órgãos foram criados pela direita, nos anos João Goulart, especialmente para conspirarem: o IBAD e o IPES.

“O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi, juntamente com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (estruturado pelo general Golbery do Couto e Silva), o maior fator de corrupção eleitoral nas eleições de 1962. Muitos anos depois (1994), Lincoln Gordon, embaixador norte-americano na época, confessou que os EUA gastaram

seis milhões de dólares naquelas eleições.” (Marco Antônio Villa, *Jango, um perfil (1945-1964)*, Editora Globo, 2004, p. 87).

Posteriormente (1963), a Câmara de Deputados instaurou uma CPI, presidida pelo deputado Elói Dutra, que revelou inúmeras falcaturas do IBAD.

“Fundado em 1959 (portanto, já atuara na campanha eleitoral de Jânio e editava uma revista mensal) e fechado em dezembro de 1963, graças aos dados levantados pela CPI. Mas o IPES escapou e continuou sua solerte campanha até a derrubada de Jango.” (Elói Dutra, *IBAD, Sigla da Corrupção*, Civilização Brasileira, 1963).

Reproduzo aqui um trecho das páginas 191/2 do livro *Jango: um perfil (1945-1964)*, Editora Globo, 2004, de Marco Antônio Villa, para que, entre outras coisas, possa o leitor avaliar o caráter do general Costa e Silva que, como se sabe, ficou em cima do muro até o último momento do golpe:

“No dia 22 de março de 1964, depois de uma ausência de nove dias, retornou ao Brasil o embaixador Lincoln Gordon, que havia participado de várias reuniões em Washington”.

Ou seja, em plena crise política o embaixador norte-americano se ausenta do Brasil por NOVE DIAS. Façamos as contas: VIAJOU EXATAMENTE NO DIA DO COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL. E participa de várias reuniões: já era o golpe em marcha. Prossegue o professor Villa:

“Em uma delas, em 17 de março, com a presença de Thomas Mann, sub-secretário para Assuntos Interamericanos, ficou clara a opção preferencial por um golpe direitista no Brasil: ‘O governo já não tratará de impedir os golpes de Estado direitistas e manterá uma linha política anticomunista.

Nas condições atuais da América Latina torna-se difícil traçar uma linha divisória entre democracia e ditadura'. No dia seguinte ao seu retorno, Gordon escreveu um memorando para o Departamento de Estado avaliando a conjuntura política: 'Seu tempo está se esgotando [referindo-se a Jango] e os candidatos à sucessão se reunindo ativamente na arena. Goulart está sob pressão e agirá com mais rapidez e menor cálculo dos riscos'. Considerou que 'Goulart se acha agora definitivamente envolvido em uma campanha para conseguir poderes ditatoriais'".

"(...) Diferentemente de outros países latino-americanos, onde os diplomatas norte-americanos tiveram até de organizar os golpistas para derrubar governos que não agradavam a Washington, no Brasil, a oferta golpista era tão farta que o maior problema foi evitar a sobreposição de esforços. Desde o início das primeiras sondagens, porém, estava claro aos norte-americanos que o golpe viria, mas com a liderança dos direitistas brasileiros, e que os Estados Unidos entrariam no jogo, inicialmente para conceder ajuda militar e diplomática, sobretudo no caso de um estado de beligerância. O plano B era o fornecimento de petróleo — os norte-americanos temiam que os partidários de Jango explodissem as refinarias — e, caso eclodisse uma guerra civil, o envio de um porta-aviões, seis destroieres, um navio para o transporte de helicópteros e quatro petroleiros. E ainda seis aviões de carga, oito de abastecimento, um de comunicações, oito caças e um posto de comando aerotransportado." (Correia, Marcos de Sá, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, L&PM, 1977).

Pulemos para a página 208 do livro do Villa:

"(...) A embaixada americana acompanhava cuidadosamente os acontecimentos. E, em 22 de março, Lincoln Gordon retornou ao Brasil. Nos três dias seguintes, conferenciou com os cônsules e diversos assessores sobre a conjuntura política. Tudo indica que na semana em que permaneceu nos Estados Unidos, em reuniões com funcionários governamentais,

tenha sido decidida a possibilidade de intervenção militar mediante o fornecimento de armas e munições.”

A citação é longa, mas esclarecedora. Ela invalida a afirmação de que os EUA nada tiveram a ver com o golpe, e que foi tudo organizado por oficiais brasileiros e pela Escola Superior de Guerra (ESG).

Por incrível que pareça, há pessoas (políticos, militares, professores etc) que ainda insistem em negar a participação norte-americana no golpe.

Avalie-se também o caráter do general Costa e Silva, acossado por dívidas de jogo, e que, a meu ver, só aderiu ao golpe por ter sido ignorado por Jango e por medo de ficar por baixo na “nova ordem”.

¹CIA — Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, responsável por um sem número de confessadas interferências na política interna de muitos países, como, por exemplo:

Na destituição e assassinato do primeiro-ministro Mohammed Mossadegh, do Irã, em 1953, quando este nacionalizou o petróleo iraniano;

Na rebelião militar que depôs o presidente Jacobo Árbenz, da Guatemala, em 1954, por ter desapropriado terras da multinacional *United Fruit* com vistas a uma reforma agrária;

Na incitação ao separatismo da província congoleza de Catanga, rica em diamantes, e no subsequente assassinato do primeiro-ministro congolês Patrice Lumumba, líder da independência de seu país e defensor de políticas nacionalistas (1961);

Na malograda invasão de Cuba (1961) e em inúmeras tentativas de atentado contra Fidel Castro, conhecidas pelo codinome de *Operação Mongoose* (contaminação das roupas do líder cubano com fungos capazes de infectar o aparelho respiratório com bacilos da tuberculose; envenenamento de charutos; contaminação de graxas de sapato com fungos mortais; contaminação da sua roupa de pesca submarina com bactérias causadoras de afecções dermatológicas; e oferecimento de US\$ 150 mil a matadores profissionais) descritas por Thomas C. Wright, *Latin América in the era of the Cuban Revolution*, e Thomas Powers, *The man who kept the secrets*;

Nos preparativos do golpe de 1964 no Brasil, historiados em: *O Golpe Começou em Washington*, de Edmar Morel; *1964; O Golpe Visto pela Casa Branca*, de Marcos de Sá Correia; depoimentos recentes do embaixador Lincoln Gordon; e *Por dentro da CIA*, de Philip Agee; *CIA - 50 anos*, vídeo produzido pelo Discovery Channel; e no golpe militar que destituiu o presidente Salvador Allende, do Chile (1973).



Chumbo Grosso

No dia da mentira, 1º de abril, registra-se o aniversário do golpe militar e civil que destituiu o presidente João Goulart.

Nesse episódio, os órgãos da grande imprensa atuaram como verdadeiras agências de publicidade, financiadas pelo grande capital, e tiveram um papel preponderante para influenciar decisivamente a opinião pública, principalmente da classe média e das elites, para se posicionar contra o governo federal constituído e para estimular as Forças Armadas ao golpe.

Jango pregava um capitalismo humanizado. Poder-se-ia dizer que era um nacionalista-social-democrata. Anteriormente, fora eleito, em 1950, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e, depois, por oito meses, em 1953, nomeado ministro do Trabalho no governo Vargas. Deixou a pasta após o chamado Manifesto dos Coronéis, assinado, entre outros, por Golbery do Couto e Silva, Amaury Kruel, Syzeno Sarmiento, Jurandir Bizarria Mamede, Sílvio Frota, Ednardo D'Ávila e Euler Bentes, figuras que se tornaram preeminentes após a instalação da ditadura.

Além disso, Jango era considerado o herdeiro político de Getúlio Vargas, que o Departamento de Estado Americano classificava como não confiável, por sua postura nacionalista, principalmente, após a criação da Petrobrás, em seu segundo governo, conquistado democraticamente por eleições, e que vigorou de 1951 até o seu suicídio, em 24 de agosto de 1954.

Os setores tradicionalmente golpistas das Forças Armadas já se sentiam frustrados desde 1955, quando não conseguiram impedir a posse de Juscelino e Jango na presidência e vice-presidência da República (vide o contragolpe militar do marechal Lott, em 11 de novembro de 1955, destinado a travar a conspiração civil-militar que pretendia obstar a posse de Juscelino, já eleito; e em 1956, quando fracassou uma tentativa de rebelião da Aeronáutica, menos de um mês depois da posse de JK).

A 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros, em clara tentativa de golpe, renunciou, insatisfeito por não ter conseguido do Congresso Nacional (CN) poderes excepcionais. Esperava ser reconduzido ao poder através de um levante popular, ou seja, ser chamado de “volta pela revolta”. Isso, porém, não aconteceu. Imediatamente, o CN, através do presidente do Senado, Auro Moura Andrade, declarou vago o cargo da Presidência da República. Como o vice-presidente, João Goulart, achava-se fora do país, assumiu o presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazzilli.

Três dias depois, os ministros militares ousaram impor ao CN uma nota vetando a posse de Goulart, que foi rejeitada por expressiva maioria dos congressistas.

No dia 30 de agosto, aqueles mesmos ministros voltaram à carga, lançando um documento à nação, explicando as razões de veto à investidura de Jango na Presidência:

“... em viagem à URSS e à China comunista [referindo-se a Jango], tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime destes países, exaltando o êxito das Comunas Populares (...). Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do governo, o senhor João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia e na luta civil”.

Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, era, no campo político, um dos principais arautos das propostas golpistas. Através

de seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, utilizava uma linguagem extremamente agressiva e eivada de calúnias contra João Goulart e, como governador, instaurou a censura política aos jornais do seu estado que combatiam a tentativa de golpe.

Transcrevo aqui um trecho da página 17 do livro *O governo Goulart e o golpe de 64*, de Caio Navarro de Toledo, que descreve a presença de Leonel Brizola naquele episódio:

“Dos governadores estaduais que declararam seu apoio à posse de Goulart (Carvalho Pinto, de São Paulo; Ney Braga, do Paraná; Mauro Borges, de Goiás; e Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul), foram estes dois últimos os que mais intensamente se empenharam na ‘defesa da legalidade’. Contudo, foi a partir de Porto Alegre que se unificou a oposição nacional ao golpe militar, em virtude da adesão do III Exército, sob o comando do general Machado Lopes. Brizola mobilizou amplos setores do seu estado, chegando, inclusive, a se dispor a distribuir armas à população civil para combater eventuais ataques dos golpistas. Por intermédio da ‘Rede da Legalidade’, acompanhava-se o desenrolar dos acontecimentos em todo o país e articulava-se o movimento antigolpista em nível nacional.”

Os trabalhadores e estudantes de todo o país engajaram-se na luta contra o golpe, deflagrando inúmeras greves políticas que culminaram em uma paralização nacional, coordenada pelo Comando Geral de Greve (CGG) e pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Negociou-se, então, uma solução alternativa: Jango assumiria, porém com a adoção de um regime parlamentarista e deveria dividir o poder com um primeiro-ministro, escolhido pelo CN. Verdadeiramente, um “golpe branco”.

“Pouco mencionada foi a participação de sargentos aquartelados em Brasília, garantindo a segurança de João Goulart e fazendo fracassar a Operação Mosquito. Essa operação foi articulada por oficiais da Aeronáutica contrários à posse de Jango, em 1961. Foi um grupo de sargentos que

deu cobertura ao desembarque de Jango em Brasília”. (Aquino, Vieira, Agostino e Roedel, *Sociedade Brasileira, Uma História*, Editora Record, 2000, pp. 665 e 666).

A 7 de setembro de 1961, Jango, aos 42 anos de idade, tomou posse, no Congresso Nacional, tendo que enfrentar a persistente ameaça de golpe dirigida pela UDN, principalmente por Carlos Lacerda.

O parlamentarismo durou até 23 de janeiro de 1963. Nesse período sucederam-se três primeiros-ministros: Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Caracterizou-se por repetidas crises econômicas e políticas.

O povo foi chamado a opinar quanto à continuação ou não do sistema parlamentarista em 6 de janeiro de 1963: dos 11,8 milhões de votantes, o presidencialismo foi aceito por mais de 9 milhões de votos.

Tal resultado deixou em Jango uma visão enganosa da vitória como sendo sua.

Todos os principais candidatos em potencial para a presidência em 1965 posicionaram-se a favor do presidencialismo: Juscelino, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Leonel Brizola, Juraci Magalhães, Cid Sampaio e até Alziro Zarur, veterano radialista, que adquiriu o controle da Rádio Mundial, no Rio de Janeiro, e fundou a Legião da Boa Vontade (LBV), instituição assistencialista que, aos poucos, foi assumindo caráter político, a ponto de Zarur criar o Partido da Boa Vontade (PBV).

Com plenos poderes de presidente, reassumidos em 23 de janeiro de 1963, Jango governou por um ano e dois meses.

Foi elaborado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, de autoria do renomado economista Celso Furtado, ministro do Planejamento, que visava à redução da inflação, acenando-se com um acentuado índice de desenvolvimento; à implantação da verdade cambial (desvalorização da moeda para favorecer as exportações); ao corte de subsídios ao trigo e derivados de petróleo; à elevação das tarifas públicas; à contenção do crédito e das emissões de papel-moeda; e ao controle de salários e preços.

Para se ter uma ideia do quanto Jango era precavido e ponderado, o delicado projeto de Lei da Remessa de Lucros, de autoria do deputado Sérgio Magalhães, aprovado no CN, demorou 16 meses para ser regulamentado pela Presidência da República.

Em 1962, o candidato oficial à sucessão do governador Leonel Brizola perdeu as eleições no seu estado para Ildo Meneghetti, que veio a apoiar o golpe de 1964. Contudo, Brizola foi eleito deputado federal pelo estado da Guanabara por estrondosa votação. Lançou o movimento do Grupo dos Onze e mantinha um programa semanal na rádio Mayrink Veiga, com o qual fazia a divulgação de suas ideias nacionalistas e pelas Reformas de Base.

No cenário militar, surgiu a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) em 25 de março de 1962, que, dois anos depois, seria centro de uma grave crise institucional e política.

A partir da zero hora do dia 12 de setembro de 1963, estourou, em Brasília, a rebelião dos 600 militares, principalmente, sargentos, cabos, marinheiros e soldados da Aeronáutica, liderada pelo sargento Antônio Prestes de Paula.

A principal bandeira dos revoltosos era defender o direito de os sargentos votarem e serem votados e para protestar contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal que negou provimento ao recurso de dois sargentos eleitos em 1962: Aimoré Zoch Cavalheiro, deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, e Antônio Garcia Filho, deputado federal pelo [então] estado da Guanabara. O confronto entre os rebeldes e as tropas legalistas resultou em dois mortos e inúmeros feridos.

A 4 de outubro de 1963, Jango propôs o estado de sítio, mas retirou sua proposta no dia 7, ao pressentir que o mesmo não seria aprovado pelo Congresso.

Jango passou então a prestigiar a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e, só então, ordenou a regulamentação da lei sobre a remessa de lucros do capital estrangeiro.

Luiz Carlos Prestes, dirigente máximo do PCB, no início de 1964, defendia um segundo mandato para Jango e propôs, publicamente, a iniciativa

de Emenda Constitucional que permitisse a reeleição.

A 13 de março, sexta-feira, foi realizado um comício de 200 mil pessoas na Central do Brasil, quando Jango pregou¹ as Reformas de Base e assinou dois decretos: um, prevendo a encampação das refinarias particulares de petróleo, que seriam incorporadas à Petrobrás, e o segundo, da SUPRA, que permitia o confisco de latifúndios improdutivos.

Na primeira Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, em 19 de março, milhares de pessoas se reuniram em São Paulo e desfilaram da praça da República à praça da Sé.

A chamada Revolta dos Marinheiros, ocorrida entre os dias 24 a 27 de março, aprofundou ainda mais a crise política que caminhava a olhos vistos para a ruptura das instituições. Inconformados com a prisão dos dirigentes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, cerca de sete mil marinheiros realizaram uma reunião proibida pelo almirante Sílvio Mota, ministro da Marinha, no Sindicato dos Metalúrgicos, e se declararam em assembleia permanente.

A tropa de fuzileiros enviada para render os revoltosos também se insubordinou e se incorporou ao motim. Tropas do I Exército cercaram os amotinados, que se entregaram como prisioneiros, sendo levados a uma unidade militar e, em poucas horas, libertados e anistiados pelo novo ministro da Marinha.

Então, foi a vez de o Clube Naval e o Clube Militar se rebelarem e se declararem em assembleia permanente, tendo denunciado enfaticamente o “ato de indisciplina acobertado pela autoridade constituída, destruindo o princípio da hierarquia”. Concretamente, era o começo do fim do governo constituído!

Na noite de 30 de março, Jango, radicalizando ainda mais uma posição política de esquerda, discursou para cerca de mil sargentos da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara, na sede do Automóvel Clube do Brasil, centro do Rio de Janeiro, com transmissão pelo rádio e televisão, evento considerado um dos estopins para a deflagração do golpe.

No dia seguinte, as tropas do general Olympio Mourão Filho, com apoio do governador Magalhães Pinto, insurgiram-se e marcharam de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro.

Em primeiro de abril, Jango voou do Rio para Brasília; dali para o Rio Grande do Sul; e só em 4 de abril, deixou o Brasil e se asilou no Uruguai.

“Três dias antes, a direita conseguia no Congresso Nacional aprovar a declaração da vacância da Presidência da República. Na madrugada do dia 2 de abril, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, era empossado como presidente da República. Poucas horas depois, estando João Goulart ainda em território nacional, o presidente dos EUA, Lyndon Johnson, através de um telegrama, saudava calorosamente o novo governo brasileiro.” (Caio Navarro de Toledo, *O governo Goulart e o golpe de 64*, Editora Brasiliense, p. 106).

A 3 de abril, no Rio de Janeiro, milhares de pessoas participam de mais uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Seis dias depois, sai o primeiro Ato Institucional: o marechal Castelo Branco assume a Presidência e começam as primeiras cassações de direitos políticos.



E se Jango resistisse? Pensando nessa hipótese fiz questão de escrever o “O 11 de Setembro Chileno”; convido o caro leitor para esta reflexão.

¹Sugiro ao leitor a leitura, na pág 479, de trechos do discurso, que considero uma peça histórica da mesma grandeza da carta testamento de Getúlio Vargas.

Principais fontes de pesquisa: TOLEDO, Caio Navarro de, *O governo Goulart e Golpe de 64* e Aquino, Vieira, Agostino e Roedel, *Sociedade Brasileira, Uma História*, Editora Record, 2000.



O 11 de Setembro Chileno

Ao discorrer sobre o Golpe Militar de 1964, ficou a pergunta: e se Jango resistisse? Vamos viajar no tempo até o dia 11 de setembro de 1973 e pousar nos Andes.

João Goulart chama-se agora Salvador Allende. É o presidente do Chile — também maçom, progressista e legitimamente eleito pelo povo. Seu governo representa, concretamente, a primeira experiência mundial de um governo marxista a assumir o poder, em 4 de novembro de 1970, por meio de eleição livre em que uma frente de partidos de esquerda obteve 36% dos votos.

Allende governou durante mil dias, realizou a Reforma Agrária, estatizou os sistemas financeiro e de telefonia, nacionalizou as minas de carvão e de cobre — este último, a principal riqueza do Chile, cuja exploração, durante trinta anos, havia sido monopólio de companhias estadunidenses.

Deslocadas do governo e combatidas em seus privilégios, as elites chilenas, comprovadamente associadas à CIA, promoveram um avassalador movimento de desestabilização do governo Allende, financiando uma campanha golpista por toda a imprensa; promovendo boicotes; a paralisação nacional dos caminhoneiros, com o decorrente prejuízo ao abastecimento nacional de gêneros alimentícios; atentados; explosões de pontes, oleodutos, torres de transmissão de energia; provocando apagões.

Insensível à realidade, a extrema esquerda, através do *Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR)*, radicalizava, cada vez mais, no discurso e nas ações, favorecendo o golpe desfechado pelos ministros militares, que traíram a confiança do presidente eleito e impuseram ao Chile uma das mais cruéis ditaduras de toda a história da América Latina.

Assim se pronunciou o presidente Salvador Allende em sua última mensagem, transmitida pelo rádio diretamente do Palácio Presidencial de La Moneda, sob feroz bombardeio aéreo: “Eu não vou renunciar. Pagarei com minha vida a lealdade do povo. Outros homens saberão superar este momento cinza e amargo, onde a traição pretende se impor”.

O golpe de estado teve à frente o general Augusto Pinochet, que, apesar de vacilante durante todo o período de conspiração e de ter aderido apenas trinta e seis horas antes de sua deflagração, recebeu, durante todo o seu governo, irrestrito apoio dos Estados Unidos. Ao longo de dezessete anos, segundo fontes seguras, deixou trinta mil mortos e desaparecidos políticos, além de milhares de exilados.

Não pretendo impor a quem quer que seja a admiração que tenho por Allende ou a defesa irrestrita das iniciativas de seu governo, brevemente resumidas acima. Defendo a democracia, a discordância política e a existência de oposição, dentro dos limites da ética e dos preceitos constitucionais. Como dizia o saudoso jornalista Barbosa Lima Sobrinho, em entrevista concedida por ocasião de seu centenário:

“(...) o mais importante, em uma democracia, é o direito de contestação”.

Entretanto, analisando retrospectivamente os acontecimentos de 1973 no Chile, tenho a convicção de que Allende não foi derrubado por ter nacionalizado a produção de cobre, por ter estatizado o sistema bancário ou por ter implementado uma reforma agrária. Claro que tudo isto contribuiu para a polarização política que ajudou a criar o clima propício à sua derrubada (em 1964, no Brasil, viu-se muito bem como a direita é hábil em transformar iniciativas meramente reformistas em “atentados ao direito de propriedade”,

em concessões ao “comunismo materialista e ateu” e em “solapamento das tradições cristãs da família brasileira”).

Pelo que hoje se sabe, o destino de Allende já estava decidido (em Washington) antes mesmo de ter sua eleição confirmada pelo Congresso chileno (24/10/70) e de tomar posse na presidência (04/11/70). Poucos dias após sua eleição, o então secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, assim se manifestou: “Não vejo nenhuma razão para permitir que qualquer país se torne marxista, só porque seu povo é irresponsável”.

O simples nome de Allende constituía uma preocupação para a *International Telephone and Telegraph (ITT)*, a *Pepsi-Cola*, o *Chase Manhattan Bank* e outras poderosas corporações norte-americanas que tinham negócios no Chile e logo trataram de ativar seus contatos em Washington. De tal forma que, apenas onze dias após a vitória de Allende (que ainda necessitava de confirmação pelo Congresso chileno, por não ter obtido maioria absoluta), Nixon (ainda não defenestrado) convocou Henry Kissinger e Richard Helms, diretor da CIA, para uma série de reuniões no Salão Oval da Casa Branca. Foram essas reuniões que, de fato, decidiram o destino da democracia chilena.

Notas pessoais de Helms, há poucos anos reveladas, assim resumiram as orientações presidenciais:

“...[Nixon] não está preocupado com os riscos envolvidos. Nenhum envolvimento da embaixada. US\$ 10 milhões disponíveis, mais [dinheiro] se necessário; (...) faça a economia gritar [grifo meu] e quarenta e oito horas para um plano de ação”.

“Na reunião de 18/09/70, decidiu-se remover o principal obstáculo a um golpe contra Allende: o ministro do Exército do governo Eduardo Frei, general René Schneider, legalista, que defendia o cumprimento da Constituição e o reconhecimento pelo Congresso da vitória eleitoral de Allende. Kissinger, então, deu mão forte ao *Patria y Libertad*, grupo fascista da pior espécie, verdadeira gangue de celerados, que, depois de duas tentativas de sequestro, acabou por assassinar o general Schneider

em 22/10/70, com apoio de Kissinger, que enviou metralhadoras, máscaras de gás, munições e dinheiro (duas parcelas de US\$ 50 mil). Todas estas informações foram confirmadas pela CIA, em documento tornado público em setembro de 2000.”

“O assassinato de Schneider, entretanto, não foi suficiente para impedir a confirmação do presidente eleito pelo Congresso e sua subsequente posse. Decepcionados, Nixon e seus asseclas não desistiram e deram continuidade a seus planos de desestabilização (uma bela metáfora) do já então governo constitucional chileno: bloqueio econômico, cortes em investimentos, execução do projeto FUBELT e contatos iniciais com os países vizinhos com vistas à implementação da famosa *Operação Condor*, que só entraria em operação em 1974, após a queda de Allende”.

Por aí se verifica que falta um réu, talvez o mais importante, no processo movido pela Justiça chilena contra Pinochet: Henry Kissinger. Na realidade, foi ele o mentor das tentativas de impedir a posse de Allende e do golpe que o matou, além de ter tido conhecimento e ter dado sua aprovação a todos os crimes cometidos pela ditadura daquele país.

De 1974 a 1976, a CIA, com aprovação de Kissinger, manteve permanente contato com o general Manuel Contreras, notório violador dos direitos humanos, idealizador da Operação Condor (1974), chefe da DINA, o temível órgão da repressão chilena, mandante do atentado (carro-bomba) que vitimou em Washington o ex-ministro Orlando Letelier e responsável por inúmeros assassinatos e desaparecimentos de opositores do regime.

Henry Alfred Kissinger, um dos agraciados com o Prêmio Nobel da Paz, em 1973, dividido com o general vietnamita Le Duc Tho, sabia que haveria um banho de sangue no Chile, com o terror instalado desde o primeiro dia nos porões do Estádio Nacional de Santiago e que se corporificou a seguir no que se convencionou chamar de “Caravana da Morte”: uma comitiva chefiada pelo general Sergio Victor Arellano Stark, pessoalmente designado e credenciado por Pinochet, e integrada por mais quatro oficiais, que, viajando em um helicóptero Puma do governo, percorreu, entre 4 e 19 de outubro de 1973, as cidades de

Cauquenes, La Serena, Copiapó, Antofogasta e Calama, selecionando presos políticos e executando-os sumariamente.

Transcrevo os comentários de Newton Carlos, renomado comentarista de política internacional, escrito no prefácio do livro *A Caravana da Morte*:

“(…) uma operação de guerra montada e executada como tal, nos mínimos detalhes, com frieza e minúcia, com objetivos e meios muito claros, não importa o quanto pudessem estes parecer abjetos. Ao contrário, a abjeção fazia parte da lógica da operação. (...) No final, 75 prisioneiros haviam sido trucidados, vários deles com requintes de extrema crueldade, com casos de olho arrancado a faca e outras barbaridades de igual sordidez. (...) Foi o suficiente para que o país ficasse assombrado e aterrorizado, o que era a meta visada por Pinochet & Cia., a fim de conseguir um clima dócil na população para o seu poder absoluto”.

O general Arellano e todos os participantes da sinistra missão foram posteriormente promovidos por Pinochet.

Acrescente-se o caso internacionalmente conhecido do cantor, instrumentista, compositor, folclorista e professor Víctor Jara, que, preso no Estádio Nacional, teve os pulsos e os dedos quebrados e esmagados, acabando por ser assassinado e enterrado em local desconhecido.

A 23 de outubro de 1998, uma sexta-feira de sol e calor, tive orgulho de participar de um ato, em frente ao consulado da Grã-Bretanha, na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, organizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), exigindo que o general e senador vitalício do Chile, Augusto Pinochet, preso, de surpresa, em Londres por denúncia da Justiça da Espanha, fosse extraditado para seu país, para ser denunciado e julgado por crimes cometidos contra cidadãos espanhóis residentes no Chile, ao tempo da ditadura.

Após esse episódio, os valentes torturadores de presos políticos das ditaduras militares passaram a evitar passear pela Europa, receosos de serem

capturados por denúncia de suas vítimas espalhadas pelo mundo inteiro.

Depois de quase dois anos em prisão domiciliar em Londres (1998-2000), Pinochet conseguiu safar-se. A Justiça inglesa decidiu liberá-lo “por razões humanitárias”, acolhendo alegações de senilidade apresentadas por seus advogados de defesa. O ex-ditador, entretanto, saltou do avião em Santiago aparentando ótima disposição física. Mais tarde, o processo instaurado contra ele junto à Justiça chilena foi suspenso sob o fundamento de que estaria sofrendo de demência leve. Faleceu em 10/12/2006, sendo seu sepultamento comemorado festivamente, por muitos, no mundo inteiro.

No momento em que escrevo estas linhas, todos os órgãos de imprensa destacam a bombástica notícia de uma sentença da Justiça italiana, solicitando a extradição de 140 autoridades latino-americanas envolvidas no assassinato de cidadãos italianos. 13 brasileiros constam da lista: Agnello de Araújo Brito, ex-superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro; Antônio Bandeira, ex-comandante do 3º Exército; Átila Rohrsetzer, ex-diretor da Divisão Central de Informações; Carlos Alberto Ponzi, ex-chefe do SNI em Porto Alegre; Edmundo Murgel, ex-secretário de Segurança no Rio de Janeiro; Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, ex-comandante do 1º Exército; Henrique Domingues, ex-comandante do Estado-Maior do 3º Exército; João Baptista Figueiredo, ex-presidente; João Oswaldo Leivas Job, ex-secretário de Segurança no Rio Grande do Sul; Luís Macksen de Castro Rodrigues, ex-superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul; Marco Aurélio da Silva Reis, ex-diretor do Dops no Rio Grande do Sul; Octávio de Medeiros, ex-chefe do SNI; e Walter Pires, o ex-ministro do Exército.

Em julho de 2004 explodia nos jornais o escândalo das contas secretas de Pinochet: uma investigação do Senado dos Estados Unidos revelou que ele ocultou, em contas no exterior, milhões de dólares não declarados. No Banco Riggs, o maior da capital norte-americana, tais depósitos estão avaliados entre US\$ 4 e US\$ 8 milhões (*O Globo*, de 16, 17, 20 e 21 de julho de 2004).

Trata-se de estabelecimento bancário anteriormente condenado por lavagem de dinheiro e que, em 1998, quando Pinochet, supostamente

senil, estava preso em Londres, ajudou-o a criar duas empresas fantasmas nas Bahamas: a Ashburton e a Althorp, que, diga-se de passagem, jamais chegaram a ter sequer um funcionário ou escritório. Na mesma ocasião, o Banco Riggs transferiu US\$ 1,6 milhão das contas de Pinochet para os EUA, para evitar um possível congelamento pelas autoridades britânicas.

O inquérito do Senado norte-americano revelou ainda que Pinochet fez diversas transferências interbancárias, depois de ter voltado ao Chile, de 2000 até, pelo menos, 2003.



Concluo este capítulo lembrando que Jango foi derrubado, não pelos seus defeitos, mas por suas qualidades, conforme assinalou Darcy Ribeiro. Dentre elas, a de perceber que a onda golpista seria arrasadora; a resistência poderia, não somente gerar um banho de sangue, como a quebra da unidade territorial do Brasil, como ocorreu ao Vietnã e à Coreia, o que certamente contemplaria a geopolítica dos Estados Unidos.

Principais fontes de pesquisa:

HITCHENS, Christopher, *O Julgamento de Henry Kissinger*, Boitempo Editorial, 2002; VERDUGO, Patrícia, *A Caravana da Morte*, Ed. Revan, 2001, com prefácio de Newton Carlos, livro que serviu de base ao juiz espanhol Baltazar Garzón para formular sua denúncia contra Pinochet e mantê-lo preso em Londres durante 503 dias; JARA, Joan, *Canção Inacabada - a vida e a obra de Víctor Jara*, Ed. Record, 1998.



Cartas de Maio de 64

Belo Horizonte, 9 de maio de 1964.

Meu querido Francisco,

Ontem passei o dia brincando com os meus sobrinhos. Pela manhã, levei-os para passear no Parque Municipal e, após o almoço, à matinê para assistir a um filmezinho de criança. Esta é uma das maneiras que tenho utilizado para matar meu tempo e aliviar as saudades que sinto de você. Já estou me contentando em “ficar para titia”.

Continuo muito preocupada com você no Exército, mesmo sendo apenas um recruta.

Fiquei triste, desde quando você me falou que estava desanimado com sua faculdade, a ponto de querer trancar a matrícula.

Aqui também ouvimos falar das perseguições políticas aos descontentes com o governo militar, tais como demissão de funcionários e prisão de pessoas acusadas de subversão e de conspiração. Realmente é terrível esta situação. O jeito é a gente ficar quieta. Ver, ouvir, calar e aguardar que a situação se defina.

O presidente Castelo Branco garantiu que vai manter o calendário eleitoral e as eleições presidenciais de 1965.

Quem sabe se dentro de dois anos tudo não voltará à normalidade?

Estou decidida a enfrentar um vestibular para o Curso de Psicologia. Assim, vou aprender a ler o seu pensamento e a descobrir se você anda me enganando, solto neste Rio de tantas tentações.

Querido, você também comenta que temos de ser fortes para suportar as saudades. Veja se, quando der baixa, você consegue reservar pelo menos uma semana para vir passar uns dias em Belo Horizonte, antes de assumir o seu emprego na DAPD.

Nosso caso não é tão difícil. Temos emprego estável, tanto você quanto eu podemos pedir transferência para trabalhar, seja você aí no Rio, seja eu aqui em Belo Horizonte. Pense!

Conversaremos sobre isto na próxima telefonema.

Um grande beijo de quem sofre muito com a sua ausência.

Clara.



Rio, 17 de maio de 1964.

Querida Clara,

Imagine “Românticos de Cuba”.

Ouçã!

“Cuando se quiere de veras,
como te quiero yo a ti;

*Es imposible mi cielo,
Tan separados vivir”¹*

Recebi, li e reli, com alegria, sua última cartinha.

Você descreve que esteve brincando com seus sobrinhas e insinua que está se conformando em “ficar pra titia”; esquece-se de que moça bonita não fica solteira? E que história é esta de você ter dúvida de minha fidelidade? Ficar aí imaginando e escrevendo que eu poderia estar lhe traindo com as cariocas?

Quero somente a você que é minha “mina de fé”!

No Exército, continuamos com o regime de sobreaviso, algo menos rígido do que a prontidão, quando nenhum militar pode deixar o quartel. Mesmo assim, a guarda continua reforçada e, até mesmo nós, soldados burocratas, temos que tirar serviço com capacete, fuzil e uniforme de campanha.

O clima continua muito carregado. Ninguém se arrisca mais a comentar nada de política. Vários superiores meus, sargentos e oficiais foram presos e estão respondendo a Inquérito Policial-Militar (IPM) para apurar participação ou envolvimento com o presidente deposto e em movimentos de esquerda. Alguns navios da Marinha foram transformados em prisões. Ao mesmo tempo, sou obrigado a andar fardado e a população começa a se antipatizar com as Forças Armadas. Ainda bem que sou um simples recruta. Mesmo assim, me gozam no Restaurante dos Estudantes (Calabouço) e na Faculdade, onde a revolta é crescente contra o governo militar que chamam rasgadamente de ditadura.

O movimento estudantil está sempre promovendo passeatas, assembleias e greves. Evidentemente que eu, devido à farda, devo permanecer afastado, apesar da simpatia que tenho pelas causas populares e sociais. Estou decidido realmente a trancar a matrícula neste primeiro semestre e só retornar quando der baixa.

No mais, tem o lado maravilhoso da vida. Por exemplo: a

praia hoje que está superconcorrida! Da minha janela vislumbro uma multidão que mais parece um formigueiro humano rodeando um lago açucarado.

A saudade é forte. Afinal já faz mais de dois meses, desde que, juntos, passamos a Semana Santa. Para recordá-la, contemplo nossa foto tirada no Posto Seis da praia de Copacabana. Vendo-a, fico empolgado; imagino-me afogando-a em carinhos que também me entontecem.

Domingo que vem, será a minha vez de ligar; não se esqueça de me esperar às dez horas da manhã.

Aguardo sua resposta. Infelizmente, enquanto não pudermos nos ver pessoalmente, temos que nos valer de cartas e telefonemas para atenuar as saudades.

Um caloroso beijo,

Francisco

¹*Quiéreme mucho*, de Gonzalo Roig.



A Derrocada

Meu namoro com a Clara já completara seis meses, vividos intensamente. Era domingo, 7 de junho de 1964. A última ligação fora dela. Combinamos que, lá pelas 10 da manhã, eu deveria ligar.

Como não desejava que ninguém me escutasse, fui até uma central telefônica e, no guichê, pedi a ligação. Enquanto aguardava, ia crescendo a minha expectativa.

Finalmente, pelo alto-falante, a telefonista anunciou: “Senhor Francisco, para Belo Horizonte, favor atender na cabine cinco”.

— Alô! — atendeu-me uma voz igualzinha à dela.

— Oi, benzinho, que saudades! — exclamei.

— Francisco, não é a Clara, é a Izabel, a irmã dela. Clara foi trabalhar hoje e pediu que você ligasse à noite, por volta das vinte horas.

— Tudo bem. Prazer em falar com você, Izabel. Obrigado e um abraço.



Clara era funcionária de uma instituição financeira do Estado de Minas Gerais. Jamais trabalhava aos sábados, muito menos aos domingos. Não acreditei naquela história; minha desconfiança na versão da ausência dela

aumentava, quanto mais tentava, em vão, raciocinar.

Fui direto para casa; entrei no meu quarto; tranquei a porta; tirei da gaveta suas cartas e as reli lentamente, com atenção, pela última vez. Nosso namoro fora todo recheado de cenas de ciúmes, quando comentávamos as venturas de amores passados. Quando estava com ela, patrulhávamos um ao outro, imaginando se não havia por perto alguém que estivéssemos paquerando. Era difícil avaliar qual de nós era o mais ciumento.

Enquanto relembrava aquele romance, fui tomado de uma incontrolável revolta com a presumível traição e escrevi: “Clara, setembro não mais virá, foi feita a sua vontade”, em alusão ao filme *Quando Setembro Vier*.¹

Peguei o bilhete, cartas, retratos e juntei-os a uma relíquia dela — uma mecha de seus cabelos; coloquei tudo em um envelope, caminhei até o correio e remeti para ela.



Telefonema de domingo, 14 de junho de 1964:

— Olá, tudo bem? — perguntou Clara, com a voz desarmada e alegre.

— Mais ou menos, e com você? — respondi com indiferença.

— Benzinho, você está diferente, o que houve?

— Você leu minhas correspondências?

— Não. Faz mais de uma semana que não verifico a caixa postal. Por quê?

— Muito simples: não combinamos que eu ligaria no domingo passado pela manhã? Pois liguei, e você mandou me avisar que estava fazendo hora extra em uma repartição pública, num domingo!

— Fui trabalhar, sim, como fiscal, em um concurso do Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE). Izabel me contou que você havia telefonado e lhe transmitiu o meu recado. Você respondeu que estava tudo bem.

— Desculpe-me, mas fiquei muito magoado com você. Não acreditei nessa história. Claro que não iria dizer isto à sua irmã.

— Pois você pode confirmar com seu primo, Vital, que me viu trabalhando lá e até brincou comigo, dizendo que iria terminar ficando rica, trabalhando domingo e ganhando dobrado.

— Clara, desculpe-me, mas agora tudo muda de figura. Não me leve a mal nem fique triste, mas tenho que confirmar com o Vital esta sua informação. Isto para mim é muito importante. Não consigo continuar falando com você antes de tirar essa dúvida da cabeça. Aguarde minha ligação. Um beijo.



— Oi, Vital, tudo legal?

— Oi, Chico. Que prazer! Tudo bem? A propósito, vi sua namorada; estava trabalhando em plena manhã de domingo, administrando provas para o concurso do BEMGE — descreveu o fato exatamente como a Clara havia me contado.

— Ela me contou. E quando você vem ao Rio? — perguntei-lhe, abreviando a conversa, porque àquela altura estava apressado para desligar e voltar a ligar para Clara.



— Alô, Clara. Tudo bem? Falei com o meu primo. Mil desculpas; gosto tanto de você que às vezes fico até transtornado.

— Só que estou muito triste com você. Veja se, na próxima, você se certifique melhor, antes de tirar conclusões malucas — falou com moral.

— Tudo bem, Clara, concordo plenamente. Mas preciso agora fazer um sério trato com você. Pelo nosso amor, peço-lhe que vá ao correio, pegue

a correspondência que lhe enviei. Por favor, não as abra, coloque-as em um envelope e mande-as de volta para mim.

— Por quê? O que você andou escrevendo de tão grave assim?

— Clara, pelo amor de Deus, está tudo esclarecido. Nosso namoro continua mais forte ainda. Não vou falar mais nada com você até que prometa cumprir o meu pedido. Por favor, isto é fundamental!

— Tudo bem, vou atender, muito a contragosto, ao seu pedido. Não vou ler as suas cartas; vou remetê-las a você. É isto que você quer? Combinado, domingo que vem me liga.

— Você prometeu, não se esqueça. Devolva tudo sem abrir. Um beijo grande. Até domingo.



Domingo, 21 de junho de 1964.

— Alô, Clara, tudo bem?

— Tudo mal. Você enlouqueceu! — estava indignada.

— Já sei, você leu as cartas!

— Li sim, acho que você, por mais que se justifique, acabou com tudo que sonhávamos.

— Posso lhe explicar mais uma vez?

— Não. Você já viu água fria na fervura? Não há mais nada a falar.

— Clara, foi um acidente!

— Francisco, acabou!

— É uma pena que você não queira ceder. Não vou insistir. Espero que um dia compreenda. Mas saiba, mais uma vez, que gosto muito de você, nunca se esqueça disso. Tenho amor próprio, a vida continua. Um beijo.

— Felicidades. Um abraço.

¹*Come September/Quando Setembro Vier*, filme com Rock Hudson e Gina Lollobrigida, 1961.



A Derradeira Carta

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1964.

Querida Clara,

Estou lhe escrevendo porque odeio injustiças, até para comigo mesmo. Concordo com você que enlouqueci. Eu me encontrava transtornado na hora em que escrevi aquele fatídico bilhete, devolvendo suas cartas, retratos etc.

Há muito que tenho estado confuso e desanimado, desde que dei baixa no Exército e assumi o emprego de escriturário no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPPI). O pessoal é muito acomodado para o meu gosto. Ganham mal, mas não se rebelam, não se indignam com o desprezo e a desrespeito com que são tratados; meu curso de Física, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, também me deixa desolado. Nada funciona: cortaram verbas; cassaram professores, acusando-os de comunistas; fecharam o Diretório Acadêmico; expulsaram vários colegas, tachando-os de subversivos, falam em devolver o prédio do governo italiano, que foi expropriado, durante a Segunda Guerra, onde funciona a nossa faculdade. Ainda não sabemos para onde iremos ou se iremos...

Sinto-me cada vez mais revoltado com o Governo Militar.

É proibido reclamar; cassaram e continuam cassando, por dez anos, centenas de cidadãos; fecharam o Congresso Nacional e o Judiciário; censuram a imprensa; demitem; prendem e condenam os brasileiros por crime de opinião, sem lhes dar direito de defesa. Tenho dormido mal, principalmente porque padeço demais a sua ausência.

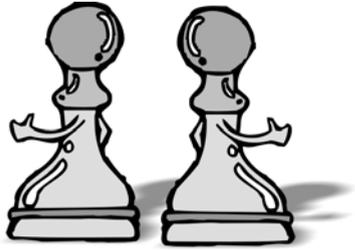
Além de tudo aqui descrito, há outros aspectos psicológicos, financeiros e sociais, misturados com outras interferências que, só pessoalmente posso lhe descrever com mais clareza e que interferiram no meu comportamento. Confesso que estava surtado quando propus suspender o próximo encontro previsto para setembro e o nosso próprio namoro. Felizmente ou não, serviu para comprovar o quanto a quero e preciso de você.

Contudo, sou otimista e perseverante. Inscrevi-me em um concurso para a área administrativa da Petrobrás. Domino bem as matérias do programa, que são as mesmas provas que prestei para o serviço público federal e em que me sai bem. Há muitas vagas e precisam preenchê-las com urgência; a empresa é gigantesca; paga bem; e oferece ótimas perspectivas de crescimento. Além disso, sou nacionalista e a Petrobrás é um símbolo da nossa luta pela independência econômica deste país tão dominado pelas empresas multinacionais e tão sugado pelo capital estrangeiro. Ficarei orgulhoso em trabalhar nela!

Sempre desejei lhe ofertar uma flor; tinha que ser a mais bela e mais amorosa; receba, Clara, a orquídea vermelha, embalada com muito cuidado para viajar pelos céus; chegar bem às suas mãos e adornar seu já lindo coração. Ela expressa, mais do que qualquer palavra, o meu sentimento.

Trei a Belo Horizonte neste final de agosto; telefonarei antes para marcarmos, caso concorde, um encontro em que, olho no olho, possamos nos empenhar na mais pura jogada da verdade.

Um sincero beijo do Francisco.



Desencontro

Encontramo-nos em um domingo de agosto, em frente à igreja São José, na avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte.

— Você recebeu minha carta?

— Recebi, junto com a orquídea vermelha. Linda! Procurei conservá-la o mais que pude. Quando começou a querer murchar, guardei-a na geladeira — respondeu sensibilizada.

— Fico feliz por você ter gostado — falei ansioso para entrar na questão mais importante que desejava tratar com ela.

— Clara, há coisas que só o tempo cicatriza. Mas gostaria de analisar com você alguns fatores que prejudicaram ou prejudicam nosso relacionamento. Um deles foi o excesso de ciúmes que cultivávamos. Outro fator negativo foi o fato de que, dentro de casa, aos olhos de toda minha família, a gente se abraçava e beijava calorosamente; de certa forma, aquilo os deixava constrangidos; não tardou a me insinuarem, ou pedirem claramente, para mantermos. Meus pais são de outra época.

— Eu também padeço com este choque de gerações.

— Você também me falou que sua família não se mostrou nem um pouco entusiasmada com o fato de você, que estivera noiva e prestes a se casar, estar namorando um jovem vestibulando, prestando ainda o serviço militar.

— Ambos somos caçulas. Nossas famílias insistem em exercer muita influência ou quase tutela sobre nós. Não querem entender que crescemos — completou a Clara.

— Compreendo a lógica deles, mas não aceito isso. Preciso, urgentemente, ser independente; morar no meu próprio apartamento. Acho que passei na prova da Petrobrás. Se você topa, podemos reatar, apesar das adversidades, haja o que houver.

— Francisco, meu querido. Foi maravilhoso o nosso namoro e tudo o que aconteceu. Eu amei mesmo! Uma pena. Mas agora não dá para continuar de maneira nenhuma — falou com a voz embargada, segurando a minha mão com força.

Toquei de leve nos seus cabelos; mas quando fui acariciá-la no pescoço, ela se esquivou e foi textual:

— Francisco, desculpe-me, mas eu tenho namorado.

— Como assim?

— Voltei para o meu ex-noivo.

Fiquei sem ação por uns segundos. Por que não me disse isso pelo telefone, antes de concordar em se encontrar comigo? Lembrei-me de que me confidenciara que seu ex-futuro marido andava deprimido, tentara reatar o noivado e que ela nada mais sentia por ele.

— Clara, logo que houve o mal-entendido que resultou na ruptura do nosso namoro, embora fora de mim, passei a frequentar festinhas, boates e reuniões com meu grupo de amigos. Namorei uma garota, bastante interessante, que logo ficou gamada por mim; como sentia que não poderia retribuir-lhe o mesmo sentimento, acabei imediatamente. Não aguentaria continuar um namoro por piedade ou porque estivesse carente — meu inconsciente me fez tocar sutilmente em uma possível incoerência em que ela estava incorrendo.

— Quero lhe desejar felicidades. Agora, acho que devo ir — Sugeri.

— Vai com Deus, Francisco. Foi muito bom ter conhecido e ... namorado você. Mesmo se eu quisesse, não conseguiria me esquecer de nada.

— Obrigado, Clara, o mesmo eu lhe digo. Agora vou seguir meu destino. Aprendi muito com você!

— Eu também com você.

Apertamos as mãos, mas quando, espontaneamente, íamos aproximar nossos rostos, meu inconsciente orgulhoso me fez parar e pronunciar um único e singelo adeus.



Em Nome do Orgulho

Voltei para o Rio de Janeiro no dia seguinte. Acho que não conseguia dissimular a desilusão em que me vi mergulhado. Pouco a pouco fui voltando à normalidade. Trabalhava no IAPI, cursava a faculdade, frequentava o Clube de Xadrez e saía com os amigos para as praias e festas.



Setembro, sexta-feira, dia 6. Cheguei tarde a casa. Minha irmã Íris deu-me a notícia de que a Clara se encontrava no Rio de Janeiro e estivera no nosso apartamento. Prometera que viria almoçar conosco no dia seguinte, feriado do Dia da Pátria.

Para fugir daquele encontro, saí cedo de casa e avisei que só voltaria à noite.

— Mas a Clara virá almoçar hoje conosco, você não vai querer vê-la?
— perguntou uma das minhas irmãs.

— Infelizmente não. Já havia me comprometido hoje com uns colegas da faculdade para fazermos um trabalho em grupo. Diga-lhe que deixei um abraço.

Para passar o tempo, assisti a um estafante desfile militar na avenida Presidente Vargas. Almocei em um restaurante, fiz uma longa caminhada,

fui a dois cinemas e só lá pelas vinte e uma horas achei que deveria retornar à casa, quando ela já tivesse saído. Meu irmão, Getúlio, levou-a de carro até o hotel. Clara, com muita astúcia, tocou em meu nome.

— Francisco não está no Rio?

— Disse-me que tinha um trabalho em grupo da faculdade e que iria almoçar com uns colegas. Mandou um abraço para você — respondeu meu irmão.

— Getúlio, me desculpe. Posso falar o que acho? Francisco não quis mesmo foi me ver. Ele chegou a lhe falar que estamos brigados? — perguntou com uma triste curiosidade.

— Clara, estou por fora. Vocês pareciam tão apaixonados! Ele anda muito reservado sobre este assunto. Certa vez, perguntei por vocês e ele desconversou. Quando insisti, respondeu taxativamente que não queria tocar no assunto. Você conhece mais a cabeça dele do que eu.



Dias depois, liguei para ela.

— Oi, Clarinha! Soube que você esteve no Rio e almoçou com a minha família.

— É verdade. Só que você não quis me ver.

— Bem que queria lhe ver, sim. Estou ligando para lhe pedir desculpas, mas, definitivamente, não queria estar com você na frente dos meus familiares. Foi por isso que sumi de casa naquele dia.

— Francisco, eu compreendo e respeito a sua decisão. A gente já comentava sobre as ressalvas familiares ao nosso namoro. Não há nada que desculpar. Tudo bem — sua voz denotava um ar de desapontamento.

— Fico feliz por você entender. Um beijo.

— Outro para você.



Em 2004, já residindo no Rio de Janeiro, liguei para Clara e relatei-lhe o sonho de escrever um livro, historiando a luta política de que tomei parte, ao lado de heroicos revolucionários, bem como o relato do nosso romance. Como foi bom saber que ela estava bem, casada e orgulhosa de seus dois filhos! Trabalhava como psicanalista no setor de saúde de um grande órgão do estado de Minas Gerais. Sempre extremamente gentil, ética e inteligente, agradeceu-me de coração a ligação. Discorreu um pouco sobre sua história política:

— Francisco, eu também tive o meu momento de juventude rebelde em Belo Horizonte, quando fui filiada à Ação Católica (AC) e à Juventude Independente Católica (JIC). Mas confesso que passei a sentir medo a partir da escalada da violência política da ditadura. Enquanto aquela atuação era considerada legal, acompanhei-a bem; participava de reuniões onde discutíamos as reformas agrária, educacional, urbana etc. Assistíamos a filmes, como *O Encouraçado Potemkin*, *Dom Camilo* e *O Deputado Peppone*; cantávamos o protesto e a Tropicália; bebíamos todos os chopes; enfim, éramos também festivos — relatou emocionada.

— Realmente, houve um momento em que todos nós éramos empurrados para as lutas sociais e os riscos eram pequenos. Depois, tudo ficou proibido e a barra pesou!

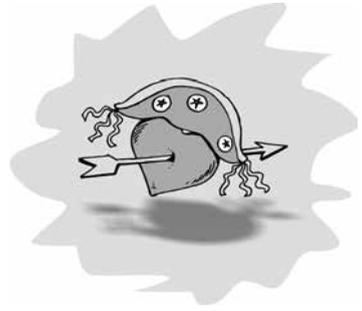
— Isso mesmo. Quando a coisa degingolou totalmente, senti que não tinha estrutura ou perfil para participar de um movimento de alto risco. Era funcionária ligada ao governo do estado de Minas e não estava disposta a ficar desempregada e, além do mais, não tinha nenhum general na família. Fui franca com os companheiros, que compreenderam as razões do meu afastamento. De coração, continuei torcendo pela luta, acompanhando todos os noticiários e sonhando com o fim da opressão. Admiro a coragem dos que continuaram lutando. Quando penso nos que morreram, procuro me consolar vendo consolidados alguns ideais de que hoje desfrutamos.

— Clara, veja bem, para cada combatente que fica no front de uma guerra, necessita-se de duzentas pessoas no apoio. Tanto do camponês que semeia e colhe para sua alimentação, quanto o carteiro que lhe entrega a

mensagem que lhe realimenta a esperança de sair vivo da trincheira. Sem mencionar o apoio moral. Acredito cegamente na força da telepatia e penso que, ao torcer, estamos transmitindo energia positiva para que a chama da luta permaneça acesa. Coragem, muitas vezes, é admitir que se tem medo. Tive muitos medos: de perder a tranquilidade ou de enlouquecer, de pensar que estava em uma luta justa mas com uma tática equivocada, porque o inimigo parecia cada vez mais fortalecido, prepotente e cruel.



Enviei-lhe as páginas com a história de nosso namoro relatada aqui; ela concordou com a publicação, sem o seu verdadeiro nome, e deixou claro para mim e para minha companheira, Ivone, que se tratava de uma história de dois jovens sonhadores, cujos destinos tiveram uma intercessão e um desencontro, percorreram caminhos distintos, se entrelaçaram com outras almas e edificaram famílias com abnegação e desvelo.



Paixão Nordestina

No Rio, muitos estudantes oriundos de outros estados se reuniam em associações estaduais. O Centro dos Estudantes Maranhenses tinha sua sede em uma sala no prédio do Cinema São Luiz, no Largo do Machado, e promovia jogos de salão, reuniões culturais, políticas e de integração.

Uma vez, a convite do Hezir, um colega maranhense do curso científico no Colégio Imperial, fomos jogar tênis de mesa com outros três amigos, quando entrou um casal de mãos dadas, que se sentou no sofá em um canto da sala. A jovem tinha um olhar arisco e perspicaz. Observei que ela não se deixava abraçar pelo rapaz ou evitava até mesmo continuar de mãos dadas com ele.

Tentei insistentemente flertar com a moça. Em um relance, nossos olhares se encontraram, mas, rapidamente, ela baixou seus olhos com um discreto sorriso como que evitando confusão. Afinal, poderia imaginar que fosse socorrê-la daquele leve assédio. Demoraram pouco tempo ali. Ao se retirar, fitou-me mais demoradamente e transpôs a porta.

Na semana seguinte, em 30 de abril de 1967, Hezir me convidou para uma festa comemorativa do dia Primeiro de Maio.

Chegamos cedo e conseguimos uma mesa situada entre a entrada e a pista de dança. Meia hora depois de iniciada a festa, chegaram duas moças. Sentaram-se próximas a nós. Uma delas era aquela com quem eu havia fler-

tado no Centro de Estudantes Maranhenses. Fez-me uma rápida saudação, sorrindo com seus olhinhos que brilhavam como duas contas negras. Depois confidenciou alguma coisa ao ouvido de sua amiga e ambas sorriram.

À distância, tentei tirá-la para dançar. Ainda me viu chamando-a, mas outro cavalheiro que estava mais próximo antecipou-se e ela não teve outra opção senão ser educada e atendê-lo. Mudei de tática. Fiquei de pé próximo à sua mesa. Momentos após, ela pediu ao cavalheiro para voltar à mesa. Convidei-a para dançar e perguntei se também era maranhense e qual o seu nome.

— Ivone. A minha amiga é carioca. Sou recém-chegada de Campina Grande, Paraíba. Deixe-me apresentá-la — falou-me festivamente.

— Prazer, Sônia.

— Francisco, prazer.

— E você é do Rio? — me perguntou a Ivone.

— Não sou nem maranhense, nem carioca. Sou mineiro e moro no Rio há seis anos.



A música recomeçou; dançamos o baião nordestino *Qui nem Jiló*;¹ dei-lhe um beijinho e pedi para prosseguirmos dançando. Ela concordou com simpatia.

— Você dança legal! — observou.

— Com você é fácil dançar bem. É leve e tem muito ritmo.

Fomos “par constante” durante toda a festa. Após muitos afagos, nossos lábios se encontraram em um doce beijo, que logo se repetiu às dezenas. Mudei-me de vez para sua mesa, onde tomamos muitos chopes, dançamos outras vezes e nos acariciamos animadamente.

Em certo momento, um dos dirigentes do Centro dos Estudantes Maranhenses fez uma saudação aos presentes e atacou fortemente a ditadura. Depois, deu os informes de próximos eventos culturais e políticos.

Um declamador recitou poesias de Castro Alves e Augusto dos Anjos.

Terminada a festa, ofereci às duas uma carona. Deixei-as na porta do seu edifício, na rua Arthur Bernardes, quase esquina com a rua do Catete.

— Quero namorar você, vamos nos encontrar! — falei-lhe diretamente antes de nos despedirmos.

— Podemos nos encontrar, mas tenho medo de não dar certo.

— O medo é natural. Vamos deixar o destino falar por nós. Amanhã é feriado. Vejo você aqui mesmo às dezesseis horas. Só mais um beijo pelo nosso encontro de amanhã!



Feriado. Primeiro de Maio de 1967 — Dia do Trabalhador.

Estacionei o carro um pouco distante de onde marcara o encontro com a Ivone. Cheguei pontualmente; ela, uns minutinhos atrasada. Beijei-a e disse que estava estacionado na outra esquina. Antes de entrar, perguntou se precisávamos ir de carro.

— É bem melhor, para podermos desfrutar a vista do mar de Ipanema — respondi-lhe.

— Ouvi dizer que é linda, fica muito longe? — perguntou, meio tensa.

— É logo depois de Copacabana, a uns 15 minutos daqui — respondi, acariciando seus cabelos com indisfarçável excitação.

Sentou-se, ajustando a saia. Colocou a bolsa no colo cobrindo os joelhos e me olhou, aproximando-se. Mais à frente, parei em um sinal. Beijamo-nos e sua tensão se dissipou. Fomos namorar no mirante do Arpoador, onde tiramos umas fotos que ficaram belíssimas. Depois seguimos para um cinema e assistimos a *O Candelabro Italiano*, um filme romântico com Troy Donahue e Suzanne Pleshette com a trilha sonora de *Al Di Lá*, na voz de Emílio Pericoli. Acariciávamo-nos sem parar. Às vinte horas, lanchamos e paramos em outro mirante: o da avenida Niemeyer. Esquecemos o tempo. A certa altura,

percebemos que estávamos sozinhos no estacionamento. Era madrugada.

— Como o tempo passou rápido! — observei.

— Nem sei com que cara vou chegar em casa numa hora dessas! Vamos embora — pediu-me, preocupada.

Trocamos os telefones e marcamos novo encontro para sábado, dali a quatro dias. Deixei-a na porta do seu prédio. Difícil foi descolar do derradeiro beijo.

— Gosto muito de você, Voninha! — declarei de coração.

— Pois eu lhe adoro, tchau! — respondeu, fechando os olhinhos de jabuticaba.



Ivone, que sempre sonhara conhecer o Rio de Janeiro, veio para cá principalmente para fazer companhia e ajudar a sua irmã, Inês, então com sete meses de gravidez de seu primeiro filho, Idris.

Vivemos um maravilhoso final de semana. Foram dois dias de sol aberto. Ondas maravilhosas. Eram *carinhos sem ter fim* como cantou Vinícius.

Telefonávamos a toda hora. Encontrávamo-nos várias vezes por semana. Tanto meu chefe quanto o dela apelavam para ocuparmos menos o telefone. Mal sentíamos o tempo passar quando ficávamos juntos.

Nosso namoro foi se aprofundando. Teorizávamos sobre os regimes econômicos e sociais e ela passou a compartilhar de meus ideais socialistas.

Sabia da minha segunda paixão: o xadrez. Ela o aceitou bem. Ensinei-lhe a jogar. Todos os nossos quatro filhos também aprenderam e leguei-lhes um conjunto de peças, tabuleiro e relógio.

Avisei-a de que estava comprometido em lutar contra a odiosa ditadura que o Brasil vivia e as injustiças sociais, principalmente as testemunhadas no Nordeste, onde as bolsinhas de opulência tripudiavam sobre os bolsões de miséria da população. Ela fechava comigo e demonstrava não temer as consequências por namorar um contestador. Sentíamo-nos docemente unidos.

Quatro meses depois, fui até a casa dela. Ao ver seu cunhado, Inácio, logo nos reconhecemos em função das atividades políticas no Calabouço. Posteriormente, apresentei a Ivone a minha família. Getúlio namorava Eloísa, com quem se casou posteriormente. Juntos fazíamos muitos programas.

Estávamos convictos da importância de os seres humanos se unirem, casarem-se, procriarem e, por meio das gerações, anularem a morte.

Ivone foi-se politizando; passou a participar de grupos de estudos políticos, passeatas, panfletagens, comícios, pontos e até mesmo de reuniões de base.

Em 1969, ela cursava o primeiro ano da Escola Central de Nutrição e trabalhava como escriturária da companhia de Seguros Minas Brasil; havia passado em um concurso para auxiliar de escritório na Petrobrás e aguardava ser chamada.

Meses depois, passávamos casualmente em frente a uma joalheria e um par de alianças saltou aos nossos olhos e atíçou meu coração. Tinha medo de perdê-la...

— Não quero você mais como namorada — fiz uma pausa, um suspense, e continuei — só aceito você agora como minha noiva!

Ela me respondeu com um apaixonado beijo. Depois comentou, com lágrimas nos olhos:

— Não faça isso comigo! Primeiramente, você me mata de susto. Depois, me surpreende com uma proposta tão séria! Acho que estou tonta e não consigo pensar direito.

Naquela mesma loja compramos as alianças. No dia em que completamos dois anos de namoro, 30 de abril de 1969, enviei uma carta a seus pais, pedindo-a em casamento.

¹Composição de Luiz Gonzaga em parceria com Humberto Teixeira.



Mário Luiz de Castilho: um Grande Mestre!

No Serviço de Planejamento da Petrobrás (SERPLAN), em 1968, trabalhavam muitos enxadristas. No horário do almoço, costumávamos jogar xadrez-relâmpago.¹

Mário Castilho era o mais forte daquele grupo. Chegou a ser campeão carioca por equipes e, nos campeonatos individuais, quase sempre ficava entre os seis primeiros jogadores do estado. Jogava e vencida, sem ver o tabuleiro, várias partidas ao mesmo tempo, chamadas de simultânea às cegas. No xadrez-relâmpago, para nos dar a chance de vencê-lo, marcava dois minutos para ele e cinco para a gente.

Castilho, grande humanista, ministrava aulas gratuitas de xadrez para seus companheiros e, nelas, fazia analogia entre o jogo e a vida.

— O ser humano enfrenta problemas nem sempre solucionáveis com a lógica formal, necessitando aplicar o raciocínio dialético, onde tudo é relativo; às vezes, um simples peão vale mais do que a rainha.

— Acho que necessito praticar muito para opor-lhe resistência — comentei com ele após perder mais uma partida.

— Realmente, você precisa estudar mais teoria para conseguir vencer os jogadores experientes. Sem isso, não poderá disputar os torneios oficiais ou campeonatos, porque logo na abertura ficará inferiorizado e perderá em poucos lances. O que eu tenho a mais que você é o domínio dos temas

estratégicos e táticos do xadrez ciência — respondeu-me com extrema modéstia.

Tornei-me seu discípulo. Confesso que o explorei muito. Ia com ele aos principais clubes onde se reunia a fina flor do xadrez carioca, como o Clube Olímpico, no centro do Rio, onde Castilho me apresentou aos ex-campeões brasileiros: Souza Mendes, Orlando Roças, Peter Toth e Vince Toth (pai e filho) e Henrique Costa Mecking, o Mequinho, mais tarde, campeão sul-americano, grande mestre internacional que chegou a ser o quarto do *ranking* mundial.

Associei-me ao Clube de Xadrez Guanabara, onde jogávamos aos sábados o famoso torneio-relâmpago, “O Grande-Roque”². Eram frequentadores assíduos do clube: Henry Lewinspull; Felix Sonnenfeld (problemista); Tancredo Madeira de Lei (colunista de xadrez no *Diário de Notícias*); José Tiago Mangine (ex-campeão brasileiro, que também mantinha uma coluna no jornal *O Globo*); o próprio Castilho; entre outros.

Em 1968, promovemos um torneio interno na Petrobrás, reunindo 22 participantes, quando se sagrou campeão o veterano Joaquim Caetano Gentil Neto, ex-campeão individual carioca. Meu amigo Castilho ficou em segundo lugar. Consegui ficar entre os seis primeiros colocados, dentre os quais Nelson Villaboin, Reinhold Schopke e Roberto Mário de Lima e Silva.

Ainda em 1968, no Tijuca Tênis Clube, Castilho e eu jogamos uma simultânea contra Erich Gottlieb Eliskases, em que este GMI³ enfrentou 26 enxadristas, não tendo perdido nenhuma partida.



Na prática política de esquerda, considerada ilegal pela ditadura, também comungava da visão socialista de Castilho. Em 1968, ele participou do processo eleitoral para a direção do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, como apoiador e representante na comissão eleitoral da Chapa Verde, logo

rotulada pela ditadura de “Chapa-Melancia” (verde por fora e vermelha por dentro) ou de “Chapa-Verdecong”, em alusão aos vietcongs.⁴

— Mário, o que fazer para liquidar com a maldade e a tirania?

Não sei de onde ele tirou a ilustrativa parábola que batizou de *Fábula do Dragão*, que reproduzo abaixo:

Vivia, em uma certa região, um dragão muito perverso e traiçoeiro que perseguia e devorava os que passavam pelo seu “habitat”. Certo dia, porém, caminhava pela estrada, onde a fera atuava, um homem santo, sábio e herói. O dragão, vendo-o por ali, preparou seu bote.

O mestre pressentiu no ar a maldade aproximar-se e, preparando-se para o combate, prosseguiu em sua caminhada. Ao chegar ao local da emboscada, foi atacado pelo monstro, que pensava estar capturando mais uma vítima. Surpreendido, o dragão teve seu corpo dominado por um contragolpe daquele peregrino que ele presumia despreparado. Não conseguindo se livrar, propôs então um empate.

— Não senhor — respondeu o mestre, apertando a sua garganta.

Dando-se por vencida, a fera rendeu-se e implorou a seu oponente que não o matasse.

— Vou soltá-lo, mas você vai me garantir que nunca mais vai atacar ninguém, aterrorizando a todos com golpes traiçoeiros e o fogo da maldade. O dragão jurou com absoluta sinceridade que o faria.

O viajante seguiu sua caminhada.

Tempos depois, o sábio, ao passar por aquele caminho, deparou-se com o dragão todo machucado e cercado por malfeitores que lhe atiravam pedras.

Aproximando-se, o peregrino perguntou-lhe o que houve.

— Ora, você não me fez jurar que eu nunca mais iria aterrorizar ou atacar ninguém?

— Mas todo mundo tem o direito de se defender — ensinou-lhe o mestre.

Mário, mestre maçom, iniciado na loja Comércio e Artes, a mais antiga do Brasil, jurisdicionada ao Grande Oriente, mostrou-me como lutar por nossos ideais com segurança e de forma consequente. Em 1969, ele chegou a ser preso e “interrogado” pela repressão.

Casado e com quatro filhos, arriscou-se bastante. Não chegou a ser exonerado da Petrobrás, mas, por razões políticas, teve sua carreira congelada e foi forçado a se aposentar precocemente para não ser sumariamente demitido.

Castilho, mestre da ética, tornou-se um instrutor de Meditação Transcendental (MT)⁵, mora em Brasília e cultua os mesmos valores dos velhos tempos, que o dignificam como ser humano.

¹Partidas de xadrez disputadas com relógio, onde cada jogador dispõe de apenas cinco minutos para vencer o adversário.

²Roque: movimento no jogo de xadrez em que o rei sempre se move duas casas na direção de uma das torres; simultaneamente, a torre salta sobre o rei e passa a ocupar a casa ao seu lado.

³GMI – Grande Mestre Internacional.

⁴Vietcongs: guerrilheiros vietnamitas que impuseram uma vergonhosa derrota aos soldados estadunidenses no Vietname, por meio da guerrilha rural e urbana.

⁵A Meditação Transcendental (MT) foi introduzida no ocidente pelo guru indiano Maharishi Mahesh Yogi.



Campo Minado

Em junho de 1965, através de concurso público, ingressei na Petrobrás na função de auxiliar de escritório e me tornei sócio da Associação dos Servidores da Petrobrás (ASSERPE) e do Sindicato dos Petroleiros do então estado da Guanabara (hoje SINDIPETRO-RJ), cuja sede localizava-se à rua Álvaro Alvim.

Três anos depois, no ano que não terminou, segundo o livro homônimo do jornalista Zuenir Ventura, o movimento sindical no Brasil achava-se esfacelado, assim como todas as vertentes políticas que representassem a mais tênue possibilidade de se opor à ditadura.

Havia a Lei Antigreve de número 4.330/64. No primeiro ano do golpe, o CGT fora extinto e registraram-se 500 intervenções em sindicatos e federações dos trabalhadores, com a conseqüente prisão, tortura e eliminação de inúmeros sindicalistas.

Os operários passaram a atuar na clandestinidade, e o ano de 1968 foi marcado por importantes acontecimentos também na frente sindical.

Em Contagem (MG), os metalúrgicos entraram em greve “ilegal” durante uma semana no mês de abril e conquistaram um reajuste de 10% estendido a todos os trabalhadores como Abono de Emergência.

Na praça da Sé, em São Paulo, o palanque do governador Abreu Sodré erguido com o propósito das comemorações do Primeiro de Maio, povoado

com os pelegos que aceitavam a nomeação de interventores nos sindicatos, foi apedrejado e incendiado por operários e estudantes.

Um mês depois, em Osasco (SP), seis mil metalúrgicos cruzaram os braços por uma semana contra o Arrocho Salarial. 500 grevistas foram presos e torturados pelo Exército.

Naqueles tempos, o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro encontrava-se ainda sob intervenção e resumido a uma sala de visita dos pelegos e agentes, que despendiam horas lendo jornais e recreando-se em jogos de salão.

O ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho,¹ coronel do Exército, posando de democrata, anunciou o fim próximo da intervenção nos sindicatos dos trabalhadores, convocando eleições para a diretoria. Mas tudo não passava de uma farsa, porque o pleito não reunia condições para a vitória de qualquer chapa que não fosse a oficial.

Através do atestado ideológico, emitido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), conseguia-se vetar a inscrição de qualquer candidato considerado inconveniente. O governo também não se envergonhava de lançar mão de violência e ilegalidade para anular o pleito até obter a vitória da chapa de sua preferência.

Na Petrobrás, a atmosfera mostrava-se deveras carregada. As Comissões Gerais de Investigação (CGI) promoviam inúmeras demissões políticas de seus trabalhadores.

Fazer oposição à ditadura significava ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) como subversivo, arrancado do seu emprego, proibido de estudar, preso, interrogado, torturado, levado a julgamento ou mesmo eliminado, podendo ter ou não o corpo devolvido à família.

As prisões políticas não eram anunciadas. Os presos permaneciam incomunicáveis por até 60 dias. O instituto do *habeas corpus* fora abolido pelos donos do poder. Os advogados dos perseguidos políticos frequentemente ficavam detidos para confessarem o que conversavam com seus clientes.²

Hoje cabe a pergunta: quem ensinou os delinquentes a praticar os sequestros no Brasil? Foram as nossas Forças Armadas da época da ditadura,

prática aprendida diretamente dos estadunidenses, que na hedionda Escola das Américas (*School of Américas – SOA*), sediada no Panamá, treinavam militares e paramilitares de todo o continente com a doutrina e técnicas do processo que intitulavam contra insurgência.

Transcrevo, a seguir, a valiosa contribuição do professor Edson Teixeira Queiroz, diretor cultural do MODECON:

“Em 1946, foi criada a Escola do Exército Norte-Americano no Caribe. Em 1963, Robert Kennedy, Secretário de Justiça do governo de seu irmão John, leu, segundo dizem, *A Guerra de Guerrilhas*, de Che Guevara e assustou-se com a possibilidade de outros governos latino-americanos virem a cair em mãos de revolucionários. Determinou que aquela instituição militar reorientasse seus objetivos para o combate à infiltração comunista no continente americano.

Nasceu, então, a Escola das Américas (*School of Américas – SOA*), que funcionou na Zona do Canal do Panamá até 1970, voltada para a contra-insurgência e o treinamento de militares do México e das Américas do Sul e Central. O objetivo era fazer a cabeça dos estagiários, ministrando-lhes não só a doutrinação ideológico-militar, mas também, nos cursos mais longos, levá-los a conviver com famílias norte-americanas, para se familiarizarem com o *american way of life*. Uma autêntica lavagem cerebral.

Nesse período, a SOA treinou e diplomou 60 mil militares latino-americanos, inclusive alguns que chegaram ao poder em seus países (Roberto Viola e Leopoldo Galtieri, na Argentina; Manuel Antonio Noriega, no Panamá, posteriormente deposto pelas forças norte-americanas estacionadas no Panamá; Hugo Bánzer, na Bolívia; Héctor Gramajo, na Guatemala; Melgar Castro e Policarpo García, em Honduras) e outros que comandaram aparelhos repressivos, serviços secretos ou esquadrões da morte, como Roberto d’Aubuisson (El Salvador), responsável pelo atentado que vitimou o bispo Oscar Romero quando celebrava uma missa. Tais antecedentes levaram a SOA a ser conhecida também como “Escola de Assassinos”.

Em março de 1998, a Justiça espanhola indiciou, juntamente com Pinochet,

dez militares chilenos graduados na SOA, por crimes contra a humanidade. Nos anos 80, a Escola das Américas foi transferida para Forte Benning, na Geórgia e fechada em maio de 2000. Em seu lugar, criou-se o Instituto do Hemisfério Ocidental para Cooperação em Segurança, que ensina as mesmas matérias da SOA.

No período 1954-76, 355 militares brasileiros estudaram na Escola das Américas, dos quais 21 são acusados de prática de torturas ou de terem feito parte de grupos de repressão durante os governos de exceção.

Recentemente, causou escândalo a descoberta de manuais de treinamento usados na SOA, que ensinavam tortura, chantagem e até assassinato (“neutralização”) dos adversários dos regimes de exceção. Em 1996, o *The New York Times* noticiou que o ministério de Defesa dos EUA liberou sete manuais de treinamento em espanhol, usados até 1991, que ensinavam técnicas de interrogatório, como tortura, execução, chantagem e captura de parentes de pessoas sob interrogatório. Vários militares brasileiros fizeram esse curso de interrogatório.

A partir de determinado momento, a própria opinião pública norte-americana passou a se manifestar contra o funcionamento da SOA, em face do assassinato de cidadãos estadunidenses, inclusive quatro freiras e seis jesuítas, na Guatemala. Parlamentares daquele país frequentemente apresentavam projetos de extinção da SOA e emendas cortando suas verbas.

Há uma notícia, muito difundida, de que a Escola das Américas teria sido fechada. Isso não é verdade. Ela apenas mudou de nome, passando a chamar-se Western Hemisphere Institute of Security Cooperation (WHISC) (Instituto para Cooperação de Segurança no Hemisfério Ocidental) e continua a funcionar nas mesmas instalações e com idênticos objetivos em Forte Benning.”

Este relato histórico procura reviver a conjuntura do país, quando se teve a notícia da convocação de eleições para a direção do SINDIPETRO-RJ, para pôr fim à intervenção.

Todavia, a eleição convocada teve um resultado tão inesperado quanto

inaceitável para os golpistas, pois um grupo destemido de companheiros se aglutinou na Chapa Verde, expressando todo um programa de defesa da Petrobrás, da soberania nacional, dos direitos dos trabalhadores e de oposição à tirania. O petroleiro entendeu a mensagem e infligiu uma fragorosa derrota aos oportunistas, pelegos e serviçais da ditadura, que ficou histórica com a vitória da Chapa Verde, descrita no capítulo a seguir.

¹Antes da Ditadura, Jarbas Passarinho vendia a imagem de um militar intelectual e progressista; com isso conquistou total confiança do presidente João Goulart. Naquela época, assumiu, por um longo tempo, a Superintendência Regional da Amazônia (SRAZ) da Petrobrás.

²Vide o importante relato constante no apêndice *O Advogado e a Ditadura*, do doutor Modesto da Silveira, defensor de milhares de presos políticos.



E o Operário Disse: NÃO!¹

Comecei a ficar visado pela repressão quando, ao lado de Selym Kaskus, colega da Frota Nacional dos Petroleiros — FRONAPE, integrei uma chapa de oposição à diretoria da Associação dos Servidores da Petrobrás — ASSERPE, que saiu vitoriosa.

Um ano depois, fui convidado para compor a chapa às eleições do nosso sindicato. Por mais que relutasse, não consegui fugir do desafio que isso significava. Resolvi comprar a briga contra a ditadura ao lado de bravos companheiros, levando-se em conta a firmeza e honestidade com que os veteranos do movimento sindical avaliavam o então quadro político nacional. Era chegada a hora de recomeçar a luta, pois a intervenção não poderia continuar.

Por motivo de segurança, a tarefa de formação da Chapa Verde foi conferida ao companheiro João Batista de Lira, da Refinaria de Mangueiras, pois, sendo de uma empresa privada, o governo não poderia perseguir diretamente seus empregados, como ocorria na prática com os trabalhadores da Petrobrás, submetidos a toda sorte de constrangimentos e violência pelos militares golpistas, principalmente, pelo seu histórico de lutas.

João, detentor de comprovada experiência nas lutas sindicais, seguidor e membro do tradicional Partido Comunista Brasileiro — PCB, tinha uma arriscadíssima missão pela frente. Até as reuniões de coordenação da Chapa

Verde eram secretas. Para não queimar ninguém, seletivamente, João consultou inúmeros petroleiros com especial cuidado, paciência e discrição, se aceitavam candidatar-se para a direção do sindicato.

E conseguiu formar a Chapa Verde, que iria disputar com a Chapa Azul, verdadeira “Chapa Branca”, que efetivamente representava o planalto e a direção da Petrobrás. Quantas lideranças João Batista conseguiu atrair para fazer parte da Chapa Verde!²



Para se avaliar a grandeza de caráter e o faro político de João Batista, descrevo a seguir um fato em que sua participação foi decisiva.

Certa vez, três companheiros tiveram que representar João Batista em uma reunião no Ministério do Trabalho, atendendo à convocação do então delegado regional, Herculano Leal Carneiro, que asseverou ao grupo que a Chapa Verde não poderia tomar posse, porque os seus membros representavam um perigo para a “vida democrática” do país.

Mal puderam conter o riso, pois a realidade era exatamente o contrário.³ Tomar posse (após vencer duas eleições) seria o único procedimento democrático possível. E, para surpresa do grupo, o delegado propôs que fossem incluídos na diretoria eleita dois elementos de confiança dele. Ou seja, dois diretores biônicos. Nesse justo momento, chegou o João Batista; tomando ciência daquela sórdida proposta, chamou seus companheiros à parte e os advertiu:

— Vocês estão pensando que esta gente nos dará posse? Isto é uma armadilha! Não temos nada mais a fazer aqui. Vamos embora!

Levantaram-se todos e deixaram o delegado falando sozinho.⁴



Muitos trabalhadores tinham receio de serem vistos conversando com um integrante ou apoiador da Chapa Verde.

Lembro-me de dois episódios que revelam a presença de espírito e a coragem de Aurelino Marinho de Mello, um aliado que trabalhava como contínuo.

Um dia antes das eleições, Aurelino, Selym e eu conversávamos reservadamente sobre os pontos da pauta da reunião da Chapa Verde que se realizaria à noite. Três empregados, reconhecidamente reacionários, aproximaram-se. O assunto da conversa mudou bruscamente. Sentindo-se frustrados, um deles perguntou:

— O que houve? Estão com medo da gente?⁵

— Claro, se é sabido que, para cada grupo de vinte funcionários da Petrobrás, um (ou seja, 5 %) é agente da DIVIN⁶, há uma grande chance de um de vocês ser um deles — respondeu, prontamente, o Aurelino.

Com esse fora, os caras não tiveram mais ambiente para permanecer no grupo.

De outra feita, já em plena campanha eleitoral, Aurelino estava sentado à sua mesinha, na entrada do sétimo andar, quando o superintendente, um capitão-de-mar-e-guerra, chamou-o ao seu gabinete.

— O senhor me chamou, Comandante?

— Eu o chamei para o senhor me fazer o favor de retirar a propaganda eleitoral da Chapa Verde afixada no quadro de avisos, na entrada do prédio.

Provocação mesquinha, pois o Aurelino fazia parte daquela chapa e, no mural, havia também a propaganda da chapa adversária.

— Comandante, eu vou consultar o Selym Kaskus e o Soriano, que são os responsáveis pela nossa propaganda.

— Mas eu sou o superintendente e estou lhe dando uma ordem!

Na saída do expediente, não se via mais qualquer propaganda, nem da Chapa Verde nem da Azul.

No dia seguinte, o comandante chamou o Aurelino na primeira hora.

— Eu não vi a propaganda da Chapa Verde, mas você também retirou a da Azul.

— Sim.

— Por quê?

— Para que a Chapa Azul não ficasse em vantagem na propaganda, garantindo-se, assim, a igualdade de tratamento das chapas no processo eleitoral.



Alertávamos o companheiro sindicalizado: VOTE NA CHAPA VERDE E NÃO DIGA NADA PRA NINGUÉM!

E precisávamos ser mais explícitos?

A primeira eleição foi realizada nos dias 25, 26 e 27 de março de 1968, quando a Chapa Verde sagrou-se vitoriosa com 1.032 votos contra 808 obtidos pela Chapa Azul, sendo 64 votos nulos e brancos.

Por ordem do comando do I Exército, para não nos dar posse, decretaram nova intervenção no sindicato por tempo indeterminado. A eleição foi anulada, por despacho do ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, em 26 de abril daquele ano.

No dia 31 de julho de 1968, a direção da Petrobrás demitiu-me, juntamente com os companheiros Ari Celestino Leite e Heronides Pereira de Araújo, que integravam a chapa vencedora (*Correio da Manhã*, 1º de agosto 1968 e *Diário do Congresso Nacional* (Seção II), quinta-feira, 3 de outubro de 1968, requerimentos nºs 1322 e 1321 de 1968, do senador Mário Martins).

Dois dias depois, eram punidos mais dois integrantes da Chapa Verde: Sylvio Nunes com a demissão e Selym Kaskus (que, ainda em vida, mas já gravemente enfermo, ditou algumas linhas deste capítulo), com a transferência para o Estado do Maranhão, por ser estável, contando com mais de 10 anos de serviço (*Correio da Manhã*, 3 de agosto de 1968 e *Tribuna da Imprensa*, 3 de agosto de 1968, p. 7).

Mesmo após o encerramento do processo eleitoral, continuaram as punições à Chapa Verde.

Demitiram o ex-integrante Eliseu de Oliveira e dois apoiadores: Marco Antônio da Veiga (que, tendo sua prisão decretada, para não ser capturado, exilou-se na Suécia) e Benedito Justino (que chegou a ser sequestrado e barbaramente torturado pelos órgãos de repressão).⁷

Antônio da Costa Medina amargou um cruel assédio moral que lhe custou o congelamento de sua carreira profissional, permanecendo, até se aposentar, dentro da linha administrativa de nível médio, trabalhando ao lado de militares golpistas e perversos, que naqueles anos caíam de paraquedas na Petrobrás para ocuparem cargos de nível superior e assumindo funções de altas chefias.

Todavia, Medina conseguiu se vingar inteligentemente de tudo que sofreu de seus algozes, ao prestar com sucesso o vestibular de Direito e concluir o curso, tornando-se, após se desligar da Petrobrás, um brilhante advogado. Ganhou centenas de ações dos petroleiros oprimidos e injustiçados contra a então direção daquela empresa, seja trabalhando oficialmente pelo Sindipetro-RJ, durante nove anos, seja individualmente no seu escritório.



Nos dias 15, 16 e 17 de outubro daquele mesmo ano (sete meses depois), a Chapa Verde concorreu sem a participação de nenhum trabalhador da Petrobrás, pelos motivos já expostos.

Ainda assim, a Chapa Azul veio a perder as eleições para a Chapa Verde (cujos integrantes eram provenientes exclusivamente de trabalhadores da refinaria particular de Mangunhos), que recebeu 877 sufrágios contra 790 da Chapa Azul, sendo 181 o número de votos brancos e nulos (ou seja, quase o triplo do verificado na primeira eleição — um voto de revolta dos trabalhadores contra a anulação do primeiro pleito e a punição de companheiros).

Todavia, novamente, não pôde tomar posse. Mais uma vez, o coronel

Jarbas Passarinho, através do Departamento Nacional do Trabalho, impugnou o pleito, e uma terceira eleição foi realizada nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 1968.⁸

Dessa vez, para garantir a vitória, partiram para o banditismo. Verificaram que a base da FRONAPE, localizada no Caju, era decisiva para as eleições, pois a Chapa Verde detinha ali quase a totalidade dos 300 votos.

Na calada da noite, depois do pleito, quando a urna seria levada ao sindicato para apuração, desfecharam o golpe. Trocaram a urna verdadeira por outra preparada por eles com maioria de votos da Chapa Azul.

O único guarda de plantão ainda tentou impedir a substituição, mas teve que mudar de ideia. Quem realizou o trabalho sujo foi um chefe de serviço (oficial da Marinha de Guerra) que trabalhava durante o dia, estranho ao processo eleitoral, que apontou uma arma para o segurança, exigindo que ficasse quieto e que jamais comentasse o que vira. Foi dessa maneira que a Chapa Azul conseguiu “vencer” as eleições para a diretoria do SINDIPETRO-RJ.

A Chapa Verde jamais poderia tomar posse no “ano que não terminou”, 1968. Mas causou um enorme desgaste ao (des)governo, dentro e fora da Petrobrás.

No Senado e Câmara Federal; na Assembleia Legislativa do então Estado da Guanabara; na Organização Internacional do Trabalho (OIT); nos órgãos de imprensa e inúmeras outras instituições, não faltaram pronunciamentos de denúncia e questionamentos contra a conduta golpista, covarde e desumana contra os trabalhadores no tratamento daquelas eleições sindicais.

Com a Nova República e a anistia política, valorosos companheiros e eu, que dela fizera parte, e que comungávamos daquele mesmo espírito de luta, cidadania e nacionalismo, décadas depois, assumimos, via eleições, a direção do SINDIPETRO-RJ, na gestão 2002-2005,⁹ com mais dois mandatos conquistados para os períodos 2005/2008¹⁰ e 2008/2011¹¹.

Em 2009, com quase 7.000 associados, esse sindicato continuava sendo uma das instituições mais atuantes na luta não somente pelos interesses específicos dos petroleiros, mas, sobretudo, buscando unir todos os trabalhadores para defender o petróleo brasileiro, principalmente depois da confirmação da

descoberta, pela Petrobrás, das gigantescas reservas do pré-sal. Nosso petróleo e gás devem ser explorados para assegurar a felicidade do povo e não para serem leiloados aos estrangeiros, cujos interesses são opostos aos objetivos nacionais.

¹Da poesia *O Operário em Construção* de Vinicius de Moraes.

²Composição da primeira Chapa Verde registrada e vencedora:

Diretoria: João Batista de Lira, Ari Celestino Leite, Sylvio Nunes, Selym Kaskus, Francisco Soriano de Souza Nunes, Heronides Pereira de Araújo, Carlos Torres e Nelson Bastos.

Conselho Fiscal: Eliseu de Oliveira, José Gomes, João Moreira, José Feo, René Pinheiro e Levy Silva.

Conselho da Federação: Aurelino Marinho de Melo, Antônio da Costa Medina, Roberto da Silva Cruz, Zilmar Pereira, Henrique Sérgio Azamor e Antônio Gomes do Nascimento.

³“(…)Portanto, tudo o que vês / Será teu se me adorares / E, ainda mais, se abandonares / O que te faz dizer *não*. Vinicius de Moraes, *op. cit.*

⁴“(…)E um fato novo se viu / Que a todos admirava: / O que o operário dizia / Outro operário escutava. // E foi assim que o operário / Do edifício em construção / Que sempre dizia sim / Começou a dizer não. Vinicius de Moraes, *op. cit.*

⁵“(…)Como era de se esperar / As bocas da delação / Começaram a dizer coisas / Aos ouvidos do patrão.” Vinicius de Moraes, *op. cit.*

⁶DIVIN — Sigla de “Divisão de Informações” da Petrobrás.

⁷“(…)Um silêncio de torturas / E gritos de maldição / Um silêncio de fraturas / A se arrastarem no chão. / E o operário ouviu a voz / De todos os seus irmãos / Os seus irmãos que morreram / Por outros que viverão. Vinicius de Moraes, *op. cit.*

⁸Composição da segunda e terceira Chapa Verde: João Batista de Lira, Carlos Torres e Nelson Bastos, José Gomes, João Moreira, José Feo, René Pinheiro e Levy Silva, Roberto da Silva Cruz, Henrique Sérgio Azamor e Antônio Gomes do Nascimento.

⁹Diretoria Colegiada do Sindipetro-RJ na gestão 2002-2005:

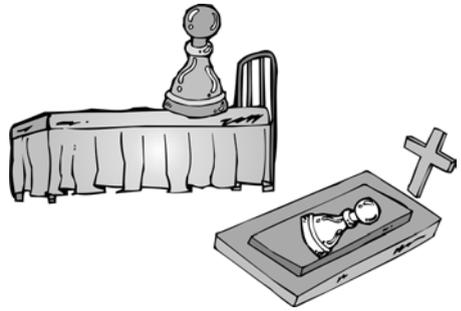
Abílio Tozini, Antônio Furtado, Carlos Espinheira, Edson Lima, Emanuel Cancelli, Francisco Chagas, Francisco Soriano, Joacir Pedro, José Magalhães, José Pereira, Luciano Rodriguez, Marcello Rios, Márcia Felipe, Marcos Barbosa, Mário Calvano, Paulo Roberto Sodré, Reinhold Schopke, Roberto Odilon, Roberto Ribeiro, Sérgio Castellani, Sílvio Sinedino, Sydney Granja, Tânia Lisboa e Waldelino Rodrigues.

¹⁰Diretoria Colegiada do Sindipetro-RJ na gestão 2005-2008:

Abílio Tozini, Antônio Furtado, Carlos Espinheira, Carmen Scher, Cid Alves Vieira, Edison Munhoz, Emanuel Cancelli, Fernando Cabral, Francisco Soriano, Geraldo Ferreira, Hélio Cunha, Hugo Fagundes, Joacir Pedro, José Maria Nascimento, José Roberto, Laerte Ferreira, Levi Figueiredo, Lincoln Leocádio, Marcelino Torres, Márcia Felipe, Marcos Barbosa, Mauricéia Petrucia, Nilson Caetano, Reinhold Schopke, Renato Maciel, Roberto Odilon, Tânia Lisboa e Valdecir de Oliveira.

¹¹Diretoria Colegiada do Sindipetro-RJ na gestão 2008-2011:

André Bucaresky, Antônio Furtado, Antony Devalle, Brayer Grudka, Carlos Espinheira, Celso Alves, Claiton Coffy, Edison Munhoz, Eduardo Henrique da Costa, Emanuel Cancelli, Fabíola Mônica Gonçalves, Francisco Soriano, Hélio Cunha, Hugo Fagundes, Ivan de Andrade, João Elói, Jorge Rosa, José Carlos Corrêa, José Maria Nascimento, Levi Figueiredo, Luiz Antônio Barbosa, Marcos Antônio dos Santos, Maria Lúcia Dutra, Mauro Alberto Caetano, Paulo Moreira, Paulo Roberto Sodré, Reinhold Schopke, Renato Maciel, Roberto Ribeiro, Sérgio Gomes, Tânia Lisboa, Valdecir de Oliveira e Valdivolgo Leite.



Entre Mortos e Feridos

Em 21 de junho de 1968, historicamente registrada como a Sexta-Feira Sangrenta, Marco Antônio da Veiga, Benedito Justino e eu resolvemos assistir à passeata estudantil que deveria sair da Candelária em direção à Cinelândia, centro do Rio de Janeiro.

Durante toda a semana, ocorreram, em diferentes pontos da cidade, atos de protestos contra a ditadura. Na véspera da Sexta-Feira Sangrenta, na Praia Vermelha, cerca de 400 universitários haviam sido presos pela Polícia Militar e levados para o campo do Botafogo, onde sofreram terríveis humilhações, assim descritas por Zuenir Ventura:

“Mais do que pela agressão física, as fotos ‘hediondas’ indignavam como símbolos do ultraje. A descrição de soldados urinando sobre corpos indefesos ou passando o cassetete entre as pernas das moças, junto às imagens de jovens de mãos na cabeça, ajoelhadas ou deitadas de bruços com o rosto na grama, eram uma alegoria de profanação”. (Ventura, Zuenir, 1968 - *O ano que não terminou*, 23ª Ed. Nova Fronteira, p. 138)

Merece ressaltar que a mesma Praia Vermelha fora palco de enorme violência quando da invasão da faculdade de Medicina a 23 de setembro de 1966. 600 estudantes foram “exemplarmente” espancados pela Polícia Militar.

Para a passeata programada para sexta-feira, esperava-se a presença e o espírito de contestação de todos os que haviam feito os acirradíssimos movimentos registrados ao longo da semana.

A principal palavra de ordem: “Abaixo a Ditadura” era gritada e pichada em todos os espaços possíveis.

Trabalhávamos na Petrobrás, lotados em setores administrativos e éramos obrigados a usar terno e gravata. Tínhamos de ser discretos para não colocar em risco todo o trabalho que estávamos desenvolvendo junto ao movimento operário.

Por outro lado, como conseguiríamos dissimular nossa empolgação, diante da crescente ofensiva dos estudantes e da massa naqueles idos de 1968 contra uma tirania perversa?

Havia, entre os manifestantes, vários jovens, lutadores de academias que enfrentavam a repressão seletivamente, aplicando uma boa lição naqueles policiais covardes, tomando-lhes os capacetes azuis, como que vingando os populares que eram vítimas da pancadaria indiscriminada. Outros apedrejavam qualquer carro de polícia que passava e, em certas situações, cercavam, emborcavam e ateavam fogo.

A polícia acabou por perder o controle da situação e o movimento popular só cessou com a intervenção do Exército, que ocupou todo o centro da cidade ao final daquela tarde.

No tumulto que se formou na avenida Rio Branco com a rua São José, por volta das 13 horas, quando a Polícia Militar, tentando dispersar a multidão de revoltosos, usou cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral e tiros de fuzis, tentei desesperadamente entrar na portaria de um edifício, quebrando o vidro da porta para poder abri-la por dentro a fim de que nos refugiássemos.

Todavia, ao desferir um soco na vidraça, recebi um corte profundo no pulso, atingindo uma veia e quase os tendões. O sangue jorrava aos borbotões. Na tentativa de estancar a hemorragia, levantei o braço e apertei uns centímetros abaixo do ferimento. Logo surgiu um aluno de Medicina, que me socorreu fazendo um torniquete no braço, afrouxando

a cada minuto, para evitar que a região do antebraço e da mão ficasse sem circulação. Depois, me esconderam no sótão de uma livraria, que também havia fechado as portas.

Aquele futuro médico permaneceu comigo até o momento em que entrei na sala de operações do hospital Pedro Ernesto, em Vila Isabel. Fui transportado em um carro oficial de um deputado estadual ligado à oposição ao governo ditatorial. No setor de emergência havia dezenas de feridos, vítimas da brutalidade indiscriminada da polícia. Não poderia ter recebido melhor tratamento. Emendaram as veias cortadas, me costuraram com uns vinte pontos e aplicaram uma injeção antitetânica.

Na correria, perdi-me dos meus companheiros. Depois de várias horas de busca, Marco Antônio resolveu telefonar para minha residência; ao saber que não havia chegado, aconselhou minha irmã Judith a me procurar, porque algo sério poderia ter-me acontecido. Igual recomendação a ela foi feita pelos companheiros do sindicato e do Partido (PCB).

Amigos telefonaram avisando que eu estava ferido e meus irmãos ocuparam a nossa única linha telefônica para ligar para todos os hospitais do Rio, o que me impedia de contatá-los. Só logrei chegar à casa por volta das vinte horas. Todos respiraram aliviados, mas fiquei preocupado, porque haviam telefonado para a Petrobrás e para velhos amigos militares no intuito de me localizar.

Mesmo ferido, tive que reconhecer: “pior se tivesse sido um dentre os mil presos levados para o DOPS ou um dos trinta baleados, dentre eles quatro que vieram a morrer, como a jovem Maria Ângela Ribeiro, que levou um tiro na cabeça e acabou falecendo no QG da Polícia Militar; ou tivesse tido o triste fim do soldado Nelson de Barros, vítima de afundamento craniano após ser atingido por um balde com massa de cimento e brita atirado por um manifestante do alto de um edifício em construção”.

Após a Sexta-Feira Sangrenta, minha permanência na Petrobrás ficou ainda mais complicada. O chefe de pessoal, o famigerado coronel Darcy Siqueira, detentor de várias fontes de renda, em plena sintonia

com a diretoria fascista, proibira os empregados de participarem de movimentos políticos.

Minha demissão estava encomendada. Soube pelo meu chefe, Lincoln Barra, que a Divisão de Informações (DIVIN) o alertara sobre mim e o pressionara para que me punisse. Em resumo, àquela altura dos acontecimentos, os órgãos de informação e repressão já haviam me mapeado e deliberado me prender no momento que fosse mais oportuno.



Cinco dias depois, quando ainda estava com o pulso enfaixado e de quarentena política, orientada pelo partido, ocorreu a Passeata dos Cem Mil que, no dia 26 de junho de 1968, ocupou as ruas do centro do Rio de Janeiro, no mais contundente protesto contra o governo, até então.

A manifestação, iniciada a partir de um comício na Cinelândia, foi seguida da passeata, que terminou na Candelária.

Na Petrobrás, o coronel Darcy Siqueira havia proibido até de se ver aquela contagiante manifestação pela janela. Todavia, podia-se ouvir no meu trabalho, na Presidente Vargas, o som das palavras de ordem que eram gritadas: “Você é Explorado, Não Fique Aí Parado”, “O Povo Unido Jamais Será Vencido”, “Um, Dois, Três, Precisamos de Vocês”, “O Povo Organizado Derruba a Ditadura”, por parte dos partidários da linha pacífica, e “Só o Povo Armado, Derruba a Ditadura”, pelos adeptos da luta armada.

O cenário político se inflamava cada vez mais.

Na manhã de 12 de outubro de 1968, um comando revolucionário abateu a tiros o capitão do Exército estadunidense Charles Rodney Chandler, veterano da Guerra do Vietnã.

“Em São Paulo e no Rio, o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) atacava teatros e livrarias e agredia artistas. Em julho [de 1969], o Teatro Galpão, na capital paulista, onde se encenava a peça *Roda Viva* de Chico

Buarque de Hollanda, sofreu a invasão dos desordeiros do CCC, que espancaram atores e pessoas do público. No Rio, uma bomba explodiu na Livraria Civilização Brasileira em outubro, incidente repetido em dezembro no Teatro Opinião”. (GORENDER, Jacob, *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1999, p. 164).

A 18 de julho de 1969, em Santa Teresa, Rio de Janeiro, o cofre do ex-governador Adhemar de Barros, mentor e apoiador do Golpe de 64, é expropriado da casa de sua amante, Anna Gimel Benchimol Aprighone, por um grupo de guerrilheiros da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), levando 2,5 milhões de dólares.



A Primeira Queda

Morava com familiares: pais; minha irmã Judith; Marciana, que trabalhava conosco há uns quarenta anos; e uma adolescente, Maria dos Anjos, órfã de pai e mãe, criada desde os dois anos conosco.

Era sexta-feira, 15 de agosto de 1969. Ainda dormia, embalado com o barulho das ondas que quebravam na praia de Ipanema. Por volta de seis horas da manhã, apertaram prolongadamente a campainha. Escutei com apreensão aquele toque marcial. Vivia sobressaltado com as notícias de inúmeras prisões políticas dos militantes de organizações revolucionárias e opositores do regime militar.

Três dias antes, os órgãos da grande imprensa haviam noticiado que o aparelho de repressão da ditadura procurava intensamente por dois homens, Mauro Fernandes de Souza (*Silas*) e Paulo Amarante Barcellos, e uma mulher de nome Zenaide Machado de Oliveira, todos pertencentes ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)¹. A descrição coincidia com os companheiros que, dois dias antes, haviam estado em meu apartamento. Pressenti, claramente, que procuravam por mim.

Maria dos Anjos mal abriu a porta e dez homens, com pistolas automáticas e metralhadoras, assaltaram heroicamente nosso apartamento. Um deles perguntou-lhe:

— Cadê o rapaz alto e de bigode que mora aqui?

Antes da resposta e enquanto ainda trocava de roupa, outros agentes entraram no quarto e me renderam.

Pensava em fugir pela porta dos fundos do apartamento. Teria sido em vão, porque todo o quarteirão achava-se cercado, o que constatei ao entrar algemado em um dos inúmeros carros que compunham o aparato repressor. Meses depois, fiquei sabendo que, para me encontrarem, estiveram vasculhando apartamentos, não apenas do meu prédio, mas em toda vizinhança.

— Você tem alguma arma? — pergunta corriqueira, mas feita com gravidade pelo policial truculento (um “armário” de dois metros, possíveis 120 quilos e barbicha).

— Não, senhor. Quem são os senhores? — perguntei simulando uma surpresa.

— Somos militares. O senhor tem que prestar esclarecimentos no ministério da Marinha — responderam resolutamente, enquanto me algemavam.

Revistaram, detalhadamente, todo o apartamento. Jogaram em uma sacola minha agenda, papéis soltos, cadernos, carteira de dinheiro, fotos, livros de temas políticos, discos da MPB.

Pedi para ir ao banheiro e dois agentes me acompanharam. Logo após, conduziram-me diretamente ao Centro de Inteligência da Marinha, o temível Cenimar, que ocupava o quinto andar do prédio daquele mesmo ministério.

Enquanto me encontrava dentro do veículo, um *Aero Wyllis*, disfarçadamente, retirei a aliança gravada com o nome de Ivone. Evitava, assim, comprometê-la no interrogatório que teria de prestar.



Por coincidência ou telepatia, enquanto me desfazia da aliança, Ivone sentiu um calor percorrendo seus dedos. Uma forte sensação de aflição a fez intuir que eu estaria em apuros. Jamais telefonara para nossa casa tão cedo.

— Alô? — atendeu minha irmã.

— Judith? Tudo bem? Aqui é a Ivone.

— Ivone, pelo amor de Deus! A polícia esteve aqui há poucos minutos e prendeu Francisco. Reviraram tudo. Levaram até nossa agenda de endereços. Disseram que eram da Marinha e que ele iria prestar uns esclarecimentos para depois liberá-lo.

— Tudo bem, Judith, acho que ele vai voltar logo. Vamos rezar para dar tudo certo. Depois eu volto a ligar. Um beijo.

Não havia mais tempo a perder. Ivone, apesar do estado de choque, também retirou sua aliança e saiu depressa para avisar da minha queda os companheiros. Esses correriam para fazer o mesmo com os demais.

Todavia, por razões de segurança, conhecíamos, oficialmente, pouquíssimos militantes (do companheiro, sabíamos apenas o codinome; ignorávamos a residência e o local de trabalho).

Estava deflagrada a operação barata-voa (os companheiros conhecidos deveriam sumir temporariamente, desmarcar os pontos que tivessem comigo e limpar os aparelhos, isto é, retirar tudo de comprometedor dos esconderijos).

¹MR-8 — Movimento Revolucionário 8 de Outubro, data da captura de Ernesto Che Guevara, na Bolívia. Formado por estudantes de Niterói, foi dizimado em meados de 1969. Para confundir a ditadura, a Dissidência Comunista de Niterói assumiu o seu nome — MR-8 — quando participou do sequestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, operação realizada em conjunto com a ALN.



*Cálice*¹

Encontraram em minha carteira de cédulas anotações com nomes fictícios de pessoas com quem teria encontros ao longo dos próximos dias.

— Onde é o aparelho da Zenaide?

— Não conheço nenhuma Zenaide — precisava negar tudo. No mínimo, segurar pelo maior tempo que pudesse.

— Quem são estas pessoas: Marlene e Wagner, que você anotou aqui? — perguntou “doutor Cláudio”, pseudônimo de Solemar Moura Carneiro, inspetor do DOPS e cruel torturador.

— São colegas da faculdade que estão num grupo de trabalho sobre Economia Brasileira.

— Quem é sua namorada ou companheira?

— Há tempos que não tenho mais namorada.

— Então virou bicha!

Baixei a cabeça e fiquei calado simulando descontentamento, embora, internamente, estivesse aliviado porque me havia desfeito da comprometedora aliança, que certamente levaria minha companheira a ser incluída em um mandado de captura.

— Quantos bancos você expropriou? — farejavam.

— Nenhum. Nunca assaltei um banco.

— Cara, você hospedou no seu aparelho um grupo de terroristas.

Queremos saber quem eram, onde vão atacar e cadê o dinheiro das expropriações?

— Não tenho aparelho, moro com meus pais, vocês comprovaram. Sou ex-sindicalista, demitido da Petrobrás por ter participado de uma chapa de esquerda, mas de linha pacífica — retruquei, procurando desviar a conversa para fatos menos comprometedores.

— Vamos falar dessa história depois. E o *Silas*, conhece? Nós o pegamos. Cara, você caiu. Ninguém aguenta ficar calado aqui. Vamos lhe cobrir de porrada e lhe botar no pau-de-arara, aplicar choque no seu pau, na sua língua — espumavam.

— Não sei de nada. Só se eu mentir. O que vocês querem?

Aos gritos, partiram para a agressão física. Desfecharam-me socos e tapas no estômago, costas, cabeça, orelha. Jogaram-me no chão e me chutaram. Depois, sentaram-me em uma cadeira, amarraram fios elétricos nos dedos e começaram a repetir as perguntas, enquanto rodavam a manivela de uma máquina *made in USA*. Disparavam choques que se intensificavam quanto mais rapidamente a giravam. Meus braços levantavam-se mecanicamente aos efeitos de cada descarga elétrica. No cérebro, surgia um clarão.

A cada pergunta, gritava também:

— Não sei!

Interromperam de repente, dizendo que iam me aplicar o soro da verdade, mas, antes, dar-me-iam mais uma chance, desde que colaborasse.

— Colaborar com o quê, se não sei de nada? Estão perguntando à pessoa errada. Tenho problemas de coração e não posso levar choques, vou morrer aqui injustamente — observei.

Doutor José Lino Coutinho da França Neto, médico, cuja função era alertar os torturadores sobre os limites da resistência do torturado, sugeriu uma pausa e perguntou-me de que doença sofria.

— Sofro de *coração grande* — respondi, lembrando da descrição de um colega que sofria desse mal.

Propositadamente, comecei a engolir ar, o que me provocava prolongados arrotos.

— Vou vomitar!

— Temos que levá-lo para o ambulatório. Pode estar tendo um enfarte — ponderou o doutor Coutinho.

Ali, ganhei um tempo precioso para que outros companheiros, ao saberem da minha ausência nos pontos diários, pudessem sumir e avisar os demais.

Seriam umas quatorze horas. No serviço médico, falei que estava de jejum absoluto, sentia tonteira e fortes dores no coração, estômago e cabeça, e era verdade. Aplicaram-me uma injeção de glicose com um sedativo na veia. Trouxeram-me um lanche antes de eu voltar para depor. Do laudo que passaram aos agentes, pude ouvir o médico plantonista sugerir aos torturadores que não me aplicassem mais eletrochoques.

Retornei ao Cenimar. Lá me aguardava o *Silas*. Deveria me reconhecer, ou não, como o importante morador da Vieira Souto que ele, sob violenta tortura, descrevera.

— É este o rapaz, *Silas*?

— Parece que sim. — respondeu ao agente — desculpe-me, companheiro, mas não deu pra aguentar.

— E aí, senhor Soriano? Membro do grupo Marighella, hein? — observou, com sotaque paulistano, olhar de frieza e ironia, um novo policial me desmascarando.

Posteriormente, fiquei sabendo que estava sendo interrogado pelo delegado Fleury, que vivia obcecado na caça a Marighella, cuja captura valia um enorme prêmio em dinheiro, bancado por empresários nacionais e estrangeiros, como a Camargo Correia, Ford, GM, Ultragás.

Seria, perante a repressão, o primeiro militante preso no estado da Guanabara acusado de pertencer à organização do Marighella, meses depois, oficialmente batizada de Ação Libertadora Nacional (ALN)².

— Tudo bem, *Silas*, mas fale tudo pra eles sobre mim. Eu não participei de nenhuma reunião, só ajudei a esconder vocês e não conheço ninguém.

— Realmente, esse aí só cedeu o apartamento. Acho que é apenas simpatizante do pessoal do Marighella.

— Cale a boca, seu merda! — ordenou Fleury.

— Levem este filho-da-puta daqui — gritou o doutor Cláudio, referindo-se ao *Silas*.



Fora preso sozinho, não tinham como checar a minha versão. Estava encurralado; inventei uma história.

“Era sindicalista e fora demitido da Petrobrás por razões políticas. Meu colega, José Milton, a quem devia favores pela indicação para um estágio remunerado na Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), pediu-me apoio para retirar do Rio uns companheiros procurados pela repressão. Quanto a mim, desconhecia qual a organização política deles. Detestava a ditadura, mas não propunha a luta armada como tática para derrubá-la”.

Enquanto concluía o depoimento, chegou uma ordem do Comando Militar do I Exército para o Cenimar transferir, imediatamente, *Silas* e eu para a Polícia do Exército (PE), na Tijuca.

Naquela operação de transferência, ganhei mais duas importantíssimas horas. Havia faltado a vários pontos. Mais companheiros estariam disparando o alarme do meu desaparecimento e deflagrando a operação barata-voa.

¹CÁLICE (Compositores: Gilberto Gil e Chico Buarque) “Pai, afasta de mim esse cálice, /Pai, afasta de mim esse cálice, Pai, afasta de mim esse cálice, /De vinho tinto de sangue. //Como beber dessa bebida amarga, / Tragar a dor, engolir a labuta, Mesmo calada a boca, resta o peito, /Silêncio na cidade não se escuta. //De que me serve ser filho da santa, /Melhor seria ser filho da outra, / Outra realidade menos morta, /Tanta mentira tanta força bruta.”

²ALN — Ação Libertadora Nacional, organização de esquerda, criada sob a liderança de Carlos Marighella, dissidente do PCB que defendia a luta armada, com atuação entre os anos de 1969 a 1974. O descenso dos movimentos operário e estudantil, em decorrência da edição do AI-5, fez com que se ampliassem os quadros da luta armada. A ALN chegou a contar com mais de dois mil militantes, quando ocorreram suas ações mais espetaculares, entre as quais o justicamento do major americano Charles Chandler (com a VPR) e do empresário Boilesen, da Supergasbras, que coordenava o financiamento da OBAN e o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick (com a participação da DI, que adotou o nome de MR-8 para confundir a repressão, que acreditava já ter desbaratado aquele Movimento).

Poucos meses depois, em São Paulo, a repressão assassinou o líder Carlos Marighella. Sob o comando de Joaquim Câmara Ferreira, o *Velho*, a ALN prosseguiu em suas ações, sequestrando (em parceria com a VPR) o embaixador alemão, Von Holleben. Pouco depois, Câmara foi preso e torturado até a morte. A ALN, enfraquecida desde a morte de Marighella, não conseguiu renovar seus quadros, em face da prisão seguida de assassinatos de inúmeros componentes, quando voltavam de treinamento no exterior.



A Verdadeira História

José Milton Barbosa, sargento-radiotelegrafista do Exército, e eu tínhamos sido membros do PCBR¹. Pertencíamos à base das faculdades da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Hoje posso declinar nomes de outros extraordinários companheiros já falecidos: Alexandre Borba, Fernando Augusto da Fonseca, Francisca Abigail Paranhos e Marcelo Cruz. Achávamos que também o PCBR estava muito lento nos preparativos para lançar a luta armada contra a ditadura e pela implantação do socialismo em nosso país. Nisso, outras organizações achavam-se muito à frente, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Dissidência Universitária (DI) e o grupo do ex-deputado da Constituinte de 45, pela legenda do PCB (então PCdoB) da Bahia, Carlos Marighella.²

Em maio de 1969, nos desligamos do PCBR. Nesse mesmo mês, integrei-me à organização do Marighella, que mais tarde passou, publicamente, a se autodenominar Ação Libertadora Nacional (ALN) em um documento que a ditadura foi obrigada a divulgar, quando do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, a 4 de setembro de 1969. O José Milton, em maio, filiou-se ao MR-8.

Encontrávamo-nos, frequentemente, na Faculdade de Economia da Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Certo dia, pediu-me um contato urgente com a direção carioca da organização do Carlos Marighella.

O MR-8 havia sofrido enormes quedas em Niterói e poucos conseguiram escapar. Os quadros remanescentes queriam integrar-se à embrionária ALN.

Contatei meu pessoal e marcamos um encontro na minha residência. Fui no fusca apanhar cada um dos companheiros nos respectivos pontos. Pedi que fechassem os olhos. Antes de chegar ao meu endereço, dei várias voltas pelo mesmo quarteirão.

Pela ALN, compareceu o jovem *Wagner*, codinome de Aldo de Sá Brito Souza Neto³ (bravo companheiro, então com 18 anos, preso e assassinado, sob tortura, em Belo Horizonte, a 7 de janeiro de 1971), que se identificou como sendo do Comando Nacional. Pelo MR-8, José Milton e os quadros anteriormente citados: Mauro Fernando de Souza, Joseph Bartolo Calvert e Zenaide Machado de Oliveira.

Era recém-filiado à ALN e, por isso, não participei da reunião. Mauro, Joseph e Zenaide não tinham onde pernoitar. Forçosamente, tive que acomodá-los em meu quarto. Zenaide tossia muito, mas nem por isso parava de fumar nervosamente. Na manhã seguinte, fui deixá-los em um ponto, na praia de Botafogo, onde os aguardava José Milton.

Alguns dias depois, Mauro foi preso na cidade de Posse (RJ). Contou-me, na prisão, que tentava fugir de bicicleta. À noite, já muito cansado, resolveu dormir na poltrona de um velho carro abandonado, onde tentava também se agasalhar de um frio insuportável. Um guarda noturno avistou o cabo do seu revólver e acionou a polícia. Ao ser capturado, foi identificado como subversivo e entregue à Marinha. Sob comprovada tortura, abriu a reunião de que participou na minha residência.

¹PCBR — Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, criado em abril de 1968, no Rio de Janeiro, a partir de uma dissidência do PCB, tendo como principais dirigentes Mário Alves (morto sob tortura no 1º Batalhão da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1970), Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho. Defendia a guerrilha tanto no campo como na cidade; assim, teve importante participação no movimento estudantil de 1968 e desenvolveu atuação no meio operário e em áreas rurais. Conduziu expropriações para obtenção de recursos necessários a suas atividades. Com a prisão, morte ou exílio de vários dos seus dirigentes, acabou por desarticular-se por volta de 1970.

²Vide Apêndice I, Galeria de Heróis.

³Vide Apêndice I, Galeria de Heróis.



Despachado para o Exército

O 1º Batalhão da Polícia do Exército (PE) ficava na rua Barão de Mesquita, 425, Tijuca. Lá estava concentrado o esquema para captura do sargento José Milton, uma questão de honra, por se tratar de militar da ativa e foragido do Exército. Ali o clima era de rebuliço, pois amontoava-se um imenso contingente de presos políticos, de quem os torturadores tentavam arrancar informações.

Recepcionou-me o famoso major Francisco Moacyr Meyer Fontenelle, tendo sido eu apresentado pelos agentes da Marinha como pertencente à organização do Marighella.

Fizeram-me quase as mesmas perguntas. Estavam desesperados e queriam saber, em primeiro lugar, onde morava o sargento José Milton Barbosa. Outros colegas seus de repartição, sargentos e cabos, estavam ali detidos e sendo interrogados.

Repeti o depoimento prestado na Marinha. Dei o antigo endereço do José Milton, situado na rua general Urquiza, Leblon. Convenci-os de que não sabia do seu paradeiro, até porque ele sumira do Rio. Éramos colegas da faculdade, sendo ele membro do Diretório Acadêmico Pedroso Lima.

Prenderam-me em uma cela lotada com outros militantes políticos, entre eles, dois jornalistas: Jarbas Silva Marques e Luiz Edgar de Andrade.

Jarbas encontrava-se literalmente triturado. Durante vários dias havia sido violentamente torturado e acusado de ser quadro de direção do Movimento de Ação Revolucionária (MAR)¹. Em suas costas apagaram charutos, passara pelo pau-de-arara etc. Em um de nossos diálogos, perguntei-lhe:

— E agora, companheiro, o que fazer?

— Presos, temos que seguir o exemplo de Tiradentes, que tomou a si toda a responsabilidade pela chamada Inconfidência Mineira, livrando seus companheiros. Agora é segurar tudo. Esses caras não sabem de nada, a não ser o que a gente vier a abrir.

Luiz havia sido correspondente de guerra no Vietnã. Tempos depois, li uma entrevista dele, onde relatava que um oficial do Exército norte-americano lhe assegurava que ele nunca mais iria esquecer das atrocidades daquela guerra. E ele lhe contestava: “a memória do Vietnã ficou encoberta pelos gritos de dor e desespero que ouvi dos presos políticos brasileiros sendo torturados no quartel da Polícia do Exército da rua Barão de Mesquita no mês de agosto de 1969”.

Ainda sobre Jarbas, reproduzo, a seguir, trechos da contundente entrevista que ele concedeu ao *Jornal Opção*, Ano XXIII, número 1.184, Goiânia, 15 a 21 de março de 1998, pp. 12 e 13, onde relata o que havia sofrido naquela prisão:

“Eu o conheci [o general-de-brigada Ricardo Agnelo Fayard] em agosto de 1969, quando estava sendo torturado no Quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Ele ainda era segundo-tenente e trazia na jaqueta branca a tarja com o seu nome. Quando comecei a sangrar durante uma sessão de tortura, Fayard foi convocado para me examinar. Ele havia examinado o Fayal e o Newton Duarte, da ALN, que foram torturados pela equipe do inspetor Mário Borges, do Dops do Rio, mais os torturadores do Grupo de Operações Especiais (GOE). Examinou meus ouvidos, chamou o enfermeiro que o acompanhava, apontou para a bandeja na mão do enfermeiro e determinou: “limpe com isso”. Depois, Fayard me liberou para a tortura. Lá estavam

a minha espera a equipe de torturadores chefiados pelo almirante Júlio de Sá Bierrenbach, o capitão-de-fragata Boneski, o Solemar [inspetor do DOPS], o capitão do Exército Leão, o tenente Duque Estrada, o sargento Torres e o delegado Jorge “Bola Murcha” do DOPS do Rio de Janeiro.

Fui espancado com “maricota”(uma mangueira) sofrendo, ao mesmo tempo, choque elétrico nas orelhas (que eles chamavam de brinco), no pênis e na região escrotal.

Numa dessas seções de tortura, quando me chamaram de ladrão eu gritei: “Ladrão são vocês”. O major Fontenele foi me interrogar e eu repeti a acusação. Ele virou e me disse: “Aponte o ladrão da minha equipe”. Eu apontei. “Se você estiver mentindo, eu vou ter o prazer de lhe matar. Que relógio é o seu?” Falei: “É um *Mido Powerwind*, na caixa o número é 3334”. Ele anotou, chamou o capitão Leão, trouxe o relógio, conferiu o que tinha anotado e falou: “Por hoje, você escapou da morte”.

(...) Comecei a urinar e não conseguia mais me arrastar. Fui levado para o Corredor da Morte (um conjunto de cinco celas). Em uma manhã fui levado para o “Maracanã” (uma sala enorme, com torneiras e vários instrumentos de tortura) e chegou o tenente [médico Ricardo Agnese] Fayad. Ele chamou o enfermeiro e determinou que aplicasse anti-hemorrágicos. Em seguida, Fayad orientou o capitão Leão: “Ele não pode mais ser espancado, agora só choque, pau-de-arara e caldo”.

(...) Depois dessa segunda volta para o Corredor da Morte, passei a sofrer mais dois novos tipos de tortura criados pelo tenente Fayad. Eles jogavam éter no ânus e me afogavam com conta-gotas. Eram torturas piores do que espancamentos e choques elétricos. O éter no ânus, além do ardor, faz secar as mucosas da boca. A língua vai crescendo, parece que vai nos sufocar e que está do tamanho da língua de um bovino.

O afogamento era pior do que os que sofri em Brasília, em 1967, no PIC da Polícia do Exército, com o corpo imerso em grandes tanques, ou a tortura do “escovão”.

(...) Minha boca estava muito inchada, pois eles tinham me arrancado o bigode com uma alicate, botaram esparadrapo na minha boca e

fiquei com a respiração acelerada em razão de só haver um duto para inspirar e respirar. Sob risadas do torturador halterofilista a quem os outros torturadores chamavam de “comandante”, daí deduzi que ele fosse da Marinha. Ele dizia com voz em falsete: “O nenê tá dodói. Tá de narizinho entupido! Ah! Então vamos limpar o narizinho dele”. E, sob risadas, ele pingava gotas nas minhas narinas. Com a boca tampada, as gotas iam direto à árvore respiratória. Eu rodava no pau-de-arara.

(...) Ao interrogarem o tenente-coronel Nicolau José de Seixas, disseram-lhe: “Aqui um soldado na ativa manda mais que um general na reserva”.

Depois vieram as torturas com animais. (...) Mais ou menos entre setembro e outubro de 1969, fui torturado com os jacarés. Algemaram minhas mãos para a frente, algemaram minhas pernas no tornozelo e passaram uma corda nas algemas das mãos e dos pés para me imobilizar. Fui jogado no chão e o rosto espremido no cimento pela bota de um torturador. Puseram o jacaré nas minhas pernas e ele começou a caminhar no meu corpo.

(...) O tenente [Fayad] que me torturou, e a brasileiros e brasileiras anônimos, é hoje general. Ele desonra meu país, a bandeira e o Exército do meu país. Mas o Exército que ele desonra tem homens honrados e dignos, como o general Penha Franco, que no dia 21 de novembro de 1969, não aceitou macular o Hospital Central do Exército.

A equipe de torturadores do capitão [Aylton] Guimarães [Jorge], mais precisamente o cabo Povoleri, matou o estudante de medicina Charles Schael Schreiber com um chute que lhe arrebentou o fígado. Levaram Schael para o HCE e o general Galeno negou-se a receber um cadáver e mandou que médico-legista Rubens Pedro Macuco Janini fizesse o laudo, laudo esse que vai para a história como defesa de um Exército que o general Ricardo Agnese Fayad sempre desonrou”.

Deitei-me em um beliche. Recompus todos os lances do dia mais traumático da minha vida. Mal conseguia dormir. Precisava continuar

estudando profundamente a posição e os melhores lances para aquela complicadíssima partida do xadrez político que iria continuar jogando, sem direito de perder. Um sonho de libertação, a vida de muitos companheiros estava em risco.



Manhã de sábado, fui chamado para depor.

Começaram pela identificação. Quando declarei onde morava, um sargento negro, fotógrafo oficial do Pelotão de Investigações Criminais (PIC), pediu que repetisse. Deu-me um enorme esporro.

— Como é que você tem coragem de ser socialista morando de frente pro mar? Tem que levar é porrada para aprender a deixar de ser babaca. Eu, que sou pobre e moro mal, é que teria que ser comunista.

Quem explica? Freud? Marx?

Fotografaram-me de frente e perfil, sentado e de pé. Para dificultar a repressão, procurei mudar ao máximo o rosto no momento da foto. Fiz umas caretas de leve.

Em seguida, fui levado para ser interrogado pela turma do DOPS e do esquadrão da morte, comandados pelo agente *Timóteo*, o famoso Solemar Moura Carneiro. Identificavam-se com a caveirinha na boina e pelas tatuagens.

Próximo a mim, vários companheiros subiam também àquele calvário, sendo espancados por um bando de bestas-feras.

Primeiramente, arrebatavam a gente com socos no estômago, na cabeça, prometiam que iam nos matar com todo o direito porque, se nós os pegássemos, também faríamos o mesmo. Como constava na minha ficha vinda da Marinha que era cardíaco, evitaram me aplicar choques, mas era terrível ver os companheiros berrando desesperadamente, quando recebiam os eletrochoques acompanhados dos gritos dos torturadores.

Depois da pancadaria, perguntaram onde estudava e trabalhava, a qual

organização pertencia, quem era de esquerda no trabalho ou na faculdade. Entregaram-me caneta e papel para que escrevesse tudo sobre a minha vida, desde a juventude, ameaçando-me de que o pau iria comer se omitisse alguma coisa ou mentisse. Aquilo durou das nove até as dezesseis horas.

Cheguei à cela carregado por dois “catarinas” (soldados da Polícia do Exército, geralmente de origem alemã, todos com mais de um metro e oitenta de altura, famosos pela caxiagem e recrutados em Santa Catarina). Eu trazia o rosto deformado por ferimentos, sangramentos e inchaços. No domingo, me esqueceram.

¹MAR — Movimento de Ação Revolucionária, estruturado ao final de 1968, por remanescentes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), que se tornou conhecida pelo motim de marinheiros e fuzileiros navais no Sindicato de Metalúrgicos do Rio de Janeiro poucos dias antes do golpe (de 25 a 28 de março de 1964). Os organizadores do MAR empreenderam espetacular fuga da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio, em 26 de maio de 1969, porém, quase todos foram presos dias depois na região de Angra dos Reis, RJ. Os militantes que conseguiram escapar acabaram por se filiar a outras organizações da luta armada.



Transferência dos Infernos

Na segunda-feira, Mauro e eu fomos transferidos do quartel da Polícia do Exército (PE) da rua Barão de Mesquita, na Tijuca, para a PE da Vila Militar, em Deodoro. Algemaram-nos, um ao punho do outro, e nos sentaram no banco traseiro de uma caminhonete. Dois soldados armados com metralhadoras nos vigiavam. Na cabine, estavam um sargento e o cabo-motorista.

Na Vila Militar, fomos novamente revistados, identificados e saudados com ameaças, empurrões e tapas pelo cabo Povoreli, o que nos permitia antever o que nos aguardava. Um sargento nos levou à sala do tenente Aílton Guimarães Jorge — conhecido depois como capitão Guimarães, terrível torturador que veio a ser expulso do Exército por contrabando de ouro e, mais tarde, um dos mais famosos contraventores do jogo do bicho e presidente da Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA).

Sem que nem por que, amarrou uma corda ao meu pescoço e a manteve arrochada até quase eu perder os sentidos; em seguida afrouxou-a e esboçou um sorriso perverso e boçal. Depois, voltou-se para o sargento e ordenou que me prendesse em uma cela com piso de cimento, onde passei sete horríveis noites, morrendo de frio, padecendo de câimbras e dores que percorriam todo o corpo, sem direito a dormir decentemente, sem cama, colchão ou coberta.

Mauro ficou também preso e isolado, em uma cela defronte a minha. À medida que a sentinela se afastava, comunicávamo-nos por leitura labial ou

falando baixo. Aproveitamos para trocar figurinhas sobre nossos depoimentos prestados na Marinha e na PE da rua Barão de Mesquita; assim pudemos amarrá-los, de forma a não cairmos em contradição.

Em uma cela mais distante, estavam presos alguns companheiros de Minas Gerais, ligados ao Comando de Libertação Nacional (Colina). Testemunho o quanto foram barbaramente maltratados.

Lembro-me de alguns nomes, porque escutávamos, à noite e pela manhã, a chamada de presença dos presos: os irmãos Ângelo (libertado em troca do embaixador alemão, Ludwig Von Holleben) e Murilo Pezzuti da Silva.

Murilo foi um dos prisioneiros que serviu de cobaia de tortura, com aulas ministradas pelo tenente Guimarães e outros oficiais, para cerca de 100 militares brasileiros na Vila Militar do Rio de Janeiro.

A comida só esteve razoável no Dia do Soldado, 25 de agosto. Pela manhã, ouvimos uma banda e o barulho dos coturnos no calçamento indicava a marcha em ordem unida.

Em uma tarde, levaram-me para ser ouvido pelo capitão José de Ribamar Zamith, tempos depois, amplamente denunciado por suas crueldades. Enquanto aguardava a minha vez, assisti a um terrível desrespeito e humilhação por parte daquele oficial para com uma prisioneira idosa; uma senhora de presumíveis 70 anos, cabelos grisalhos, magrinha, mineira, que, com altivas lágrimas, tinha que ouvir calada os gritos histéricos daquele oficial covarde:

— A senhora é uma comunista nojenta; devia ter vergonha por manter e esconder o seu filho, um assassino, junto com outros marginais em sua casa. Deveria ter chorado quando eles estavam tramando para matar brasileiros que defendem a pátria que vocês querem destruir! Se depender de mim, a senhora e aquele filho-da-puta vão morrer aqui, decepados aos poucos, para que seus conhecidos, amigos e parentes saibam como terminam os terroristas! — ameaçou-a, ordenando ao cabo que a recolhesse ao xadrez.

— Agora é com você, Soriano. Sua ficha é mais suja do que pau de galinheiro. Antes de responder a qualquer pergunta, vou mandar lhe servir um aperitivo para avivar sua memória, porque estou sem paciência hoje — esbravejou.

— Podem levá-lo.

Era a “turma do pau”. Bateram-me nos ouvidos, cabeça e costas ao mesmo tempo em que me xingavam aos berros. Alguns socos me atiraram no chão. Então, emendavam com chutes. Virei um trapo, surrado e subnutrido, sem dormir por várias noites.

— Sei que você é muito esperto e inteligente. Se quiser viver, conte todo o seu envolvimento, legal ou ilegal, com a política, até a sua queda: os bancos que expropriou; quem justicou; as ações que a sua organização está planejando no Rio de Janeiro. Quero tudo. Se você mentir ou esconder qualquer informação, volta pro pau! Registre aqui seu depoimento, entregando-me um gravador.

Gastei três fitas cassete de 90 minutos: reafirmei os pontos inventados nos depoimentos anteriores, e tergiversei bastante, descrevendo, desde as doenças que contraíra: sarampo; coqueluche; febre tifoide; verminose; até as crises existenciais e de fé.

Abordei os problemas sociais e econômicos do capitalismo que me afligiam ou revoltavam: a prostituição infantil; a corrupção; o tráfico de drogas; o latifúndio improdutivo; o desemprego; a remessa ilegal e vultosa de lucros para o exterior por parte das empresas estrangeiras; o pagamento de juros aos banqueiros.

Historiei a luta patriótica de todo o povo brasileiro, citando: o marechal Horta Barbosa, na campanha “O Petróleo é Nosso”, quando civis e militares marcharam juntos para defender nossas riquezas minerais; o marechal Cândido Rondon, renomado humanista que desenvolveu um admirável trabalho de preservação do solo pátrio, com seu trabalho de valorização do índio brasileiro; a participação dos militares na Segunda Guerra Mundial, combatendo o nazi-fascismo na Itália; a manifestação contrária do Clube Militar à atuação do Exército como “capitão-de-mato” na captura de escravos fugitivos; dissertei sobre a minha participação, enquanto sindicalista, junto aos petroleiros, pela preservação da Petrobrás e organização da categoria para lutar por melhores condições salariais e de trabalho.

Relatei também sobre os dois principais sistemas econômicos de sociedade: capitalista e socialista; matérias constantes do currículo escolar da Faculdade de Economia. Passei pela política internacional, abordando o poder de polícia em

que os EUA se arvoravam para intervir em outros países... Precisava demonstrar que acolhia suas ordens, mas também transcendia, tripudiando sobre a brutalidade daquele psicopata que, ao tentar entender meu discurso ali gravado, estaria, ele sim, agora sendo torturado.

O datilógrafo, um velho sargento, levou dois dias passando a limpo aquele documento; às vezes vinha até a cela para conferir melhor minhas teorias.

A mente acanhada do capitão Zamith, oficial do Serviço de Inteligência, levou quase um dia para tentar entendê-lo. Também seria exigir demais: aquele cérebro obtuso não ia além de palavras de ordem berradas a plenos pulmões ou das ofensas dirigidas àquela pobre mãe algemada; jamais conseguiria acomodar todas as ideias que eu havia abordado.

Noções como desenvolvimento com justiça social, solidariedade, fraternidade entre civis e militares, soberania nacional, cidadania, função social da propriedade (divulgada nas encíclicas papais), e outras, eram grandiosas demais.

Mas desejo testemunhar aqui o despreparo para o exercício do poder de figuras como a desse limitado oficial, que confundiam poder com arbítrio, truculência e autoritarismo. Misturavam força com violência. A força é apenas o suporte do Direito; foram criaturas (se ele merece ser chamado assim) como ele que desgraçaram o país durante décadas, metendo-se em atividades para as quais não foram preparadas e confundindo preconceitos pessoais com “critérios” de justiça.

— Você deu sorte, porque o coronel me comunicou que vai ser transferido para outro órgão militar. Mas, para mim, você não passa de um enrolão e de um bom filho-da-puta; ainda vai ter que voltar aqui para me dar um depoimento decente. Em todo caso, por enquanto, assina esta merda que você gravou — esbravejou, jogando na minha frente umas vinte laudas datilografadas.

Magro por natureza, teria perdido dez quilos desde que fora preso; sentia fraqueza, solidão e tristeza. Acreditava concretamente que iriam me eliminar. Então pensei: e se eu me autoexterminasse? — Mas eles nos vigiavam dia e noite. Recolhiam o cinto e os cordões do sapato. Comíamos em um bandeirão usando apenas uma colher; o café era servido em um caneco de alumínio.

O comandante do quartel, o coronel Ary Pereira de Carvalho, fez questão

de falar comigo quando já estava de saída para a Marinha. Cheio de valentia e falsa piedade, passou-me uma enorme descompostura:

— Olha aqui, seu Soriano. Se você quiser brigar conosco, saia de casa, não envolva sua família. Chegou um pedido de clemência de seu pai. Consta que sua mãe está doente. A Maçonaria está pedindo pela sua integridade física, como se a gente aqui fosse um bando de torturadores ou assassinos. Seu Inquérito Policial-Militar (IPM) está sediado na 1ª Auditoria da Marinha. Vou lhe deixar telefonar para sua residência antes de sair.

Agradei e aceitei fazer a ligação, mas, como bom mineiro, tomei todo cuidado para não entregar o ouro. Quem poderia me garantir que tudo aquilo não era um teatro ou uma cilada? Que não estivessem me levando para outro quartel para me esconder dos familiares ou para me eliminarem no meio do caminho?

— Alô, Judith? Estou falando de um quartel do Exército. Como estão todos, papai, mamãe, a “Tia Vona”? — a “Tia Vona” fora a única e disfarçada indiscrição em que tinha que incorrer. Precisava urgentemente saber se a minha noiva e companheira, a Ivone, não havia caído também.

— Só a mamãe está doente. Teve pneumonia, mas está medicada e se recuperando. Os demais estão bem — Judith captou logo a mensagem. Respirei aliviado. Afinal, após dez dias de isolamento e terror, aquela fora a primeira comunicação com o mundo externo desde a minha prisão.

A notícia de que a Ivone não fora presa significava que uma casa recém-alugada em meu nome, que serviria de aparelho para a Organização, não havia sido descoberta, o que teria agravado terrivelmente a minha delicada situação.

Era quase noite quando cheguei ao Cenimar. Um oficial da Marinha determinou que uma lancha me conduzisse escoltado por dois fuzileiros para a prisão da ilha das Flores.



Ilha das Flores

Vinte horas de 29 de agosto de 1969, sexta-feira.

Levaram-me algemado para o cais do 1º Distrito Naval, de onde embarquei em uma lancha de transporte de veículos e tropas da Marinha.

Um cabo e um soldado me escoltaram. Um marinheiro assumiu o leme depois de me lançar um olhar contemplativo. Acho que o cabo pensou consigo: “Até quando isto vai durar? Este prisioneiro também é um revoltado contra os donos de bancos que passeiam de *Mercedes Benz*, habitam as coberturas e se alimentam da miséria do povo. Bem que poderia dar-lhe fuga, mas sou um vacilante. Afinal de contas, nem o almirante Cândido da Costa Aragão eles aliviaram. Apenas cumpro ordens”.

Era público e notório que também na ilha das Flores, para onde estava sendo transferido, utilizava-se todo tipo de tortura nos presos políticos para arrancar informações. Raquete, que era aplicada nas mãos e nos testículos; pau-de-arara, choques elétricos, afogamento.



E agora, Soriano, o que o aguarda? A Marinha joga pesado! Você precisa ter não apenas nervos de aço, mas o corpo anestesiado: não sentir as pancadas, os eletrochoques, continuar disputando e ganhar esta partida.

Mas esta partida, você não está apenas jogando, está vivendo-a. É preciso, como nunca, ter redobrada atenção, frieza, lucidez... tentar fazer os lances magistrais (que você desconhece) de um Capablanca para surpreender o adversário, convencê-lo de que você é um pixote, distraí-lo e, quando ele mal esperar: xeque-mate!



A lancha agora diminui a velocidade e ancora no píer. Sou recepcionado pelo comandante do Batalhão Tamandaré do Corpo de Fuzileiros Navais sediado na ilha das Flores, o capitão-de-mar-e-guerra Clemente José Monteiro Filho¹ que, num misto de curiosidade e instinto autoritário, perguntou-me, quase gritando do alto de seus coturnos: meu nome; desde quando estivera preso; a que organização pertencia; por quais prisões já havia transitado. Fazia questão de bater em uma das mãos com um chicote, ostentando sua autoridade e vocação de carrasco.

Sentia-me desolado, com o rosto e o corpo cheio de hematomas.

De repente, ouvi um coro vindo do alto de um morro daquela malfadada ilha. Hinos revolucionários, como a *Internacional* e *Caminhando*, do Geraldo Vandré, e algumas canções da Guerra Civil Espanhola, como *El quinto Regimiento* e *Si me quieres escribir* de J. L. Cuadrado, ecoavam-me como uma brisa de novas esperanças. Os companheiros, que ali se encontravam presos, ouviram o barulho do motor da lancha atracando e foram informados por alguns carcereiros da chegada de mais um prisioneiro.

Aquilo deixou desconcertado o comandante Clemente, que vociferou:

— Vou lhe dar um conselho, aqueles caras lá em cima já escolheram o que querem. Não entre na deles — em seguida, ordenou a um sargento que me colocasse no presídio, isolado dos demais presos.

Ao transpor a porta que dava acesso ao corredor das celas, aquele coro soou com ainda mais brilho e entusiasmo: *quem sabe faz a hora, não espera acontecer...* Minha alma musical se deixou incendiar, refletida em uma

emoção traduzida em lágrimas que não conseguia esconder, quanto mais procurava enxugá-las com a manga da camisa amarrotada.

Subitamente, éramos tomados de uma indescritível fé revolucionária que nos tornava invencíveis frente aos mercenários, quase todos de olho-grande no dinheiro que o militante da luta armada poderia ter expropriado.

O sargento me conduziu a uma enorme cela vazia situada ao final do corredor, onde me mantiveram incomunicável até a assinatura do depoimento. Retirou-me as algemas e entregou-me um uniforme de prisioneiro: uma bermuda e uma camisa de cor azul escura; em seguida, passou-me algumas instruções:

— Você está proibido de conversar com os outros presos. Se precisar de alguma coisa, como ir ao banheiro, ou sentir-se mal, bata palmas pelo lado de fora da grade que um soldado virá lhe atender. À noite, as luzes permanecem acesas e você deverá usar esta lata para urinar — pareceu-me apenas um profissional e falava descontraidamente.

“Quem sabe se este sargento não é um simpatizante nosso?” — Pensei.

Tentei puxar conversa, até mesmo com a intenção de que um companheiro vizinho de cela pudesse me escutar:

— Meu nome é Francisco Soriano. Fui preso há 15 dias. Vim hoje transferido da Vila Militar e estou sem comer nada desde o meio-dia.

— Vou mandar seu jantar, mas não fale mais nada sobre você, porque isso só interessa aos homens que vão tomar seu depoimento. Não me arranje confusão.

Minutos depois, um fuzileiro trouxe um caneco de alumínio com mate, uma bandeja com uma colher e a comida: feijão, arroz, abóbora, galinha cozida e um pão francês. Estava morto de fome e de vontade de viver; da abóbora, devorei até a casca.

O caneco ficou definitivamente comigo. Minutos depois, os companheiros da cela ao lado me sopraram a técnica de utilizá-lo como “telefone” ou “estetoscópio”: colocando-o na parede e colando o ouvido no fundo do mesmo, escutávamos por meio dele os demais companheiros presos nas celas vizinhas.

Naquela noite, “falei pelo caneco” diversas vezes; uns ficavam de vigília para avisar da aproximação dos carcereiros para “interrompermos a ligação”. Na verdade, fora um criativo jeito revolucionário de quebrarmos a incomunicabilidade e nos organizarmos nas barbas do inimigo.

Fiquei feliz também por encontrar ali uma cama com colchão de capim, lençol e uma manta para poder dormir, depois de uma semana atirado no cimento frio da PE da Vila Militar.



Enquanto eu permanecia preso e incomunicável, os acontecimentos pipocavam no âmbito do governo militar, muitos deles preservados como segredo de estado.

No dia em que fui sequestrado, 15 de agosto, os companheiros da ALN ocuparam a Rádio Nacional, em São Paulo, e colocaram no ar a gravação de um manifesto revolucionário com a voz de Carlos Marighella.

O general Costa e Silva foi acometido de trombose cerebral em 29 de agosto. Dois dias depois, os ministros militares divulgaram, através de uma cadeia de rádio e televisão, um comunicado à nação para informar que o presidente estava impossibilitado de continuar à frente do governo e explicando que a gravidade da situação interna do país impedia a posse do vice-presidente [civil], Pedro Aleixo, na presidência.

Pelo Ato Institucional nº 12 (AI-12), de 31 de agosto, foi constituída uma junta militar, que assumiu o poder, formada pelo general Aurélio de Lira Tavares, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Márcio de Sousa Melo.

O AI-13, instituindo o “banimento do território nacional de pessoas perigosas para a segurança nacional”, e o AI-14, admitindo a aplicação da pena de morte ou prisão perpétua em casos de “guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva”, foram assinados pela junta militar no dia 5 de setembro.

A 27 de setembro, publicou-se o Decreto-Lei nº 898, que implantava a nova Lei de Segurança Nacional, segundo a qual todo condenado à morte seria fuzilado, caso o presidente da República, no prazo de 30 dias, não comutasse a pena em prisão perpétua. A liberdade de imprensa foi oficialmente extinta, prevendo-se a prisão de jornalistas que divulgassem notícias “falsas ou tendenciosas” e fatos verídicos “truncados ou desfigurados”.

O Ato Complementar nº 72, de 15 de outubro, determinou a reabertura do Congresso Nacional para a “eleição” indireta dos novos governantes; o general Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército, foi indicado para ocupar a chefia do governo, tendo como vice-presidente o almirante Rademaker, cujo mandato seria exercido entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974.

¹ CLEMENTE JOSÉ MONTEIRO FILHO - Na página 12 do *Projeto Brasil Nunca Mais (BNM)*, no volume *Os Funcionários*, aparece sendo denunciado, em auditorias militares, por torturas, por inúmeros presos políticos.

O depoimento de Humberto Trigueiros Lima, que, em 1969, era estudante com 21 anos, consta das páginas 190 a 192 do Volume II - *As Torturas*; afirma que: “... Antônio Rogério da Silveira afirmou ter sido torturado por meio de choques elétricos, pancadas, pau-de-arara, tanto na Polícia Federal do Paraná, como na Base Naval da ilha das Flores, sendo que aí, por ordem do encarregado do inquérito, capitão-de-mar-e-guerra Clemente José Monteiro Filho, pôde ainda constatar que, àquela época, Antônio Rogério estava evacuando sangue, o que começou a acontecer depois de ter sido submetido a choques elétricos no ânus...”

Consta das páginas 208 a 210 do Volume II - *As Torturas*, o depoimento de Iná de Souza Medeiros que, em 1969, era estudante com 21 anos. Declara que: “... foi levada à presença do Clemente, encarregado do inquérito, na ilha das Flores, sob a alegação de que iria prestar esclarecimentos; que o comandante indicou outro local para que o guarda a conduzisse; que assim foi levada para uma casa abandonada chamada Ponta dos Oitís; que lá três pessoas ... que pertenciam ao Ceninam ... mandaram a declarante despir-se; ... foi espancada com fio molhado; ... como não encontrassem palmatória, começaram a espancá-la com a mão mesmo; ... foi amarrada por fios e passaram a lhe aplicar choques elétricos; que neste estado permaneceu até à noite, quando foi conduzida para a cela; ... vê como estão sendo torturadas as moças do outro inquérito, chamado de Inquérito de Ação Popular, chefiado também pelo comandante Clemente; que essas moças passaram ... várias torturas ainda piores que as da declarante; ... levaram ferro na unha, choque elétrico, afogamentos ...”

A terceira denúncia partiu de Sebastião Medeiros Filho que, em 1969, tinha 23 anos, está contida nas páginas 705 e 706 do Volume III - *As Torturas*, e afirma que: “... depois de ter sido torturado no Paraná, foi transferido para a ilha das Flores, onde foi colocado num banheiro sem cama, completamente despido durante treze dias, quando foi retirado para assinar o depoimento...; que as verdadeiras declarações que fez em presença do comandante Clemente não foram transcritas no seu depoimento.”

As declarações de Luiz Carlos de Souza Santos sobre Tiago Andrade de Almeida, feitas em 1969 e contidas na página 788 do Volume III - *As Torturas*, informam que: “... em 28 de maio de 1969 foi colocado diante de Tiago Andrade de Almeida, completamente esquartejado, com inflamações no ouvido devido aos ‘telefones’, sendo segurado, pois não se aguentava em pé, pelos policiais vindos do Paraná, segundo lhe consta, por ordem do comandante Clemente.”

A denúncia de Martha Motta Lima Alvarez, que, em 1969, era estudante com 20 anos, consta da página 191 do Volume III - *As Torturas* e informa que: “...o seu depoimento era batido na casa do ... Clemente, na ilha das Flores, para onde era levada a depoente; que este depoimento era lido e interrompido várias vezes com ameaças de torturas e pancadas se a depoente não concordasse com o que havia sido feito no dito depoimento; ... que na ilha das Flores lhe tocavam a corneta no ouvido; que o comandante Clemente entrou no recinto e lhe disse que não podia fazer nada...”

Todos esses depoimentos encontram-se no Processo nº 70/69 da 1ª Auditoria da Marinha.

Há ainda um depoimento no Processo nº 43/69 da 1ª Auditoria da Aeronáutica, de Marta Maria Klagsbrunn, contido nas páginas 188 a 190 do Volume III - *As Torturas*. Em 1969 era estudante com 23 anos e fez as seguintes denúncias: “... que o primeiro encarregado do IPM ... não estava de acordo com os métodos empregados na ilha das Flores, foi afastado e substituído pelo comandante Clemente que se dedicava a torturar psicologicamente os presos, a fim de assinarem o que desejava; que responsabiliza o comandante Clemente pelas condições desumanas da prisão da ilha das Flores”.

Na página 28 do Volume III intitulado *Os Funcionários* e nas páginas 153 e 154 sobre *As Torturas*, há uma denúncia contra José Clemente Monteiro feita pela presa política Marijane Vieira Lisboa. Declara que em 1969, enquanto estudante com 23 anos: “...o comandante foi afastado do inquérito e nomeado em seu lugar o comandante José Clemente Monteiro; que, é essa pessoa, a quem deve atribuir os sofrimentos que lhe foram infligidos, pois além de encarregado do inquérito, era o comandante da ilha”. Este depoimento encontra-se também no Processo nº 43/69 da 1ª Auditoria da Aeronáutica.



O Processo

Enquanto estive na ilha das Flores, chamaram-me três vezes para depor, sempre escoltado por dois fuzileiros navais, armados de metralhadoras, um deles conduzindo um cão *doberman*. Os militares vestiam calça e camisa de cor cáqui, camiseta branca por baixo, bibico e calçavam coturno.

Logo no primeiro depoimento em 4 de setembro, o capitão-de-mar-e-guerra Miguel Lajinestra, que dirigia o IPM do PCBR, advertiu-me:

— Olha aqui, seu Soriano. Você é inteligente. Não queira negar agora o que nós já sabemos e o que andou fazendo. Temos anotado tudo que você declarou no Cenimar e no Exército. Se for preciso, vamos mandá-lo de volta pro pau para arrancar sua confissão de novo.

Ele não estava brincando! Alguns companheiros passaram pela terrível situação de voltarem à tortura e foram até assassinados (caso do Vladimir Herzog), após se encontrarem na fase de tomada de depoimento e se negarem a repetir ou assinar as confissões colhidas sob suplício.

Preocupava-me, pois, em não cair em contradição e, efetivamente, pouco conseguiram apurar de minhas atividades. Havia inventado uma história:

“Fazia parte de um grupo de estudos vinculado ao PCBR, partido que ainda se encontrava em fase de estruturação, do qual me retirei por discordar da maneira burocrática com que queriam encaminhar a luta.

Contatei-me com a organização do Marighella, onde figurava como simpaticizante, atuando no apoio logístico. Ainda não havia passado pelo “batismo de fogo” (ter participado de uma ação armada). Unicamente, havia promovido uma reunião no meu apartamento, a pedido do sargento (já foragido) José Milton Barbosa, na qual compareceram um membro da ALN e três militantes do MR-8. Dois dias depois, fui preso pela Marinha”.

Meu maior temor era de que alguém, de qualquer movimento ou de alguma ação de que eu tivesse participado, viesse a cair e revelasse meu envolvimento, conforme aconteceu, tempos depois, quando já me encontrava foragido.

Ainda permanecia incomunicável, quando, em 4 de setembro de 1969, quinta-feira, ocorreu o sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, solto em troca da libertação de 15 presos políticos¹ na noite de domingo, 7 de setembro de 1969. Antes, os guerrilheiros obrigaram a ditadura a divulgar uma contundente mensagem à nação².

Naquela histórica semana, o Batalhão Tamandaré de fuzileiros navais, ali sediado, permaneceu de rigorosa prontidão até a libertação do embaixador e foram canceladas todas as visitas para os presos.

Lembro-me de quando ali chegou o companheiro Cláudio Torres da Silva, acusado de estar envolvido naquele sequestro. Tratava-se de um jovem alto e forte. Ao nos ouvir cantando para saudá-lo, ergueu, bem alto, as mãos algemadas, mostrando o indicador, como que agradecido e, ao mesmo tempo, tocado pela nossa vibração e unidade na luta contra o regime.

Ao terminar a fase de interrogatórios com a assinatura do depoimento, fiquei liberado para receber visitas, participar do banho de sol e habitar celas coletivas com até oito companheiros.

Indiciaram-me como militante do PCBR, cujo processo ganhou o número 73/69, tendo sido denunciado como incurso em vários artigos da Lei de Segurança Nacional (LSN)³.

Fui julgado em grau definitivo somente em 30 de outubro de 1978, juntamente com os companheiros que ali se encontravam presos comigo:

Mário Queirós, Herberto João Gonçalves Tavares, Dulthávio Coelho Júnior, Paulo Geraldo Ferreira, Renato Mascarenhas de Souza, Rodrigo José de Faria Lima, Jorge Medeiros Valle e Sérgio Teixeira Rollins, conforme divulgado em quase todos os jornais de grande circulação nacional⁴ em variados dias.

¹Agnaldo Pacheco da Silva, Flávio Aristides Freitas Tavares, Gregório Bezerra, Ivens Marchetti de Monte Lima, João Leonardo Silva Rocha, José Dirceu de Oliveira e Silva, José Ibraím, Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Mário Roberto Galhardo Zaconato, Onofre Pinto, Rolando Fratti, Ricardo Villas Boas de Sá Rêgo, Ricardo Zaratini e Vladimir Gracindo Soares Palmeira.

²Manifesto da ALN e do MR-8: *Grupos revolucionários detiveram hoje o sr. Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum lugar do país, onde o mantém preso. Este ato não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, nos quais se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; ocupação de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justicamento de carrascos e torturadores.*

Na verdade, o rapto do embaixador é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural.

Com o rapto do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza de vitória para o meio dos explorados.

O sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliado aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantém o regime de opressão e exploração.

Os interesses desses consórcios, de se enriquecerem cada vez mais, criaram e mantêm o arrocho salarial, a estrutura agrária injusta e a repressão institucionalizada.

Portanto, o rapto do embaixador é uma advertência clara de que o povo brasileiro não lhes dará descanso e a todo momento fará desabar sobre eles o peso de sua luta.

Saibam todos que esta é uma luta sem tréguas, uma luta longa e dura, que não termina com a troca de um ou outro general no poder, mas que só acaba com o fim do regime dos grandes exploradores e com a constituição de um governo que liberte os trabalhadores de todo o país da situação em que se encontram.

Estamos na Semana da Independência. O povo e a ditadura comemoram de maneiras diferentes. A ditadura promove festas, paradas e desfiles, solta fogos de artifício e prega cartazes. Com isso ela não quer comemorar coisa nenhuma; quer jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma falsa alegria com o objetivo de esconder a vida de miséria, exploração e repressão que vivemos. Pode-se tapar o sol com a peneira? Pode-se esconder do povo a sua miséria, quando ele a sente na carne?

Na Semana da Independência, há duas comemorações: a da elite e a do povo, a dos que promovem paradas e a dos que raptam o embaixador, símbolo da exploração.

A vida e a morte do sr. Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ela atender a duas exigências, o sr. Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. Nossas duas exigências são:

a) A libertação de 15 prisioneiros políticos. São 15 revolucionários entre milhares que sofrem torturas nas prisões-quartéis de todo o país, que são espancados, seviciados, e que amargam as humilhações impostas pelos militares. Não estamos exigindo o impossível. Não estamos exigindo a restituição da vida de inúmeros combatentes assassinados nas prisões.

Esses não serão libertados, é lógico. Serão vingados, um dia. Exigimos apenas a libertação desses 15 homens, líderes da luta contra a ditadura.

Cada um deles vale cem embaixadores, do ponto de vista do povo. Mas um embaixador dos Estados Unidos também vale muito, do ponto de vista da ditadura e da exploração.

b) A publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país.

Os 15 prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial até um país determinado - Argélia, Chile ou México -, onde lhes seja concedido asilo político.

Contra eles não devem ser tentadas quaisquer represálias, sob pena de retaliação.

A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos 15 líderes revolucionários e esperamos 24 horas por seu transporte para um país seguro. Se a resposta for negativa, ou se não houver resposta nesse prazo, o sr. Burke Elbrick será justificado. Os 15 companheiros devem ser libertados, estejam ou não condenados: esta é uma “situação excepcional”. Nas “situações excepcionais”, os juristas da ditadura sempre arranjam uma fórmula para resolver as coisas, como se viu recentemente, na subida da junta militar.

As conversações só serão iniciadas a partir de declarações públicas e oficiais da ditadura de que atenderá às exigências.

O método será sempre público por parte das autoridades e sempre imprevisível por nossa parte. Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas.

³Artigo 37 do Decreto Lei nº 314/67, com redação dada pelo Decreto-Lei 510/69.

⁴O *Globo*, 13 e 20 de maio de 1977 e *Folha de S. Paulo*, 20 de maio de 1977, entre outros.



Visitantes

Aos domingos, bem cedinho, dois barbeiros cortavam-nos o cabelo e faziam-nos a barba para recebermos visitas.

Uma vez conferidos os objetos que portavam, os visitantes eram cuidadosamente identificados, quando então obtinham permissão para falar conosco, aguardando em um grande galpão ao pé do morro, onde estava construída a prisão. Eles nos conduziam para lá por uma escolta armada com metralhadoras e cachorros amestrados. Visitaram-me ali meu pai e os irmãos Getúlio, Íris, Alexandrina e Judith.

É impressionante como a nossa memória registra a imagem dos parentes que se sacrificaram para nos rever nas prisões naqueles anos de chumbo.

Compartilhávamos as revistas e jornais recebidos acumulados da última semana. Todavia, o mais importante eram as notícias trazidas verbalmente sobre os últimos atos revolucionários, as denúncias de torturas e de corrupções da ditadura, as novas quedas, assassinatos, quem conseguiu ser solto, fugir, exilar-se.

E de que ansiedade fui tomado no reencontro com meus parentes, depois de quase um mês incomunicável! Receber notícias da Ivone, minha noiva e companheira, era quase uma obsessão; fundamental que a casa alugada em meu nome, no bairro de Jacarepaguá, já tivesse sido esvaziada e devolvida ao proprietário; que todos os companheiros estivessem avisados do meu paradeiro.

Minha família contratou, como advogado, desde o primeiro momento em que fui preso, o doutor Modesto da Silveira, cujo nome retrata bem seu jeito de ser, apesar de brilhante. Tenho-o como exemplo de coragem, inteligência, dignidade, companheirismo e cultura jurídica, a quem milhares de presos políticos muito devem, sem desmerecer outros eminentes juristas que atuaram em defesa dos direitos. Jamais me cobrou sequer um centavo pela sua importantíssima atuação. Hoje gozo do privilégio de ser seu amigo. Ele continua nos brindando com sua sabedoria e autoridade moral em inúmeros atos em defesa dos direitos humanos e da soberania nacional.



Cara-Metade

Lá no bairro do Flamengo, para onde havia se mudado imediatamente após a minha queda, Ivone padecia da mesma agonia: “Já, já, terei notícias do meu querido; mas, como ele estará? Será que conseguiu segurar meu nome? Passado quase um mês da sua prisão, graças a Deus, ninguém que Francisco conhecesse foi preso ou procurado.

Ele precisa, urgentemente, saber que consegui limpar a casa alugada em Jacarepaguá e entregá-la ao proprietário. Coitado, ficou apavorado, quando tivemos que falar, por alto, do problema político e da prisão do Francisco quase na véspera do nosso casamento! Fez questão de dispensar a multa, devolver a caução de dois meses do aluguel e de rasgar todas as vias do contrato. Já são dezoito horas e o pessoal que foi visitá-lo não chega.”

Minutos depois, a Íris e a Judith apareceram com ar de vitória e ávidas para repassar as notícias.

— Ivone, minha querida! Estamos cheias de novidades. Demos várias voltas para ter certeza de que não fomos seguidas; por isso demoramos a chegar. Francisco está relativamente bem. Conseguiu jogar fora a aliança, antes que eles percebessem que era noivo e com isso seu nome não saiu em nenhum momento.

— E ele foi muito torturado?

— Foi sim. Nos seus dedos, vimos as marcas dos ferimentos provocados

pelos eletrochoques; no rosto ainda existem resquícios de manchas roxas ao redor dos olhos. Respirou aliviado e feliz quando lhe contamos que a casa foi totalmente desativada. Mandou vários recados para os companheiros que você conhece. Outra coisa, escreveu esta carta para você; por razões de segurança, não está assinada e não consta o destinatário.



Ilha das Flores, 14 de setembro de 1969.

Querida,

Finalmente, depois de preso e incomunicável por 29 dias, estou podendo receber visitas. Como é insuportável a saudade que sinto de você! Minha maior vontade é poder vê-la e dar-lhe o maior dos abraços e o carinho que você merece...

É fantástico o espírito de união aqui partilhado. O presídio está lotado. Somos oito em cada cela. O nível moral dos prisioneiros é elevadíssimo. Sabemos muito bem o que queremos. Nada nos fará abandonar nossos sonhos. Temos a nítida sensação de que estamos construindo uma história de libertação. A luta não para porque fomos presos. Vamos catequizar e persuadir os carcereiros, o público daqui. Na prisão, aproveitamos para discutir com mais calma a realidade brasileira e pensar em uma estratégia que nos leve a realizar nossos ideais.

Sinto que nossos adversários no fundo nos invejam; sabem que estão errados; não têm argumentos, só xingamentos, porque somos realmente livres e pensamos alto, procurando ver o mundo de cima!

Quando fui torturado (estou inteiro, não se preocupe!), ao receber as porradas, me concentrava e não dava a perceber aos

algozes que estivesse sofrendo. Meu orgulho os ultrajava!

Nossos inimigos de classe não alcançam que nascemos principalmente para cooperar e que a busca pela liberdade é algo intrínseca ao ser humano. É exatamente por isso que os venceremos. Che Guevara já dizia que um revolucionário vale por 200 mercenários.

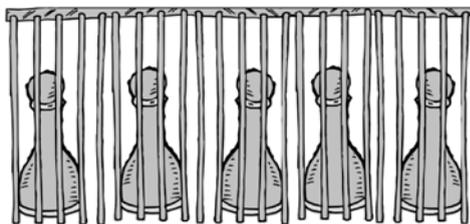
Meu amorzinho, tenho esperanças de que serei solto brevemente. Digamos, dentro de uns dois meses. É a expectativa do doutor Modesto da Silveira. Geralmente, o pessoal que prestou apoio eventual à luta é posto em liberdade condicional ao final de três meses.

Ao sair, vamos remarcar nosso casamento. Podemos ir para o Nordeste e recomeçar a vida. Sua família vive lá, não tem o agito daqui e ninguém sabe da minha situação. Aliás, tenho sangue nordestino por parte da minha mãe, cujo pai era pernambucano. Estou convencido de que o Rio de Janeiro não dá mais para a gente, principalmente porque aqui podem me prender a qualquer hora para averiguações, coisa por demais constrangedora e dolorida.

Benzinho, aguenta firme, porque nosso amor está muito acima deste percalço que haveremos de superar! Eles cairão mais cedo do que imaginam.

Amo você!

Milhões de beijos.



Os Camaradas¹

Na ilha das Flores, desfrutei da boa companhia dos bancários Roberto Percinoto, do Banerj; José Toledo de Oliveira², do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (morto na guerrilha do Araguaia); Alberto Cezar Romeu Marquesini, do Banco Holandês Unido; Sérgio Teixeira Rollins; Rodrigo José de Farias Lima; Jorge Medeiros Valle (apelidado pela repressão de “O Bom Burguês”); os irmãos José e Marcos de Carvalho, Hélio França (estes seis últimos do Banco do Brasil); David (dono de uma loja de câmbio); Jean-Marc Von Der Weid (presidente da União Nacional dos Estudantes); Víctor Hugo Klagsbrunn; Fernando Sá, que ministrava ginástica e aulas de judô, em cuja categoria era faixa preta; Mário Queirós; Herberto João Gonçalves Tavares; Dulthávio Coelho Júnior (engenheiro eletrônico); Paulo Geraldo Ferreira (funcionário público do município de Belo Horizonte); Renato Mascarenhas de Souza (funcionário público federal); Hélio (escafandrista); Sebastião Medeiros Filho (estudante); Mauro Fernando de Souza (bancário); Luiz Carlos de Souza; Nielse Fernandes; Umberto Trigueiros Lima e outros, cujos nomes não mais me ocorrem.

Jean-Marc poderia optar pela cidadania suíça, de que desfrutava, pois seu pai nascera na Suíça, artifício que lhe permitiria deixar o Brasil e, assim, sair da prisão. Entretanto, ele jamais admitiu tal hipótese, em nome de suas convicções e do cargo que ocupava de dirigente máximo da combativa UNE.

Frequentemente, Jean era conduzido para novos depoimentos e acareações sob tortura (em que pese ele também ser um oficial do quadro temporário da Marinha, porque fizera NPOR). Recebia muitas publicações estrangeiras. Como falava fluentemente francês e inglês, traduzia, com entusiasmo, as notícias censuradas no Brasil para o coletivo. Trocado pelo embaixador suíço, foi banido do território nacional, mas, atualmente, mora no Rio, e é reconhecido no mundo como uma autoridade na área de agropecuária.

Diariamente, desde que estivesse fazendo bom tempo, tínhamos direito a uma hora de banho de sol. Ali, reuniam-se todos os prisioneiros em um pequeno campo de futebol que existia na ilha das Flores, onde quem quisesse poderia bater uma bola ou andar ao redor do campo. Dava preferência à caminhada para papear com os camaradas de outras celas.

Aqueles companheiros me relataram sobre quase cinquenta militantes que também se encontravam presos e recebendo maus tratos na ala das mulheres: as irmãs Rosane e Ziléa Resnik; Marta Maria Klagsbrunn; Iná de Souza Medeiros; Maria Cândida de Souza Gouveia; Martha Mota Lima Alvarez; Marijane Lisboa; Marcia Savaget Fiani; Ilda Brandle Siegl; Maria Elódia Alencar; Priscila Bredariol; Dorma Tereza de Oliveira; Vitória Pamplona Monteiro; Vania Esmanhoto; Solange Maria Santana e outras.

Quem me chamou particularmente a atenção, como outro exemplo de firmeza, foi um operário, militante do PCB. Tinha sido muito torturado, mas negou tudo. Ameaçaram cortar-lhe os testículos se não colaborasse. Ele desafiava: “Já fiz os filhos que desejava, estou velho, com sessenta e seis anos, meus valores são outros, podem cortar, porque não sei de nada pra contar”.



Compartilhei, por alguns dias, a cela com o Jorge Medeiros Valle, onde ele mantinha uma vitrola e discos com excelentes sucessos da época. Ele, então com 37 anos e eu 26.

Um mês antes da minha prisão, a captura do Jorge foi uma das mais

noticiadas, sobretudo com a divulgação de que estaria desviando fundos do Banco do Brasil para as organizações de esquerda. Ele comentou comigo sua epopeia com muita convicção e orgulho, narrada com riqueza de detalhes em entrevista a Sílvia Boccanera no *Jornal do Brasil*, domingo, 4 de março de 1979:

“Foi a Marinha que inventou este pejorativo de “O Bom Burguês”, para denegrir minha imagem de militante político. Vou-lhe contar o que já está aberto e é de conhecimento público.

A imprensa nunca conseguiu contato direto comigo e sempre me identifica como um homem rico e levando um vidão. Tornei-me funcionário do Banco do Brasil, através de concurso público em 1952, quando me sindicalizei e passei a exercer atividades no sindicato dos bancários.

Em 1963, na segunda greve nacional dos bancários, por reajuste salarial, pagamento do 13º salário e cumprimento da extinção do trabalho aos sábados, não deixamos ninguém entrar na agência Ipanema, onde atuei como um dos piqueteiros. Quando houve o racha do Partidão (PCB), cinco anos depois, tive contato com a cúpula do PCBR e do MR-8. Estavam com muitas dificuldades financeiras e nisso, poderia ajudar o movimento. O dinheiro do Banco do Brasil era do estado burguês, que os golpistas haviam assaltado. Resolvi criar a expropriação contábil...”

Descreveu-me uma complicada operação, historiada na mesma matéria do *Jornal do Brasil*:

“Nessa época, fiquei conhecendo alguns cambistas e, por meio deles, um ex-coronel que fazia parte de um alto negócio relacionado à Standard Eletric, que estaria ‘no esquema’ para, por influência da primeira-dama, Yolanda Costa e Silva, vencer uma concorrência em Brasília para instalação de centrais telefônicas.

A Standard Eletric tinha o compromisso de pagar-lhe uma alta importância e precisava de alguém para descarregar ou lavar esse dinheiro, que seria

esquentado com uma firma aberta em meu nome. Perante o Imposto de Renda, esse dinheiro teria origens nos serviços prestados para mim.

Pensei em me aprofundar no caso com o objetivo de coletar o máximo de dados sobre as corrupções no mais alto nível do governo militar e repassá-las às oposições para denunciar ao povo e à nação.

A Marinha sonhava com a hegemonia do poder e ficou vivamente interessada nesse episódio envolvendo a dona Yolanda. Ameaçaram-me de morte, caso não passasse todas aquelas informações, inclusive assinando um depoimento. Asseguraram-me garantias de vida, que me foram conferidas diretamente pelo almirante Rademaker.

A meu ver, tal depoimento foi importantíssimo para agravar as contradições no sistema e trouxe enorme desgaste ao regime ditatorial.”



Em nossas celas promovíamos reuniões políticas. Um companheiro era eleito para dirigir os trabalhos. Tínhamos uma pauta para discutir cada tema, tempo para as intervenções e, disciplinadamente, fazíamos inscrições, reinscrições, esclarecimentos, propostas e votações.

O coletivo jamais deixava de passar e discutir os informes, as conjunturas brasileira e internacional. Depois se apreciavam as propostas e se distribuía tarefas.

Como era enriquecedora a troca de concepções no encaminhamento da luta! Reformistas, revolucionários, trotskistas, leninistas, anarquistas, religiosos, liberais-democratas, refletindo linhas políticas defendidas pelo PCB, PCdoB, AP, ALN, Dissidência Universitária (DI, “dê í”) e MR-8.

Para matar o tempo, líamos livros (os de cunho político geralmente eram censurados), jornais e revistas; jogávamos baralho (o tradicional buraco e paciência) e xadrez (Victor Hugo, Jean-Marc e Duarte eram fortes parceiros). Também fazíamos ginástica de judô, ministrada pelo companheiro Fernando, faixa-preta, militante da DI.

Estava preso, quando chegou a amarga notícia do assassinato do heroico revolucionário Carlos Marighella, classificado pela ditadura como o inimigo público nº1, ocorrido no dia 4 de novembro de 1969, terça-feira, às vinte horas, em uma emboscada armada em frente ao número 800 da alameda Casa Branca, em São Paulo.

A 10 de novembro, segunda-feira, pela manhã, pouco antes de descermos para o banho de sol, bateu à porta de nossa cela um sargento e chamou pelo meu nome.

— Quem é Francisco Soriano?

— Sou eu — quase não consegui responder. Já havia assinado o depoimento, o que teria acontecido? — alguma novidade?

— Depois do almoço você vai ser transferido para o presídio da ilha das Cobras. A lancha virá apanhá-lo às quatorze horas e trinta minutos. Arrume sua bagagem.

— Por que estou sendo mandado para lá?

— Nós aqui nada sabemos.

Fiquei apavorado. Afinal de contas, já estava me adaptando ali. Em solidariedade, os companheiros passaram a me animar dizendo que a ilha das Cobras poderia ser uma boa para mim. Alguns, que já haviam passado por lá, tranquilizavam-me, falando bem das condições daquela prisão.

Quem mais me animou foi o Rodrigo José de Farias Lima, bacharel em Direito, perguntando-me se o meu advogado não havia requerido o Alvará de Soltura.

— Geralmente, quando o juiz da Auditoria da Marinha está prestes a deferir a libertação do prisioneiro, eles conduzem o prisioneiro para a ilha das Cobras — opinou, acendendo em mim uma feliz expectativa.



Cada liberação soava como uma esperança para uns e, ao mesmo tempo, como motivo de depressão ou tristeza para outros. “Afinal, por que este dia

não chega para mim?” — indagavam-se alguns no fundo de sua angústia.

Logo depois daquela notícia, no banho de sol, todos sabiam da minha anunciada transferência. Com um abraço caloroso os companheiros se revezavam na despedida.

Quando a escolta veio me apanhar, todos entoaram as tradicionais músicas revolucionárias que cantávamos às noites, como símbolo de nossa unidade. É difícil descrever aquele cenário: misto de emoção com revolta; tristeza com alegria, riso com choro, desilusão com entusiasmo, sonho com consciência, ternura com tortura.

¹Camaradas: [do latim “camera”] companheiros que habitam o mesmo espaço.

²Vide Apêndice I, Galeria de Heróis.



Alvará de Soltura

Algemado e conduzido por um cabo e um soldado, saltei da lancha e cheguei à ilha das Cobras; fui entregue ao tenente encarregado de me alojar em uma das duas celas daquele presídio, construído dentro de uma pedra cavada pelo homem.

Na ilha das Cobras, onde também haviam estado Tiradentes, o mártir da Conjuração Mineira, e João Cândido, o líder da Rebelião da Chibata na Marinha, aninhavam-se os presos políticos de diferentes facções da esquerda.

Dormíamos em macas, redes de lona usadas a bordo pelos marinheiros. Os direitos eram os mesmos que eu havia adquirido na ilha das Flores: quando fazia tempo bom, permitiam-nos tomar banho de sol em um pátio. Ali, encontrávamos os companheiros de outras celas, incluindo-se os marinheiros punidos por indisciplina.

Dentre os prisioneiros que ali conheci, destaco os cabos Pedro França Viegas e José Duarte dos Santos. Ambos haviam participado de uma das mais espetaculares fugas de detentos políticos do Brasil: em uma segunda-feira, 26 de maio de 1969, nove detentos, debaixo de intenso tiroteio, foram resgatados da Penitenciária Lemos de Brito de cuja ação participaram 34 militantes, deixando o saldo de um morto (Ailton de Oliveira) e três feridos.

Certo dia, um sargento veio pedir-me que trouxesse um comprovante

de que cursava faculdade, pois, nesse caso, teria direito à mesma refeição deles, conforme convenção da Marinha, que previa tratamento especial para presos universitários. Consultei o coletivo (entre os quais três ex-sargentos da Marinha que haviam participado da revolta dos 600 sargentos em Brasília, no dia 12 de setembro de 1963)¹, que aprovou a novidade, até porque isso abriria margem para que todos pudessem ter acesso a uma alimentação melhor, que eu dividiria, de bom grado, com eles, inclusive a substancial ceia noturna, servida com café, chá, torradas, manteiga e bolo.

A inusitada generosidade daqueles militares me fazia lembrar o comportamento dos morcegos: mordiam, chupavam o sangue e depois abanavam.

Havia na cela um violão. Dois colegas tocavam muito bem e nos acompanhavam quando queríamos cantarolar músicas do repertório da MPB. Edson Soares, meu conterrâneo que chegou a ser prefeito de Teófilo Otoni por duas gestões, estudante preso e processado por ser vice-presidente, nos anos de 1967 e 1968, da UNE², gostava muito de cantar *Se Entrega, Corisco*, trilha sonora do filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha, que retratava um pouco a situação de resistentes ao regime militar agora feito passarinhos na prisão.

Um marinheiro interpretava as músicas da Jovem Guarda. Nunca me esqueci de *Escreva-me uma Carta, meu Amor, e Mande outro Beijo por Favor*. Quanto a mim, eterno romântico, gostava de boleros e sambas-canções como *O Relógio*, *Copacabana* ou bossa nova como *Chega de Saudade*.

Passei 11 dias naquela ilha. Em uma sexta-feira, quase ao meio-dia, um oficial da Marinha veio até nossa cela e me chamou pelo nome.

A princípio, fiquei apavorado: “E agora, vão me levar para depor novamente no Cenimar”?

Felizmente, foi para avisar-me de que o Juiz da 1ª Auditoria de Marinha havia assinado meu *habeas corpus*, impetrado pelo jurista Heleno Fragoso.

Minha irmã Judith fora avisada e, a meu pedido, viria buscar-me às quinze horas.

Entregaram a minha roupa e demais pertences. O clima no presídio se

transformou. Os presos me passavam mensagens, com todo cuidado, para que eu encaminhasse, se possível, aos seus familiares e a outros camaradas.

Quando o carcereiro veio finalmente me libertar, meus amigos me abraçaram e todo o presídio estourou a cantar o *Hino da Revolução Espanhola*, *Bandera Roja*, *A Internacional Comunista*, *A Canção do Expedicionário* e *Está Chegando a Hora*, em uma atitude de rebeldia mesclada com tristeza e alegria. A guarda ficou atônita. Ordenou-me que saísse imediatamente sem esperar pelo término dessa última música.

Chorei. Meus companheiros também. Afinal, foram mais de cem dias de cárcere, convivendo com torturas, interrogatórios, depoimentos, e eternamente sobressaltado com a possibilidade de que alguém caísse e viesse a falar, ou então de que alguma ação revolucionária provocasse nos nossos algozes sentimento de vingança e retaliação (como quase ocorreu quando do sequestro do embaixador norte-americano); de outro lado, acumulando experiência, recebendo o calor humano dos companheiros e fortalecendo o orgulho revolucionário.

Judith me sugeriu que dirigisse o fusquinha azul.

Delícia foi percorrer novamente as ruas e avenidas do centro da Cidade Maravilhosa, correr pelas pistas ajardinadas de Bulevar Marx do Aterro do Flamengo. Sentia-me como um pássaro a respirar com alívio por ter saltado, pelo menos provisoriamente, aquela fogueira, quando já se podia contar por centenas as mortes dos dissidentes e opositores da ditadura.

¹Eram eles os 2ºSG-IF: Ademar Nicácio da Silva, Benedito da Costa Veloso e José Conceição Dantas (ex-campeão de boxe da Marinha).

²UNE — União Nacional dos Estudantes, órgão máximo representativo dos estudantes brasileiros conforme Decreto-Lei nº 4.080, de 11 de fevereiro de 1942. Tendo sua legitimidade reconhecida até pela ditadura estacionovista, foi impiedosamente perseguida, até quase a extinção, pela ditadura.



Bodas Secretas

Com menos de dois meses em liberdade, depois de 119 dias preso, estava novamente sendo procurado para depor sobre fatos novos que haviam surgido com a detenção de outros companheiros.

Resolvemos, Ivone e eu, remarcar nosso casamento para, em seguida, fugirmos do Rio de Janeiro. Antes, tivemos que forçosamente adiá-lo. A primeira data, 23 de agosto de 1969, fora impossibilitada pela minha prisão. Remarcamos para 23 de janeiro, sexta-feira, às onze horas.

Poucos dias antes, após ter atendido a uma ligação, tomaram de assalto nosso apartamento e me detiveram. Eram do Exército.

— Mas não faz um mês que fui solto; estive na PE, tanto da Vila Militar como da rua Barão de Mesquita. Estou com meu casamento marcado. Olhem aqui o convite. Posso responder a qualquer dúvida que vocês ainda tiverem a meu respeito — argumentei.

O comandante da operação telefonou conferindo sobre meu Alvará de Soltura e resolveu colher, ali mesmo, um depoimento, perguntando-me, especificamente, sobre um acidente com um carro.

— Isto foi há muito tempo, antes da minha prisão. José Milton, que não tinha habilitação de motorista, bateu em uma árvore com um fusquinha e me pediu para dirigir o tal veículo até uma oficina. O carro tinha documentação legal. Nem sequer cheguei perto, porque a Polícia Militar já estava no local

e o rebocou. Quanto a José Milton, nunca mais soube notícias. Aliás, desde que fui solto, nenhum dos meus companheiros me procurou.

Meu pai também interferiu, ressaltando a minha importância em casa, de onde me tornara quase um arrimo de família, identificando-se como um velho maçom e juiz de paz aposentado.

— Tudo bem. Estamos esclarecidos por enquanto. O senhor está *sub judice* e não pode sair da cidade sem a permissão das autoridades — advertiram-me e foram embora.

Decidi fugir dali na madrugada seguinte. No Rio de Janeiro, também não dava mais para morar. Estava desempregado, prestes a ser preso ou mesmo assassinado pela repressão. Antecipei o casamento e só informamos a data correta para raríssimas pessoas.

Às onze horas e vinte minutos da manhã de uma sexta-feira, precisamente no dia 23 de janeiro de 1970, na igreja matriz de Nossa Senhora da Glória, no Largo do Machado do Rio de Janeiro, Ivone e eu nos casamos sem flores, sem música, sem fotógrafos, com poucas luzes, praticamente em segredo, em meio a uma indescritível tensão.

Faltando poucos minutos, liguei para um colega da Faculdade de Economia, Mário Querasian, convidando-o para o casamento. Toda a turma havia colado grau quatro dias antes e o meu nome chegou a constar no convite como um dos formandos, mas a prisão me impedira de concluir naquele ano o curso de Economia.

Ele e o companheiro de lutas sindicais, Ari Celestino Leite, foram os únicos amigos que compareceram à cerimônia.

Ivone chegou de táxi e atrasou cerca de 20 minutos. Estava linda com um vestido que ela mesma confeccionara.

Na igreja compareceram: meus pais; minhas irmãs Judith e Alexandrina com Raimundo, seu esposo; um casal de conterrâneos de Teófilo Otoni que estava, coincidentemente, passando lua-de-mel no Rio, Kemil Kumaira, que chegou a ser deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e Maria Celeste, sobrinha do meu cunhado Petrônio Míglcio. Não faltou também um lindo par: meus queridos sobrinhos Bernadete e

Francisco, então com seis e oito anos, respectivamente, que, no papel de pajens, levaram as alianças até o altar.

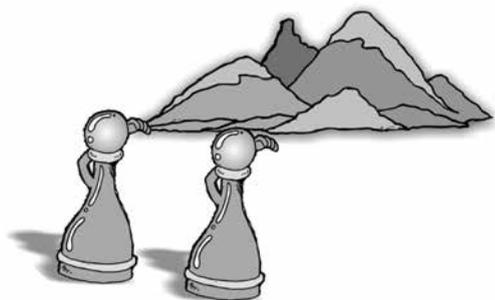
Dentre os familiares e amigos da Ivone, estiveram presentes: a sua irmã Inez, o esposo Inácio com seu filho Ídris, sua prima Maria Basílio com a filha Lourdes, Delcy Moisés, ex-colega do colégio Rui Barbosa, Tereza Martins, Lindinalva, os padrinhos dela, os bons amigos, Durval Santana e Izabel, com os filhos Durval, Sônia e Rosa.

Aquele foi o único casamento do dia. Talvez o mais simples e o menos concorrido dos últimos tempos naquela histórica igreja. Ironicamente, o padre Antônio Moreto, que desconhecia a minha situação de perseguido político, condenou a ditadura em seu sermão.

“... vivemos hoje uma situação inusitada. Os Inquéritos Policiais-Militares se multiplicam e nunca terminam. Virou meio de vida para muita gente. Até a Igreja de Deus está sendo ultrajada. Prendem ou sequestram padres, submetendo-os a torturas e processos, impedindo-os de exercerem seu ofício de socorrer aqueles que sofrem perseguições por sede de justiça. Enquanto isso, os problemas sociais se agravam (...).”

Aquilo me apavorava mais do que alegrava. Poderiam pensar que escolhera, de propósito, um padre progressista para pregar contra o estado policial, o que incriminaria o “companheiro” sacerdote, por celebrar um casamento secreto de um procurado. Quanto mais rápido terminasse a cerimônia, menos expostos estaríamos.

Após a solenidade, dirigimo-nos para uma singela comemoração no apartamento do compadre Durval Santana, onde brindamos com o tradicional champanhe acompanhado de um bolo feito com muito carinho pela comadre Izabel. Mesmo ali, era terrível a minha aflição. Cada vez que a campainha tocava, o coração disparava, meu olhar se fixava na porta, só enxergava a repressão de armas em punho.



Um Belo Horizonte

Já seriam vinte horas, quando fugimos para a rodoviária da praça Mauá. Dali, rumamos para Belo Horizonte, onde ficamos em um apartamento emprestado pela prima da Ivone, a Nailza, que saía de férias.

Uma semana depois da nossa lua-de-mel, ainda em janeiro, retornei ao Rio para conversar com o pessoal do Comando Regional da ALN (Aldo e Hécio). Concordamos que eu deveria morar em Belo Horizonte, onde entraria em contato com outros membros da organização que residiam ali, para criarmos uma infraestrutura de apoio aos companheiros que estivessem queimados. Ademais, tentaria montar uma base operária, considerando que eu era oriundo do movimento sindical petroleiro e mineiro de nascimento.

Vendera todo o meu patrimônio: a quota de um consórcio de fusca e uma linha telefônica. Com isso, reuni uma reserva de dinheiro, com a qual pude pagar um mês de pensão e a fiança do aluguel de um apartamento no centro de Belo Horizonte.

Meu primo Vital indicou-me para um trabalho de representante comercial do laboratório farmacêutico “Instituto Martinho Guimarães”, do qual ele era consultor.

Por meio de uma agência de empregos, Ivone também foi trabalhar como escriturária na Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, presidida pelo famoso político mineiro, o deputado federal José Maria Alkmim.



Enquanto representante comercial, eu trabalhava a maior parte do tempo na rua. Quase diariamente, ao final da tarde, dava uma fugida até o Clube de Xadrez de Belo Horizonte, até hoje situado à rua Curitiba, 656, 13º andar, onde me divertia jogando algumas partidas. Por razões óbvias, não podia disputar oficialmente torneios e campeonatos, precisava manter-me no difícil anonimato no meio dos desconfiadíssimos mineiros.

Naquele clube, conheci Eugênio Maciel German, bicampeão nacional e primeiro brasileiro a se sagrar mestre internacional (MI) de xadrez.

Em uma brilhante demonstração do fascinante poder da mente humana, consta que Alexander Alexanderovich Alekhine, ex-campeão mundial, em 15 de junho de 1939, jogou no Automóvel Clube em Belo Horizonte uma simultânea às cegas¹ contra 20 tabuleiros de xadrez, vencendo todas.²



Durante os meses que passamos na capital mineira, no campo político nacional, ocorreram fatos de forte repercussão no front da luta armada.

No dia 11 de março, o cônsul-geral japonês, Nobuo Okuchi, foi sequestrado em São Paulo pela VPR e trocado pela libertação de cinco prisioneiros políticos.³

Ainda naquele mês, a Igreja Católica denunciava e condenava a tortura no Brasil, em pronunciamento do papa Paulo VI.

A 25 de abril de 1970, os jornais reproduziam as notícias divulgadas pelo governo, relatando que o capitão Carlos Lamarca fora localizado nas matas do Vale do Ribeira, estado de São Paulo, juntamente com outros guerrilheiros e dando conta de que as tropas do Exército e da Polícia Militar de São Paulo, reunindo cerca de 2.000 homens, haviam cercado toda a área, fechando a rodovia de acesso e provocando gigantesco engarrafamento.

“No curso das operações de furo do cerco, os revolucionários travaram três combates vitoriosos. Chegaram a fazer 18 prisioneiros. Todos libertados, exceto o tenente Alberto Mendes Jr., da Polícia Militar de São Paulo, executado pelos captores. Quatro guerrilheiros foram aprisionados, inclusive os sargentos Darcy e Nóbrega. Na fase final, restavam em combate, Yoshitane Fugimori, Diógenes Sobrosa de Souza e Ariston Lucena. A 30 de maio, 40 dias após o começo do cerco, dominaram um caminhão com quatro soldados e um sargento do Exército. Vestidos com suas fardas, os guerrilheiros seguiram no caminhão e burlaram as barreiras dos milicos”. (GORENDER, Jacob, *Combate nas Trevas*, Editora Ática, 6ª Edição, p. 211)

Nessa época, Ivone e eu morávamos em uma pensão, onde passamos um mês até alugarmos um apartamento no centro. Tínhamos que escutar calados ou procurando desconversar os comentários dos hóspedes, a maioria estudantes, que demonstravam interesse por assuntos políticos.

“A 1º de julho, um avião da Cruzeiro decolou do Rio para São Paulo, mas, a meio caminho, um grupo de quatro jovens armados o obrigou a retornar ao Aeroporto do Galeão. Os sequestradores se declararam membros do Comando Reinaldo Silveira Pimenta, militante da Dissidência estudantil de Niterói, falecido a 27 de junho de 1969, ao se jogar de um quinto andar, em Copacabana, para fugir à perseguição policial. A exigência principal apresentada consistiu na libertação de quarenta presos políticos em troca de número igual de passageiros e garantia de viagem ao exterior. Soldados da Aeronáutica invadiram o avião, mataram um dos membros do comando, Eiraldo Palha Freire, e prenderam os demais: Jesse Jane Vieira de Souza (cujo pai estava encarcerado no Presídio Tiradentes), Fernando Palha Freire e Colombo Vieira de Souza”. (GORENDER *op. cit* p. 217).

A 11 de junho de 1970, quinta-feira, à noite, na rua Cândido Mendes,

no Rio de Janeiro, o “Comando Juarez Guimarães de Brito”, formado por militantes da VPR, ALN e MR-8, sequestrou o embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben. A ação resultou na libertação de 40 presos políticos⁴, que seguiram para a Argélia. Lamentavelmente, o policial Irnando de Souza Regis tentou reagir e foi morto.

No local do sequestro foi deixada a seguinte nota, sob o título “Esclarecimento”:

“Lamentamos que mais uma vez sejamos obrigados a recorrer a **métodos que sempre procuramos evitar**. [GRIFO MEU] No entanto, enquanto patriotas estiverem sendo torturados e mortos nas prisões, não teremos escolha, mesmo sabendo que estão em risco a integralidade física e a vida de pessoas não envolvidas diretamente na luta revolucionária.

A presença de agentes de segurança na companhia dos Senhores Embaixadores nada resolve, pois de nossa parte colocaremos tantos combatentes forem necessários para alcançar nossos objetivos. Isto apenas aumenta a possibilidade de mortes inclusive dos próprios diplomatas.

Até o momento, os critérios adotados para a discriminação dos diplomatas que fizemos prisioneiros políticos eram: a importância nas suas relações internacionais e o nível de ligações econômicas com a ditadura brasileira. Estes critérios a partir de agora ficam abolidos e estabeleceremos um número mínimo de pessoas a serem trocadas por qualquer diplomata porque consideramos que:

1– Os representantes dos governos estrangeiros devem receber aqui igual respeito por parte do governo brasileiro, independentemente do desenvolvimento de seus países de origem.

2– Se antes considerávamos diretamente culpados pelo que ocorre com o povo brasileiro, apenas os países representantes dos grandes grupos econômicos internacionais, que participaram do golpe de 1964, consideramos também a omissão de todos os países que hoje assistem ao desrespeito aos mais elementares direitos humanos em nossa Pátria.

As regras de luta estão sendo impostas pela ditadura. Apesar disto, não

recorreremos aos métodos dessa, pois nossa dignidade moral não o permite: orgulhamo-nos de morrer em combate.

Usaremos esse método para a libertação de nossos companheiros, enquanto persistirem as mortes e torturas nas prisões.

Durante as negociações para a troca de prisioneiros políticos exigimos:

A) Que as buscas e prisões de combatentes revolucionários por parte do governo sejam suspensas.

B) Que cessem as torturas de nossos companheiros nas prisões e quartéis de todo o país.

C) Que o nome de qualquer combatente preso durante este período estará acrescentado, necessariamente, à lista por nós pedida.

Todo combatente será libertado.

Todo patriota assassinado será vingado.

Todos responderão por seus atos, policiais ou não, traidores e delatores.

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL.

OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER.

Comando Juarez de Brito (assassinado em 18 de maio de 1970) –
VPR – ALN” (*O Globo*, 12 de junho de 1970, p. 8).

No dia seguinte, os guerrilheiros lançaram um manifesto à nação, deixado na caixa de esmolas de uma igreja no Rio de Janeiro. Trechos do manifesto:

“(…) A ditadura militar se desmascara cada vez mais como inimiga do povo, como serviçal dos grandes capitalistas estrangeiros, bem como dos grandes proprietários de terra.

O descontentamento popular cresce e, para impedir sua manifestação, a ditadura desencadeia a repressão brutal, impede o funcionamento dos sindicatos e organizações populares, liquida a liberdade de imprensa, acaba com as eleições; o poder é exercido por altos escalões militares, apoiados num imenso serviço de espionagem que consome

dinheiro do povo; governadores são designados, câmaras e assembleias são fechadas e abertas, cidadãos são cassados e presos a bel-prazer dos “generais”.

As condições de vida do povo pioram cada vez mais.

O poder de compra dos salários é hoje 30% inferior ao de 1963/64. Não há hospitais, escolas, nem livros para o povo. O número de desempregados aumenta. O governo estabelece oficialmente o regime de escravidão no Nordeste, pagando dois cruzeiros por dia ao trabalhador. Milhares de nordestinos são vendidos como escravos para as grandes plantações do Sul.

Para impedir a ação revolucionária do povo, a ditadura recorre aos métodos mais bárbaros de repressão. Milhares de lutadores enchem as cadeias, a tortura e o assassinato de presos políticos tornam-se métodos de repressão governamental. Pessoas das famílias de perseguidos são presas e torturadas. O governo, diante dos protestos contra essas barbaridades mente cinicamente, envergonhando mais ainda a nossa pátria. Mas não pode esconder que Manoel Raimundo Soares, João Lucas Alves, José Domingos da Silva, Severino Viana Collon, Chael Charles Schreir, Virgílio Gomes da Silva, Mário Alves de Souza Vieira, Carlos Roberto Zanirato e Olavo Hansen, no DOPS paulista, e tantos outros, foram espancados e torturados até a morte. As denúncias de tais fatos por personalidades internacionais são desmentidas pela imprensa oficial: afirmam que as denúncias de centenas de torturas feitas por D. Hélder Câmara, Jean-Paul Sartre, Edward Kennedy e Paulo VI nada mais são que um complô subversivo.

Em todo o país, um número cada vez maior de patriotas pega as armas, na inexistência de eleições e na impossibilidade de métodos pacíficos mudarem a situação. Só a guerra revolucionária, as ações guerrilheiras e a guerrilha rural levarão o povo brasileiro a libertar-se.

Os acontecimentos de abril e maio no Vale da Ribeira comprovam as

imensas possibilidades da luta guerrilheira no Brasil.

A guerrilha rural será invencível no Brasil (...)

MRT e ALN, em 12 de junho de 1970”

Quatro dias depois, às vinte e três horas, por uma ironia do destino, próximo da rua Barão de Mesquita, Tijuca, onde ficava o quartel da Polícia do Exército, o embaixador foi solto.

Participaram daquela ação dois bravos companheiros, integrantes da galeria dos heróis que eu conheci: José Milton Barbosa e Aldo de Sá Brito.

¹Simultânea é um evento enxadrístico em que um notável jogador enfrenta ao mesmo tempo vários jogadores. Às cegas é quando ele joga com os olhos vendados ou de costas, valendo-se de um assistente que comunica oralmente, passando pelas mesas, o lance efetuado pelos adversários conforme as anotações convencionadas (algébrica ou descritiva).

²Revista “Xadrez Brasileiro”, junho-julho de 1939, p. 84.

³Chizuo Osava, Damires de Oliveira Lucena (com três filhos menores), Diógenes José de Oliveira, madre (franciscana) Maurina Borges da Silveira e Otávio Ângelo.

⁴Aderval Alves Coqueiro, Almir Dutton Ferreira, Altair Luchesi Campos, Ângelo Pezzuti da Silva, Apolônio de Carvalho, Carlos Eduardo Fayal de Lira, Carlos Minc Baumfeld, Carlos Eduardo Pires Fleury, Cid de Queiroz Benjamim, Daniel Aarão Reis, Darcy Rodrigues, Domingos Fernandes, Dulce de Souza Maia, Edmauro Göpfert, Eudaldo Gomes da Silva, Fausto Machado Freire, Fernando Paulo Nagle Gabeira, Flávio Roberto de Souza, Ieda dos Reis Chaves, Jeová Assis Gomes, Joaquim Pires Cerveira, Jorge Raimundo Nahas, José Araújo de Nóbrega, José Lavecchia, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, Ladislav Dowbor, Liszt Benjamin Vieira, Marco Antônio Azevedo Meyer, Maria do Carmo Brito, Maria José Carvalho Nahas, Maurício Vieira Paiva, Melcides Porcino da Costa, Murilo Pinto da Silva, Oswaldo Antônio dos Santos, Oswaldo Soares, Pedro Lobo de Oliveira, Ronaldo Dutra Machado, Tânia Rodrigues Fernandes, Tercina Dias de Oliveira e Vera Sílvia Araújo Magalhães.



O Fugitivo

Em meados de agosto de 1970, as notícias que vinham da família no Rio de Janeiro eram assustadoras. Procuravam-me incessantemente, não apenas na minha residência e de meus parentes, mas na faculdade, que havia abandonado, e nos ambientes que eventualmente costumava frequentar. Também da parte de quem estava preso, vinham informações de que me caçavam loucamente.

Um certo dia, minha irmã telefonou para o nosso apartamento para saber notícias do seu filho, uma criança batizada com meu nome.

— Alô mamãe! É Xandra. Como está o Francisco?

— Já voltou da praia e está dormindo agora.

Minutos depois, vários homens, armados, invadiram o apartamento.

— Cadê o Francisco? — gritaram.

Chiquinho, meu sobrinho, acordou assustado e aos oito anos viu, pela primeira vez, uma metralhadora apontada em sua direção.

— Acho que estão procurando pelo meu filho. Saiu de casa dizendo que sua presença aqui só iria nos prejudicar. Fez questão de nos pedir que nem perguntássemos para onde estaria indo porque não falaria. Estamos todos arrasados com esta situação. Este menino tem o mesmo nome dele e é nosso neto — explicou meu velho pai.

Apesar de desapontados, deixaram um recado:

— Seu filho fez muito mal em ter fugido. Para evitar maiores consequências é melhor ele se apresentar às autoridades. Só queremos uns esclarecimentos. A qualquer momento, vamos prendê-lo e vai ser pior. O senhor sabe se ele foi para Minas? — arditosamente perguntaram.

— Falava muito em morar no Amazonas.

— Não é verdade. Sabemos que ele está escondido em Belo Horizonte — falaram com convicção.



De fato, fazia sete meses que morava na capital mineira, onde a polícia política já me procurava, telefonando a todos os “Sorianos”, perguntando pelo Francisco. Ali também, a repressão estava violenta. Resolvemos, Ivone e eu, voltar para o Rio.

Logo na saída de Belo Horizonte, enfrentamos uma barreira montada pelo Exército em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal. Os motoristas dos ônibus tinham que entregar uma relação com os nomes dos passageiros, que era checada com a lista de “subversivos procurados”. Escrevi meu nome como Fernando Nunes. Senti um calafrio, quando chegaram ao nosso ônibus, com metralhadoras em punho, e perguntaram ao motorista se constava na lista o nome de dois companheiros da ALN do Rio de Janeiro seguido do meu codinome.

Relatei tal fato aos companheiros e falei sobre a minha insustentável situação:

— Estou com a cabeça fervilhando. Sinto-me totalmente queimado. O cerco se fechando em torno de mim. Em qualquer ação revolucionária que ocorre no Rio, minha foto é mostrada às testemunhas para ver se me reconhecem. Proponho me congelar por um longo tempo, até me esquecerem. Irei para outra região do Brasil e ficarei isolado em um esquema de família. Tudo que sei e fizemos guardarei comigo com orgulho.

José Milton, que era da Direção Nacional da ALN, concordou plenamente.

— Nego, infelizmente, nossa organização está esfacelada. Agora somos apenas um bando. Acho que todos os companheiros procurados deveriam ir para o exterior. Lá, aglutinaríamos nossas forças e realizaríamos uma conferência para redefinir rumos. Quanto a mim, estou sendo acusado de ter matado o segurança do embaixador alemão. Mandaram-me avisar que vão me eliminar. Vou tentar furar uma fronteira. Não me entregarei vivo. Companheiro, vai fundo. Quem sobreviver escreve a nossa história, que apesar de trágica é gloriosa. Conte-a para o povo — falou emocionado, sem saber que formulava um último pedido.



Ivone e eu viajamos durante 52 horas de ônibus do Rio até Campina Grande, estado da Paraíba. Havia ainda longos trechos da estrada sem asfalto, com muita poeira, buracos e lama.

Na manhã de 7 de setembro de 1970 chegamos à acolhedora cidade situada na Serra da Borborema. Estávamos exaustos e loucos por um banho, depois de três dias de uma dura e dramática travessia. Eu havia escapado ao cerco estratégico da repressão; eles me caçavam no triângulo Minas-Rio-São Paulo.

Toda a família da minha mulher, aproveitando o feriado e o final de semana longo, havia viajado para o Sítio de Curupati, de sua propriedade, no município de Monteiro, alto sertão da Paraíba. Almoçamos e partimos imediatamente para lá. A alegria do reencontro da Ivone com seus pais e nove irmãos (Edmilson, Egídio (Nô), Ivanilda, Geraldo, Francisco de Assis, Inês, Inácia Nalzuí, Ivonete, José Rivaldo e Maria de Lourdes) foi algo indescritível. Fazia muito tempo que não se reuniam. Abraçaram-me de coração. Eu, verdadeiramente, era um novo membro da família.

No dia seguinte, mataram um bode e saboreamos um almoço regado

a vinho. À noite, aquele reencontro foi comemorado com um animado forró. Um conjunto do Nordeste, com sanfona, zabumba e triângulo, tocou músicas típicas, em grande número, inéditas para mim, durante toda a noite. Ivone achou de comentar que eu havia estudado acordeom. Não deu outra: meu próprio sogro me chamou, já me anunciando no intervalo de descanso dos músicos contratados.

— Pessoal, agora vamos ouvir um sanfoneiro que veio diretamente do Rio de Janeiro para tocar pra gente. É meu genro, Francisco.

— Desculpem-me, mas estou meio enferrujado e o meu repertório é diferente. No próximo encontro prometo estudar umas músicas e tocarei com prazer — falei, tentando escapar.

— Mas a gente quer é exatamente ouvir outro tipo de música agora. Toque nem que seja uma só música!

— Tudo bem, vou tentar relembrar *Assum Preto*, de Luiz Gonzaga.

E quem falou que consegui parar?

Tirando as quadrilhas, imagine eu levando ali rancheiras, boleros, valsas ou mesmo tangos. A hospitalidade daquela gente sertaneja fez com que eles dançassem e me aplaudissem. O acordeom ajudou a me integrar e a fazer grandes amigos naquele sofrido e contagiante sertão.



Éramos jovens e vivemos aqueles primeiros tempos em plena lua-de-mel. Sentia, porém, que, para os filhos naturais da região, eu mais parecia um extraterrestre que por ali baixara, onde o povo vivia esquecido e abandonado por elites e governos.

Havia uma forte curiosidade em torno de mim. Mineiro, alto e representante comercial do ramo farmacêutico! “Como é que esse rapaz quer ficar num lugar de onde todos pensam em sair para tentar melhor sorte”? Essa pergunta pairava nos olhos de todos que me apresentavam. Não poderia jamais me abrir para dizer que era um ex-funcionário da Petrobrás; sindi-

calista; lutara contra o governo ditatorial; era socialista; procurado. Pelo contrário, precisava demonstrar ser politicamente alienado.



O Sítio de Curupaiti¹

Transpusemos a última porteira com o jipe do Gedeão, primo da Ivone. Dali se avistava o casarão construído sobre um alpendre com um piso feito de tijolo e cimento. De um lado e de outro, viam-se as cercas de varas ressequidas e arame farpado. Colado à casa, havia o curral onde o gado ficava guardado à noite. Atrás, um terreiro com as criações, o roçado e o pomar.

O pequeno rebanho, de tempos em tempos, era alimentado pessoalmente pelos proprietários.

Ivone e eu costumávamos ir cortar cana-caiana ao lado do açude para fazermos um caldo no velho engenho que ficava colado à casa do morador. Devido ao terreno ressecado, o caldo era superconcentrado e doce como mel; e eu o bebia compulsivamente, talvez uns três litros por dia.

Dona Porcina, minha sogra, adorava animais. Divertia-se cuidando de vacas, carneiros e bodes, criação de porcos, coelhos, galinhas, patos, perus, marrecos e um majestoso pavão. Um grande viveiro cheio de pássaros típicos da região. Na casa circulavam gatos e cachorros. Havia um borreguinho rejeitado, alimentado com leite na mamadeira servida pelos novos “pais adotivos”.

Era superinteressante constatar a maneira como o sertanejo se comunicava com os animais. Faziam uma voz de quem estivesse mimando uma criança, com palavras no diminutivo, para acariciá-los ou bradavam como

um sargento de milícias para lhes transmitir uma ordem; e os bichos reagiam no sentido exato daquela instrução.

Meu sogro, Salustiano Batista de Espínola, era mais conhecido como “seu Salu Bino”. Tinha estatura mediana e compleição forte.

Tornamo-nos bons amigos. Via nele um exemplo de seriedade e bravura para enfrentar a natureza adversa. Dizia que me admirava pelo meu jeito mineiro ou tranquilo de ser.

Seu Salu adorava contar histórias de sua longa vida de sertanejo, eivadas de epopeias e fortes emoções. A mais famosa falava de José Barbosa, pistoleiro remanescente do grupo de Lampião, que, aproveitando-se da ausência dos homens, invadiu o sítio de seu irmão Floriano e prendeu, no sótão da casa, as mulheres e crianças. Antes de fugir, roubou joias e armas e ateou fogo na plantação. Quando os homens voltaram e souberam do acontecido, rapidamente, constituíram um grupo com outros vizinhos e, junto com um rastreador experiente, puseram-se à caça ao bandido. Encontraram-no, dois dias depois. Estava bem entrincheirado e houve tiroteio. Seu Salu saiu ferido na mão e o pistoleiro abatido a tiros e punhaladas. Em seu bolso constava o nome de sua futura vítima, que seria Nilo Feitosa, então prefeito de Monteiro.

O fogão do sítio era à lenha e a iluminação a lamparinas ou velas. Demos a seu Salu de presente um lampião a gás, objeto de admiração dos vizinhos. À noite, para apreciá-lo melhor, dependuravam-no, com orgulhoso prazer, no alpendre da casa que dava para a rota de passagem dos moradores de outros sítios. A energia elétrica chegou ali somente no ano 2000.



Uma das noites mais marcantes que vivi naquele sítio foi em dezembro de 1970.

Por vezes, surgiam nuvens escuras e clarões de raios que iluminavam um horizonte distante. Foi “quando olhei a terra ardendo...” bem cantada nos versos de *Asa Branca*, pelo imortal Gonzagão com Humberto Texeira.

Os habitantes já andavam apreensivos. Muitos faziam novenas rogando aos céus para a chuva cair até que, certa noite, assisti, pela primeira vez, a uma tempestade no Nordeste. O barulho da chuva no telhado e o latido da cadelinha Samanta, amedrontada, implorando abrigo, fizeram com que todos em casa acordassem com os olhos de vitória. Raios, cada vez mais frequentes, riscavam o céu, prenunciando estrondosos trovões. “Será que aquela forte ventania não poderia alargar as goteiras, inundando de vez a velha casa?” — pensei, preocupado.

Duas horas depois tudo serenava.

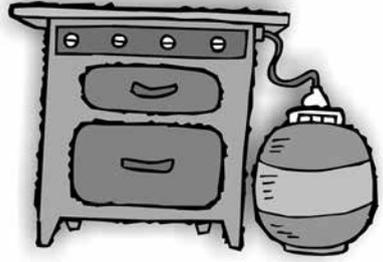
— A chuva aqui é o maior bem que pode cair dos céus. Amanhã o assunto só vai ser sobre esta tempestade — observou Ivone, sempre disposta a me falar da cultura e dos costumes do seu povo.

E não deu outra. Os moradores do sítio comentavam exultantes sobre o açude que havia sangrado e as cisternas que estavam cheias. Por todo canto, viam-se frutas e galhos de árvores espalhados pelo chão, que deixava exalar o cheiro da terra molhada.

“Quem sabe, um dia choverá regularmente no sertão e ele virará um mar de prosperidade?” — essa pergunta silenciosa estava estampada no coração e na mente de todos que ouvi orgulhosamente falar da próxima safra que, rapidamente, brotaria do rico solo nordestino e floresceria com a continuação da chuva.

O céu, observado do alto sertão, é um dos mais belos espetáculos. No começo da noite podiam-se contar os satélites artificiais circulando em órbitas próximas ao nosso planeta, iluminados pelo sol, quando ainda emite os últimos raios de luz em um firmamento avermelhado, retratando a seca no Nordeste.

¹Curupaiti: nome de uma fortaleza construída à margem direita do Rio Paraguai, considerada inexpugnável. Durante a guerra contra aquele país, as forças da Tríplice Aliança sofreram, em 22 de setembro de 1866, uma dura derrota, tendo morrido cerca de 5.000 soldados, contra menos de 100 paraguaios, o que custou a exoneração do almirante Tamandaré (mesmo assim, patrono da Marinha) do comando das forças navais brasileiras.



Fogão

Por indicação e empenho de Geraldo, próspero comerciante e irmão de Ivone, assumi o primeiro emprego no Nordeste na filial da fábrica de fogões Wallig, em Campina Grande, a 14 de outubro de 1970. Comecei como auxiliar de escritório, lotado no departamento de pessoal, recebendo um mínguido salário, comparado ao que ganhava, dois anos antes, na Petrobrás. Precisava estar trabalhando, pois funcionaria como um abrigo da tempestade política que desabava sobre mim. Ali, conheci dois bons colegas que se tornaram verdadeiros irmãos: Alberto Gomes da Silva e Ênio de Oliveira Regadas; duas pessoas especiais, abertas e fraternas.

Alberto trabalhava ao meu lado na área de pessoal; Ênio chefiava o departamento de compras. Ambos místicos, sendo o Alberto maçom, filiado à Grande Loja do Brasil; Ênio, membro da Antiga e Mística Ordem Rosa-Cruz (AMORC). Almoçávamos sempre juntos no restaurante da fábrica. Confidenciei a eles sobre minha prisão pelas Forças Armadas e que fora indiciado em um inquérito na Marinha, acusado de participar de atividades consideradas subversivas.

— Já que você confiou em nós, vamos alertá-lo para não tocar neste assunto com mais ninguém. Vamos guardar como segredo maçônico a sua situação e veremos o que dá para fazer. Todo cuidado é pouco com fulano,

beltrano... que são pessoas perigosíssimas, já entregaram colegas para a repressão em Campina Grande. Aqui também, muita gente foi presa e está sendo processada por subversão. Infelizmente, não falta quem nos denuncie — advertiram-me com uma profunda preocupação.

— Obrigado, companheiros. Estou emocionado com este depoimento de vocês. Vou me precaver; desculpem-me, mas tinha que partilhar com alguém meu terrível drama.

Em abril de 1974, quando fui sequestrado pelo Exército, em Campina Grande, e subsequente transferência para Recife, Alberto e Ênio foram extremamente solidários comigo, atestando a minha conduta de absoluta discricção em questões políticas e mobilizando os irmãos para atuarem na minha soltura.

Ênio possuía um invejável carisma; coordenava, na empresa, as atividades esportivas. Era nadador e enxadrista.

Anualmente, no mês de maio, a Wallig participava de todas as modalidades dos jogos das Olimpíadas Operárias, comemorativas do Dia do Trabalhador. Nelas, eu disputava na modalidade de xadrez por uma equipe, tradicionalmente campeã, formada pelos colegas Ênio, Jairo Calife, João Braga e por mim.

O Clube de Xadrez de Campina Grande estava se formando. A Wallig, por intermédio do Ênio, efetuou uma importante doação para o clube: doze vistosas mesas de xadrez, com tabuleiros em esmalte vitrificado, aplicado sobre as chapas de ferro usadas nos fogões.

Havia o Adriano Martins, que tinha aproximadamente a mesma faixa etária que eu. Estava condenado como *subversivo* a dois anos de prisão por um tribunal militar de Recife. Seu pai, um influente comerciante na Paraíba, conseguiu que ele cumprisse a pena no Quartel da 5ª Companhia de Infantaria do Exército, sediado em Campina Grande. Nos finais de semana, tinha permissão para ficar em casa.

Fiquei preocupadíssimo com aquela informação, porque eu também era procurado e o Adriano vigiado. Estava sendo processado no Rio de Janeiro e aguardava, como foragido político, ser julgado à revelia. Constatei que a

repressão estava presente e não podia ser visto com ele, apesar de levar uma vida discreta. Flora, sua esposa, ficou muito amiga da Ivone.

Tornei-me vice-campeão de xadrez de Campina Grande de 1971 e campeão no ano seguinte, disputando com excelentes enxadristas: Adriano, os primos Jockão e Joquinha Tejo, os irmãos Wilson e Wellington Maria, Normando¹, Homero, Everaldo Lira, Hamiltom Pimentel, Adálcio, Alfredo Carvalho, Horácio Pedrosa, José Lopes, José Sergio, Nazareno.

Naquele ano, Adriano me proporcionou, talvez, a mais bela partida oficial que disputei.²

A 31 de março de 1976, no intuito de ensinar e incentivar a prática do xadrez entre os trabalhadores, joguei uma simultânea no refeitório da Wallig contra quatorze adversários, ganhando treze partidas e perdendo uma.

Perto de mim, morava Ivson Miranda dos Anjos, que, ainda garoto, sabia jogar bem xadrez; procurou-me e mostrou-se muito interessado em que eu lhe desse algumas ideias. Jogador talentoso, já era difícil ganhar dele. Emprestei-lhe vários livros e ministrei certos ensinamentos que rapidamente assimilou; em pouco tempo, com alguns treinamentos, veio a me superar. Após jogar alguns torneios oficiais, tornou-se vice-campeão brasileiro de xadrez por equipes estaduais, disputando ao lado de Expedito Nóbrega, Francisco Nogueira e Joquinha Tejo, sagrando-se campeão individual da cidade de Campina Grande e, posteriormente, do seu estado.

¹Campina Grande, 13 de setembro de 1975.

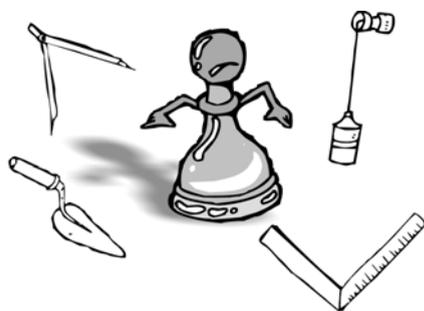
Branças, Normando Ribeiro; pretas, Francisco Soriano, Gambito da Dama Recusado.

1. d4 d5 2. c4 e6 3. Cc3 Cf6 4. Cf3 C8d7 5. Bg5 h6 6. Bh4 Be7 7. e3 a6 8. cd5 ed5 9. Bd3 0-0 10. 0-0 Te8 11. Te1 c6 12. Bb1 Ch5 13. Be7 De7 14. e4 de4 15. Ce4 C7f6 16. Te1 Bg4 17. Cf6+ Df6 18. Dd3 g6 19. Ce5 Bf5 20. Db3 Bb1 21. Tb1 Te7 22. Te3 T8e1 23. T1e1 Rg7 24. Tf3 De6 25. Dd3 Cf6 26. Tg3 Ch5 27. T3e3 Da2 28. g4 Cf4 29. De4 Ce6 30. f4 Dd5 31. Dd5 cd5 32. Tempo expirado (0x1).

²V Campeonato Individual de Xadrez de Campina Grande (PB) em 26 de fevereiro de 1971.

Branças, Francisco Soriano; pretas, Adriano Martins. Defesa Siciliana, Variante Vinken:

1. e4 e5 2. Cc3 d6 3. g3 g6 4. Bg2 Bg7 5. Cge2 Cc6 6. 0-0 Cf6 7. h3 a6 8. d3 0-0 9. Be3 Bd7 10. Dd2 Te8 11. Bh6 Bh8 12. f4 e6 13. Bg5 De8 14. d4 cd4 15. Cd4 Cd4 16. Dd4 Cd5 17. e5 Cc3 18. bc3 d5 19. Tfd1 De7 20. c4 De8 21. Td2 Bg7 22. cd5 ed5 23. Rh2 Be6 24. Bd5 Bh3 25. Tb1 Tb8 26. Db6 Dc3 27. Bf7+ Rf7 28. Rh3 Dd2 29. Dc7+ Rg8 30. Bf6 Bh3 31. e6! Tf8 32. e7 Tfg8? 33. Dc4+ Abandonam (0x1).



No Sindicato dos Pedreiros-Livres

Meu pai foi membro da Maçonaria (sindicato dos pedreiros-livres) e filiado à Loja Filadélfia, de Teófilo Otoni. Desde criança, lembro-me das vezes em que ele, vestido de terno e gravata, levava-nos à festa em homenagem a São João, padroeiro daquela instituição.

No templo, com majestosas e adornadas colunas, havia muitos símbolos que nos deixavam curiosos, como o desenho de um olho dentro de um triângulo resplandecente e com as palavras: liberdade, fraternidade e igualdade inscritas em cada lado; a cúpula pintada em cores vivas retratava o sol, a lua, constelações e cometas; e, nas paredes, desenhos e imagens de ferramentas de trabalho do pedreiro e do carpinteiro.

Antes de entrar naquela oficina, o irmão Avelino vestia um avental e colocava algumas medalhas à lapela. Ali, éramos saudados pelos maçons, que, garbosamente, empunhavam espadas levantadas ao alto, formando duplas colunas por onde passávamos. Terminado o ritual, dirigíamos-nos ao salão de festas, onde era servido, pelos próprios “obreiros”, um farto banquete.

Por mais que pedíssemos explicações sobre tudo aquilo, ele pouco falava.

— Nem tudo a todos se diz, a Maçonaria atua com discrição e trabalha em segredo — assim respondia, deixando-nos ainda mais curiosos.

Em Campina Grande, trabalhando na indústria de fogões Wallig Nordeste, tornei-me amigo de Alberto Gomes da Silva. Contou-me que era maçom. Falei-lhe de meu pai e da minha afinidade pela instituição. Convidou-me para uma “festa branca” (não secreta) de São João, em 24 de julho de 1971, no templo do Palácio Maçônico Regeneração Campinense, justo orgulho daqueles irmãos.

Vários familiares de maçons foram batizados na Ordem naquele dia.

Passado algum tempo, Alberto, a meu pedido, entregou-me três vias de um formulário de filiação à Maçonaria, que deveria ser preenchido pelo pretendente. Solicitou-me, também, que anexasse 24 fotografias recém-tiradas de terno, tamanho 3 por 4.

Minha proposta foi aprovada e, no dia 19 de agosto de 1972, iniciei-me como Aprendiz-Maçom, do Rito Escocês Antigo e Aceito, ligado à Grande Loja do Brasil. José de Almeida Torreão, Grão-Mestre do estado da Paraíba e Fernando Filogônio do Ó, Venerável da Loja, presidiram aquela solenidade. A beleza daquele comovente ritual ninguém melhor jamais descreveu do que Tolstoi, no seu livro *Guerra e Paz*, Editora Ltda, Rio de Janeiro, 1974, pp. 392 a 401, relatando a iniciação do príncipe Pedro.



No ano de 1976, encontrava-me em São Paulo, morando em um hotel, estagiando e trabalhando na Avon Cosméticos Ltda. Percebia claramente que, sempre ao sair, era seguido por agentes da repressão. Certa noite, dirigia-me a uma loja maçônica e tomei o metrô. Tive certeza de que estava sendo acompanhado, porque os dois suspeitos embarcaram no mesmo vagão que escolhi. Encaravam-me acintosamente. Estava a ponto de explodir de tensão e convicto de que seria novamente preso.

Tirei do bolso um broche da Maçonaria e preguei-o na gravata. “Meu falecido pai estaria me vendo, colocando esta joia herdada dele?” — pensei, evocando sua proteção.

Saltei do trem e os dois perseguidores também. Entrei no templo maçônico. Senti-me salvo. Evidentemente que ali não poderiam ter acesso, a menos que fossem “irmãos”.

Em nossas oficinas, jurávamos combater as tiranias.

Confidenciei o drama que vivia ao venerável mestre. Desde aquela noite, não mais percebi a presença da polícia política me vigiando.



Uma passagem incrível e marcante na história do século XX, vivida por Fidel Castro, ilustra a força da Maçonaria. Em depoimento a Frei Betto,¹ Fidel narra as circunstâncias em que foi capturado, dois dias depois da tentativa frustrada da tomada do Quartel de la Moncada, a 26 de julho de 1956.

“(…) Para proteger-nos da neblina, da umidade e do frio, decidimos ficar ali [numa pequena cabana, de quatro metros de comprimento por três de largura, onde se guarda o material de trabalho] até o amanhecer. De manhã, antes de despertarmos, uma patrulha de soldados entra na cabana e nos acorda com os fuzis sobre o peito.

Porém, ocorreu uma incrível casualidade: havia um tenente negro chamado Pedro Sarria, que não era assassino e tinha certa autoridade. Os soldados estavam excitados, nos amarraram, apontaram os fuzis contra nós e queriam matar-nos. Pediram a nossa identidade e demos outro nome. Vi que não me reconheceram.

A gente já se dava como morto; eu já não imaginava a mais remota possibilidade de sobreviver. Durante a discussão com eles, o tenente interveio e disse: “Não disparem, não disparem, os ideais não se matam”.

Por acaso, um dos dois companheiros era maçom. Tratava-se de Oscar Alcalde, que está vivo e hoje preside o Banco da Poupança. Financista, ele era quem controlava os fundos do Movimento. Resolve dizer ao tenente

que era maçom. Isso surte efeito, pois havia muitos militares maçons. Bem amarrados, nos levantam e nos levam. Impressionara-me a atitude daquele tenente e, após caminharmos um pouco, chamei-o e disse: “Vi como o senhor procedeu e não quero enganá-lo, eu sou Fidel Castro”. Ele me adverte: “Não diga nada a ninguém”.

(...) Creio que aquela foi uma possibilidade em mil. Nem por isso estávamos salvos ou tínhamos garantia de sobreviver. No entanto, o tenente nos salvou pela segunda vez, porque antes que aparecesse o arcebispo, o outro grupo que estava próximo à estrada foi preso. Fomos todos reunidos num caminhão. O tenente me pôs na frente, entre ele e o motorista. Mais adiante surgiu um comandante, que se chamava Pérez Chaumont, um dos principais assassinos, responsável pela morte de muita gente. Ordenou que nos levassem ao quartel. O tenente discutiu com ele e não obedeceu. Levou-nos à Casa de Detenção de Santiago de Cuba, onde ficamos à disposição da justiça civil. Se tivéssemos chegado ao quartel, teriam feito picadinho de todos nós.

(...) Bem antes do triunfo da Revolução o denunciaram [tenente Pedro Sarria] como responsável pela nossa sobrevivência. Culpavam-no como responsável pela nossa sobrevivência. Culpavam-no de não nos ter assassinado.

Naquele momento, o tenente foi afastado do exército. Quando triunfou a Revolução, o incorporamos ao novo exército, com o grau de capitão.”



A Maçonaria esteve presente e atuou positivamente em quase todos os grandes episódios da nossa história, como na Conjuração Mineira, Abolição da Escravatura, Independência do Brasil, Proclamação da República. Por ocasião da elaboração da Constituição Federal de 1988, ela teve uma importante e positiva participação.²

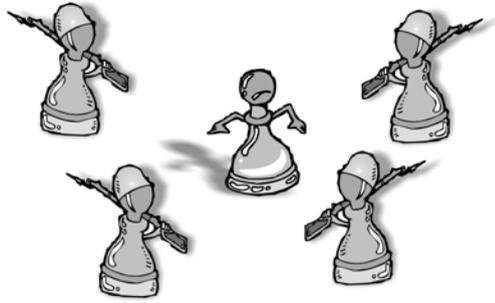
Com o golpe de 1º de abril de 1964, ela também tornou-se vítima

da covardia do tirano. A 12 de maio daquele ano, Péricles Gusmão Régis, filiado à Loja Maçônica Cavalheiros do Oriente, foi preso e assassinado sob tortura na cidade de Vitória da Conquista (BA), onde exercia o mandato de vereador pelo MTR.

Embora reconhecendo que essa admirável instituição foi tardia no posicionamento oficial pelo fim da ditadura de 1964, sou-lhe eternamente grato, não somente pelos seus ensinamentos, mas pela postura de altivez, ao tomar para si minha justa defesa nos tempos de intolerância, quando fui vítima de violenta perseguição que, por muito pouco, não me custou a vida.

¹*Fidel e a Religião*, pp. 182 a 189, São Paulo, Editora Brasiliense São Paulo, 8ª edição, 1985.

²*A Tarde* (Salvador-BA) de 27 de fevereiro de 2002, coluna de Emiliani José.



Prisão

A 7 de dezembro de 1970, o embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, foi sequestrado pelo “Comando Juarez Guimarães de Brito” da VPR e resgatado em troca de 70 prisioneiros políticos, acrescidos de três crianças, em uma negociação que durou 38 dias.¹

No decorrer de 1970 a 1973, entrei na “geladeira” política. Limitava-me a escrever estas páginas para uma futura publicação, a ler livros e jornais, jogar xadrez e acompanhar os noticiários internacionais pelas ondas curtas das Rádios de *Havana*, *Moscou*, *Pequim* e até mesmo da *Voz da América* e *BBC de Londres*, sedento por informações a que os brasileiros não tinham acesso. Segundo dados oficiais, durante aquele triênio, o PIB cresceu, anualmente, com taxas acima de 11%, a inflação ficou em torno de 15%, mas o país se endividava exponencialmente.

Ao final do ano de 1970, os resistentes registraram mais um sequestro espetacular, o último deles.

Do ponto de vista do endurecimento do regime, as notícias eram aterroizantes. O ex-deputado federal Rubem Paiva fora preso, em sua residência, no dia 20 de janeiro de 1971, e desaparecido. Em nota oficial, o Ministério do Exército informava:

“Consta que o nominado (Rubens Paiva), quando conduzido para que indicasse a casa onde poderia estar um elemento que trazia correspondência

para os banidos que viviam no Chile, foi resgatado nas imediações do Alto da Boa Vista pelos ocupantes de dois carros que interceptaram a viatura em que viajava, após travarem tiroteio com a equipe que o escoltava”.

A 15 de abril de 1971, militantes da ALN em parceria com a MRT metralharam Renning Albert Boilesen, presidente da Ultragás, um dos financiadores da Operação Bandeirantes (OBAN).

Assim relata Gaspari, Elio, *A Ditadura Escancarada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 395 e 396.

“(…) Outro grupo estava de olho em Henning Albert Boilesen, um norueguês que chegara a presidente da Ultragás e diretor da Federação das Indústrias de São Paulo. Era ativo colaborador do DOI. Participara da campanha contra d. Hélder Câmara junto à comissão do Prêmio Nobel. Ao contrário de seu patrão, circulava sem segurança nem cuidados. Na manhã de 15 de abril de 1971, um Volks emparelhou com seu Galaxie azul, e Iuri Xavier Pereira, o ‘Joãozão’, disparou um tiro de fuzil Mauser. A bala raspou sua cabeça. Boilesen abriu a porta e correu alguns metros na contramão. Uma rajada de submetralhadora derrubou-o. ‘Joãozão’ saiu para a rua. Tinha 1,90m, cem quilos e 23 anos. Deu-lhe mais um tiro, que lhe destroçou o lado esquerdo do rosto.”

Trinta dias depois, Stuart Edgard Angel Jones, universitário, filho de um estadunidense com a estilista Zuzu Angel, foi morto sob tortura na base aérea do Galeão, Rio de Janeiro.

Todavia, o mais duro golpe para os adeptos da luta armada ocorreu no dia 17 de setembro daquele ano: o ex-capitão Carlos Lamarca e José Campos Barreto (Jequinha), ambos militantes do MR-8, foram executados em Ipujiara, no sertão da Bahia.

Dois meses depois, a ditadura, por decreto-lei, promoveu a mais absurda apelação ou aberração jurídica: o general-presidente Médici concedeu a si próprio o direito de editar decretos secretos.

Na primeira metade do ano de 1972, iniciam-se os combates da Guerrilha do Araguaia (no Pará, Maranhão e Goiás) com uma campanha inicial envolvendo cinco mil soldados do Exército, da Aeronáutica e Polícia Militar.

1973 começou com o Massacre da Chácara São Bento em 10 de janeiro: a VPR, em Paulista (PE), graças ao cabo Anselmo, agente infiltrado, contabilizou seis mortos sob torturas em suas fileiras. Entre as vítimas do cruel traidor, sua própria companheira, Soledad Viedma, paraguaia, 28 anos, grávida de sete meses.

A 23 de março daquele ano, o Comando Revolucionário Popular Getúlio de Oliveira Cabral fuzilou, no Rio de Janeiro, o delegado Octávio Gonçalves Moreira Jr., membro do DOI-CODI de SP.

D. Paulo Evaristo Arns celebrou, a 30 de março de 1973, uma missa na Catedral da Sé (SP) em homenagem a Alexandre Vannucchi Leme, estudante de Geologia da USP, morto 13 dias antes, sob tortura, no DOI-CODI de São Paulo.

Para responder à censura prévia, o grupo *O Estado de S.Paulo*, a 19 de junho daquele ano, publicava versos dos Luisíadas no lugar das matérias censuradas.

Nas eleições para presidente e vice do Brasil, o MDB lançou Ulisses Guimarães e Barbosa Lima como “anticandidatos” em setembro de 1973.

O líder estudantil brasileiro Honestino Guimarães, de 26 anos, presidente da UNE, jurado de morte pelos órgãos repressivos, foi preso e, desde então, tido como desaparecido a 10 de outubro no Rio de Janeiro.

“Dos 10 membros da diretoria da UNE eleita no congresso de Ibiúna, nove estiveram presos e cinco tidos como mortos ou desaparecidos.”

(Jean Marc em depoimento para o autor).

Finalmente, a 25 de dezembro de 1973, o Exército lançou a 3ª campanha que, efetivamente, aniquilou com a Guerrilha do Araguaia.²



Em fevereiro de 1974, consegui me matricular na faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do estado da Paraíba, localizada em Campina Grande, tentando concluir Economia, que cursava no Rio de Janeiro.

Ao tomar conhecimento daquela transferência, o órgão do Serviço de Informações do Ministério da Educação, onde eu constava como procurado, expediu o mandado de prisão.

Deviam ser umas treze horas do dia 3 de abril de 1974. Ao sair de casa, para o trabalho, fui abordado por uma equipe de captura do Exército, que me deu voz de prisão e me levou em um jipe para o quartel da 5ª Companhia de Infantaria.

Ivone também foi levada, ficando detida até as vinte horas daquele dia, sendo interrogada sobre minhas possíveis atividades subversivas. Antes, os agentes reviraram a nossa casa em busca de armas, livros de esquerda, discos, cartas, documentos, retratos.

Apesar de estar residindo em Campina Grande por quatro anos, afastado da militância, dirigindo a maior serraria da cidade, os documentos com apontamentos a meu respeito nos serviços secretos de todos os órgãos da repressão do país assinalavam-me no Rio de Janeiro, como acusado de ter praticado ações de luta armada contra o governo, através da prática de assaltos a bancos e supermercados, as chamadas expropriações.

Jamais me esqueci da presença amiga de uma delegação da Maçonaria, formada por Fernando Filogônio do Ó e José de Almeida Torreão, que compareceram àquela unidade do Exército por estranharem a detenção e para intercederem a meu favor.

O proprietário da serraria da qual eu era gerente, Edson de Souza do Ó, também compareceu ao quartel para tentar obter explicações e tentar falar comigo para se inteirar das tarefas que dependiam da minha direta participação. Consegui do major Câmara, comandante daquele quartel, que eu fosse trabalhar diariamente, embora sempre ladeado por dois sargentos à paisana.

Alberto Gomes da Silva foi um dos amigos daquela hora incerta. Compareceu ao quartel, tentando me visitar e defender.

O sargento Marinho, da 2ª Seção, foi quem tomou meu depoimento, que resultou em seis páginas datilografadas. Era um tipo repugnante. Lembro-me de que me mostrou um álbum com fotos de membros do PCBR. Dentre elas, a do companheiro *Sandália*, Fernando Augusto Valente da Fonseca, antigo dirigente daquele partido, que, por diversas vezes, se reunira em nossa base no Rio de Janeiro, como assistente da direção. Fernando foi preso no Nordeste, barbaramente torturado e assassinado pela ditadura.³

No dia 9 de abril, anunciaram a minha liberação. Todavia, como havia um processo em aberto junto à Primeira Auditoria de Marinha, no Rio de Janeiro, deveria aguardar em casa, podendo trabalhar, mas proibido de deixar a cidade. Encontrava-me *sub judice* e, a qualquer momento, poderia ser notificado para depor novamente.

¹Afonso Celso Lana Leite, Afonso Junqueira de Alvarenga, Aluísio Ferreira Palmar, Antonio Expedito Carvalho Pereira, Antônio Rogério Garcia da Silveira, Antonio Ubaldino Pereira, Aristenes Nogueira de Almeida, Armando Augusto Vargas Dias, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Bruno Piola, Carlos Bernardo Vainer, Carmela Pezzuti, Christóvão da Silva Ribeiro, Conceição Imaculada de Oliveira, Daniel José de Carvalho, Derci Fensterseifer, Derly José de Carvalho, Edmur Péricles Camargo, Elinor Mendes Brito, Encarnación Lopes Peres, Francisco Roberval Mendes, Geny Cecília Piola (casada com Bruno, levou suas três filhas menores, Tatiana, Kátia e Bruna), Gustavo Buarque Schiller, Humberto Trigueiros Lima, Irani Campos, Ismael Antônio de Souza, Jaime Walwitz Cardoso, Jairo José de Carvalho, Jean Marc Friedrich Charles Van der Weid, João Batista Rita, João Carlos Bona Garcia, Joel José de Carvalho, José Duarte dos Santos, Jovelina Tonello do Nascimento, Júlio Antônio Bittencourt de Almeida, Lúcio Flávio Uchôa Regueira, Luiz Alberto Leite Sanz, Manoel Dias do Nascimento, Mara Curtiss de Alvarenga, Marco Antônio Maranhão da Costa, Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Maria Nazareth Cunha da Rocha, Nancy Mangabeira Unger, Nelson Chaves dos Santos, Otacílio Pereira da Silva, Paulo Roberto Alves, Paulo Roberto Telles Franck, Pedro Alves Filho, Pedro Chaves dos Santos, Pedro Paulo Bretas, Pedro Viegas, Pedro Chaves dos Santos, Rafael de Falco Neto, Reinaldo Guarany Simões, Reinaldo José de Melo, René Louis Laugery de Carvalho, Roberto Antônio de Fortini, Roberto Cardoso Ferraz do Amaral, Roque Aparecido da Silva, Samuel Aarão Reis, Sônia Regina Yessin Ramos, Takao Amano, Tito de Alencar Lima, Ubiratan de Souza, Ubiratan Vatutin Herzcher Borges, Valneri Neves Antunes, Vera Maria Rocha Pereira, Wânio José de Matos, Washington Alves da Silva e Wellington Moreira Diniz e Wilson Nascimento Barbosa.

²(...) *considera-se que o total de combatentes mortos no Araguaia alcança a cifra de 76, sendo 59 militantes do PCdoB e 17 recrutados na região.*(...) *Do lado das Forças Armadas, informação publicada pelo "Jornal do Brasil" dá um total de 16 baixas fatais.*

³Sobre Fernando Augusto Valente da Fonseca, *Sandália*, vide biografia no Apêndice I deste livro.



Sequestro

Seis e meia da manhã, 16 de abril de 1974. Saía de casa e, enquanto passava a chave na porta, percebi que havia duas *Veraneios* a uns dez metros, uma do lado da minha casa e a outra do lado oposto, paradas em sentido contrário, cada qual com uns três homens em seu interior, armados com metralhadoras. Senti que vieram mais uma vez me sequestrar. Nem consegui perceber de onde surgiram cinco agentes que me apontaram diversos tipos de armas e ordenaram que não me movesse.

— Senhor Francisco Soriano? — perguntou um deles com os nervos à flor da pele.

— Sou eu mesmo — respondi apavorado, tentando não deixá-los mais nervosos ainda, o que seria extremamente perigoso, pois poderiam se descontrolar e disparar suas armas sobre mim.

— O senhor está preso para prestar declarações aos órgãos de segurança e informações; não tente nenhuma reação; coloque as mãos na parede e mantenha os pés afastados.

Revistaram-me rapidamente e me empurraram para dentro de uma das *Veraneios*, que já estava de portas abertas e com o motor ligado. Ato contínuo, arrancaram em disparada.

Fui literalmente sequestrado pelo DOI-CODI, pois os agentes, à paisana, jamais se identificaram. Disseram-me que tinham um mandado

de captura contra mim junto à polícia pernambucana e que era procurado como subversivo pela repressão, o que era verdade. Durante a viagem, em uma autoestrada deserta entre João Pessoa e Campina Grande, simularam o meu fuzilamento: obrigaram-me a sair de uma viatura, atravessar a pista e, antes que embarcasse na outra, dispararam várias vezes para o alto.

Ao chegar em Recife, fui conduzido para um quartel do IV Exército e atirado em uma cela solitária.



Recostado em um canto, adormeci. Perto de mim, ouvi alguém gritando, na rua em que morava, em Teófilo Otoni: “Olha a vaca!” — em seguida, escutei uma voz aconselhando todos a se abrigar até que a boiada passasse.

Corri para a janela da minha casa e vi o gado caminhando ou correndo, tangido pelos vaqueiros que cantavam e gritavam. Parecia adivinhar que caminhava para o matadouro! Algumas reses, de tão tresloucadas, desgarrando-se das demais, corriam atrás dos transeuntes, fugiam para onde vissem um campo aberto.

Eram então vítimas de terrível crueldade: o vaqueiro batia-lhes com chicote e espetava-lhes as ancas com o aguilhão. Nos casos mais difíceis, o boi era preso, seus olhos vendados, o focinho furado com um punhal e, por dentro dele, indiferente ao sangue que escorria, prendia-se um laço pelo qual se puxava o animal, que, submetido à insuportável tortura, seguia obediente para o abate.

Acordei com o carcereiro me chamando para me algemar, encapuzar e levar para uma seção de tortura.



Durante quinze dias, respondi a interrogatórios de olhos vendados, para que não pudesse ver a cara dos valentes algozes. Impunham o tratamento

de doutores (Freud explica). Deixaram-me apenas de cueca e fui alvo de humilhações com palavras de ofensa, gozação e calúnias.

A comida era racionada para que a resistência do prisioneiro fosse totalmente minada. Passava sede a ponto de perder a fala por falta de umidade na garganta. Sofria pesadas torturas físicas que englobavam choques elétricos nas orelhas, dedos, artelhos e no pênis, e que, de tão fortes e demorados, chegavam a provocar desmaios. Dormia em chão de cimento e sem nenhuma cobertura.

Várias vezes, em noites alternadas, para impossibilitar o sono e impingir-me maior sofrimento, deixavam-me de pé, amarrado no alto da grade pela algema nos pulsos, com os olhos cobertos por uma venda de borracha escura e espessa, que provocava um indescritível incômodo e ansiedade.

— Não sou cristão, nem maçom, nem rosa-cruz — ironizava o interrogador — para se dirigir a mim, me chame de doutor Foderov. Seu dossiê é enorme. Quero saber todos os seus contatos, qual a sua missão no Nordeste e no Norte, sua ligação com o pessoal do Araguaia, tudo.



Relato da professora Maura Pires Ramos, diretora da escola Pequeno Príncipe, em Campina Grande, e que também se encontrava naquele cativo entre os dias 29 de abril e 10 de maio de 1974:

“(...) A 29 de abril de 1974, quando saía do trabalho para casa, ao meio dia, fui sequestrada bem próximo da minha residência, por elementos que se diziam da Polícia Federal. Transportaram-me algemada e encapuzada, numa *Kombi*, para um local nunca identificado. Tudo indicava tratar-se de uma granja, pois se ouvia o cacarejo das galinhas, o canto dos galos e de outras aves.

Nesse local, cortaram com uma serra elétrica as algemas que me prendiam os braços e os amarraram com cordões. Ainda de olhos vendados,

obrigaram-me a ficar de joelhos e deram início à sessão de tortura: bateram-me, deram-me os famosos ‘telefones’, interrogando-me com insultos e gritos. Um verdadeiro terror! Depois, obrigaram a me despír e aplicaram choques elétricos nos meus seios, orelhas e rins, sempre fazendo as mais infames ameaças.

Não tenho ideia do tempo que durou esse tormento. Creio que a tarde toda. Depois, fui conduzida para o interior de um transporte sem bancos juntamente com outras pessoas, que lá se encontravam nas mesmas circunstâncias, e que identifiquei, depois, tratarem-se da professora Dilza Rodrigues de França, que, na época, lecionava na Escola Pequeno Príncipe, dirigida por mim; Roberto Carlos Cantalice, estudante secundarista que vinha ao meu lado na hora do sequestro e da professora Josélia Ramos Wallen, da Rede Pública de Ensino. Colocaram-nos no assoalho do carro, empilhados e cobertos como uma carga.

Viajamos por muitas horas sem saber aonde íamos. Supunha que iriam nos matar em algum trecho do percurso. Entretanto, chegamos ao destino que nos reservaram. Fiquei sabendo, algum tempo depois, tratar-se do IV Exército – Recife, onde me trancafiaram em uma cela sofrendo maus tratos físicos e torturas psicológicas, em constantes interrogatórios, durante doze dias.

Como doeu: dormir no chão; ficar sem comida e sem água; ser privada de banho; permanecer com a mesma roupa durante vários dias; ver presos políticos passarem ensanguentados após um interrogatório; ser levada a qualquer hora do dia ou da noite para ser interrogada, às vezes de joelhos; ser pressionada, sob ameaça, a assinar uma folha de papel em branco onde iriam escrever uma suposta declaração minha da forma que lhes conviesse; a preocupação constante com a escola, funcionários e pais, com os alunos, a família, a minha mãe, principalmente, preocupação com os compromissos, com a vida, o futuro... Como doeu!

Trouxeram-me de volta, em uma viagem aterradora. O motorista conduzia uma arma de fogo no banco do carro. Ouvia, atrás de mim, a voz do algoz que me torturara. A cada tentativa para identificá-lo, cobria o rosto, mas

não parava de falar. Um suplício. Estava certa de que iriam me matar. Mantinham-me com uma venda de borracha nos olhos durante alguns trechos do percurso e, em outros, orientavam-me para retirá-la.

Em determinado momento da viagem, recebi ordens para me abaixar e permanecer com os olhos vendados. Pararam o transporte em que vínhamos e se afastaram. Comecei a ouvir ruídos de instrumentos, como pás. Afora esse barulho, um silêncio sepulcral. Fiquei certa de que cavavam a minha sepultura e que iriam me eliminar ali mesmo. Estava apavorada, mas continuava em total silêncio. Depois de um bom tempo, voltaram, tomaram seus lugares e prosseguiram a viagem. Até hoje fico com dúvidas se o que ocorreu foi um incidente ou uma encenação para submeter-me a mais uma tortura. De qualquer forma, sofri toda a sensação com a aproximação da morte a ocorrer nessas circunstâncias.

Ao chegarmos a Campina Grande, fui literalmente largada em um bairro distante da minha residência em situação precária: roupa suja, despenteada, sem dinheiro para o transporte. Estava apavorada, mas controlando-me com muito esforço para manter o equilíbrio psicológico e a minha dignidade.

Cheguei à casa no Dia das Mães [10 de maio]. Uma grande emoção para todos. Minha mãe, que estava profundamente abalada, havia reunido todas as suas forças e redigido cartas para as principais autoridades da cidade e do estado, narrando o meu desaparecimento e solicitando providências (...). (...) Durante o tempo em que permaneci presa, os policiais, à noite, invadiram meus aposentos, abriram armários e gavetas de onde retiraram e levaram papéis, revistas e alguns livros, alegando tratar-se de material subversivo.”



Pela primeira vez, ouvi falar do pessoal do Araguaia. Estava há vários dias sem me alimentar. Tão deprimido, que não ligava para mais nada neste mundo. De repente, passei a não mais dar ouvido àqueles berros e desafiei o Foderov:

— Faça o que quiser. Não consigo mais nem entender o que o senhor está dizendo ou querendo. Não sei de nada. Há mais de quatro anos que estou longe do Rio e afastado de qualquer envolvimento político. Pode me matar! — minha vista foi escurecendo e desmaiei.

Dois carcereiros me carregavam rumo à cela quando recobrei os sentidos. Deitaram-me no chão e perguntaram como eu estava. Relatei-lhes que sentia fraqueza e tinha fome e sede.

Na cela solitária onde me aprisionaram, havia uma frase escrita na parede que sofreu três alterações; a terceira, de minha autoria:

“Deus não existe”! — escreveu um desconhecido companheiro.

Outro alterou a frase para: “Deus não existe aqui”!

Finalmente, dei a ela a seguinte forma: “Deus só não existe aqui!”

Tempos depois, tomei conhecimento do desaparecimento de Ruy Frazão Soares, que esteve preso ali naquele mesmo período.

Texto do STJ, publicado no Informativo de Fórum Permanente dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, p. 2:

“Capturado na manhã de 27 de maio de 1974, por três policiais armados de revólveres, Ruy Frazão Soares foi espancado, arrastado, algemado e jogado em uma caminhonete negra. Era feirante em Petrolina (PE). (...) Ruy Frazão, militante da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). (...) ‘Avisé Licinha’, gritou para um feirante, na última vez em que foi visto. Referia-se à mulher Felícia Moraes Soares, mãe de Henrique Rui de Moraes Soares, então, com dois anos”.

“(…) Sua família tentou descobrir seu paradeiro de todas as formas. Informaram que o preso não estava em nenhuma dependência policial ou militar. Um testemunho em Juízo do militante estudantil, Alanir Cardoso, contudo, reforçou a evidência de seu assassinato em uma dependência militar. Disse que enquanto era torturado, seus algozes lhe mostraram uma foto de Ruy, e diziam: ‘O comprido [Ruy] já virou presunto.’”

Um cidadão norte-americano foi levado para aquele cativo, por

engano, e até torturado, mas rapidamente solto. Dizia-se pastor protestante e teria ligações com D. Hélder Câmara. Posteriormente, veio a informação de que era, na verdade, um capitão do Exército ianque, agente da CIA e infiltrado na esquerda brasileira.

Todavia, por incrível que pareça, aquela foi a versão da repressão, exatamente, para desmoralizar D. Hélder.



Ivone sabia o que fazer! Pela janela, viu que me levaram em uma *Veraneio* com placa da cidade de Osasco (SP).

Passou a denunciar meu sequestro às principais autoridades locais. Começou pelo prefeito da cidade; depois, foi aos dirigentes da Loja Maçônica Regeneração Campinense e, mais tarde, estive com o padre da igreja que frequentávamos; e, por fim, foi ao quartel do Exército de Campina Grande e relatou a ocorrência ao major Câmara, comandante da 5ª Companhia de Infantaria, responsabilizando-o pela minha integridade física.

Contudo, não ficou apenas nisso. Disfarçadamente, com óculos escuros, lenço no cabelo e trajes de matuta, embarcou em um ônibus para João Pessoa (distante 120 km de Campina Grande) e só lá, então, telefonou para todos os meus parentes, contando tudo e pedindo que tomassem, urgentemente, todas as providências para não me eliminarem.

O major Câmara mentiu, dizendo que desconhecia a ocorrência e sugeriu que meus companheiros poderiam haver-me sequestrado, certamente porque eu sabia muito e poderia pô-los em risco, caso viesse a ser preso.

— Infelizmente, não posso fazer nada por ele.

Minha família, no Rio de Janeiro, imediatamente contratou o advogado Oswaldo Ferreira de Mendonça Júnior, que impetrou um *habeas corpus* junto ao Superior Tribunal Militar e compareceu à sede do Comando do 1º Exército, no Rio de Janeiro, onde denunciou o meu desaparecimento e pediu providências quanto à preservação da minha vida.

Já residia em Campina Grande por quatro anos, afastado da luta pela liberdade, torcendo pela abertura política que me possibilitasse retornar à militância.

Havia assumido uma linha mais racional; tornei-me um ativista pacifista, pois a história e a vida me fizeram concluir que a luta armada havia sido um dignificante equívoco.

No Nordeste, as condições eram precárias principalmente para mim, um *procurado*. Não reunia condições de organizar nenhuma resistência ao sistema.



Nada conseguiram arrancar de mim que me incriminasse. A 30 de abril, quinze dias depois de um mergulho ao inferno, comunicaram-me que seria libertado na noite do dia seguinte. Permitiram que tomasse banho, fizeram-me a barba; depois, serviram-me comida melhorada; e devolveram a minha roupa.



Enquanto aguardava ser solto, repousava sobre um colchonete e me cobria com uma manta. Fechei os olhos e pensei em Glória, no auge dos meus 14 anos.

Estava em Teófilo Otoni, na movimentada rua Francisco Sá, que abrigava a zona boêmia da cidade.

Pedro, um amigo quatro anos mais velho, apresentar-me-ia a uma menina novinha, muito bonita, recém-chegada àquela vida e que talvez topasse sair comigo.

O preço? Uma entrada de cinema. Não hesitei, troquei o filme pelo encontro, encorajado por uma dose dupla de vermute.

O quarto de Glorinha ficava no primeiro andar de um bar com sinuca.

Ela fora avisada de que eu era iniciante e menor de idade, teria que entrar pelos fundos e “fora do expediente”.

Tantos anos depois, não saberia afirmar qual a idade daquela jovem. Seria também adolescente ou pouco mais que isso?

Ela me acolheu com ternura, pedindo que me pusesse à vontade. Depois tirou-me a roupa e, percebendo minha inexperiência, beijou-me balbuciando palavras carinhosas.

Sentindo minha empolgação, abraçou-me e deitou-se, puxando-me, conduzindo-se de forma a sincronizar nossos orgasmos.

Lentamente, após um silencioso intervalo, girou acomodando-me ao seu lado e juntos adormecemos por uns minutos.

Quando fui pagar-lhe, não quis receber. Insisti. Ela então me devolveu a metade dizendo que bastava lhe dar o aluguel do quarto; a parte dela ficaria de presente para eu não esquecê-la.

— Onde você mora? — perguntei-lhe.

— Não sou daqui, vim de Caravelas, na Bahia. Perdi-me com um namorado que me abandonou. Meu pai me expulsou de casa. Vim parar aqui faz uma semana — contou, com ar de melancolia.

— E se você e outro homem viessem a se amar, deixaria o cabaré para morar com ele?

— Desculpe, querido, mas a conversa está indo longe demais, é melhor a gente ir ficando por aqui — cortou-me, docemente.



Um toque de alvorada me atira de volta ao inferno.

Na quarta-feira, primeiro de maio de 1974, deportaram-me para Campina Grande. Viajei na traseira da *Veraneio*, encapuzado e encoberto por uma manta. Às quatro horas da madrugada, soltaram-me em uma rua próxima à minha residência. Retiraram-me as algemas e o capuz e ordenaram-me que ficasse de

olhos fechados durante um minuto, até que o carro deles dobrasse a esquina. Estava desfigurado. Assim mesmo, ao chegar à casa, procurei dissimular, dizendo à minha mulher que estava inteiro, apesar de muito debilitado.

Ivone me abraçou e procurou me animar dizendo que sua gravidez continuava normal. Tentou convencer-me de que estava bem. Logo, porém, seus lábios a traíram e começaram a tremer involuntariamente. Uma lágrima irrompeu em um choro valente, amoroso e irado, que clamava por vingança contra aquele Estado perverso, covarde e mentiroso.

Ao final, fui eu quem teve que a consolar, e só Deus sabe a que custo!



Anel de Formatura

A comissão de formandos de Economia da Universidade do Estado da Guanabara, em 1969, fez constar meu nome na relação de alunos, chamando-me durante a solenidade, em uma sutil demonstração de solidariedade contra a tirania.¹

No ano de 1974, consegui transferência para a Universidade Federal da Paraíba. Embora só faltassem duas matérias para colar grau, fiz um ano inteiro de estudos para concluir o curso, não apenas porque tive interrupções forçadas, por motivo de prisão e sequestro, mas também devido à diferença de currículo escolar entre as duas universidades.²

Houve professores que, sabedores do meu terrível drama, da maneira mais discreta e corajosa possível, abonaram as faltas às aulas nos dias em que estive sumido e se solidarizaram moralmente comigo. Hoje posso declarar seus nomes: Afrânio Aragão e Aylton Elisiário de Souza, sem esquecer de uma funcionária da secretaria, minha eterna amiga Leônia Leão, que respondeu com altivez aos policiais que a interrogaram, requisitando o meu currículo escolar e questionando-a sobre o processo de transferência e matrícula.

Mesmo assim, os colegas de turma, em nenhum momento, afastaram-se de mim. Sabiam que eu estava sendo observado e seguido. Para não prejudicá-los, procurava não me aproximar muito deles, evitando comparecer às suas reuniões e festas.

A 22 de dezembro de 1974, em meio a uma verdadeira tempestade de emoções e apertos, consegui colar grau. Comovido, ouvi do colega orador e do paraninfo frases recheadas de metáforas, condenando as tiranias. Dancei, emocionado, com Ivone, a valsa de formatura no Clube Campestre de Campina Grande.

Era gerente da Aresta, uma indústria de madeira em Campina Grande. Jamais me esquecerei da solidariedade de todos os companheiros de trabalho, que, sabedores da minha condição de perseguido político, fizeram-me uma homenagem: ratearam entre si o custo do anel de formatura, presente que considero o meu maior troféu político, de um valor sentimental incomensurável, levando-se em conta o carinho daqueles trabalhadores e a dureza de vida que levavam.

¹Relação de formandos de 1969 da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara (UEG):

Ana Maria Pedrosa Valpaços, André Romar Fernandes, Antiocho Carneiro de Mendonça, Arthur de Almeida Santos, Avelino Wagner Sobrinho, Aguinaldo Pereira Brandão, Alberto Tavares Ferreira, Aloísio da Costa Val, Altair Birembaum, Álvaro Campos de Souza, Antônio Alberto Alessandro de Barros, Antônio Augusto de Mesquita Neto, Antônio Augusto de Porciúncula, Antônio Cipriano de Souza Lira, Antônio Edmar Magnago, Antônio Ribeiro de Souza, Antônio de Souza Campos, Antônio Teixeira Duarte Barbosa, Armando Augusto Ricardo do Amaral, Aurélio Pimentel de Alencar Neto, Carlos Antônio Mota de Soares Trapa, Carlos Avelar de Macedo, Carlos José da Silva Azevedo, Cláudio do Nascimento Pires Vaz, Cledson Cortes Marinho, Carlos Alberto Massena Barbosa, Carlos Augusto Oliveira Pereira, Carlos Valdir Caçado, Délcio Gomes Vianna, Edgard Pereira Barroso, Edinéia Ferreira de Souza, Eduardo Castelo Branco, Erani Marones de Gusmão, Élio Paulo Penteadado de Araújo, Emilito Luiz da Rosa, Fernando Luiz Bicudo, Fernando Rocha, Fernando Vieira de Carvalho Filho, Francisco Correa Miranda, Francisco Soriano de Souza Nunes, Francisco de Assis Ribeiro Arrais, Francisco Batista Ribeiro, Gilberto Lopes de Paiva, Hécio Reis Abreu, Hugo Amorim de Lima, Helena Bedelman, Hélio Hamaty Escobar, Iran Siqueira Lima, Isac Groisman, Ivan de Castro Esteves, Janssem de Queiroz Ferreira, João Guido Camardella, João Nóbrega, Joaquim Maria da Rocha, Jorge Afonso Quagliani Pereira, Jorge Almeida Moreira, Jorge Lobo Machado, Jorge Prazeres Moreira Lopes, Jorge Yamashita, José Correa de Sa e Benevides, José Luiz Cardoso Ventura Mergulhão, José Gustavo de Souza Costa, José Hamilton Mandarin de Melo, José Roberto Dias Pereira das Neves, José Sebastião Pimentel da Costa, Leon Schiper, Letícia Maria Costa de Mello, Luciano Cardoso de Barros, Luiz Alberto Pereira Alves, Luiz de Almeida e Albuquerque Filho, Luiz Augusto de Oliveira Ferreira, Luiz Eduardo Silva Cerqueira, Manolo Fernandes Ferreira, Márcio Barradas Quitete, Maria Inês Lima Camargo, Mário Franco, Mario Querasian, Maurício de Novaes Sanchez Basserres, Maury Ferreira Martins, Miguel Menezes dos Santos, Marcos Coimbra, Maria Lúcia Dias Pereira das Neves, Marilene Maria de Medeiros, Ney Pereira da Silva, Oraide Terezinha Novaes, Orlando Galvão Filho, Oswaldo Mescolin Junior, Paulo Gloria Bastos Estruc, Paulo Monteiro Reis, Paulo Roberto Andrade de Almeida, Paulo Sérgio Ferreira Alves, Paulo Siqueira Magalhães, Péricles Ferreira Gomes, Paulo Leal Decoster, Regina Célia Moreira Palmeira, Roberto Garcia Salmeron, Ronaldo de Almeida Neves, Ronaldo Máximo Castro, Ronaldo Nogueira de Almeida, Rubina Célia Moreira Palmeira, Sebastião Carlos de Oliveira Andrade, Sérgio Luiz Ornelas Santiago, Valter Guedes dos Santos, Wally Ruth de Medeiros, Walmir Malaquias dos Santos e Wilson Cardoso de Castro.

²Relação de formandos de 1974 de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB): César de Mesquita Mota, Edmilson Laurentino de Araújo, Emília Maria Cavalcanti Pinheiro, Eurivaldo Antonio de Alcântara, Francisco Soriano de Souza Nunes, Geraldo Oliveira, Gilvandro Tavares de Sales, Ivanite Marques de Melo, Ivete Tavares Lucena, José Aristides Filho, Luis Sales Barbosa, Maria de Carvalho Aristides, Maria do Socorro Aleixo, Maria Marleide Vitorino, Maria de Lourdes Macêdo, Margarete Maria Gabino Araújo, Rui Araújo de Azevedo (orador) e Severino Albuquerque de Azevedo.



Novas Vidas

O doutor João Amaral, ginecologista, acompanhou Ivone com redobrada atenção, não apenas porque haviam sido inúmeros os abortos que ela sofrera até então, devido à insegurança e tensão que vivíamos, mas porque aquele médico havia se sensibilizado com nossa delicada situação de perseguidos políticos. Ivone, com o rosto banhado em lágrimas, contou a ele seu drama no dia do meu sequestro.

— Doutor João Amaral, preciso lhe fazer uma confidência. Prenderam Francisco. Foi levado não sei nem para onde. O major Câmara ainda teve a coragem de me dizer que foram os seus companheiros que o capturaram para eliminá-lo. Por isso, ele não veio pagar a prestação de meu tratamento com o senhor.

— Dona Ivone, pode ficar tranquila, não chore! Sou médico por vocação. Fiz um juramento. Vou guardar segredo disso e vou tratá-la independentemente de a senhora poder ou não me pagar. Agora, corra atrás de localizar e salvar seu marido. Peça por ele ao prefeito, ao bispo, ao delegado, aos políticos que você conhece, porque estão prendendo e sumindo com muita gente. Não diga que me contou nem que eu lhe aconselhei nada — despediu-se, emocionado.

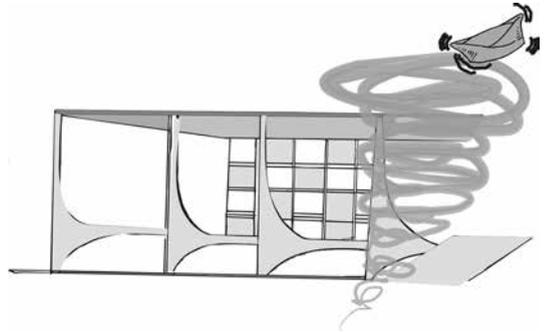
Estava ao lado de Ivone quando o nosso primeiro filho nasceu, em 24 de novembro de 1974. O parto? Natural. A criança? Ostentando saúde.

Geraldo é biólogo, trabalha na sede de Furnas, no Rio de Janeiro, e é casado com Renata. Deram-nos o primeiro neto, Tiago, nascido em 24 de junho de 2000.

A 2 de setembro de 1976, também em Campina Grande, Ivone deu à luz Ruth, hoje economista [puxou ao pai], casada com Ricardo e mãe de Danilo e Selenia, que vieram ao mundo em 29 de junho de 2005 e 22 de setembro de 2008.

Já em João Pessoa nasceram Sarah, em 18 de abril de 1979, e Túlio, em 16 de maio de 1981.

Já houve quem dissesse: o amor é eterno, porque ele, através das gerações, anula a morte.



Furacão no Planalto

Na primeira metade da década de 1970, todas as organizações de esquerda que defendiam a luta armada, como forma de enfrentar a ditadura, desprovidas de qualquer apoio logístico, haviam sido dizimadas.

Os heroicos vietcongues contavam com a trilha Ho Chi Min, de onde provinham os suprimentos da China continental e da então URSS. E os guerrilheiros brasileiros?

Guevara afirmava que, para o sucesso da guerrilha, baseado na sua teoria do foco¹, era necessário que o país estivesse mergulhado em plena ditadura e enfrentando grave crise econômica.

O Brasil, em 1968, já alcançava uma taxa de crescimento de 9,8% ao ano, que foi se acelerando até atingir 14% em 1973, a maior da nossa história.

Todavia, o primeiro choque do petróleo, ao final de 1973, começou a afetar profundamente a economia brasileira. Em uma série de constantes aumentos, entre outubro e dezembro de 1973, os países exportadores de petróleo elevaram o preço do barril de US\$ 3,01 para US\$ 11,56.

A partir de 1974, verifica-se a desaceleração do crescimento, a inflação atinge dois dígitos ao ano e foram registradas preocupantes taxas de desemprego. As dificuldades econômicas começavam a sacudir o Regime Ditatorial.

O general Ernesto Geisel recebeu o comando supremo da nação, em 15 de março de 1974, do mais frio e perverso dos tiranos, o general Emílio Garrastazu Médici, que havia assumido o país em 25 de outubro de 1969, no auge da luta armada, promovendo o total fechamento político e um banho de sangue. Em seu discurso de posse, Geisel prometeu uma abertura política a partir de uma distensão lenta, gradual e segura.

Os acontecimentos políticos passaram a fluir tão rapidamente contra a ditadura, que esta não mais conseguiu sair da defensiva. Com o fim das ações armadas, impopularizada e com a economia em crise, como justificar a vigência dos atos de exceção?

No exterior, o governo passou a enfrentar um questionamento cada vez mais contundente por parte dos exilados em articulação com a Anistia Internacional. Em março de 74, criaram em Roma o tribunal Bertrand Russel, para julgar os crimes das ditaduras brasileira e chilena.

A 15 de agosto de 1974, Geisel encaminhou o restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a China comunista. Pequim impôs duas condições: primeira, um pedido oficial de desculpas do governo brasileiro pelo sequestro e tortura impostos a seus embaixadores em abril de 1964, quando se encontravam em missão diplomática no Brasil; e segunda, a aceitação temporária de que aqueles mesmos diplomatas seriam os primeiros embaixadores, que, embora já idosos, receberiam com isso um desagravo moral. Os chineses davam assim um claro exemplo da “paciência revolucionária” de que falava Mao Tsé-Tung.

Nas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1974, os candidatos do MDB, tendo a anistia como a principal bandeira, conseguiram uma expressiva vitória nas eleições parlamentares, atingindo 72,75% dos votos válidos. Foram eleitos 335 deputados estaduais, 160 deputados federais e 16 senadores em 22 estados.²

Desesperada, a ditadura tentava reverter a situação, instituindo a figura do senador biônico para um terço do Senado, e partia para o terrorismo escancarado.

Therezinha Zerbini, à frente de valorosas mulheres, em 15 de março

de 1975, criou em São Paulo, com o apoio da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e da Ordem dos Advogados de São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Concomitantemente, crescia no exterior o número de comitês pela anistia aos presos políticos no Brasil (CBA).

Três meses depois, no Rio de Janeiro, Branca Moreira Alves, Iracema Teixeira, Cleonice Nicoll, Ruth Torres, Judith Cunha Melo, Heloisa Lins, Edila Mangabeira Unger, Eni Moreira, Iramaya Benjamin, Anete Lima de Arruda e outras, tendo a Regina Sodré von der Weid como coordenadora, criaram o MFPA do Rio de Janeiro.

Um fato político de enorme repercussão daria mais um xeque no governo: a morte, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog, diretor da TV Cultura, no DOI-CODI de São Paulo, a 25 de outubro de 1975. Seus colegas se mobilizaram e reuniram 100⁴ assinaturas em um documento que contestava a versão oficial de suicídio de *Vlado*. Seis dias depois, um culto ecum nico na Catedral da S  se transformou em um vigoroso ato público de protesto contra a prisão, tortura e assassinato de Vladimir Herzog.

Outro baque que o regime de exce o sofreu foi com a elei o de Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos, em novembro de 1976, que assumiu a bandeira de defesa dos direitos humanos, debilitando as ditaduras latino-americanas.

Ao final da década de 70, ressurgiu o movimento operário, com acelerado processo de organiza o e greves por s lrio, emprego e autonomia sindical.

¹Vide glossário.

²Orestes Qu rcia (SP), Paulo Brossard (RS), Marcos Freire (PE), Francisco Leite Chaves (PR), Agenor Maia (RN), Itamar Franco (MG), Danton Jobim (GB), Evilásio Vieira (SC), Saturnino Braga (RJ), Mauro Benevides (CE), Dirceu Cardoso (ES), Lázaro Barbosa (GO), Gilvan Rocha (SE), Ruy Carneiro (PB), Evandro Carreira (AM) e Adalberto Sena (AC).



No Ponto Extremo

Eu havia resolvido dois problemas fundamentais no ano de 1974: apesar de sequestrado e torturado durante 15 dias, havia recuperado a vida legal, deixava de ser um *procurado* e concluí o curso de Economia.

Todavia, ter sido levado pela repressão política em Campina Grande tornou-se constrangedor para Ivone com seus familiares e para mim. Todos sabiam que vivia em liberdade condicional e respondendo por suposta prática de crime político previsto na draconiana Lei de Segurança Nacional.

Depois de preso por 115 dias em 1969, estava sob o regime de liberdade condicional. Com a queda de alguns companheiros, caí na clandestinidade. Fui, então, processado à revelia por várias auditorias militares, acusado de pertencer às seguintes organizações: ALN, COLINA, ME (Movimento Estudantil), MR-8, PCBR, Sindipetro-RJ (Ala Antigoverno) e VAR-Palmares.

Durante oito anos, respondi ao processo do PCBR de número 73/66 pela Primeira Auditoria da Marinha até ser absolvido em 30 de outubro de 1978. Ao mesmo tempo, respondia ao processo 26/70 da Terceira Auditoria do Exército e aos inquéritos 15/71 e 125/71 do DOPS/GB. Em todas as audiências, meu nome era divulgado pelos órgãos de imprensa. É impossível se imaginar o desgaste moral, social e profissional que tal situação causava aos perseguidos políticos.

Procurando emprego em João Pessoa, consegui ser escolhido para trabalhar na Avon, que estava se instalando no município de Santa Rita, colado na capital do estado, onde fixei residência por cinco anos, como que caído em um paraíso. Curtíamos principalmente as praias de Manaíra, Cabo Branco, Tambaú e Bessa, com suas águas verdes, mornas e mansas.

Fundada em 1585, às margens do rio Sanhauá, é sobre João Pessoa, em todo continente americano, que o sol espalha seus primeiros raios – na Ponta do Seixas. Com clima tropical e temperatura média de 27°C, ventilada pelos contra-alíseos, é, também, a terceira cidade mais antiga do Brasil. Até receber o nome atual, em homenagem ao presidente (governador) João Pessoa (Cavalcanti de Albuquerque) do Estado da Paraíba, assassinado em 26 de julho de 1930, essa cidade foi antes chamada de Filipeia, Nossa Senhora das Neves, Frederica e Parahyba.

A Organização das Nações Unidas reconhece João Pessoa como a segunda cidade mais verde do mundo, ficando Paris em primeiro lugar.

(Dados colhidos na web, Secretaria de Turismo da prefeitura de João Pessoa.)

Ali, gozava do convívio dos bons irmãos da Loja Maçônica Regeneração do Norte nº 10, dentre eles, o também enxadrista, Crisóstomo Magalhães. Concretamente, somente a alguns deles confidenciei o sufoco que passava.

Integrei-me rapidamente à comunidade de xadrez de João Pessoa. Dispu-tei todos os campeonatos da cidade¹ e do estado, ajudando, como secretário, a Federação Paraibana de Xadrez, presidida pelo companheiro Abdias Sá, também demitido, por razões políticas, da Petrobrás. Tornei-me amigo de Fernando Melo, brilhante enxadrista, escritor e jornalista, que, há mais de 40 anos, é titular de uma coluna de xadrez no jornal *A União*, o mais antigo periódico brasileiro. Fernando cedia sua residência para a realização de eventos enxadrísticos, com o apoio da dona Ana, sua hospitaleira esposa.²

A 13 de setembro de 1977, tive o privilégio de receber, em nossa casa, Paul Benko, Grande Mestre Internacional (GMI), que chegou a ser o quarto

mais forte jogador do mundo, e sua companheira, Ruth Volgl Cardoso (então campeã brasileira feminina). Montei dois tabuleiros e jogamos partidas rápidas. Ali, reunimos uma dezena de enxadristas.

Faço questão de sempre rever nosso destemido e lendário nordeste, matar saudade de um tempo em que passamos por fortes provações, momentos de desespero e esperanças, mas sobretudo de aprendizado com aquele povo “de uma raça que não tem medo de fumaça ai, ai e não se entrega não...”, como cantou Ary Barroso.

O pessoense é hospitaleiro, generoso e alegre. A ele, tanto quanto ao povo campinense, devoto uma imorredoura e infinita gratidão.

¹ Campeonato Pessoense Individual de Xadrez de 1978.

João Pessoa, 8 de janeiro de 1978

Francisco Soriano x Gildemar Macedo

Defesa Caro-Kann, Variante Panov.

1. e4 e6 2. d4 d5 3. ed5 cd5 4. c4 Cf6 5. Cc3 Bf5 6. Cf3 h6 7. Bd3 Bd3 8. Dd3 e6

9. O-O Be7 10. cd5 Cd5 11. Db5+ D7d 12. Dd7 Cd7 13. Cd5 ed5 14. Te1 f6 15. Bf4 Rf7 16. Te3 g5 17. Bg3 f5 18. Ce5+ Ce5 19. Be5 The8 20. Th3 Rg6 21. Tb3 b6 22. Tb5 Tc2 23. Td5 Tac8 24. g4 fg4 25. Td7 Bf8 26. Ta7 Tb2 27. d5 Te2 28. Bd4 b5 29. Be3 Be5 30. Ta6+ Rh5 31. Tc1 Be3 32. Tc8 Tf2 Empate.

²Outros amigos enxadristas de João Pessoa com quem mais convivi: Alfran Roberto Rodrigues, Arnaldo Carneiro Leão, Evandro Fachine, Expedito Medeiros, os irmãos gêmeos Ferdinando e Fernando Paraguai, Fernando Marinho, Francisco Nogueira, Francisco Cavalcanti, Frank Lins, Gildemar Macedo, Jeová Mesquita, José Tavares, Mário Márcio Batista, Nisbel, Paulo Luna, Petrov Baltar, Roberto Burity, Roberto Lessa, Salustiano Alves, Sebastião Tomaz.



Mate em Três¹

Paralelamente, a situação se deteriorava cada vez mais para o tirano. Em 17 de janeiro de 1976, ocorreu o assassinato do operário Manuel Fiel Filho no interior do DOI-CODI de São Paulo, vinculado ao II Exército, que levou Geisel a demitir o seu comandante, o general Ednardo D'ávila de Mello.

A linha dura esperneava e partia para a ignorância, promovendo uma série de violentos atentados a partir do segundo semestre de 1976, no Rio de Janeiro. A organização terrorista de ultradireita autointitulada Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) fez explodir, em 19 de agosto de 1976, uma bomba na sede da ABI e, em 4 de setembro do mesmo ano, outra bomba no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Em setembro de 1976, sequestraram, espancaram e ameaçaram de morte o bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito e, em 6 de dezembro de 1976, lançaram uma bomba contra a Editora Civilização Brasileira.

A 16 de dezembro de 1976, ocorreu a Chacina da Lapa, com o assassinato de três dirigentes do PCdoB: Ângelo Arroyo, Pedro Pomar (ex-deputado federal) e João Baptista Pomar, na rua Pio XI, bairro da Lapa - São Paulo.²

As dificuldades econômicas se agravavam. O governo federal, em face do aumento explosivo do preço internacional do petróleo, anunciou, em 2 de fevereiro de 1977, o racionamento do uso de combustível, que incluía o fechamento de postos de gasolina aos domingos, feriados e períodos noturnos,

medida que também concorreu para aumentar sua impopularidade.

Em primeiro de abril de 1977, Geisel baixou o Ato complementar 102, fechando o Congresso Nacional, reaberto 14 dias depois.

Nesse período, ele decretou que: o mandato do próximo presidente passasse a ter a duração de seis anos; a eleição dos governadores seria sempre indireta; um terço dos representantes seria eleito por via indireta [biônicos] pelo colégio que elegeria os governadores; passaria a ser possível a criação, o aumento e a cobrança imediata de impostos, a qualquer época, mediante lei complementar.

As eleições de 15 de novembro de 1978 voltaram a derrotar fragorosamente a ditadura. O MDB obteve 17,4 milhões de votos e a Arena 13,1 milhões para o Senado.

Os metalúrgicos do ABCD entraram em greve, logo declarada ilegal, no dia 13 de março de 1979, reivindicando 78% de aumento. O sindicato sofreu intervenção e 200 trabalhadores foram presos, inclusive toda a diretoria, tendo à frente Luiz Inácio Lula da Silva.

A 15 de março de 1979, Geisel deixou o governo com uma dívida externa de US\$ 52,8 bilhões e a inflação anual atingia 34,5%, o que acentuava a corrosão dos salários.

João Baptista Figueiredo, o último general do período de exceção, que sucedeu Geisel, ficou famoso também pelas suas tiradas: “É para abrir mesmo. E quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento” e “Se eu ganhasse o salário mínimo brasileiro, daria um tiro no coco”.

Seis meses depois, em Salvador (BA), realizou-se o congresso da UNE com dez mil participantes e ninguém foi preso.

Com o segundo choque do petróleo, em 1979, vieram o forte endividamento externo, o desemprego elevado e o descontrole inflacionário. Conforme escreveu Elio Gaspari, a ditadura encontrava-se encurralada. Finalmente, em 28 de agosto de 1979, é sancionada a Lei 6.683, que concedia anistia [parcial] aos perseguidos do regime. Os presos políticos foram finalmente libertados; os exilados e banidos puderam retornar.³ Ainda, marinheiros, praças, oficiais, funcionários, operários, artistas e

estudantes continuaram alijados da anistia.

Mais uma vez, a extrema-direita, interligada com a linha dura, entre 1979 e 1980, esperneava e promovia outra série de atentados, lançando bombas em redações de jornais e promovendo outros atos de vandalismo.

No mês de abril de 1980, estourou nova greve dos operários do ABC. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio Lula da Silva, foi preso, junto com 13 líderes sindicais, no dia 19 de abril de 1980. A greve durou 19 dias.⁴

Duas bombas de alto teor enviadas à sede da OAB provocaram a morte da funcionária Lyda Monteiro da Silva e ferimentos em mais seis pessoas, no dia 27 de agosto de 1980.

O atentado de maior repercussão ocorreu no Centro de Convenções do Riocentro, na noite de 30 de abril de 1981, no Rio de Janeiro, quando uma bomba explodiu acidentalmente no colo do sargento do Exército Guilherme Pereira Rosário, matando-o e deixando gravemente ferido o capitão Wilson Luís Chaves Machado.

Em 1982, a ditadura sofreu outra derrota, quando o PMDB ganhou as eleições, conquistando 58% do total de votos partidários e elegeu nove governadores de estados que detinham a maior participação no PIB nacional.

Um ano depois, a inflação alcançava um patamar de 200% ao ano e a dívida externa passava de 90 bilhões de dólares (era de três bilhões no dia do golpe). Apenas 4% da população economicamente ativa (PEA) ganhava acima de dez salários mínimos em 1979 e a miséria se alastrava.

A tirania já não dispunha de poder político para implementar coisa nenhuma. Seu colapso se tornou nítido quando, no Congresso Nacional, os deputados governistas revolveram abandonar o barco furado dos golpistas.

Finalmente, a ditadura levou xeque-mate em mais dois lances: primeiro, o movimento suprapartidário das Diretas Já, com o apoio do PT, PCB, PCdoB, PMDB e, posteriormente, do PDT, com sindicatos, associações, jornais. O ponto alto foram os comícios de São Paulo e do Rio de Janeiro com a participação de mais de um milhão de pessoas. Nas camisetas dos manifestantes: *Eu Quero Votar pra Presidente!*⁵

Infelizmente, perdemos na votação no CN em 25 de abril de 1984: 298 votos a favor, 65 contra, 113 ausentes e 3 abstenções. Faltaram apenas 22 votos para que a Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas, fosse aprovada. Mas a tirania estava mais do que nunca paralisada e execrada.

Lance dois: depois de romper com o governo, Aureliano, vice-presidente do general Figueiredo, aliou-se com Tancredo Neves e José Sarney, que derrotaram Paulo Maluf, candidato da situação, a 15 de janeiro de 1985. Maluf obteve 180 votos e Tancredo Neves 480 de um total de 686. Havíamos vencido a grande partida. Era o xeque-mate. Os anos de chumbo haviam terminado.

Mas a ditadura não estava sepultada! Do entulho autoritário, restavam 42.887 atos legislativos que até hoje estamos varrendo.

¹Mate em três lances - Autoria: Wilson Maria dos Santos, composto em 1982

Branças (7 peças) D1R - P2R - C3CD - P3TR - R5CD - C5R - B6BR

Pretas (6 peças) P3BD - R3R - P4R - B6R - B6TR - P7D

Diagrama e solução no caderno de Fotos e Documentos.

²Manoel Jover Teles, candidato a vereador em 1996, pelo PPB, teria sido o verdadeiro colaborador da repressão para o estouro do aparelho onde se realizava uma reunião do comitê central do PCdoB, conforme depoimento do ex-sargento do Exército, Marival Chaves, que servia no DOI-CODI/SP na época dos acontecimentos. (Miranda, Nilmário e Tibúrcio, Carlos, p. 208 e 209, Dos filhos deste solo).

³O BÊBADO E O EQUILIBRISTA

(Compositores: João Bosco e Aldir Blanc)

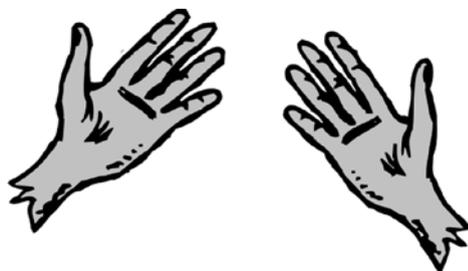
Caía / A tarde feito um viaduto / E um bêbado trajando luto / Me lembrou Carlitos // A lua/tal qual a dona do bordel / Pedia a cada estrela fria / Um brilho de aluguel // E nuvens/ Lá no mata-borrão do céu/ Chupavam manchas torturadas / Que sufoco // Louco/ Um bêbado com chapéu coco / Fazia irreverências mil / Pra noite do Brasil / Meu Brasil. // Que sonha / Com a volta do irmão do Henfil / Com tanta gente que partiu / Num rabo de foguete // Chora / A nossa pátria mãe gentil / Choram marias e clarices / No solo do brasil // Mas sei / Que uma dor assim pungente / Não há de ser inutilmente / A esperança...//... Dança / Na corda bamba de sombrinha / E em cada passo desta linha / Pode se machucar. / Azar / A esperança equilibrista/ sabe que o show de todo artista / Tem que continuar.

⁴Depoimento de Luiz Gushiken, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo (1984-1986) para a Fundação Perseu Abramo: (...) Em abril de 1980, Lula e seus companheiros de diretoria sindical são presos, provocando na sociedade uma indignação pouco vista em nossa história. Campanhas de solidariedade a Lula e à sua categoria são organizadas em profusão, sendo, obviamente, vistas com maus olhos pela ditadura. Nós, bancários, pensamos em realizar algo que minimizasse a tensão do ambiente e permitisse uma atividade pública de coleta de recursos em solidariedade à greve dos metalúrgicos. Organizamos então uma atividade inédita: no horário de almoço, na praça Antonio Prado (centro bancário de SP), o campeão paulista de xadrez da época, Herbert Carvalho, e o vice-campeão brasileiro, Cícero Braga, fariam disputas simultâneas com bancários em dezenas de tableiros de xadrez dispostos na praça. Enquanto os bancários se divertiam com os campeões, com megafone na mão explicávamos a razão daquele evento, ao mesmo tempo em que

recolhíamos dinheiro para auxiliar os metalúrgicos grevistas. Parece que a ditadura não apreciava muito o entretenimento político, muito menos jogo de xadrez, pois rapidamente aquele evento se transformou em prisão de dirigentes sindicais e do ilustre campeão paulista daquele esporte. Durante uma semana, pudemos conhecer o lúgubre DEOPS, lugar onde companheiros, em passado não muito distante, haviam sofrido as mais amargas torturas físicas e psicológicas na luta por um Brasil mais justo. No dia primeiro de maio, logo pela manhã, dirigimo-nos à janela da prisão e gritamos bem alto: “Viva o 1º de Maio”. De outras celas, a resposta veio rápida, fazendo ecoar pelas paredes o mesmo brado, aquele que é o símbolo maior dos trabalhadores. Sabíamos que estávamos em uníssono com milhões de pessoas que, nas ruas e nas praças, também faziam ressoar seu brado de luta. Evidentemente o DEOPS já não era mais o mesmo.

⁵VAI PASSAR

(Compositores: Francis Hime e Chico Buarque de Holanda) Vai passar / Nessa avenida um samba popular / Cada paralelepípedo / Da velha cidade / Essa noite vai / Se arrepiar / Ao lembrar / Que aqui passaram sambas imortais / Que aqui sangraram pelos nossos pés / Que aqui sambaram nossos ancestrais /// Num tempo / Página infeliz da nossa história / Passagem desbotada na memória / Das nossas novas gerações / Dormia / A nossa pátria mãe tão distraída / Sem perceber que era subtraída / Em tenebrosas transações / Seus filhos / Erravam cegos pelo continente / Levavam pedras feito penitentes / Erguendo estranhas catedrais / E um dia, afinal / Tinham direito a uma alegria fugaz / Uma ofegante epidemia / Que se chamava carnaval / O carnaval, o carnaval /// (Vai passar) / Palmas pra ala dos barões famintos / O bloco dos napoleões retintos / E os pigmeus do bulevar / Meu Deus, vem olhar / Vem ver de perto uma cidade a cantar / A evolução da liberdade / Até o dia clarear /// Ai, que vida boa, olerê / Ai, que vida boa, olará / O estandarte do sanatório geral vai passar / Ai, que vida boa, olerê / Ai, que vida boa, olará / O estandarte do sanatório geral /// Vai passar.



Tempo de Semear

Seis anos depois da promulgação da Lei 6.683/1979, de anistia política, fui readmitido finalmente na Petrobrás e lotado no mesmo Serviço de Planejamento Econômico – SERPLAN, o mesmo lugar onde trabalhava em 1968.

Um ano depois, retornei ao xadrez e tive a alegria de me reintegrar no convívio com os enxadristas da Petrobrás. Faturei o Torneio Memorial Raphael Thomaz Nunes, patrocinado pelo Clube dos Empregados da Petrobrás – CEPE.¹ Frequentava o Clube de Xadrez Guanabara e, em 1986, disputei o Campeonato Estadual e Individual do Rio de Janeiro.²

Levamos os petroleiros para o xadrez no auditório do Sindipetro-RJ em 21 de novembro de 2002. O mestre Márcio Miranda promoveu uma simultânea com a participação de 15 enxadristas desafiantes. Tive o orgulho e o prazer de ser o primeiro jogador a aceitar o empate proposto pelo ex-campeão brasileiro.³

Por haver permanecido por muito tempo na clandestinidade, confesso que, politicamente, sentia-me bloqueado para atuar de peito aberto, mesmo dentro da legalidade. “Ainda havia o risco de uma recaída ditatorial” — pensava.

De imensa significação para os torturados foi o trabalho que o Grupo Tortura Nunca Mais –GTNM-RJ⁴ vinha e continua promovendo. Lá fiz novas

amizades e reencontrei antigos companheiros. Emoção bem retratada no filme *Que Bom Te Ver Viva*.⁵ Muitos deles somente agora se apresentando com seu verdadeiro nome e podendo falar livremente de seu passado de lutas. Juntos temos tentado recompor as peças de um comovente quebra-cabeça. O que teria ocorrido com outros camaradas de lutas assassinados ou tidos como desaparecidos pela ditadura?

Resgatar a memória dos nossos mártires e heróis tem sido uma tarefa realizada com amor pelos desassombrados dirigentes e apoiadores do GTNM-RJ. Citaria entre eles Ana Miranda, Cecília Coimbra, Délson Plácido, Elizabeth Silveira e Silva, Fábio Meneghetti, Flora Abreu, Flora Maranhão, Gilberto Molina, Ivanilda Veloso, João e Cléa Moraes, Luiz Basílio, Maria Augusta Carneiro, Mirta Ramirez, Maria Dolores Gonzalez, Sebastião Silveira, Sueli Roriz, Tânia Roque, Togo Meirelles, Victória Lavínia Grabóis Olímpio, Sebastião Brás.

No GTNM-RJ encontrei a psicanálise. O Projeto Clínico de acompanhamento psicoterapêutico, bancado pela ONU, atendia em grupo os companheiros, vítimas de torturas físicas e psicológicas durante os anos de chumbo, e seus familiares. Dentre os psicanalistas que tive o prazer de conhecer destaco a doutora Maria Beatriz Sá Leitão e o doutor Jorge Márcio Pereira de Andrade.

Citaria também a psicanalista Célia Moraes Pabst, com quem estabeleci uma tal aliança terapêutica que nos fez amigos. Fiquei convicto da enorme importância da psicologia, principalmente, aos militantes que propõem, efetivamente, o aperfeiçoamento da humanidade, atuando socialmente.

Posteriormente, tive o privilégio de frequentar e atuar politicamente sob a direção do Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECON), do qual me tornei um dos diretores, onde temos travado uma luta sem tréguas contra o neoliberalismo, as privatizações das estatais estratégicas, a lei das patentes, a entrega do patrimônio público.

Éramos dirigidos pelo imortal Barbosa Lima Sobrinho. Ensinou-me a conjugar nacionalismo com democracia e justiça social. Mostrou-me também que todos os brasileiros, civis e militares, precisam se unir, estudar muito e

lutar pela soberania nacional, hoje, mais do que nunca, ameaçada.

Ali, tenho convivido com gente especial e aguerrida. Destaco o nome de Maria Augusta Tibiriçá (heroína da campanha *O Petróleo é Nosso*) e de companheiros de extraordinária atuação: Cátia Valadares, Edson Teixeira de Queiroz, Fernando Siqueira, Henrique Miranda, Irene Villasboas, Isnard Francisco Barrocas, Jair Pereira de Amorim, Kardec Leme, Nogui da Matta Bacelar Mendes, Olga Amélia, Osny Duarte Pereira, Pedro Castilho, Regina von der Weid, Ricardo Maranhão, Ruy Moreira Lima (herói da Segunda Guerra Mundial), Raul, Toné Coelho dos Reis, Nilor de Souza Mendes, Zuleide Farias de Mello.

Queria recuperar o tempo que julgava perdido por ter sido impedido de atuar. Mergulhei de corpo e alma na militância, participei de todos os atos sindicais: reuniões, atos públicos, assembleias, greves.

A soberania deve ser, mais do que nunca agora, priorizada, na medida em que o neoliberalismo e a globalização querem nos ditar um conceito inaceitável: o de soberania limitada ou relativa.

“Meia soberania”, por si só, é uma contradição de termos. Preparam nosso inconsciente para que aceitemos a Amazônia como um “patrimônio da humanidade”, cuja gestão de recursos estratégicos deveria ser compartilhada com o resto do mundo. Ou que sejamos uma Venezuela do passado, que, apesar de riquíssima em petróleo, teve este recurso, durante décadas e décadas, colocado a serviço das nações hegemônicas ou G-7, sem que houvesse redução da sua dívida externa ou aumento na qualidade de vida dos venezuelanos. Quanto à igualdade social, como ficar indiferente e não lutar contra a talvez pior distribuição de renda, terra e riqueza do mundo, neste país tão rico chamado Brasil? Fico com Che Guevara: *Se és capaz de te indignar frente a uma injustiça, és meu companheiro.*

Já o aperfeiçoamento democrático desfralda centenas de questões antes ocultas e que, hoje, vêm à tona e exigem de nós pronta participação. Citaria a democratização dos meios de comunicação, o direito ao trabalho, a questão dos oprimidos, como as mulheres, os negros, os índios.

Entretanto, soberania nacional, igualdade social e aperfeiçoamento

democrático só fazem sentido se forem conciliados. Nacionalistas? Sim, porém, sem esquecer de lutar ao lado dos povos explorados e oprimidos, contra a corrupção, a demagogia, o capitalismo e o fascismo.

A minha família incondicionalmente me apoia nesta luta ao lado de entidades populares e sociais.

Inúmeros companheiros, de fora e dentro das prisões que habitei, foram mortos na tortura e dados como desaparecidos. É fundamental lutarmos pela preservação de suas memórias. Muitos deles são hoje nomes de logradouros públicos. Não há um só dia em que não me recorde deles, buscando reverenciá-los através da luta pelas liberdades e pelo avanço social da nossa pátria.

Escrevendo, busco resgatar a história desses bravos companheiros, verdadeira saga que foi a retomada de uma acanhada democracia em nosso país. Faço questão de brindar, com a certeza de que sempre vale cultivar um ideal e por ele lutar.

Montamos a galeria de heróis, movidos pela energia que eles continuam a irradiar.

Permita-me, caro leitor, que lhe apresente essa gente especial, com quem tive o privilégio de conviver. Existem outros que conheci na clandestinidade, cujos dados legais, infelizmente, não consegui levantar. Estes estão simbolizados na figura do MILITANTE DESCONHECIDO. Brindemos com eles novamente o sonho da liberdade, de uma economia e sociedade mais justa e solidária! Revivamos a emoção de sentir o aroma da imortalidade, flutuando no infinito de paixões valentes e imbatíveis.

¹*Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1986, Caderno B, p.3, Coluna “XADREZ”, Iluska Simonsen: “O Clube dos Empregados da Petrobrás promoveu no mês de maio o Torneio Interno da Petrobrás Memorial Raphael Thomaz Nuñez, com a inscrição de 22 jogadores e arbitragem de Luiz Carlos Rodrigues. Após a disputa das 7 rodadas (sistema suíço) sagrou-se campeão, com 6,0 pontos, Francisco Soriano de Souza Nunes (SERPLAN). As principais colocações ficaram com 2º) Luiz Antonio Siqueira (DECOM); 3º) Fernando Rui C. Paes (PETROQUISA); 4º) Calixto B. Fraile (SERTEL); 5º) Helvécio B. Pinho; 6º) Waldiney de S. Resende (SEGEN); 7º) Márcio de V. Calábria (SEPROD); 8º) Sauler J. Barcelos (PETROMISA); 9º) João César M. do Espírito Santo (REDUC); e 10º) José Augusto de Miranda (SEGEN)”. Torneio A Dama de Vermelho, Petrobrás/Segen.

Branças, Francisco Soriano; pretas, Siqueira (1x0), em 28/09/1988. Defesa Siciliana

1. e4 e5 2. Cf3 d6 3. d4 cd4 4. Cd4 Cf6 5. Cc3 a6 6. h3 b5 7. a3 Bb7 8. Dd3 Cbd7 9. Cb3 Ce5 10. Qe3 Tc8

11. g4 Ce4 12. Df3 e6 13. Bg2 Be7 14. O-O O-O 15. Cd4 Dc7 16. Dg3 Tfd8 17. b3 Ca3 18. Bb2 Cc2 19. Ce2 Ce4 20. Be4 Be4 21. Ce3 Bb7 22. Tf1c1 Db6 23. Ce2 d5 24. g5 Dd6 25. Be5 Db4 26. Cg4 Rf8 27. Bc3 De4 28. De3 De3 29. fe3 Bg5 30. Rf2 h5 31. Ce5 Bf6 32. Bd4 Bh4+ 33. Rf3 f6 34. Cg6+ Rf7 35. Ch4 e5 36. Bb6 Td6 37. Te8 Bc8 38. Te1 Bh3 39. Te7+ Re6 40. Bc5 Td7 41. Tc6+ Rf7 42. Ta6 Bg4+ 43. Rf2 g5 44. Cf3 Rg6 45. Ce5+ Abandonam.

²Campeonato Estadual e Individual Carioca de 1986.

³Rodada, 22 de maio de 1986.

Francisco Soriano x Zelmo Rodrigues de Lima. (1x0)

Defesa Siciliana, Variante Najdorf (Variante Adams)

1. e4 e5, 2. Cf3 d6 3. d4 cd4 4. cd4 Cf6 5. Ce3 a6 6. h3 e5 7. Cb3 b5 8. a3 Bb7 9. Dd3 Cbd7 10. Bg5 Ce5 11. Cc5 dc5 12. Cd5 Bd5 13. Bf6 Df6 14. ed5 e4 15. De4 Bc5 16. f3 0x0 17 h4 Db6 18. g4 Bf2+ 19. Re2 c3 20. b3 Tad8 21. Rd1 Td5+ 22. Bd3 Tfd8 23. Re2 Td4 24. Dh7+ Rf8 25. Tad1 Tg4 26. fg4 De3+ 27. Rf1 Df3 28. Dh8+ Re7 29. Dd8+Abandonam.

³Simultânea contra 15 enxadristas em 21/11/2002, no Sindipetro-RJ.

Márcio Miranda x Francisco Soriano (0,5 x 0,5)

1. d4 d5 2. c4 dc4 3. Cf3 a6 4. e3 b5 5. a4 Bb7 6. ab5 ab5 7. Ta8 Ba8 8. b3 e6 9. bc4 bc4 10. Be4 Cf6 11. O-O Bd6 12. Bb5+ Cbd7 13. Cbd2 O-O 14. Cc4 Db8 15. Ba4 Cb6 16. Cb6 cb6 17. Empate acordado.

⁴Junto ao GTNM do Rio de Janeiro, estive presente na solenidade de inauguração dos logradouros públicos batizados com os nomes dos companheiros Aldo de Sá Brito de Souza Neto, Antônio Sérgio de Mattos, Arnaldo Cardoso Rocha, Áurea Eliza Pereira Valadão, Carlos Marighella, Fernando Augusto Valente da Fonseca, Hélio Pereira Fortes, Joaquim Pires Cerveira, José Milton Barbosa, José Toledo de Oliveira, Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues e Marcos Nonato da Fonseca.

⁵*Que Bom Te Ver Viva*: filme dirigido por Lúcia Murat, que aborda a tortura durante o período de ditadura no Brasil, mostrando como suas vítimas sobreviveram e como encaram aqueles anos de violência duas décadas depois. *Que Bom Te Ver Viva* mistura os delírios e fantasias de uma personagem anônima, interpretada pela atriz Irene Ravache, alinhavados pelos depoimentos de oito ex-presas políticas brasileiras que viveram situações de tortura.

Apêndice I

Galeria de Heróis

Alcedo de Moraes Coutinho

Aldo de Sá Brito de Souza Neto

Antônio Sérgio de Mattos

Arnaldo Cardoso Rocha

Áurea Eliza Pereira Valadão

Carlos Marighella

Fernando Augusto Valente da Fonseca

Hélcio Pereira Fortes

Joaquim Pires Cerveira

José Milton Barbosa

José Toledo de Oliveira

Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues

Luiz Carlos Prestes

Marcos Nonato da Fonseca

Paulo César Botelho Massa

Os dados referentes aos personagens desta galeria foram pesquisados junto ao GTNM/RJ - Grupo Tortura Nunca Mais, e atualizados pela publicação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, *Direito à Memória e à Verdade*, 2007.

Alcedo de Moraes Coutinho



Nascido a 21 de março de 1906, em Nazaré da Mata, Pernambuco, o doutor Alcedo Coutinho foi um dos deputados eleitos pela legenda do Partido Comunista Brasileiro (PCB-PE) para a Constituinte de 1946, tendo assumido seu mandato em 5 de fevereiro daquele ano.

Filho de Alfredo de Moraes Coutinho e Joanna Lins de Moraes Coutinho, concluiu seu curso pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a 23 de março de 1929. Doutor Alcedo iniciou sua carreira, no Recife, em 1934, como primeiro-assistente do Hospital Pedro II e da Faculdade de Medicina, no cargo de cirurgião do Pronto-Socorro.

Sete eram os irmãos Moraes Coutinho, dentre os quais Alfredo, médico psiquiatra, Rodolfo, Clóvis e Nelson. Os cinco vieram para o Rio de Janeiro também para se livrarem da perseguição da polícia política de Pernambuco que os opositores da ditadura passaram a sofrer após o fracassado Levante Comunista de 1935, do qual tomaram parte.

Alcedo participou do movimento tenentista e da Revolução de 30, integrando as forças rebeldes pelo Estado da Bahia. Filiou-se ao PCB e tomou parte do Levante Comunista de 1935. Preso, permaneceu no presídio, em Recife, até 1937, quando foi libertado por força de *habeas corpus*.

Mesmo no curto e tempestuoso mandato, Alcedo teve uma notável atuação parlamentar. Fez 36 pronunciamentos e apresentou projetos de lei no Congresso Nacional abordando, sob uma visão marxista, relevantes problemas nacionais e internacionais, tais como, o direito de voto para os analfabetos, soldados e marinheiros; a reforma agrária; a questão alimentar; a saúde pública (parasitoses e endemias, febre amarela, surto do tifo, situação dos servidores pú-

blicos que trabalhavam com portadores de doenças infecto-contagiosas, tendo sido o relator do Projeto sobre o Problema Sanitário Nacional); a previdência social; a proibição do trabalho do menor; a economia (enquanto membro da Comissão de Investigação Econômica e Social e da Comissão Central de Preços, defendeu o Programa Mínimo de União Nacional, que previa, entre outros pontos, a proteção aos pequenos fazendeiros e microempresários, e a ampliação do mercado interno, onde fez cerrada oposição à penetração do capital estrangeiro no país). Manifestou-se a favor da anistia ampla e irrestrita aos perseguidos políticos. Seu mais contundente discurso foi contra a cassação do mandato de toda a bancada do PCB.

Em decorrência do clima imperante da Guerra Fria do ocidente capitalista contra a então União Soviética, o Tribunal Superior Eleitoral já havia fechado o PCB em abril de 1947, sendo que a cassação de toda a bancada do seu partido (15 parlamentares) deu-se em virtude da Lei nº 211, a 7 de janeiro de 1948, nos termos da Resolução da Mesa de 10 de janeiro de 1948.

Alcedo Coutinho atuou como médico, no Rio de Janeiro, dentre outros locais, no Hospital do DNER; Hospital Pedro II; ABI (RJ).

Duda Cavalcanti, artista brasileira que fez cinema na França e colega da minha irmã Íris na Aliança Francesa, sabedora do meu engajamento na luta contra a ditadura de 1964, apresentou-me ao doutor Alcedo. Duda se orgulhava muito do tio, principalmente, pelo seu passado de revolucionário.

Era o médico da maioria dos quadros de direção do PCB. Inclusive foi quem extraiu uma bala que atingiu Carlos Marighella por resistir à prisão em 7 de maio de 1964.

Quando seus clientes não dispunham de recursos ainda financiava a própria receita. Tornou-se também, doutor Alcedo, durante algum tempo, nosso médico de família.

Certa vez, em conversas com meu pai, ouvi do nosso homenageado elogios à Maçonaria. Tenho quase certeza de ele ter-se declarado um “iniciado”.

Tivemos, Ivone e eu, o privilégio de assistir com ele e minha irmã Judith, a quem esse companheiro devotava um exclusivo zelo, a uma apresentação

do grupo MPB-4 com Chico Buarque e à peça “Antígona”, do teatro clássico grego de Sófocles. Encontrava-me desempregado e ele fez questão de arcar com todos os ingressos e, depois, ainda nos brindou com um jantar em um restaurante na avenida Atlântica. Doutor Alcedo nos conquistava pela sua grandeza, sabedoria e humanismo. Convivia muito bem com as diferenças e contava com muitos amigos padres. Seu olhar transmitia bondade, simplicidade e sonhos.

De outra feita, nos idos do primeiro semestre de 1970, quando me encontrava na clandestinidade, fiquei “guardado”, por uns 15 dias, em um apartamento da mãe de Duda, Maria Amália, em Ipanema.

Os adeptos da luta armada consideravam reformistas os comunistas do PCB, porque estes admitiam a possibilidade da passagem do capitalismo ao socialismo pela via pacífica.

“Alcedinho”, assim chamado pelos seus parentes, diariamente, vinha almoçar conosco.

Imagine o leitor um diálogo, ou um duelo ideológico, entre um pretenso revolucionário, jovem universitário de 26 anos, contra um membro do comitê central do partidão, 64 anos, leitor de milhares de livros, dotado de uma enorme experiência revolucionária, carcerária e parlamentar, até pelo exercício da Medicina, que ele praticava de forma sacerdotal.

— Veja bem, doutor Alcedo, atualmente no Brasil, com a ditadura absoluta, não existe nenhuma possibilidade de tomarmos o poder para estabelecer uma república socialista, senão pela luta armada. Lenine não deixou de reconhecer a importância do movimento guerrilheiro, quando enaltecia que havia milhares de combatentes irregulares, fazendo a guerra de guerrilhas contra Nicolau II, o que ajudou muito a minar o poder daquele monarca.

— É verdade, Francisco, mas foi o Partido que, pacientemente, organizou os *soviets*, reunindo operários, camponeses e soldados, conjugando greve, deserção em massa do exército czarista e o próprio levante guerrilheiro dos camponeses, deu o xeque-mate na monarquia e estabeleceu o primeiro estado socialista da história. O PCB não descarta a luta armada, mas entende

que no atual estágio, com praticamente a metade do mundo já socialista, com o movimento operário cada vez mais consciente, organizado, unido e em ascensão, a transição de capitalismo para o socialismo poderá ser conquistada pela via pacífica com as reformas profundas e populares.

— Essa teoria não leva a um certo conformismo ou incorre numa certa *ilusão de classe*, na medida em que as classes dominantes jamais vão abrir mão dos seus privilégios sem desfecharem até o último cartucho? — provoquei-o.

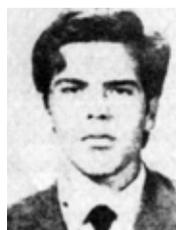
— Vocês, atuando como atuam, não conseguem raciocinar direito. Fazem poucas e rápidas reuniões, com um mínimo de pessoas, de pé, nos pontos e com a cabeça quente. Falo baseado na minha experiência, quando participei em 1935, fui preso, em meio a uma revolução que fracassou. Até hoje a direita explora aquele episódio, nos calunia e desgasta. Sempre pagamos por nossos erros políticos. Tenho sempre insistido nisso com o Marighella — desabafou.

Aqueles diálogos, suas lições de história, filosofia, política, seu peculiar humanismo, mexeram comigo, mas ao mesmo tempo não mudaram minha atuação no curto prazo. A sinergia que meus companheiros de luta armada me transmitiam, quando nos encontrávamos, fazia-me substituir a justa ponderação do companheiro Alcedo pela fé revolucionária.

Só em Campina Grande, um ano depois, revi definitivamente a minha posição, porque a história, a vida e os ensinamentos do sábio combatente Alcedo haviam despertado em mim a justeza do consequente ativismo pacifista, este sim o que anunciou xeque-mate à ditadura e abriu o caminho para que a sociedade brasileira pudesse lutar pelo avanço social com emancipação política e econômica.

Alcedo de Moraes Coutinho faleceu rodeado de amigos, em 29 de julho de 1992, aos 86 anos, em Uberaba, Minas Gerais, onde viveu seus últimos anos. Deixou uma filha, Taciana de Lacerda Coutinho, que lhe legou três netos.

Aldo de Sá Brito de Souza Neto



Aldo era carioca e nasceu a 20 de janeiro de 1951.

Conheci-o em 1969, no mês de março. Foi meu primeiro contato com o grupo do Marighella, que posteriormente passou a se chamar Ação Libertadora Nacional (ALN). Adotava o nome de *Wagner*. Apresentei-o ao José Milton Barbosa e ao Paulo César Botelho Massa, que também ingressaram na organização.

Magro, de rosto delgado e ótima aparência, vestia-se com elegância. Seus modos deixavam transparecer idealismo, senso ético e pureza de intenções. Trazia sempre um revólver escondido por baixo das camisas que caíam por cima da calça.

Era filho de Aldo Leão de Souza, oficial superior da Marinha de Guerra, e de Therezinha Barros Câmara de Souza, que faleceu quando Aldo contava onze anos, tendo sido criado por sua avó, dona Mercedes.

Cursou o ginásio e o científico no Rio de Janeiro.

O Globo, de 7 de janeiro de 1971, fazia referência à sua prisão e morte, relatando que, no dia 6, quinta-feira, um grupo tentou assaltar a agência Carlos Prates do Banco Nacional de Minas Gerais, situada na esquina da avenida do Contorno com rua Tupinambás, quando houve tiroteio. Dois transeuntes haviam morrido, entre eles um jovem de quatorze anos. A polícia conseguiu prender três assaltantes e dois fugiram.

A 9 de janeiro, acrescentava *O Globo*:

“No dia 8, morreu ao tentar fuga do Edifício Alvarenga, Fernando de Araújo Bacelar [nome frio de Aldo], de 27 anos (...). O trecho da avenida Afonso Pena, sede do DOPS-MG, ficou interditado”.

A 11 de janeiro de 1971, *O Globo* também informou que Aldo de Sá Brito continuava sendo interrogado e que a polícia procurava intensamente Arnaldo Cardoso Rocha (morto em 1973 em São Paulo), o *Flávio*, filho de um dirigente sindical de Belo Horizonte que foi preso e declarou desconhecer já há muito o paradeiro do filho.

Segundo boletim do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM-RJ), “Aldo foi preso no dia 2 de janeiro de 1971, pelos agentes do DOI/CODI de Belo Horizonte, onde foi violentamente torturado”.

Os jornais publicaram, no dia seguinte, a notícia de sua prisão como decorrência de frustrada ação armada. Aldo foi castigado com a *coroa-de-cristo*, fita de aço que vai sendo apertada gradativamente e esmaga a cabeça. Não resistindo aos sofrimentos, morreu com o crânio apresentando afundamento de dois centímetros, em 6 de janeiro, ou 7 de janeiro de 1971, segundo o livro *dos filhos deste solo*, de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio.

Os órgãos de repressão divulgaram nota oficial noticiando que Aldo morrera em uma tentativa de fuga, ao saltar do terceiro andar de um prédio.

A certidão de óbito, assinada por Djezzar Gonçalves Leite, registrou que Aldo morreu às doze horas do dia 7 de janeiro de 1971, no Hospital Militar, em função de uma “hemorragia crânio-encefálica”.

Os presos políticos da época denunciaram os seguintes torturadores como responsáveis pelo seu assassinato: tenente Marcelo Paixão, do CPOR (Vide caderno de fotos, capa da *Revista Veja* - Ano 31, nº 49 - 9 de dezembro de 1998); capitão Pedro Ivo; e o delegado do DOPS, Renato Aragão.



Quinze dias após a minha libertação da ilha das Cobras, em 19 de novembro de 1969, estive com Aldo; relatei-lhe tudo que se passou comigo. Ele me informou que eu deveria constar na lista dos que seriam soltos e mandados para o México, trocados pelo embaixador norte-americano em

setembro. Mas o prazo era mínimo. Como a ALN desconhecia meu nome e eu havia declarado um pseudônimo diferente daquele que a organização transmitiu, o governo não conseguiu me identificar.

Realmente, até o codinome eu havia chutado para a repressão. Jamais abri que era membro efetivo da ALN. Declarara apenas que militava como “apoio” e que emprestara o apartamento onde morava para uma reunião do pessoal do MR-8 com a ALN, conforme historiado no capítulo “A Primeira Queda”.

Dos contatos nos idos de 1970, pude depreender que Aldo achava-se bastante estressado, precisando urgentemente de férias e um bom descanso, mas sem ter para onde ir. Arranjei para ele se hospedar, durante uma semana, com os familiares de um companheiro petroleiro que morava em Santa Teresa. Lá era silencioso. Teria dormido profundamente uns dois dias seguidos. Declarou, de coração, ter adorado aquele tempo e a comidinha mineira.

Em uma noite de fevereiro de 1970, chegou a pernoitar em um apartamento na rua Senador Eusébio, no Flamengo, onde Ivone e eu passávamos a lua-de-mel, enquanto providenciávamos a mudança para Belo Horizonte.

Lembro-me de que o amigo proprietário chegou de surpresa e bem cedo ao apartamento. Aldo teve de sair às pressas pelos fundos, após tomar um enorme susto.



Por solicitação do GTNM-RJ, fui incumbido da dura missão de levantar seus dados e o homenageamos dando seu nome a um logradouro público no Rio de Janeiro.

Passaram-me o número do telefone da avó do Aldo, dona Mercedes Barros Câmara, com quem conversei em outubro de 1986. Contou-me que tinha 76 anos e ainda estava traumatizada com a tragédia do seu neto.

Telefonaram para ela de Belo Horizonte dizendo que o Aldo havia morrido. Recorreu ao irmão, o então cardeal do Rio de Janeiro, D. Jayme

de Barros Câmara, que fez uma carta ao arcebispo de Belo Horizonte, D. João Resende Costa. Este conseguiu dos órgãos de segurança o traslado do corpo para o Rio de Janeiro, com o caixão lacrado e proibido de ser aberto e velado no enterro.

Dona Mercedes contou-me que a mãe de Aldo falecera de câncer e deixara três filhos. Pediu-me para ligar ao pai de Aldo, o capitão-de-mar-e-guerra Aldo Leão de Souza, pois não se sentia em condições emocionais e psicológicas para falar mais detalhes sobre o assunto.

Teci considerações sobre as virtudes de caráter do Aldo. Ela confirmou que ele era puro e sincero. Faltavam apenas 21 dias para completar 20 anos quando faleceu.

Ela não havia guardado os jornais dos dias relativos ao falecimento do Aldo, mas lembrava-se de que saiu no *Jornal da TV Globo* de 8 até 11 de janeiro de 1971 e no *Estado de Minas Gerais*. Contou-me que seu falecido esposo era almirante.

Consegui falar com o pai e o irmão de Aldo, que prontamente concordaram com a homenagem proposta pelo GTNM-RJ. Aldo de Sá Brito de Souza Neto é o nome de um logradouro público na cidade do Rio de Janeiro, conforme constou no Decreto Municipal de nº 8.105, de 14 de setembro de 1988, localizado na 19ª Região Administrativa, em Paciência - Santa Cruz, a cuja inauguração compareceram dona Mercedes e um irmão do Aldo.



A jovens como Aldo devemos a liberdade política de que hoje desfrutamos, embora o preço tenha sido doloroso demais: a vida de centenas de brasileiros que só podemos honrar se continuarmos a perseguir seus sonhos de edificação de uma sociedade mais ética, soberana e democrática.

Antônio Sérgio de Mattos



Carioca, filho de Armando de Mattos e Maria de Lourdes Pereira de Mattos, Antônio Sérgio de Mattos nasceu em 18 de fevereiro de 1948 e foi estudante de Direito, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Transcrevo a seguir o texto do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1995, pp. 100 e 101:

“Antônio Sérgio de Mattos iniciou sua militância política no Movimento Armado Revolucionário (MAR). Fez parte da Associação de Auxílio aos Reclusos (AURES), que dava, à época, assistência aos presos políticos do Presídio Lemos de Brito. Em agosto de 1969, ajudou na fuga de nove presos políticos do Lemos de Brito, o que lhe forçou a entrada na clandestinidade.

Passou, então, a militar na ALN e, até fins de 1970, permaneceu na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, deslocou-se para São Paulo, como dirigente regional da ALN.

Juntamente com Manuel José Mendes Nunes de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca, Antônio Sérgio foi emboscado na rua João Moura, na altura do nº 2.358, no bairro de Sumarezinho, São Paulo, e fuzilado no dia 23 de setembro de 1971. Da emboscada conseguiu escapar Ana Maria Nacinovic Corrêa (assassinada em 14 de junho de 1972). Os quatro, ao iniciar o tiroteio, nem ao menos tiveram chance de resistir, conforme denúncia de Ana Maria a seus companheiros antes de morrer, o que mostra claramente que a intenção dos policiais era o assassinato e não a prisão.”

O corpo de Antônio Sérgio foi enterrado no Cemitério de Perus, como indigente. Todavia, em 1975, sua família conseguiu retirar seus restos mortais e trasladá-los para o sítio dos pais, em Macaé, Rio de Janeiro.

Reproduzo, em sua homenagem, a carta de dona Maria de Lourdes Pereira Mattos enviada em 25 de janeiro de 1996 à Comissão Especial da Lei 9140/95:

Um depoimento de uma mãe sincera, que nunca soube odiar a mão assassina que tirou a vida de um jovem, justo orgulho dos pais que o amavam muito, por ser ele um exemplo de filho, aluno e amigo sincero.

“O curso primário ele cursou na Escola Pública Manoel da Nóbrega. Foi durante os quatro anos que frequentou, o primeiro aluno da escola. No ginásial também foi bom aluno. Aos quatorze anos de idade trabalhava durante o dia e fazia o segundo grau à noite. Quando foi para a faculdade de Direito tornou-se um dos primeiros colocados, continuou trabalhando durante o dia e estudando à noite. É tudo que posso te contar, pois a vida política dele nós ignoramos por completo, até o dia, ou melhor, a madrugada, que minha casa foi invadida por oficiais armados procurando por ele, e daí em diante sabíamos pelos jornais e televisão de tudo que o acusavam. Levamos cinco anos esperando que ele chegasse, e quando fomos ao IML de São Paulo, lá descobri que ele estava sepultado como indigente fazia quatro anos no cemitério de Perus.

Sei que sou mãe de um herói, mas não era isto que eu queria, um herói morto, assassinado por um brasileiro como ele, que talvez quisesse também um Brasil melhor. Rogo a Deus, como boa católica, praticante que sou, que justiça seja feita (...).”

Conheci Antônio Sérgio, *Gilberto*, por volta de junho ou julho de 1969, apresentado por Aldo Sá Brito e Carlos Eugênio. Eu havia saído do PCBR e estava recém-incorporado à ALN. Ainda mantinha vida legal, embora já fosse visado por ter tido participação no movimento sindical dos petroleiros e sido demitido por razões políticas da Petrobrás. Ficou definido que eu

deveria atuar na infraestrutura. Cheguei a alugar uma casa em meu nome para a organização, que não chegou a ser utilizada, porque fui preso tão logo havia recebido as chaves. Lembro-me também de ter-lhe administrado aulas de direção no meu fusquinha.

Uma rua foi batizada com seu nome, no bairro de Bangu, Rio de Janeiro, conforme Decreto 6.350, de 2 de dezembro de 1986, publicado no Diário Oficial de 4 de dezembro de 1986.

Arnaldo Cardoso Rocha



Arnaldo era esbelto, de cor morena, cabelo preto e usava bigode; deveria ter 1,75 de altura; nasceu em Belo Horizonte, no dia 28 de março de 1949; seu pai, João de Deus Rocha, fora dirigente sindical e militante do PCB. Reuni-me com ele várias vezes em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro

Cursou o primário na Escola Barão do Rio Branco e o ginásio no colégio Padre Machado, militando no setor secundarista do PCB. Ex-soldado do Exército, trabalhou no Colégio Militar, na Pampulha(BH). Deixou o PCB junto com vários outros jovens que constituíam, em Minas Gerais, a Corrente, organização que mais tarde se incorporou à ALN (p. 335, Direito à Memória e à Verdade, 2007).

Hélcio Pereira Fortes me passou o ponto onde deveria encontrar Arnaldo, o *Flávio*, coordenador regional da ALN da área de Belo Horizonte. Como não nos conhecíamos, deveria esperá-lo com uma revista debaixo do braço e relógio no pulso direito.

Encontrávamo-nos duas vezes por semana, já, no mês de agosto de 1970. Avaliávamos, em plena vigência do AI-5, que estávamos perdendo a guerra. Nossa organização não crescia, pelo contrário, agonizava com as inúmeras quedas e com os companheiros presos sendo forçados, sob cruel tortura, a fazer declarações em rede nacional de TV, retratando-se de sua opção política e dizendo-se vítimas da “pregação solerte dos traidores da pátria”.

O cerco se fechava cada vez mais. Chegamos a admitir que, a qualquer momento, deveríamos nos dispersar por conta própria, pois a organização já não dispunha de infraestrutura para abrigar seus membros ou empreender

qualquer ação revolucionária para confrontar a ditadura com um mínimo de segurança.



Eu tinha 27 anos, enquanto os demais companheiros do grupo de Belo Horizonte eram de quatro a seis anos mais novos.

Mesmo expressando o pensamento e a orientação do Comando Nacional, fui voto vencido no encaminhamento de ações armadas na capital mineira. Uma delas seria tomarmos o campo de treinamento de pilotos de Belo Horizonte, forçando um instrutor a sobrevoar a cidade durante alguns minutos, enquanto um companheiro jogaria panfletos, conclamando o povo ao levante armado. Um carro seria alugado previamente em meu nome — por ser o único habilitado a dirigir — e utilizado como cobertura.

Aquilo para mim foi a gota d'água. Resolvi, então, vir ao Rio no dia primeiro de setembro de 1970, onde expus a José Milton, membro do Comando Nacional, que os quadros estavam, a meu ver, equivocados, no planejamento de ações de impacto a serem levadas em Belo Horizonte, o que poria em risco os companheiros de outras regiões. Chegara ao meu limite. Estava definitivamente me desligando da organização que, na realidade, achava-se esfacelada. Partiria para bem longe do Rio de Janeiro, onde minha mulher e eu nos manteríamos discretos e isolados, pelo tempo que fosse necessário.

Assim aconteceu. Nunca mais vi Arnaldo. Pesquisando sua história, fiquei sabendo como ele e outros dois heroicos companheiros foram assassinados, em São Paulo, no dia 15 de março de 1973, aos 24 anos, sendo seu corpo sepultado pela família em caixão lacrado e expressamente proibido de ser aberto:

“A versão oficial sobre o falecimento do Arnaldo, publicada na imprensa, era de que ele, juntamente com Francisco Emanuel Penteado e Francisco Seiko Okama encontravam-se, no dia 15 de março, em frente ao número 247 da rua Caquito, no bairro da Penha, em São Paulo, quando foram

abordados pelos agentes de segurança. Após o tiroteio, Francisco Emanuel e Okama teriam morrido no local; Arnaldo teria tentado a fuga pela rua Lauro Vergueiro, onde teria se deparado com outra equipe de agentes, aí teria morrido no confronto”. (Miranda, Nilmário e Tibúrcio, Carlos, *dos filhos deste solo*, p. 93).

Segundo testemunhas, na verdade, Arnaldo, baleado, foi preso e levado para o DOI-CODI no banco traseiro de um fusca.

Amílcar Baiarde, que, em 15 de março de 1973, encontrava-se preso no DOI-CODI/SP, conta que, da janela de sua cela, avistou a chegada de dois prisioneiros se esvaindo em sangue e sendo interrogados aos gritos até que os agentes constataram suas mortes. Um rabecão do Instituto de Medicina Legal foi chamado e recolheu os dois corpos.

Na época em que Arnaldo faleceu, sua companheira, Iara Xavier Pereira, encontrava-se grávida, tendo seu filho também sido registrado com o nome de Arnaldo, mas vindo infelizmente a falecer com apenas 21 anos, vitimado por um acidente de carro. Naquele ano de 1973, Iara também perdeu mais dois irmãos, Iuri e Alex de Paula Xavier Pereira, igualmente assassinados pela repressão em 20 de janeiro e 14 de junho.

Este bravo comandante regional da ALN de Minas Gerais, ao lado de quem tive orgulho de guerrear contra um inimigo infinitamente mais poderoso, sem ética e cruel, foi merecedor de uma eterna homenagem de seus patrícios de Belo Horizonte. Situada no bairro Itapuã, conforme Lei 6392, aprovada em 16 de setembro de 1993, seu nome está consagrado na rua Arnaldo Cardoso Rocha.



Companheiro Arnaldo, transcorridas tantas décadas, reencontro-me com você escrevendo-lhe estas linhas, retratando sua heroica biografia. Interessante, mesmo naqueles terríveis tempos, você se mostrava sereno, desassombrado e convicto.

Áurea Eliza Pereira Valadão



Era mineira, da cidade de Areado, nascida a 6 de abril de 1950. Seus pais, José Pereira e Odila Mendes Pereira, administravam a Fazenda da Lagoa, em Monte Belo, onde moravam.

Em 1968, Áurea estudava Física na Faculdade Nacional de Filosofia da atual UFRJ e morava na rua Cândido Mendes, na Glória, juntamente com Heloísa, noiva de meu irmão Getúlio.

Nos finais de semana, íamos à praia de Ipanema e terminávamos almoçando juntos.

Confidenciávamos sobre nossa militância política. Ela era da Ação Popular (AP), e eu pertencia ao PCBR. Passávamos horas debatendo linha política. O PCBR, ao contrário da AP, naquela época, optava pela luta armada.

A verdade é que as organizações disputavam fraternalmente os quadros entre si. Convidei-a para entrar para o PCBR e ela me retribuiu o convite com afeto: que eu me filiasse à AP.

Chegou a me emprestar seu apartamento para reuniões da base da UEG do PCBR, das quais participaram os companheiros Fernando Augusto Valente da Fonseca, *Sandália*, José Milton Barbosa e Abgail Paranhos.

Consta que, posteriormente, em 1970, filiou-se ao PCdoB e, com seu marido, Arildo Valadão, viajou para o Araguaia, onde foi aprisionada e levada para a 23ª Brigada de Infantaria da Selva, em Marabá, em maio de 1974. Seu paradeiro é, até hoje, ignorado.

No livro *Direito à Memória e à Verdade*, p. 255, consta o seguinte relato:

“Na Universidade, participou do Movimento Estudantil no período de

1967 a 1970, tendo sido membro do Diretório Acadêmico de sua escola, juntamente com Antônio de Pádua Costa e Arildo Valadão, ambos também desaparecidos no Araguaia. Áurea casou-se com Arildo Valadão no dia 06/02/1970, no Rio de Janeiro e, no dia seguinte, realizou a cerimônia religiosa na Basílica de Aparecida do Norte, em São Paulo. No segundo semestre de 1970, mudou-se junto com Arildo e Antônio de Pádua para o Araguaia, sendo os três militantes do PCdoB, indo viver na região de Caianos. Ali trabalhou como professora e ingressou no Destacamento C, comandado por Paulo Mendes Rodrigues.

No início de 1974, já viúva de Arildo, foi vista no 23º Batalhão de Infantaria da Selva, pelo preso Amaro Lins, ex-militante do PCdoB, que prestou depoimento sobre isso no 4º Cartório de Notas de Belém (PA). Amaro relata também que ouviu um policial dizer a Áurea que arrumasse suas coisas, pois iria “viajar”. Viajar era o termo utilizado por policiais para designar execução.

No relatório do Ministério da Marinha consta como, “morta em 13/06/74”. O Relatório do Exército não fala na morte, mas informa que “durante a guerrilha do Araguaia, [Áurea] chefiou um grupo de terroristas armados de revólveres calibre 38 e espingardas calibre 20 que participou, em 04/08/73, de uma festa na Fazenda Sapiência”. Segundo depoimento de uma moradora de Xambioá, que não quis se identificar, Áurea teria sido vista sem vida na delegacia da cidade e seu corpo estaria enterrado no cemitério local.

Em ‘Operação Araguaia’, os jornalistas Taís Morais e Eumano Silva descrevem: ‘Querida por todos, trabalhou como professora no povoado de Boa Vista e esbanjava simpatia. Dois mateiros a prenderam no início de 1974 e a entregaram à repressão. Amarrada, muito magra, faminta e doente, vestia apenas um pedaço de sutiá. As roupas rasgaram em meses seguidos de fuga pela mata úmida e cheia de espinhos. Foi encontrada junto com Batista, morador da região recrutado pela guerrilha, também debilitado pelas dificuldades de sobrevivência na mata. Áurea foi vista viva, depois de presa, na base de Xambioá’.

Elio Gaspari, descrevendo o mecanismo de recompensas em dinheiro para quem matasse guerrilheiros, apresenta em *A Ditadura Escancarada* mais uma importante informação: “Adalberto Virgulino, que capturou a guerrilheira Áurea (Áurea Eliza Valadão), recebeu oitocentos cruzeiros e um maço de cigarros”.

No relatório do Ministério da Marinha consta como *morta em 13 de junho de 1974*.

Segundo Michéas Gomes de Almeida, o *Zezinho* do Araguaia, Áurea foi a primeira professora a alfabetizar os camponeses, em Boavista do Araguaia, no Pará, onde conquistou a simpatia e o carinho da população. Até hoje sua memória é cultuada ali. Inúmeras crianças da região que nasceram após o seu assassinato receberam seu nome. Sua história tem sido preservada com orgulho pela população, sendo passada de pai para filho como um privilégio dos que a conheceram pessoalmente.

*(...) Áurea era professora
E decidiu improvisar
Duma tapera, uma escola
Pra criançada estudar
Ela nada cobrava
Ensinava e brincava”.*

Segundo *Zezinho*, Áurea foi presa pelo major Curió, mas conseguiu escapar, escondendo-se em cima de uma árvore. Localizada com ajuda de cães farejadores, foi metralhada pelo militar à queima-roupa, sem ser-lhe dada chance de se entregar. Tinha, então, 24 anos.

*(...) Até hoje o seu corpo
Não foi identificado
Mas quem assassinou Áurea
Jamais será perdoado
Com certeza no inferno
Com certeza no inferno
Tem um lugar reservado*

*Áurea morreu muito jovem
Era boa criatura
Queria um Brasil mais justo
Era idealista pura
Foi uma mineira forte
Enfrentando a ditadura”.*

O dono do sítio preserva até hoje a área onde ela foi executada.

O nome dessa heroica companheira tem recebido merecidas homenagens de muitos brasileiros em todo o país.

Em Belo Horizonte, foi inaugurada a rua Áurea Eliza Valadão, no bairro da Braúnas (Código do logradouro nº 109.543, conforme Lei 6.392, aprovada em 16 de setembro de 1963).

O Decreto Municipal nº 6.438, de 12 de janeiro de 1987, publicado no *Diário Oficial do Rio de Janeiro*, em 14 do mesmo mês, concedeu-lhe nome de rua no conjunto habitacional Sargento Miguel Filho, em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro, inaugurada solenemente em 17 de julho de 1987 pelo GTNM.

Outras fontes pesquisadas:

ROCHA, D. Nonato da, *O Cordel da Guerrilha da Araguaia*.

ARAÚJO, José Pessoa de, *Lamarca, Herzog e Outros Heróis*, Scor Editora Tecci, 1998, pp. 26-30.
Jornal do Brasil, domingo, 19/7/87, 2ª Edição, p. 30.

Carlos Marighella



Em maio de 1969, por indicação do Grupo de Marighella, eu fazia um curso sobre fundamentos e normas de segurança revolucionária com oficiais cassados das Forças Armadas, pertencentes à Frente de Libertação Nacional (FLN), dentre eles os majores do Exército, Hugo Amorim de Lima, meu colega de faculdade e Joaquim Pires Cerveira.

Na minha primeira aula, entregaram-me um texto¹ sobre algumas normas de segurança.

Certo dia, o instrutor informou-me que *Menezes*, um companheiro militante da organização, encontrava-se no Rio. Por um motivo qualquer, ele perdera o contato conosco e precisava encontrar-se com *Nélson*, Hércio Ferreira Fortes, membro do comando regional no Rio.

Quando pronunciei o nome de *Menezes*, *Wagner*, Aldo Sá Brito, arregalou os olhos e tratou de remarcar outro ponto para, algumas horas depois, buscarmos e acertarmos os detalhes do encontro com *Menezes* (troca de senhas; definição de local; cuidados para que apenas um mínimo de militantes se visse etc).

Assim combinamos: o companheiro da FLN viria com *Menezes* até um bar da avenida Atlântica, e logo sairia, para não ser visto pelos demais militantes. Eu ficaria quinze minutos com *Menezes* até o Hércio chegar.

— Tem certeza de que não foi seguido? Está tudo tranquilo? — *Menezes* me perguntou serenamente, olhando nos olhos como quem estivesse me testando.

Sem saber, encontrava-me frente a frente com Carlos Marighella, o homem mais procurado no Brasil.

Marighella tinha uma estrutura forte, estava barbeado, bem vestido e com ótima aparência. Carregava uma pasta, onde, suponho, trazia um revólver.

— Soube que você está fazendo um curso de segurança revolucionária.

— É verdade. O curso será de 20 horas, com duas aulas semanais. Os companheiros da FLN estão escrevendo um texto sobre tal assunto.

— Nós também estamos elaborando um *Minimanual do Guerrilheiro Urbano* e esta apostila sobre segurança irá nos subsidiar. Os militantes da FNL são excelentes nesta matéria — falou com muito entusiasmo sobre aquela iniciativa, enquanto aguardávamos a chegada do Hécio.

Conversamos sobre a conjuntura nacional. Na avaliação de Marighella, a ditadura encontrava-se cada vez mais desgastada perante a população e desesperada com o avanço da nossa luta.

Hécio chegou pontualmente. Depois de cumprimentá-lo, retirei-me, dando por encerrada aquela missão. À distância, percebi que outros guerrilheiros nos davam cobertura armada.

Só no dia seguinte, concluí que havia estado com Marighella, cuja foto achava-se estampada em quase todos os órgãos de imprensa. No encontro, os companheiros, por precaução, comentaram apenas tratar-se de um membro da direção nacional.



Carlos Marighella era baiano, nascido em Salvador, no dia 5 de dezembro de 1911, filho de Augusto Marighella, um operário italiano, com Maria Rita do Nascimento, filha de escravos hauçás.²

Com quatro anos aprendeu a ler e a escrever. Ao concluir o ensino fundamental, foi estudar no Ginásio da Bahia, mais tarde chamado Colégio Central. Em 1926, com 14 anos, respondeu uma prova de física em versos. Tirou dez!

Cursou Engenharia até o terceiro ano pela Escola Politécnica da Bahia, quando adquiriu uma visão socialista do mundo e ingressou no PCB. Nessa

escola, mais uma vez fez uma prova de física em versos. Outro dez!

Perseguido pela polícia do interventor da Bahia, tenente Juracy Magalhães (aquele que afirmou: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”), contra quem havia escrito textos em versos³ e participado de manifestações, Marighella padeceu, pela primeira vez, em 1932, a tortura e a prisão política do Governo Vargas.

Quatro anos mais tarde, no dia 10 de maio de 1936, Marighella foi novamente preso no Rio de Janeiro e, durante 23 dias, violentamente torturado pela polícia de Felinto Müller e, posteriormente, mantido preso durante um ano na ilha de Fernando de Noronha e libertado somente em julho de 1937.

Por sua militância em São Paulo, foi novamente preso e torturado pelo DOPS, em maio de 1939, e confinado nos presídios de Fernando de Noronha e ilha Grande por mais de seis anos, sendo somente libertado pela anistia de abril de 1945. Passou, então, a integrar o Comitê Central do PCB.

Marighella teve seu nome também gravado na história como um aguerrido deputado da Constituinte de 1946, onde, por 195 vezes, discursou na defesa da classe operária e camponesa, denunciando o imperialismo e as condições de profunda miséria do nosso povo. Cassado no dia 7 de janeiro de 1948, passou então a militar, salvo em poucos lapsos de tempo, até o seu assassinato, na mais rigorosa clandestinidade.

Em 1947, Marighella e Elza Sento Sé se enamoraram, e, em maio de 1948, nasceu Carlos Augusto. Nesse mesmo ano, já separado de Elza, ele se casa com Clara Charf.

De 1949 até 1954, Marighella desenvolveu um trabalho de ação sindical pelo PCB. Participou ativamente da campanha “O Petróleo é Nosso” e na organização da “Greve dos Trezentos Mil” em 1953. Viajou à China e à União Soviética em 1954.

Seu nome tornou-se manchete dos principais jornais brasileiros em 9 de maio de 1964, quando, mesmo desarmado, reagiu à prisão dentro de um cinema no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, aos brados de “Viva a democracia!” e “Abaixo a ditadura fascista!”. Alvejado no peito, continuou

lutando com os agentes do DOPS, só dominado após desfecharem-lhe uma coronhada na cabeça. Um *habeas corpus*, requerido pelo advogado Sobral Pinto, o libertou depois de 80 dias.

Um ano depois, Marighella escreveu *Por Que Resisti à Prisão*, onde afirmaria: “Minha força vinha mesmo era da convicção política, da certeza (...) de que a liberdade não se defende senão resistindo”. Nesse livro ele cobrava do Partido uma autocrítica pelo que chamava de “inexistência de reação ao golpe militar e conformismo do PCB”, propondo “organizar a resistência dos trabalhadores brasileiros contra a ditadura e pela libertação nacional e o socialismo”.

Posteriormente, Marighella denunciou como uma “subordinação à burguesia” a tática geral do PCB, quando este se posicionou, nas eleições de 15 de novembro de 1966, contra o voto nulo e a favor de candidatos ao Congresso Nacional na legenda do MDB, indicados pelo Comitê Central.

Durante a Conferência Estadual, em 1967, Marighella liderou o rompimento de toda a direção do Partido no estado de São Paulo, que passou a se autointitular “Corrente Revolucionária”, ganhando dimensões nacionais. Nesse ano, participou da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba.

Em uma carta escrita em Havana e dirigida ao Comitê Central do PCB, Marighella afirmou que “ninguém precisa pedir licença para praticar atos revolucionários”.

Ao retornar ao Brasil, conforme suas próprias palavras, “quando já não havia outra solução, fundei a Ação Libertadora Nacional (ALN) para, de armas em punho, enfrentar a ditadura”.

A partir de 1968, Marighella incorporou-se na luta armada contra a ditadura militar, participando diretamente de ações visando a criar fundos para a ALN. Ao final desse ano, ele passou a ser apontado como *Inimigo Público Número Um*, transformando-se em alvo de uma caçada que envolveu nacionalmente todo o aparelho repressivo da ditadura.

Na noite de 4 de novembro de 1969, às vinte horas, na cidade de São Paulo, vítima de uma emboscada na altura do número 800 da alameda Casa

Branca, Carlos Marighella tombou varado pelas balas dos agentes do DOPS sob a chefia do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Em dezembro de 1979, seus restos mortais foram trasladados de São Paulo para Salvador.

A 27 de junho de 1987, houve uma solenidade de inauguração de 10 logradouros públicos no conjunto habitacional de Santa Cruz, dirigida pelo GTNM do Rio de Janeiro. O nome de Carlos Marighella, ao lado de outros nove revolucionários, serviu para batizar dez ruas da Cidade Maravilhosa. Estive lá com outros sobreviventes homenageando o guerrilheiro heroico.

¹Normas Essenciais de Segurança [reconstituídas de memória.]

I. Ao suspeitar de que está sendo seguido:

1. Antes de entrar em um ônibus:

a) Se estiver com um companheiro, afaste-se um pouco e procure demonstrar que não se conhecem;

b) Procure ser o último da fila ou ficar sempre atrás do elemento suspeito. Depois que ele entrar, desista do ônibus;

2. Dentro do ônibus:

a) Procure sentar-se nos últimos assentos;

b) Sinalizar que vai saltar no próximo ponto; levante e se aproxime da porta. Ao perceber que o agente também vai saltar, desista no último momento e dê-lhe passagem; e

c) Sem dar o sinal de que vai descer (o ideal é fazê-lo em local de muito movimento, para rapidamente misturar-se ao povo), aguarde o último passageiro descer, levante-se rapidamente e desça, deixando o agente para trás.

II) Operação Sombra:

Imaginemos que alguém, apesar de trabalhando oficialmente na repressão, esteja realmente lutando ao lado dos democratas na luta pela derrubada da tirania. Quando ele se sentir visado, lá dentro da polícia, denuncia um colega perverso como subversivo. Assim, fica “reaquecido” dentro do seu órgão, pois um rebelde não faria tal ato com um camarada.

Ou visto pelo outro lado da moeda:

Um agente infiltrado entre os revolucionários que procura ganhar a confiança denunciando um companheiro como policial infiltrado.

III) Operação Corda Longa:

A repressão solta um companheiro e fica acompanhando todas as suas ligações (com quem sai, se encontra, telefona, clube que frequenta) para mapear sua rede de atuação.

(...) Observação importante: segurança é para fazer a luta e não para deixar de lutar.

²Marighella legou-nos inúmeras poesias que falam com orgulho de sua origem humilde, revelam seu apurado senso humanista e clamam por liberdade e justiça.

“Ei Brasil-africano!/ Minha avó era negra hauçá

Ela veio da África,/ Num navio negreiro,

Meu pai veio da Itália,/ Operário imigrante.

O Brasil é mestiço,/ Mistura de índio, de negro, de branco.”

^{3c}Juracy! Onde estás que não respondes?/ Em que escuso recanto tu te escondes,
Quando zombam de ti?/(...)/

Basta, senhor tenente! De teu bucho,/ Sorri, através das tripas um refluxo
De Judas e sandeus!/ Há duas noites... eu soluço e grito...
Escuta-o, conclamando do infinito/ À noite os crimes teus!”

Liberdade

“Não ficarei tão só no campo da arte,/e, ânimo firme, sobranceiro e forte,
tudo farei por ti para exaltar-te,/ serenamente, alheio à própria sorte.
Para que eu possa um dia contemplar-te/ dominadora, em fêrvido transporte,
direi que és bela e pura em toda parte,/ por maior risco em que essa audácia importe.
Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,/ que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome./ E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,/morrer sorrindo a murmurar teu nome.”
(São Paulo, Presídio Especial, 1939)

Rondó da Liberdade

“É preciso não ter medo,/ é preciso ter a coragem de dizer.

Há os que têm vocação para escravo,/ mas há os escravos que se revoltam contra a escravidão.
Não ficar de joelhos,/ que não é racional renunciar a ser livre.
Mesmo os escravos por vocação/ devem ser obrigados a ser livres,
quando as algemas forem quebradas.

É preciso não ter medo,/ é preciso ter a coragem de dizer.

O homem deve ser livre.../ O amor é que não se detém ante nenhum obstáculo,
e pode mesmo existir quando não se é livre./ E, no entanto, ele é em si mesmo
a expressão mais elevada do que houver de mais livre/ em todas as gamas do humano sentimento.

É preciso não ter medo,/ é preciso ter a coragem de dizer.”

Fernando Augusto Valente da Fonseca



Companheiro de muita determinação, possuidor de excelente nível teórico, cor clara, cabelos escuros, alto e forte, Fernando era membro do Comando Político Militar e da direção do PCBR e um dos assistentes da base estudantil da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), da qual eu fazia parte nos anos de 1968 e 1969.

Fernando, filho de José Augusto da Fonseca e Nathayl Machado da Fonseca, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de janeiro de 1946.

Era aluno tanto de Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro quanto de História pela Universidade da Guanabara (UEG) e trabalhava no Banco do Brasil, tendo sido demitido em 1970. Anteriormente, havia estudado o segundo grau no Colégio Pedro II, Unidade de Humaitá.

Quando foi assassinado, Fernando deixou dois filhos: André, então com três anos e Fernanda, ainda com sete meses de gestação de sua esposa Sandra Maria de Araújo Fonseca.

Segundo dados do boletim do GTNM/RJ, Fernando, *Sandália*, foi preso em Recife, a 27 de dezembro de 1972, e transferido para o DOI-CODI/RJ. Depois de cruelmente supliciado, assassinaram-no em um lugar ermo juntamente com outros cinco prisioneiros a 29 de dezembro do mesmo ano.

“A versão oficial divulgada pelos órgãos da repressão diz que Fernando e companheiros foram mortos ao reagir à prisão na rua Grajaú (Rio de Janeiro), juntamente com três outros militantes do PCBR, que foram carbonizados: José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues da Costa e Getúlio D’Oliveira Cabral. Duas testemunhas desmentiram essa versão: o ex-presos político José

Adeildo Ramos declarou que Fernando foi preso em 26 de dezembro de 1972, no Recife. Adeildo assistiu às torturas sofridas pelo companheiro algemado às paredes de uma cela (spancamentos em todas as partes do corpo, principalmente rins) e seu falecimento às primeiras horas do dia 27.

A segunda testemunha, o cunhado de Fernando, Fernando Albagli, retirou seu corpo do IML/RJ, em 17 de janeiro de 1973, e descreveu as marcas roxas no seu pescoço e tórax; o rosto estava desfigurado.

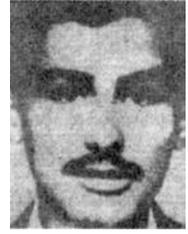
Mais uma vez ficou comprovada a farsa criada pela repressão. Fernando foi morto e trazido ao Rio para que o ‘teatrinho’ fosse montado e a versão oficial da repressão se firmasse: ‘Morto em tiroteio ao reagir à prisão.’”

Em uma entrevista com Sandra Maria de Araújo Fonseca, viúva de Fernando, ao Jornal do GTNM/RJ, ela assim respondeu a Tânia Bicalho Roque, então diretora do grupo, sobre as circunstâncias da morte de Fernando:

“Na audiência do processo na Justiça Federal [responsabilizando a União Federal por sua morte], compareceu uma testemunha ocular. Alguém que estava preso também em Recife revelou que Fernando morreu na noite seguinte à de sua prisão. Foi barbaramente torturado, teve um problema renal seguido de hemorragia, não foi socorrido, e morreu. Estava algemado às grades da cela. A testemunha disse que, segundo os torturadores, Fernando foi morto por erro de cálculo, pois segundo eles [os torturadores] ‘presunto morto não colabora.’”

Fernando Augusto Valente da Fonseca é nome de um logradouro público no Rio de Janeiro, conforme consta no Decreto Municipal nº 8.105, de 14 de setembro de 1988, na 19ª Região Administrativa, em Paciência - Santa Cruz.

Hélcio Pereira Fortes



Hélcio Pereira Fortes, filho de José Ovídio Fortes e Alice Pereira Fortes, nasceu em Ouro Preto (MG), a 24 de janeiro de 1948. Inteligente e estudioso, desde o curso primário, destacou-se como excelente aluno.

Apaixonado por literatura, cinema, teatro, acima de tudo, era uma pessoa que a todos contagiava pela sua alegria.

Exercia intensa atividade intelectual na sua cidade. Escrevia em jornais e produzia peças teatrais. Fundou o Cine-Clube de Ouro Preto e colaborou com o Grêmio Literário Tristão de Atahyde.

Militante do PCB desde 1963, passou a divergir da linha política dessa organização após o golpe de 1964, e, já na clandestinidade, viajou para Belo Horizonte para dedicar-se à luta contra o regime de exceção.

No livro *Direito à Memória e à Verdade*, p. 280, consta o seguinte relato:

“(...) Terminou o ginásio no Colégio Arquidiocesano aos 13 anos de idade, ingressando na Escola Técnica Federal. (...) Foi redator do Jornal de Ouro Preto e da Voz do GLTA. Hélcio foi um dos principais dirigentes da Corrente/MG, que, após sofrer inúmeras prisões em 1969, se incorporaria à ALN. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde pertenceu ao comando regional dessa organização. Mesmo na clandestinidade, escrevia cartas à família, em que expressava sua saudade e as razões que o levaram a optar pela luta armada. Sua última mensagem foi no Natal de 1971”.



Em julho de 1970, encontramos-nos na Zona Norte do Rio de Janeiro. Membro do Comando Nacional da ALN, naquela época usava o codinome *Nelson* e portava uma boina de vestibulando para cobrir a cabeça raspada, consequência do tradicional trote aplicado aos calouros. Em um barzinho de esquina, sentamos e bebíamos refrigerantes enquanto discutíamos informes, informações e planos de luta.

De repente, parou um camburão e saltaram três policiais militares que se dirigiram ao balcão e pediram um cafezinho. Éramos procurados e levamos um terrível susto. Hércio colocou as mãos por baixo da mesa e pegou o “38” que trazia escondido dentro de um livro esculpido em baixo relevo na forma de um revólver. Mas os agentes apenas conversaram um pouco sobre futebol com o proprietário do bar e foram-se embora.



Sequestrado em 22 de janeiro de 1972, no Rio, Hércio foi levado para a Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, onde foi implacavelmente torturado até falecer.

Segundo a versão oficial, divulgada pela imprensa, ele morreu em tiroteio travado com os agentes de segurança após uma tentativa de fuga, no interior da Rodoviária de São Paulo.

Nas páginas 70 e 71 do livro *dos filhos deste solo*, de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, há um veemente depoimento de uma companheira da ALN sobre a morte de Hércio:

“Darci Toshiko Miyaki era militante da ALN e conhecia Hércio. No dia 25 de janeiro de 1972, às 10h02, foi presa por agentes do DOI-CODI/RJ, na rua Rainha Elizabeth. (...) Calculou, no entanto, que foi no dia 27 que recebeu suas roupas e foi encapuzada para ser removida daquele inferno. A costura do capuz estava esgarçada, o que lhe permitia enxergar o ambiente. Foi conduzida a um corredor. E viu Hércio Pereira Fortes de pé, encostado na parede.

Os dois foram transportados na mesma viatura (...). Chegaram à rua Tutoia, sede da Oban, o DOI/CODI de São Paulo, comandado pelo major Carlos Alberto Brilhante Ustra (general da reserva, em 1998). Ela ficou em uma cela isolada no 2º andar por vários dias. Era submetida a sessões de tortura e também ouvia os gritos de Hércio sendo torturado. Um dia, ao ser conduzida para uma cela escura, de porta maciça de ferro, sem ventilação, o chamado x-zero, ou cela forte, ouviu o carcereiro dizer que acabara de sair dali um ‘presunto fresquinho’. Continuou sendo torturada, mas não mais ouviu os gritos de Hércio. Ficou com a convicção de que o corpo que havia sido retirado da solitária era o dele.”

A família tomou conhecimento da morte de Hércio no mesmo dia [28/01/1972], pela televisão, e imediatamente dirigiu-se a São Paulo. O corpo já estava enterrado no Cemitério de Perus. Somente em 1975 foi possível levar os restos mortais para Ouro Preto, onde Hércio foi enterrado na Igreja São José (Direito à Memória e à Verdade, p. 280).

Hércio Pereira Fortes é nome de um logradouro público na cidade do Rio de Janeiro, conforme constou no Decreto Municipal de nº 8.105, de 14 de setembro de 1988, localizado na 19ª Região Administrativa, em Paciência – Santa Cruz.

Outras fontes pesquisadas:

Boletim da Anistia Internacional, março de 1974, *Jornal do Brasil*, 8 de fevereiro de 1973, *Em Tempo*, 21, 22 e 28 de julho de 1978.

Joaquim Pires Cerveira



Gaúcho de Pelotas, nascido a 14 de dezembro de 1923, filho de Marcelo Pires e Auricela Goulart Cerveira, Joaquim Pires Cerveira era major do Exército e elegeu-se vereador em Curitiba (PR), em 1963, pelo PTB, quando veio o golpe de 1964, que cassou seus direitos políticos por dez anos.

Fundou a Frente de Libertação Nacional (FLN), organização de linha política prioritariamente nacionalista. Propunha a derrubada da ditadura pela luta armada, através da guerrilha urbana.

“Em 21 de outubro de 1965, [Cerveira] foi preso e entregue à 5ª RM. Em 1967, foi absolvido na Auditoria da 5ª RM. Em 1968, auxiliou na fuga do cel. Jefferson Cardim do quartel onde estava aprisionado, em Curitiba”.
(Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *dos filhos deste solo*, p. 479).



Dias antes de eu ser preso, em agosto de 1969, conheci Cerveira na avenida Getúlio Vargas, como militante da FLN, por intermédio de um colega da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara, o também major cassado do Exército, Hugo Amorim.

Cerveira dispunha de uma estatura mediana e um físico forte. Passou-me uma imagem de um combatente decidido, confiante e desassombrado.

Através do contato com Hugo, pude estar com ele pela segunda e última vez, em um ponto na rua Voluntários da Pátria, Botafogo, no Rio de Janeiro.

Conversamos sobre minha prisão e de outros companheiros, sobre os

interrogatórios, as torturas, as condições físicas e morais dos presos políticos. Lembro-me de que falou com muita confiança do crescente desgaste que a ditadura estava sofrendo e previa sua derrubada a médio prazo.



Em abril de 1970, esse companheiro foi sequestrado no Rio de Janeiro, todavia, no dia 15 de junho do mesmo ano, libertado e embarcado, como banido, para a Argélia, ao integrar a lista de quarenta presos políticos trocados pelo embaixador alemão, Ehrenfield von Holleben.

Cerveira tentou voltar ao Brasil, vindo pela Argentina, onde foi preso por policiais brasileiros a 5 de dezembro de 1973, através da *Operação Condor*, montada pela unificação dos órgãos de segurança das ditaduras latino-americanas, em conexão com o Pentágono. Posteriormente, foi enviado para o Brasil, tendo sido visto a 13 de janeiro de 1974, em estado lastimável, no quartel da Polícia do Exército da Barão de Mesquita, Tijuca, aos 50 anos de idade, conforme denúncia de um preso em depoimento prestado na ONU, em Genebra. Desde então, é considerado desaparecido.

“(...) Segundo testemunhas da prisão-sequestro, a operação foi comandada pelo delegado Fleury, em 11 de dezembro de 1973. Vários presos políticos viram a chegada de uma ambulância no DOI/CODI da Barão de Mesquita, RJ, trazendo Cerveira e João Batista Rita. O [*Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*] relata: ‘Estavam amarrados juntos, em posição fetal, tendo os rostos inchados, esburacados e repletos de sangue na cabeça’”. (Mitra Arquidiocesana de São Paulo, *Perfil dos Atingidos*, Editora Vozes, 1987, p. 99).

“João Batista Rita e Joaquim Pires Cerveira foram vítimas da *Operação Mercúrio* que, de certa forma, antecipou a *Operação Condor* de 1975,

(...) valendo seu desaparecimento [Cerveira] como a confirmação de que os órgãos de segurança do regime militar teriam decretado a pena de morte para todos, dentre eles, que ousassem retornar clandestinamente ao Brasil (*Direito à Memória e à Verdade*, p.369).

“Sua esposa, Maria de Lourdes R. Pires Cerveira, constituiu o advogado argentino, Roberto Sinigaglia, que impetrou um *habeas corpus* em favor de Cerveira. Dias depois, o doutor Sinigaglia começou a receber ameaças anônimas pelo telefone para que abandonasse o caso. Pouco depois, foi sequestrado e também desaparecido” (*Jornal do Brasil*, domingo, 19/7/87, 2ª Edição, p. 30).

Conversando com o advogado Modesto da Silveira, ele me prestou o seguinte depoimento sobre Joaquim Pires Cerveira:

“Cerveira foi preso por ter participado da guerrilha de Caparaó e levado para Juiz de Fora. Atuei como advogado de vários daqueles guerrilheiros por ocasião do seu julgamento. Posteriormente, fui também sequestrado e ocupei uma cela vizinha a dele, em 1970.

Tudo indica que Cerveira foi trocado por outras pessoas presas no Brasil, no âmbito da chamada Operação Condor, que visava à troca de prisioneiros políticos entre os países componentes na fronteira do Cone Sul: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Em 1973, houve o Golpe de Pinochet e centenas de brasileiros que moravam no Chile se refugiaram em Buenos Aires. Ali, tive contato com o advogado de Cerveira, doutor Roberto Sinigaglia.

Cerveira e outros brasileiros foram sequestrados nessa época. Estive também com dona Maria de Lourdes, sua esposa, quando aparentemente ainda não era viúva. Houve indícios de que ele ficou preso em São Paulo e, provavelmente, tenha sido morto pela Operação Bandeirantes. A viúva teve contatos com pessoas de lá que lhe forneceram dados absolutamente convincentes sobre esta versão.”

O Decreto nº 6.438, de 12 de janeiro de 1987, publicado no *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, atribuiu o nome de Joaquim Pires Cerveira a uma rua no conjunto habitacional Sargento Miguel Filho, em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro, de cuja inauguração, em 17 de julho de 1987, participei junto com o GTNM-RJ.

José Milton Barbosa



Nasceu em Pernambuco, na cidade de Bonito, a 22 de outubro de 1939. Afrodescendente, filho de José Barbosa de Paula e Maria das Dores Paula, contava com 32 anos quando foi morto no dia 5 de dezembro de 1971. Trabalhava como sargento radiotelegrafista do Exército, formado pela Escola de Sargento das Armas, lotado no ministério do Exército, na avenida Getúlio Vargas.

A 2 de dezembro de 1968, José Milton fora nomeado Auxiliar de Agente de Inspeção da Superintendência Nacional do Abastecimento – Sunab. Todavia, por impedimento legal, ele não pode acumular dois empregos federais. Por sua indicação, passei a substituí-lo naquela função em 3 de dezembro de 1968, onde permaneci até 15 de agosto, quando fui preso.

Segundo versão oficial distribuída à imprensa, a morte de José Milton se deu em tiroteio, às dezesseis horas e trinta minutos do dia 5 de dezembro de 1971, no cruzamento da rua Tácito de Almeida com a Cardoso de Almeida, em Perdizes, São Paulo. Portava uma identidade falsa com o nome de Alexandre Rodrigues Miranda. Os jornais assim noticiaram: “Ao tentar roubar um *Galaxie* em companhia de Suely Nunes, foi abordado por policiais dos órgãos de segurança, reagindo à ordem de prisão, travou violento tiroteio, no transcorrer do qual veio a falecer em consequência dos ferimentos recebidos. Sua companheira Linda Tayah assim narrou esse episódio:

“(…) no dia 5 de dezembro de 1971, eu, José Milton e Gelson Reicher, assassinado 45 dias depois, estávamos no bairro de Sumaré, quando vimos uma blitz da Polícia Militar. Estacionamos o carro e fomos

andando normalmente, buscando não chamar a atenção dos policiais. Entramos em uma casa e não fomos atendidos à porta. Decidimos pular os muros dessa casa e das casas subsequentes. Saímos em uma rua paralela e percebemos que já vinham chegando alguns policiais. Gelson escapara. Para tentar fugir da área, paramos um *Galaxie*. Entrei no carro. José Milton estava retirando o motorista, apontando-lhe a arma, quando levei um tiro na cabeça e desmaiei. Quando voltei a mim, vi José Milton sentado ao volante desmaiado, não percebendo nele nenhum ferimento. Puseram-nos em duas peruas diferentes e nos levaram à OBAN para salas diferentes. Eu estava lúcida, embora em estado de choque. Faziam-me perguntas, mas minha voz não saía. Trouxeram algumas pessoas para me reconhecer. Só depois disto me levaram ao Hospital das Clínicas para ser operada. De volta à OBAN (dias depois), soube que José Milton havia morrido.” (Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *dos filhos deste solo*, p. 65).

Segundo documentos extraídos do DOPS (SP), “consta que o fichado José Milton Barbosa é integrado à ALN e está na lista dos 21 terroristas mais procurados pelos órgãos de segurança”, o que significava que estava condenado à morte. (Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, *op. cit.*, p. 66).

Mesmo falecido, José Milton teve seus direitos políticos cassados por 10 anos e foi condenado, à revelia, pela 1ª Auditoria do Exército, em 14 de abril de 1972, à prisão perpétua.



Conheci-o na Faculdade de Economia da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), em 1968, onde ele estudou de 1967 a 1969, ano em que caiu na clandestinidade. Cursava o segundo ano do turno da noite e elegeu-se um dos dirigentes do Diretório Acadêmico.

José Milton foi membro efetivo do PCB, PCBR, MR-8 e ALN. Residia

no Leblon, em parceria com outros companheiros, em um apartamento alugado, que apelidávamos de “foguetete”, porque era um estreito triplex. Em cada andar, havia uma suíte, interligadas por uma escada interna em espiral. Depois, por questão de segurança, passou a morar no Centro, na rua Riachuelo, mudança que ajudei a fazer.

Nossas críticas ao PCBR baseavam-se na crença de que esse partido não estava encaminhando de fato a luta armada contra a ditadura. Sendo ele, na época, militar da ativa, embora não se recusasse a cumprir as determinações do partido, preocupava-se por estar fazendo trabalho de massa (assembleias, distribuição de panfletos, discursos), algo altamente discutível e perigoso naquela altura dos acontecimentos, para qualquer companheiro.

José Milton estabeleceu contato com o MR-8, que tinha uma visão “guevarista” ou “foquista” e qualificava o partido como uma organização burocrática e pesada que emperrava a Revolução. Discutíamos muito esta questão.

Eu estava em contato com o pessoal da organização do Carlos Marighella no Rio, cuja crítica aos partidos comunistas era similar. Juntos, José Milton e eu, passamos a questionar tais temas dentro do PCBR, o que nos deixou incompatibilizados com o partido, pois, na prática, estávamos destoando tanto da visão tática quanto da estratégica, tida como verdadeiro dogma.

Além disso, o sectarismo dos mais influentes companheiros do PCBR nos deixava chocados. Por exemplo, a cúpula determinava que tirássemos uma greve sem qualquer preparação. Como isto seria possível, em plena vigência do Ato Institucional nº 5, após o fechamento do Diretório Acadêmico, com a União Nacional dos Estudantes (UNE) silenciada, em meio a prisões, expulsões de alunos e professores com base no Decreto 477?

Pedimos desligamento do PCBR em abril de 1970.

José Milton filiou-se ao MR-8, cuja base de Niterói, infelizmente, começou a desmoronar. Nessa ocasião, filiei-me à organização do Marighella do Rio. Foi quando José Milton, em nome do seu grupo, pediu-me um contato com a ALN.

Uma reunião da ALN com três representantes do que sobrou da base do MR-8 de Niterói (quase todos abertos) foi realizada no meu apartamento em Ipanema. Compareceram, pelo MR-8, Mauro Fernandes de Souza, Paulo Amarante Barcellos, Zenaide Machado de Oliveira e Aldo de Sá Brito (vide Galeria de Heróis), pela ALN. Propunham a migração do pessoal do MR-8 para a ALN ou ações conjuntas.

Na faculdade, onde eu sempre encaminhava a posição do PCBR, José Milton nunca se pronunciava.

Procurou-me, certa vez, para dirigir um fusquinha que ele havia batido de frente em um poste, na Zona Norte. Estava com o rosto cortado. Havia sangrado muito. Queria evitar que o carro, cujo dono era também militante, fosse rebocado pela polícia. Levei-o a um médico para fazer uns curativos e, em vão, tentamos salvar o veículo, que se encontrava vigiado por policiais e com o vidro dianteiro em pedaços espalhados pelo asfalto com marcas de sangue. Deixei-o então na casa da sua namorada, Linda Tayah de Melo, que também estivera com ele no carro, na hora do acidente, mas quase nada sofrera.

José Milton demonstrava muita convicção em seus ideais e tinha muito orgulho de sua condição de revolucionário. Era discreto e muito mais do que corajoso; desassombrado. Lia muito e compreendia bem as conjunturas nacional e internacional. Quando desertou do Exército, caiu na clandestinidade.



Ao final de agosto de 1970, estive com José Milton pela última vez em um bairro da zona norte do Rio de Janeiro. Fomos almoçar e retratamos o cenário em que vivíamos, cujo derradeiro diálogo, constante no capítulo *O Fugitivo*, acho oportuno reproduzir:

— Zé, minha cabeça está fervilhando. Sinto-me totalmente queimado. O cerco se fechando. Em qualquer ação revolucionária que ocorre no Rio,

minha foto é mostrada às testemunhas para ver se me reconhecem. Proponho me congelar por um longo tempo, até me esquecerem. Irei para outra região do Brasil e ficarei isolado em um esquema de família. Tudo que sei e fizemos guardarei com orgulho na minha lembrança.

José Milton, membro da Direção Nacional da ALN, concordou plenamente comigo.

— Nego, infelizmente, nossa organização está esfacelada. Acho que todos os companheiros procurados deveriam ir para o exterior. Lá, aglutinaríamos nossas forças e realizaríamos uma conferência para redefinir rumos. A guerrilha urbana no Brasil acha-se esgotada; a guerrilha rural é a única perspectiva correta. Veja a revolução chinesa, cubana, vietnamita. Constatei isso agora, em maio, com a fracassada campanha da repressão, envolvendo 20.000 soldados, durante 40 dias, para aniquilar um grupo em treinamento, sob o comando do Lamarca, no Vale da Ribeira. Éramos 18 guerrilheiros apenas e conseguimos furar o cerco tático e estratégico do Exército.

— Você não quer vir conosco? — consultei-o.

— Não, companheiro. Vou tentar furar uma fronteira e repensar tudo, com cabeça fria, fora do Brasil. Não me entregarei vivo. Estou sendo acusado de ter matado o segurança do embaixador alemão. Mandaram-me avisar que vão me eliminar.



Nosso homenageado adorava jogar xadrez e fiquei feliz de lhe presentear alguns livros de teorias e partidas de grandes mestres, que ele estudou com afinco, tornando-se um respeitável aficionado. Revelou-me que, cada vez mais, gostava daquele jogo porque, não somente o ajudava a passar o tempo, recompondo partidas, ensinando outros companheiros e resolvendo problemas, mas porque simbolizava uma batalha, com tática, estratégia, frieza, raciocínio e se constituía em um verdadeiro método de análise e avaliação para nossas ações revolucionárias. Ademais, a maioria dos grandes mestres internacionais

pertencia ao bloco socialista, principalmente à então URSS.

Quando precisava se mudar (em decorrência da queda de algum companheiro sabedor de seu endereço), a primeira coisa que salvava era o tabuleiro, peças e livros de xadrez que lhe dera.



Apesar de identificado, o corpo de José Milton foi enterrado com nome falsificado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo.

Pelo Decreto nº 8.105, de 14 de setembro de 1988, do município do Rio de Janeiro, José Milton Barbosa é nome de uma rua localizada na 19ª Região Administrativa, em Paciência - Santa Cruz.

José Milton Barbosa é, por inúmeros motivos, o principal homenageado de *A Grande Partida: Anos de Chumbo!*

José Toledo de Oliveira



José Toledo de Oliveira nasceu a 17 de julho de 1941, em Uberlândia, Minas Gerais, e morreu a 21 de setembro de 1972, vítima de um tiro na cabeça, ao cair em uma emboscada no Araguaia. Seu pai, José Sebastião de Oliveira, era agricultor e sua mãe, Adaide de Toledo Oliveira, professora.

Assinava, com o pseudônimo de Sobral Siqueira, uma coluna fixa no periódico do jornal *Elo* do Sindicato dos Bancários.

Conheci-o na prisão da ilha das Cobras, no segundo semestre de 1969; Toledo era acusado de pertencer ao PCdoB . Advogado e funcionário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, entrou para a diretoria do Sindicato dos Bancários aos vinte anos. Fala mansa, nascido em Uberlândia, estatura mediana e cor clara, demonstrava muita convicção de seus ideais e firmeza na luta.

Contou-me que, semelhante aos demais companheiros de partido presos, também fora muito torturado no Cenimar. Havia sido sequestrado pelo DOPS de Minas Gerais, quando trabalhava, no dia 10 de agosto de 1969 e logo transferido para a ilha das Flores. Estava disposto a negar em juízo tudo o que fora forçado a assinar nos depoimentos da fase policial-militar, bem como a denunciar as torturas sofridas, o que ele realmente cumpriu.

Sonhávamos em fugir dali. Contei-lhe que os prisioneiros dos nazistas usavam supositório de alho para provocar uma febre benigna, mas que parecia uma doença grave, pois atingia a 40 graus. Em face de suspeita de febre tifoide, eram então encaminhados aos hospitais para tratamento, onde uma equipe de resgate dava-lhes fuga.

Dias depois, contou-me que havia utilizado o alho trazido por seus parentes, mas que não tivera febre, somente um calor descomunal que passou em poucas horas, como o provocado por qualquer chá de alho quente.

Conseguiu ser absolvido no Tribunal Militar; ao ser solto, saiu do banco e entrou para a clandestinidade, ingressando no PCdoB e lutando, em seguida, na Guerrilha do Araguaia.

Transcrevo a seguir trechos do livro *Direito à Memória e à Verdade*, extraídos da p. 212:

“Além da referência do ‘livro negro’ do Exército, o Relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, registra que José Toledo era ‘militante do PCdoB, utilizava o nome falso de José Antônio de Oliveira e os codinomes Vítório e Vítor. Participou da Guerrilha do Araguaia’”.

“(…) Antes de chegar à região do Araguaia, fora preso, tendo passado mais de um ano nos cárceres do Cenimar. Torturado, portou-se firmemente, não denunciando ninguém.

*Luiz Affonso Miranda da Costa
Rodrigues*



Conheci Luiz Affonso, então com 19 anos, em agosto de 1969, em um *ponto* com Aldo, no Rio de Janeiro, para ensinar-lhe a dirigir carro.

Devo ter-lhe ministrado três aulas.

Lembro de um diálogo com ele.

— Estamos precisando, urgentemente, montar um aparelho para abrigar companheiros procurados, possíveis feridos ou material revolucionário. Dá para ser em seu nome?

— Já me fizeram este encaminhamento, é tudo que posso lhe falar.



Filho de Álvaro Affonso Costa Rodrigues e Emília Miranda Costa Rodrigues, Luiz Affonso nasceu no Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1950. Era magrinho, ligeiramente alto, queixo pequenino e de cor clara.

Concluiu o curso primário na Escola José Alencar; o ginásial e o científico no Colégio Pedro II, de cujo grêmio estudantil elegera-se diretor ao lado de Aldo de Sá Brito e Marcos Nonato da Fonseca.

Amante das artes, lia muito, compunha música e tocava violão. Espírito alegre, gostava de futebol e torcia pelo Vasco.

Havia no grupo uma companheira, Paula, que tinha muita afinidade com ele. O pessoal brincava chamando-a de paquera do Afonso. Pernambucana, usava uma boinazinha daquelas que aparecem em fotos de Che Guevara e era parente do Chacrinha, que havia lhe presenteado com seus oculinhos de grau.

Na tarde de 25 de janeiro de 1970, Luiz Affonso faleceu dentro de um fusca, na rua Teodoro da Silva, Rio de Janeiro. Um de seus companheiros, sentado no banco traseiro, ao tentar desengatilhar uma metralhadora (capturada momentos antes na Fábrica de Projéteis de Artilharia do Exército), retirou dela o pente, mas não imaginou que restava ainda uma bala na agulha e, acidentalmente, efetuou o disparo que perfurou seus pulmões.

Tossindo golfadas de sangue, Luiz ainda balbuciou um “viva a revolução”. (Tércio, Jason. *A Espada e a Balança – Crime e Política no Banco dos Réus*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 148).

Seu atestado de óbito de nº 119.761 teve como declarante Durval Muniz Machado e informa que foi retirado do IML, a 29 de janeiro, tendo sido enterrado pela família no Cemitério São João Batista (RJ).

Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues é nome de um logradouro público na cidade do Rio de Janeiro, conforme constou no Decreto número 6.438 de 12 de janeiro de 1987, publicado no Diário Oficial de 14 de janeiro de 1987.

Luiz Carlos Prestes



Luiz Carlos Prestes simbolizava para mim uma lenda, um herói da resistência socialista que, apesar da democracia dos tempos JK e Jango, vivia na clandestinidade. No Calabouço, os estudantes o descreviam como uma figura emblemática que dominava, como ninguém, a ciência da revolução popular, sobretudo por sua experiência no comando da Coluna Prestes, fonte de inspiração da Grande Marcha de Mao Tsé-Tung.

Filho de um capitão do Exército, Prestes nasceu em Porto Alegre no dia 3 de janeiro de 1898. Aos cinco anos, mudou-se para o Rio de Janeiro. Treze anos mais tarde, ingressou na Escola Militar de Realengo, onde, em 1919, formou-se em engenharia. Dois anos depois, engajou-se no Movimento Tenentista, que defendia o voto secreto, a independência do Poder Judiciário e um Estado mais forte; lutava contra a Política do Café-com-Leite, que assegurava o predomínio de Minas Gerais e São Paulo na Presidência da República.

O Movimento Tenentista promoveu o Levante do Forte de Copacabana em 1922, participou da Revolução Paulista de 1924 e da própria formação da Coluna Prestes.

Com a patente de capitão, o jovem Prestes liderou o batalhão ferroviário de Santo Ângelo (RS), em apoio ao levante paulista de 5 de julho de 1924. Diante da iminente retomada da capital paulista pelas tropas federais, decidiram rumar para o interior. Em abril de 1925, apoiados pelos rebeldes gaúchos em Foz do Iguaçu, no Paraná, formaram o contingente que deu início à marcha da Coluna Prestes.

Um dos maiores feitos militares da história, a Coluna Prestes percorreu cerca de 25 mil km pelo interior do Brasil, apesar de perseguida por tropas

federais e estaduais, bem como por “coronéis” que dominavam os municípios. Seu trajeto foi maior do que a Grande Marcha, comandada por Mao; maior que o de Aníbal, general cartaginês, na guerra contra Roma, ao invadir a Europa pela Espanha, atravessar os Alpes e atingir a Itália; maior que a arrancada de Rommel pelo norte da África e que o percurso de ida e volta dos exércitos nazistas em seu ataque à URSS, durante a Segunda Guerra.

Depois de cobrir essa distância, passando por 13 estados brasileiros e impondo derrotas a seus perseguidores, a Coluna Prestes exilou-se na Bolívia a 3 de fevereiro de 1927.

Ao constatar um quadro de abandono e miséria da população por onde passava, Prestes não conseguiu encontrar respostas para tal contradição, dentro da lógica formal e da estrutura semifeudal, na qual o Brasil se inseria. Exilado na Bolívia, ele recebeu a visita do jornalista Astrojildo Pereira, secretário-geral do PCB, que lhe entregou alguns textos sobre a teoria marxista-leninista e, durante dois dias, travou um profundo diálogo sobre a realidade brasileira sob a ótica socialista.

Em 1930, Prestes rompeu com o Movimento Tenentista e lançou um manifesto declarando-se marxista; não aceitou sair candidato às eleições de 1930 sem ouvir previamente os tenentes e recusou o comando da Revolução de 1930 oferecido por Vargas, dizendo-lhe pessoalmente que a Revolução não passava de uma briga de oligarquias e que uma simples troca de governos não resolveria os problemas do país. Da mesma forma, recusou, posteriormente, a anistia concedida por Vargas, que lhe permitiria a reintegração ao Exército brasileiro.

De 1931 até 1934, Prestes morou na então URSS. Nesse período, conheceu Olga Benário, alemã, judia e militante comunista, ambos fugitivos de seus países de origem.

Em abril de 1935, Prestes e Olga chegaram ao Brasil. Durante a viagem, eles simulavam um casal em lua-de-mel, mas se apaixonaram e passaram a ser um casal de fato.

Três meses depois, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), tendo como lema “Pão, Terra e Liberdade”, liderada por Prestes, lançou um manifesto

exigindo a renúncia de Getúlio Vargas, que revidou, decretando a ilegalidade da ANL e determinando seu fechamento em julho de 1935.

Em novembro daquele ano, a insurreição, batizada pela direita de Intentona Comunista, fracassou. Foi desencadeada uma violenta caça aos comunistas, que visava principalmente à captura de Prestes, finalmente preso a 5 de março de 1936, ao lado de Olga, no subúrbio carioca do Meier.

Olga Benário foi extraditada para a Alemanha nazista em setembro de 1936 e mantida incomunicável na prisão de mulheres de Barnimstrasse, em Berlim, onde nasceu sua filha, Anita Leocádia Prestes. Seis anos depois, Olga foi executada em uma câmara de gás do Campo de Concentração de Bernburg.¹

Prestes permaneceu preso durante nove anos e foi libertado pela anistia de 1945. Apoiou o Movimento Queremista pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, de apoio a Getúlio Vargas. Naquele ano, o PCB reconquistava a legalidade e Prestes foi eleito senador pelo Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com estrondosa votação. Seu partido elegeu uma vigorosa bancada de deputados federais à Assembleia Nacional Constituinte.²

Vítima da Guerra Fria, com os Estados Unidos pressionando os governos ocidentais no mundo inteiro a combaterem a expansão do socialismo, o PCB, em abril de 1947, teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, no dia 7 de janeiro de 1948, toda a bancada do Partido foi cassada e o PCB forçado a lutar na clandestinidade, propondo uma revolução agrária e anti-imperialista.

No Manifesto de Agosto de 1950, Prestes e o PCB convocaram o povo para organizar uma Frente Democrática de Libertação Nacional, cujo braço armado seria um “exército popular”, capaz de substituir “a ditadura feudal-burguesa e serviçal do imperialismo, por um governo revolucionário”.

Além de optar pela luta armada para conquistarem o poder, os comunistas tiveram destacada participação nas campanhas pelo monopólio estatal do petróleo em 1952. Posicionaram-se contrariamente ao envio de soldados brasileiros para a guerra da Coreia, pela paz mundial, contra a carestia.

Infelizmente, na conjuntura de 1954, o PCB não foi capaz de perceber com objetividade o cenário real. Manteve atitude de distanciamento e severa crítica a Vargas.

Durante o auge da crise de 5 a 24 de agosto de 1954, o PCB e suas publicações não assumiram a defesa do governo contra o golpe em marcha. No dia da morte de Getúlio, *A Imprensa Popular*, jornal oficial do partido, estampou matéria chamando-o de “lacaio do imperialismo” com a manchete: “Abaixo o Governo de Traição Nacional”.

As principais participações do PCB, durante o segundo governo Vargas, foram a criação do Pacto de Unidade Intersindical, as participações na greve dos 300 mil em São Paulo (março/53) e na campanha “O Petróleo é Nosso”.



Meu primeiro encontro com Prestes aconteceu durante a visita do cosmonauta soviético Yuri Gagarin, a 29 de julho de 1961. Gagarin havia realizado o primeiro voo orbital tripulado da história e recebeu uma triunfal recepção em sua passagem pelo Rio de Janeiro. Particpei de uma caravana de vários ônibus, integrada principalmente por estudantes e trabalhadores, que saiu do Calabouço em direção ao Galeão. Retida pela Aeronáutica na ponte de acesso ao aeroporto, uma multidão se formou à espera da passagem de Gagarin.

Ali se encontravam várias celebridades, entre elas, Luiz Carlos Prestes, protegido por companheiros do partido.

Prestes, nessa época, desfrutava de alguma liberdade. Em 1955, o PCB apoiou a candidatura de Kubitschek à Presidência e, em 1958, houve o relaxamento da ordem de prisão preventiva contra ele.

Deparei-me frente a frente com Luiz Carlos Prestes, a lenda viva, com quem conversei rapidamente. Depois, ele discursou em cima de um caixote, perto do local onde me encontrava.

Prestes defendeu o reatamento das relações comerciais do Brasil com a então União Soviética, só concretizado em novembro daquele ano. Com ênfase, sustentou a tese da inevitabilidade do socialismo que sucederia ao capitalismo, porque este, concentrador de renda, culminaria por aguçar a contradição entre capital e trabalho, gerando uma porção cada vez maior de explorados contra um número cada vez menor de exploradores. A única solução adviria com a adoção do socialismo, cabendo aos comunistas, revolucionários e dirigentes da classe operária, conduzir o movimento enquanto catalisadores dessa transformação.

Afirmou ainda que a então URSS se encontrava no estágio socialista, cujo avanço social e científico em relação aos EUA estava mais do que comprovado.

Meu segundo encontro com Prestes foi a 10 de dezembro de 1989, no Rio de Janeiro, por ocasião do segundo turno das eleições presidenciais disputadas por Lula.

Pedro Castilho e eu fomos apanhá-lo no apartamento emprestado por Oscar Niemeyer, na Gávea, para levá-lo a uma entrevista, ao vivo, na rádio Continental do Rio de Janeiro, no programa Boca Livre, dirigido pelos irmãos Guilherme e Fernando Gutman, entre dezoito e dezenove horas. Discutimos com Prestes sobre a possibilidade de gravar a entrevista e depois colocá-la no ar. Ele foi incisivo, fez questão de falar de viva voz.

Prestes, que chegou a ser aclamado presidente de honra do PDT, apoiou Leonel Brizola no primeiro turno e havia redigido uma nota de apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno.

Foi um privilégio tê-lo no carro por duas horas, fruir de sua erudição e experiência revolucionária. Gravei a entrevista, que guardo até hoje.

Conversamos sobre os movimentos políticos em vários países, o que ampliou meus conhecimentos, quando perguntei:

— Senador, porque os movimentos revolucionários, desde a Revolução Cubana, pelo menos aparentemente, estão arrefecidos?

— E a África e Ásia? — respondeu, iniciando um longo e minucioso depoimento sobre a geopolítica mundial.

Como ele estava bem informado e atualizado! É assustadora a nossa desinformação; por exemplo, existem movimentos revolucionários que desconhecemos porque não são divulgados pela mídia! Povos que resistem ao colonialismo e à dominação; que preferem morrer a se entregar.

Prestes aparentava tranquilidade, sabedoria e estampava um sorriso afável.

Perguntei-lhe qual a melhor qualidade e o pior defeito de Leonel Brizola.

— Como político, para o eleitor, a melhor qualidade é a coragem que ele tem para defender suas posições e ideias. Os eleitores gostam disto. Seu maior defeito é a impaciência para organizar e construir o partido.

Questionado, em entrevista, sobre a razão do seu apoio, no primeiro turno, ao líder do PDT, Prestes respondeu que, para ele, Brizola fora protagonista do episódio de grandiosa coragem da história política brasileira: a Rede da Legalidade, em 1961. Além do que, Brizola nunca renunciou ao nacionalismo, aos princípios democráticos ou às causas populares.

Prestes sempre foi coerente. Mesmo doente de leucemia e com insuficiência renal, morreu lutando por seus ideais, aos 92 anos, a 7 de março de 1990, deixando, além de uma legião de admiradores, *dona Maria do Carmo Ribeiro Prestes* (nascida Altamira Rodrigues Sobral), viúva de seu segundo casamento, com quem teve sete filhos e 22 netos.

¹Trecho da última carta escrita por Olga, 33 anos, momentos antes de ser enviada para a câmara de gás, em Bernburg. Alemanha, 1942:

“Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo. Prometo-te agora, ao despedir-me, que até o último instante não terão porque se envergonhar de mim. Quero que me entendam bem: preparar-me para a morte não significa que me renda, mas sim saber fazer-lhe frente quando ela chegar... Até o último momento manter-me-ei firme e com vontade de viver. Agora vou dormir, para ser mais forte amanhã. Beijo-os pela última vez...”

²Abílio Fernandes, Agostinho de Oliveira, Alcedo Coutinho, Alcides Sabença, Batista Neto, Carlos Marighella, Claudino Silva, Caires de Brito, Francisco Gomes, Gregório Bezerra, Henrique Oest, Jorge Amado, João Amazonas, José Maria Crispim, Maurício Grabois (líder), Oswaldo Pacheco e Trifino Correia.

Marcos Nonato da Fonseca



Carioca, afrodescendente, de origem humilde, filho de Otávio Fonseca e Leda Nonato Fonseca, Marcos Nonato da Fonseca nasceu no dia primeiro de junho de 1953.

Aos 14 anos, participou, em 1968, de política estudantil, tendo sido eleito um dos diretores do Grêmio do Colégio Pedro II, no Rio, junto com Aldo Sá Brito e Luiz Affonso Miranda.

Conheci Marcos, *Valter*, com 16 anos de idade, por volta de junho de 1969, como membro da ALN. Era de baixa estatura, moreno claro e tinha os cabelos anelados. Nessa época, ministrei-lhe aulas de direção, usando nosso fusquinha azul.

Em um dos encontros com Marcos Nonato, no Rio de Janeiro, fomos, com os dois companheiros acima, treinar tiro com revólver, calibre 38, no Recreio dos Bandeirantes, na época, um deserto cheio de mato, ainda com estradas de barro.

Reencontrei, por uma única vez, Marcos Nonato em Belo Horizonte, por volta de agosto de 1970.

Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, p.301:

“Durante alguns meses, atuou no regional de Minas Gerais [Belo Horizonte], participando do assalto a banco que terminou na prisão e morte de Aldo de Sá Brito Souza Neto em janeiro de 1971. Depois disso, retornou ao Rio de Janeiro, sendo posteriormente deslocado para São Paulo.”

Guardo dele a imagem de um jovem, quase menino, inteligente e

determinado na luta contra a tirania. Acho que o seu ponto fraco consistia em subestimar o inimigo, a ponto de negligenciar a segurança, o que concorreu para a sua própria morte, quando, junto a outros três companheiros, intensamente procurados, almoçava em um restaurante da capital paulista.

Segundo o boletim do GTNM, assim se deu o assassinato do estudante secundarista Marcos Nonato:

“Numa tarde, 14 de junho de 1972, quatro jovens se reuniram no interior do restaurante Varella, na Mooca, São Paulo. Não por casualidade, nem pelo gozo do afeto ou da alegria de amigos — eles não se encontravam como os parceiros de mil outras mesas de tardes paulistas, embora não carecessem de risos e gestos de ternura. O que os distinguiu era a determinação do olhar, o manejo dos escassos minutos daquele encontro, e terem suas fotos afixadas em cartazes nos aeroportos e estações rodoviárias do país, com dizeres da feroz perseguição da ditadura. Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca, Antônio Carlos Bicalho Lana e Ana Maria Nacinovic Corrêa foram então reconhecidos pelo dono do restaurante, Manuel Henrique de Oliveira, alcaguete da polícia, e que, de imediato, os denunciou ao DOI-CODI de São Paulo. Fortemente armados, os agentes montaram a emboscada e atacaram furiosamente. Antônio Carlos foi o único que escapou, ferido. Iuri, Marcos Nonato e Ana Maria foram assassinados e seus corpos brutalmente espancados pelos policiais.”

Seu corpo foi sepultado no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro, por seus familiares.

Pelo Decreto nº 6.438, de 12 de janeiro de 1987, publicado no Diário Oficial, de 14 de janeiro de 1987, Marcos Nonato da Fonseca teve seu nome reconhecido em um logradouro público no bairro de Bangu, na cidade do Rio de Janeiro.

Em 2006, por iniciativa do Grupo Tortura Nunca Mais, foi agraciado com a Medalha de Resistência Chico Mendes.



Trecho da última carta enviada à família, seis meses antes de sua morte:

Brasil, 30 de dezembro de 1971

(...) Estou escrevendo novamente, depois de um longo tempo sem mandar notícias. (...) O povo perdeu combatentes de valor, como Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca e tantos outros. Mas apesar disso, nossa luta não terminou, porque é a luta de um povo contra seus opressores... Estou me lembrando que amanhã vão fazer dois anos em que estivemos juntos pela última vez. Foi numa passagem de ano de 69 para 70... Não me arrependo do caminho que escolhi... Até uma outra vez.

Seu saudoso filho, Marcos Nonato Fonseca.

Paulo César Botelho Massa



Paulo César foi meu colega da Faculdade de Economia da Universidade da Guanabara e diretor eleito do Diretório Acadêmico Pedroso Horta. Filho do general Cristóvan Sanches Massa e da professora Laís Maria Botelho Massa, nasceu no Rio de Janeiro, a 5 de outubro de 1945. Esbelto, com quase um metro e noventa de altura, tinha olhos verdes, cabelos pretos e anelados. O caso da violência que sofremos pela participação na política sindical dos petroleiros do Rio de Janeiro havia sido amplamente divulgado no movimento estudantil, de forma que todos os colegas e a própria direção da Faculdade de Economia tomaram conhecimento da intervenção no sindicato e da minha demissão da Petrobrás.

Paulo, então funcionário do Banco do Brasil,¹ procurou-me para prestar solidariedade e se inteirar mais dos detalhes do movimento operário, demonstrando interesse em atuar mais seriamente na luta pelo resgate da democracia e pelo socialismo.

Nossa convivência fez com que adquiríssemos total confiança para revelarmos, espontaneamente, pontos de vista, opção socialista e planos de ação.

Logo após o AI-5, o Diretório Acadêmico foi fechado e todos os seus diretores enquadrados em IPM.² Lembro-me com clareza de nossos diálogos naqueles idos de 1969, meses antes de eu ser preso:

— Companheiro, a ditadura liquidou com todas as vias democráticas, impedindo-nos de encaminhar a luta pelo restabelecimento do estado de direito pela via pacífica — dando a entender claramente que eu fazia parte de uma organização revolucionária.

Paulo manifestou ardente desejo de partir para a luta armada. Não escon-

deu que seu pai era general-de-brigada, embora descontente porque muitas de suas referências políticas haviam sido cassadas, como o ex-governador Carlos Lacerda.

Levei ao conhecimento de Aldo e Hélcio, coordenadores do grupo do Marighella, a história do companheiro Paulo César, que estava disposto a se engajar na organização, prevenindo-os de que se tratava de um candidato advindo da classe média alta e cujo pai era militar da reserva e de alta patente do Exército. Deixaram a meu critério a responsabilidade por sua aprovação, recomendando que fizesse a mais apurada e detalhada sindicância sobre ele.

Fui até seu apartamento na rua Pompeu Loureiro, em Copacabana. Logo na entrada, dependurado na parede da ampla sala de visitas, havia uma foto de um oficial fardado com as divisas de general-de-brigada. Em seu quarto, a mesa de estudos e uma estante com livros didáticos em sua maioria de economia e de política. Paulo César tornou-se um estudioso de todas as revoluções populares e das obras de Marx, Lênin e Guevara.

Paulo contou-me que era reservista de 1ª Categoria, pois havia servido ao Exército no Forte de Copacabana e deu-me cópia de excelentes textos que escrevera sobre as três revoluções que mais cultuávamos: a soviética, a chinesa e a cubana. Confidenciei-lhe, ali no seu quarto de estudos, como empreendíamos a luta.

— Todos nos utilizamos de um nome fictício. Nossa organização nasceu de uma cisão no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Aqui no Rio de Janeiro, três expoentes máximos do partido, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho optaram pela criação de um novo partido que passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

— E quem são esses companheiros do MR-8 que a Marinha noticiou que prendeu? — perguntou-me.

— Os companheiros que romperam com o PCB em Niterói criaram um jornal de divulgação de sua linha política com o título de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), data da captura de Che Guevara, igualmente optando pela luta armada para derrubar a ditadura e implantar um governo popular e revolucionário. A Marinha deu a esse grupo o nome do jornal MR-8,

porque não tinha como identificá-los. Em São Paulo, os dissidentes do PCB se aglutinaram em torno do líder Carlos Marighella, que foi deputado da Constituinte de 1945 e membro do Comitê Central. A maior parte dos quadros naquele estado rompeu com o partido e o seguiu.

Paulo submeteu-se a vários testes antes de se filiar à nossa organização. Cobriu pontos, transportou valores e armas, guardou segredos, planejou ações e, após passar pelo “batismo de fogo” (participar de uma ação armada), foi finalmente aprovado e incorporado à ALN, em meados de 1969, tendo adotado o codinome de General (seria uma homenagem a seu pai?) e, posteriormente, Lima.

Desde que fui preso nunca mais soubera notícias de Paulo César; só após a abertura política, tomei conhecimento do seu desaparecimento, através do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. Preso e barbaramente torturado, consta que não abriu o nome de nenhum companheiro.

Procurei conhecer seus pais. Ao retornar à Petrobrás em função da anistia política, fui apresentado ao Sílvio Massa, primo do Paulo César, de quem me tornei um grande amigo e que me apresentou ao general Cristóvan e à dona Laís, a quem relatei a marcante convivência que tive com Paulo, sem nada omitir. Visitamo-nos por várias vezes. O apartamento deles era o mesmo, onde décadas antes estivera cumprindo a “tarefa revolucionária” de avaliação e recrutamento para incorporá-lo em nossa difícil e quase suicida luta contra a ditadura. É indescritível a dor que padeceram, procurando em vão pelo filho desaparecido. Quando nos entreolhávamos, uma torrente de lágrimas desaguava sobre três rostos desfigurados e uma triste emoção carregada de revolta tomava conta de nossos espíritos.

Sílvio Massa, colega do Serviço de Planejamento da Petrobrás, brindou-nos com o texto a seguir, numa justa homenagem ao nosso heroico resistente:

“Um primo muito querido, um idealista em relação aos destinos do ser humano e um realista na ação e reação às forças dominantes.

Era filho de general, sobrinho de três generais e primo de outros oficiais graduados do Exército brasileiro. É importante salientar que os militares

da família Massa sempre tiveram elevado conceito profissional e eram respeitados pelas atitudes onde a retidão de caráter e respeito aos princípios cívicos mais despontavam.

Convivemos sempre em família e, a minha em particular, com os pais de Paulo César.

Ao final dos anos 50, já despontava como jovem brilhante, de inteligência aguçada que não era apagada pela enorme sensibilidade e propósitos humanísticos.

Recebeu um prêmio em literatura, julgado por Manuel Bandeira e Rachel de Queiroz. O texto foi uma carta dirigida à mãe, no seu dia comemorativo. Foi bem colocado no vestibular de Ciências Econômicas e no concurso para o Banco do Brasil.

É a partir daí que nossa relação se estreita. Discutíamos sobre o real significado da Economia ser apenas uma técnica a favor da política do poder ou uma política que subordinaria a técnica aos interesses mais abrangentes de toda a sociedade. Estudar o marxismo como poderoso meio de análise do sistema capitalista era o que mais motivava nossas discussões. Algumas vezes me visitava na própria sede da Petrobrás.

Após o golpe de 1964, nos encontrávamos em lugares mais seguros e, em certa ocasião, revelou-me que iria filiar-se a movimentos de resistência aos militares. Disse-me ter comunicado aos pais e abandonado o vínculo com o Banco do Brasil. Não queria comprometer colegas de trabalho e a família. Fui chamado pelos primos Cristóvan Massa e Laís Botelho Massa que, preocupados com o destino dele, me informaram de sua mudança para Lambari (MG). O propósito era deixar livre o apartamento da rua Pompeu Loureiro para abrigar Paulo César. A luz mantida acesa na sala era o sinal de que ele estava usando o apartamento. No início dos anos 70, Cristóvan e Laís coordenaram uma ação em família para angariar recursos para Paulo César deixar o país. A partir de janeiro de 1972, não obtivemos mais notícias dele. Entre 1974 e 1975, fui transferido a trabalho para França, onde as esperanças de abrigá-lo renasceram, deixando felizes os seus pais. Descobrir onde ele estava e em que condição passou a ser o propósito maior da família.

Passo a registrar o que me foi dito por Cristóvan e Laís na mais dolorosa busca de um filho, enfrentando todas as circunstâncias adversas e batendo às portas do Regime Militar. Por interferência do general Adalberto Massa, o general Figueiredo, então Chefe do SNI, recebe em Brasília, dona Laís. Figueiredo mostra-lhe fotos de Paulo César e diz que foram obtidas em Cuba. Laís volta feliz e tenta obter mais informações. Alguns meses depois foi constatado que se tratava de fotomontagem. Laís dirige-se ao Cenimar e é recebida pelo Chefe do Centro de Informações. Ele a reconhece imediatamente e faz menção ao tempo do Grajaú onde eram vizinhos. Com muito carinho, se coloca a sua disposição e formulou a pergunta clássica: “O que a senhora quer?” Laís disse-lhe que procurava Paulo César, desaparecido desde 1972. O comandante abruptamente encerrou a audiência e pediu para ela se retirar.

Finalmente, Cristóvan e Laís, obtiveram em Brasília a trágica informação de como Paulo César fora assassinado: cortaram-lhe as mãos, os pés, as pernas. Seu corpo foi ensacado e jogado no mar.

Laís e Cristóvan Massa coligiram documentos, fotos e depoimentos sobre Paulo César e prepararam dois volumes, que registram os 13 anos de busca do destino do filho. Um foi presenteado a mim e o outro ao Francisco Soriano, com quem mantiveram estreita amizade. Terminei esse meu testemunho sobre Paulo César utilizando apenas uma reflexão e um lamento de seus pais, contidas nos referidos volumes, e que simbolizam a dor da perda do filho e a revolta contra aqueles que assassinam idealistas.

A reflexão:

“Em 18 de julho de 1985, na Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, durante o encontro com o coronel Francisco Homem de Carvalho, comandante da Polícia do Exército à época da prisão e desaparecimento de Paulo César, e ao examinar as fotos apresentadas por Cristóvan, declarou nunca o haver visto nem ouvido falar em seu nome. — Que cínico! Vá ser porco assim no inferno”. Essa foi sua íntima reação.”

O lamento:

“Adquiri uma sepultura no cemitério São João Batista... só falta ele. Por ironia

do destino, próxima a do presidente responsável pelo seu covarde desaparecimento, Emilio Garrastazu Médici. Que ironia do destino!”

Realmente, Cristóvan Massa e dona Laís me elaboraram um minucioso memorial sobre o que a imprensa divulgou sobre seu filho e assim narraram para o livro *A História do Vice-Presidente, o Que Tomou Vergonha*, de Evaldo Diniz, Livraria Freitas Bastos, 1988, o drama do “desaparecimento” de seu filho:

“Em 7 de julho de 1971, por razões óbvias, já cursando o terceiro ano da faculdade, Paulo César nos comunicou que iria se retirar de casa, afirmando: “A mim não cabe o direito de trazer problemas para vocês”. Mas sempre nos procurava ao final de cada mês para um abraço carinhoso, já que decidíamos morar fora do Rio.

Ele era um dos jovens que se preocupavam com as desigualdades sociais, a miséria e a fome das populações carentes, e as tristes estruturas políticas que algemavam o nosso país. Este era o seu caráter que, entre outras facetas, entendia que deveria defender seus ideais, suas convicções mesmo com a própria vida.

Precisamente no dia 29 de janeiro de 1972, nosso filho nos procurou para um momento de carinho filial. O último. Nunca mais o vimos...”

Por iniciativa do Grupo Tortura Nunca Mais, este valoroso revolucionário foi agraciado com a Medalha Chico Mendes de Resistência, em solenidade realizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no dia primeiro de abril de 1993.

Reproduzo trechos do comovente pronunciamento de dona Laís, naquela oportunidade:

(...) Paulo César Botelho Massa já é um nome de praça pública no Pontal de Sernambetiba, na cidade do Rio de Janeiro, ao lado de ruas com os nomes de companheiros que lutaram e morreram na vanguarda da resistência democrática, na década de 70.

É muito importante para nós — pais, família, amigos, anônimos democratas, que se restabeleça a verdade para resgate da ‘memória essencial’ a que se referiu o poeta Alex Polari — ele também ex-presos político — que pertence a todos nós — dos que sobreviveram às torturas, dos desaparecidos políticos, dos familiares. É patrimônio da democracia.

A verdade é que Paulo César viveu um ideal e por ele morreu. Sonhou grande, mas esse sonho não foi em vão. As sementes da democracia que marcaram os capítulos da nossa história foram jogadas novamente a terra. E regadas com o sangue de muitos. Não morreram. O sangue derramado em décadas anteriores abriu caminho para a liberdade e para a democracia.

Agradecendo ao GTNM-RJ e às oito entidades ligadas a defesa dos direitos humanos a distinção conferida ao nosso filho, queremos deixar aqui, diante de todos, o testemunho do nosso amor por Paulo César e pela pátria, por esse Brasil a quem ele consciente, deliberada e dignamente fez doação de seu bem maior: a vida.”

¹Tomou posse em 29 de setembro de 1965, na Agência de Paranaguá, PR, e, posteriormente, trabalhou na Agência Livramento, Rio de Janeiro, tendo sido desligado em 15 de novembro de 1971.

²*Diário de Notícias*, 16 de dezembro de 1969, 1ª Seção, P. 2: “O Procurador Osiris Josephson – da 2ª Auditoria do Exército — por absoluta carência de provas, capazes de alicerçar uma denúncia — requereu ao Juiz Helmo Sussekind o arquivamento do IPM em que estão indiciados seis estudantes da Faculdade de Economia da Universidade do Estado da Guanabara. São eles: Sylvio Renan Ulyssea de Medeiros (presidente do Centro Acadêmico Pedroso Lima), César Castro e Silva (vice-presidente), Sebastião Mendes Filho (secretário), Rui Afonso Guimarães (tesoureiro), *Paulo César Botelho* Massa (diretor social) e Francisco Eno Viana de Sousa (diretor cultural)”.

*Infelizmente, faltam maiores dados sobre algumas vítimas relacionadas a seguir.
A pesquisa, sobre outros mortos e desaparecidos, prossegue.*

Mortos e Desaparecidos pela Ditadura

Abelardo Rausch Alcântara, bancário, morto sob tortura em 13/02/70 – Brasília.

Abílio Clemente Filho, estudante, desaparecido em 10/04/71 – Santos (SP).

Adão Faustino, operário, morto na “Revolta dos Motoqueiros” em 06/02/79 – Passo Fundo (RS).

Adauto Freire da Cruz, camponês, Ligas Camponesas, morto em 13/05/79 – Petrópolis (RJ).

Aderval Alves Coqueiro, pedreiro, MRT, morto em 06/02/71 – Rio de Janeiro.

Adriano Fonseca Filho, funcionário público, PCdoB, desaparecido em 13/12/70 – Araguaia.

Afonso Henrique Martins Saldanha, professor, PCB, morto em 08/12/74 – Rio de Janeiro.

Alberi Vieira dos Santos, sargento da Brigada Gaúcha (RS), morto em 10/01/79 – Paraná.

Albertino José de Oliveira, camponês, Ligas Camponesas, morto em 24/04/64 – Vitória de Santo Antão (PE).

Alberto Aleixo, gráfico, PCB, morto em 07/08/1975 – Rio de Janeiro.

Alexandre Soares de Oliveira, operário, PCdoB, morto em 14/09/69 – Bodocó (PE).

Aldo de Sá Brito de Souza Neto, estudante, ALN, morto sob tortura em 07/01/71 – Belo Horizonte (MG) [vide Galeria de Heróis].

Alberto Aleixo, gráfico, PCB, morto vítima de torturas em 07/08/75 – Rio de Janeiro.

Alberto Pierobon, padre, morto em 1976 – Paraná.

Alceri Maria Gomes da Silva, operária, VPR, morta em 10/05/70 – São Paulo.

Alex de Paula Xavier Pereira, estudante, ALN, morto em 20/01/71 – São Paulo.

Alexander José Ibsen Voerrees, estudante, MOLIPO, morto em 27/02/72 – São Paulo.

Alexandre Vannucchi Leme, geólogo, ALN, morto sob tortura em 17/03/73 – São Paulo.

Alexandre Von Baumgarten, jornalista, morto em 25/10/1982 – Rio de Janeiro.

Alfeu de Alcântara Monteiro, col. Aer., morto em 04/04/64 – Canoas (RS).

Almir Custódio de Lima, metalúrgico, PCBR, morto em 27/10/73 e seu corpo incendiado dentro de um carro em Jacarepaguá – Rio de Janeiro.

Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, bancário, VPR, morto sob tortura e

desaparecido em 21/05/71 – São Paulo.

Alvemar Moreira de Barros, camponês, VAR-Palmares, morto em 23/03/70 – Porto Alegre.

Alvino Hagel, PTB, preso e torturado em 11/03/66 e morto em 23/12/66 – Porto Alegre.

Amaro Félix Pereira, camponês, PCR, morto entre 1971/1972 – Barreiros (PE).

Amaro Luiz de Carvalho, líder camponês, PCR, envenenado na prisão em 22/08/71 – Pernambuco.

Ana Maria Nacinovic Corrêa, universitária, ALN, morta em 14/06/72 – São Paulo.

Ana Rosa Kucinski Silva, professora, ALN, desaparecida em 22/04/74 – São Paulo.

Anatália de Souza Melo Alves, PCBR, morta sob tortura em 22/01/73 – Recife.

André Grabóis, estudante, PCdoB, desaparecido em 14/10/73 – Araguaia.

Ângelo Arroyo, metalúrgico, PCdoB, morto em 16/12/76 – São Paulo.

Ângelo Cardoso da Silva, MG3, morto em 23/04/70 – Porto Alegre.

Ângelo Pezzuti da Silva, médico, COLINA, exilado, morto em acidente de carro em 11/09/73 – França.

Antogildo Pascoal Vianna, diretor da Federação dos Estivadores, morto em 08/04/64 – Rio de Janeiro.

Antônio Alfredo de Lima, camponês, desaparecido em 14/10/73 – Araguaia.

Antônio Araujo Veloso, camponês, PCdoB, morto em 31/08/1976 – Araguaia.

Antônio Bem Cardoso, estudante, ALN, morto em 01/06/1970 – Jati (CE).

Antônio Benetazzo, universitário, MOLIPO, morto em 30/10/72 – São Paulo.

Antônio Carlos Bicalho Lana, estudante, ALN, morto sob tortura em 30/11/73 – São Paulo.

Antônio Carlos Monteiro Teixeira, geólogo, PCdoB, desaparecido em 20/09/72 – Araguaia.

Antônio Carlos Nogueira Cabral, universitário, ALN, morto sob tortura em 11/02/1972 – São Paulo.

Antônio Carlos Silveira Alves, universitário, morto em 01/04/64.

Antônio de Pádua Costa, universitário, PCdoB, desaparecido em janeiro de 1974 – Araguaia.

Antônio dos Três Reis Oliveira, universitário, ALN, desaparecido em 10/05/70 – São Paulo.

Antônio Ferreira Pinto, alfaiate, PCdoB, desaparecido em 14/01/74 – Araguaia.

Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, estudante, PCdoB, desaparecido em janeiro de 1974 – Araguaia.

Antônio Henrique Pereira Neto, padre, morto sob tortura em 27/05/69 – Recife.

Antônio Joaquim de Souza Machado, advogado, VAR-Palmares, morto sob tortura e desaparecido em 15/02/71 – Rio de Janeiro.

Antônio Marcos Pinto de Oliveira, estudante, VAR-Palmares, morto sob tortura e desaparecido em 29/03/72 – Rio de Janeiro.

Antônio Raymundo de Oliveira Lucena, operário, VPR, morto em 20/02/70 – Atibaia (SP).

Antônio Sérgio de Mattos, universitário, ALN, morto em 23/09/71 – São Paulo [vide Galeria de Heróis].

Antônio Teodoro de Castro, universitário, PCdoB, desaparecido em 25/12/73 – Araguaia.

Ari da Rocha Miranda, ALN, morto em acidente com arma em junho de 1970 – São Paulo.

Ari de Oliveira Mendes Cunha, morto em 01/04/64 – Rio de Janeiro.

Arildo Airton Valadão, universitário, PCdoB, morto em 24/11/73 – Araguaia.

Armando Teixeira Frutuoso, PCdoB, morto em 30/08/75 – Rio de Janeiro.

Arnaldo Cardoso Rocha, estudante, ALN, morto sob tortura em 15/03/73 – São Paulo [vide Galeria de Heróis].

Arno Preis, advogado, MOLIPO, morto em 15/02/72 – Goiás.

Ary Abreu Lima da Rosa, morto sob tortura em novembro de 1970 – Rio Grande do Sul.

Augusto Soares Ferreira, gráfico, membro do CGT, morto em 01/04/64, tentando dar fuga ao irmão – Gov. Valadares (MG).

Áurea Eliza Pereira, universitária, PCdoB, desaparecida em 13/06/74 – Araguaia [vide Galeria de Heróis].

Aurora Maria Nascimento Furtado, universitária, ALN, morta sob tortura em 10/11/72 – Rio de Janeiro.

Avelmar Moreira de Barros, chacareiro, morto no DOPS gaúcho em 25/03/70 – Rio Grande do Sul.

Aylton Adalberto Mortati, universitário, MOLIPO, morto sob tortura, desaparecido em 04/07/71 – São Paulo.

Benedito Gonçalves, metalúrgico, morto na repressão de uma greve em 20/08/79 – Divinópolis (MG).

Benedito Pereira Serra, camponês, morto em 18/04/64 – Belém.

Bergson Gurjão Farias, universitário, PCdoB, morto em combate em 08/05/73 – Araguaia.

Bernardino Saraiva, 2º sargento do Exército, morto em 14/04/64 – São Leopoldo (RS).

Boanerges de Souza Massa, médico, MOLIPO, desaparecido em 21/06/72 – Pindorama (TO).

Caiuby Alves de Castro, bancário, PCB, desaparecido em 21/11/73 – Rio de Janeiro.
Carlos Alberto Maciel Cardoso, marinheiro, ALN, morto em 13/11/1971 – Rio de Janeiro.
Carlos Alberto Soares de Freitas, sociólogo, VAR-Palmares, desaparecido em 15/02/71 – Rio de Janeiro.
Carlos Antunes da Silva, estudante, Grupo dos Onze, morto em 16/01/1970 – Belo Horizonte.
Carlos Eduardo Pires Fleury, universitário, MOLIPO, morto em 10/12/71 – Rio de Janeiro.
Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército, MR-8, morto em 17/09/71 – Bahia.
Carlos Lima Aveline, advogado, PCB, morto em 17/03/1974 – Bahia.
Carlos Marighella, ex-deputado federal, ALN, morto em 04/11/69 – São Paulo [vide Galeria de Heróis].
Carlos Nicolau Danielli, jornalista, PCdoB, morto sob tortura em 30/12/72 – São Paulo.
Carlos Roberto Zanirato, soldado do Exército, VPR, morto em 25/06/69 – São Paulo.
Carlos Schirmer, comerciante, RAN, morto sob tortura em 05/05/64 – Belo Horizonte.
Carmem Monteiro Jacomini, exilada, MR-8, morta em abril de 1977 – França.
Cassimiro Luiz de Freitas, faleceu no dia 19/03/70, vítima de torturas na prisão, três dias depois de solto – Pontalina (GO).
Catarina Helena Abi-Eçab, morta em uma explosão de carro em 08/11/68 – Vassouras (RJ).
Célio Augusto Guedes, dentista, PCB, morto sob tortura em 15/08/71 – Rio de Janeiro.
Celso Gilberto de Oliveira, corretor de imóveis, VPR, morto sob tortura em 26/12/70 – Rio de Janeiro.
Chael Charles Schreier, universitário, VAR-Palmares, morto sob tortura em 22/11/69 – Rio de Janeiro.
Cilon da Cunha Brun, universitário, PCdoB, desaparecido em 25/12/73 – Araguaia.
Ciro Flávio Salazar Oliveira, universitário, PCdoB, morto em combate em 30/09/72 – Araguaia.
Clodoaldo Teixeira, estudante, morto na “Revolta dos Motoqueiros” em 05/02/1979 – Passo Fundo (RS).
Cloves Dias Amorim, operário, morto em uma manifestação de rua em 23/10/68 – Rio de Janeiro.
Custódio Saraiva Neto, estudante, PCdoB, desaparecido em 25/12/73 – Araguaia.

Daniel José de Carvalho, estudante, VPR, desaparecido em 13/07/1974 – Medianeira (PR).

Daniel Ribeiro Callado, metalúrgico, PCdoB, desaparecido em 28/06/74 – Araguaia.

David Capistrano da Costa, ex-deputado, PCB, desaparecido em 16/03/74 – trajeto São Paulo e Rio Grande do Sul.

David de Souza Meira, marítimo, morto em uma manifestação pública em 01/04/68 – Rio de Janeiro.

Dênis Antônio Casemiro, operário, VPR, desaparecido em 18/05/71 – São Paulo.

Dermeval da Silva Pereira, advogado, PCdoB, desaparecido em janeiro de 1974 – Araguaia.

Devanir José de Carvalho, metalúrgico, MRT, morto em 07/04/71 – São Paulo.

Dilermano Melo do Nascimento, advogado, suicídio após o interrogatório em 14/08/64 – Rio de Janeiro.

Dimas Antônio Casemiro, gráfico, MRT, morto em 17/04/71 – São Paulo.

Dinaelza Soares Santana Coqueiro, universitária, PCdoB, desaparecida em 08/04/74 – Araguaia.

Dinalva Oliveira Teixeira, geóloga, PCdoB, desaparecida em julho 1974 – Araguaia.

Diógenes de Arruda Câmara, PCdoB, preso e torturado em 1969 e solto em 1972, morto em 25/11/79 – São Paulo.

Divino Ferreira de Souza, camponês, PCdoB, desaparecido em 14/10/73 – Araguaia.

Divo Fernandes de Oliveira, marinheiro, PCB, desaparecido em 1964 – Rio de Janeiro.

Djalma Carvalho Maranhão, prefeito de Natal (RN), PTN, cassado em 1964, morto em 30/07/71 – Montevideú.

Domingos Inácio da Silva, camponês, morto em 1967 – Pernambuco.

Dorival Ferreira, líder operário, ALN, morto e desaparecido em 03/04/70 – São Paulo.

Durvalino Porfírio de Souza, camponês, desaparecido em 1973 – Goiânia.

Edgard de Aquino Duarte, cabo da Marinha, morto em junho de 1973 – São Paulo.

Edmur Péricles Camargo, M3G, desaparecido em julho de 1974 – na fronteira Brasil-Argentina.

Edson Luis de Lima Souto, estudante, morto em uma manifestação em 28/03/68 – Rio de Janeiro.

Edson Neves Quaresma, ex-sargento da Marinha, VPR, morto em 05/12/70 – São Paulo.

Edu Barreto Leite, 3º sargento do Exército, morto em 13/04/64 – Rio de Janeiro.

Eduardo Antônio da Fonseca, estudante, ALN, morto em 23/09/71 – São Paulo.
Eduardo Collen Leite (Bacuri), técnico em telefonia, ALN, morto sob tortura em 08/12/70 – São Sebastião (SP).

Eduardo Collier Filho, universitário, APMML, desaparecido em 23/02/74 – Rio de Janeiro.

Eduardo Gonzalo Escabosa, Monteneros, argentino, suicidou-se em 02/08/80 (tomando cianureto) ao ser preso – Foz do Iguaçu (PR).

Eivaldo de Palha Freire, ALN, morto em 01/07/70 – Rio de Janeiro.

Eliane Canhedo Guimarães dos Santos – morta em 14/06/71 – Goiânia.

Elmo Corrêa, universitário, PCdoB, desaparecido em 25/12/73 – Araguaia.

Elson Costa, PCB, desaparecido em 15/01/75 – São Paulo.

Elvaristo Alves da Silva, brizolista, PTB, morto sob tortura em março de 1965 – Santa Rosa (RS).

Emanuel Bezerra dos Santos, estudante, PCR, morto sob tortura em 04/09/73 – São Paulo.

Enrique Ernesto Ruggia, argentino, VPR, desaparecido em 13/07/74 – Medianeira (PR).

Epaminondas Gomes de Oliveira, sapateiro, PCB, morto sob tortura em 20/08/71, no Hospital da Guarnição do Exército – Brasília.

Esmeraldina Carvalho Cunha, doméstica, morta em 20/10/1972 – Salvador

Eremias Delizoicov, estudante, VPR, morto em 06/10/69 – Rio de Janeiro.

Eudaldo Gomes da Silva, universitário, VPR, morto em 09/01/73 – Pernambuco.

Evaldo Luiz Ferreira de Souza, ex-marinheiro, VPR, morto em 09/01/73 – Pernambuco.

Ezequias Bezerra da Rocha, geólogo, desaparecido em 11/03/72 – Pernambuco.

Félix Escobar Sobrinho, pedreiro, MR-8, desaparecido em outubro de 1971 – Rio de Janeiro.

Fernando Augusto da Fonseca “Sandália”, universitário, PCBR, morto sob tortura em 29/12/72 – Rio de Janeiro [vide Galeria de Heróis].

Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, universitário, APMML, desaparecido em 23/02/74 – Rio de Janeiro.

Fernando Borges de Paula Ferreira, universitário, VAR-Palmares, morto em 30/07/69 – São Paulo.

Fernando da Silva Lembo, comerciante, morto em 21/06/68 – Rio de Janeiro.

Flávio de Carvalho Molina, universitário, MOLIPO, morto em 06/11/71 – São Paulo.

Francisco Alves Cabral, sindicalista, desaparecido em novembro de 1969,

enquanto cumpria pena de dois anos – Curitiba.

Francisco das Chagas Pereira, funcionário público e universitário, PCB, morto em 06/08/71 – Rio de Janeiro.

Francisco Emanuel Penteadado, estudante, ALN, morto em 15/03/73 – São Paulo.

Francisco José de Oliveira, MOLIPO, morto em 05/11/71 – São Paulo.

Francisco Manoel Chaves, ex-marinheiro, desaparecido no ano de 1972 – Araguaia.

Francisco Moura Leite, lavrador, desaparecido em 11/07/73 – Brasília.

Francisco Seiko Okama, metalúrgico, ALN, morto em 15/03/73 – São Paulo.

Francisco Tenório Júnior, brasileiro, músico, desaparecido em 18/03/76 – Buenos Aires.

Frederico Eduardo Mayr, MOLIPO, morto em 25/02/72 – São Paulo.

Friederich Adolfo Rohmann, dentista, morto em 04/11/69 – São Paulo.

Gastone Lúcia Pereira da Silva Beltrão, universitária, ALN, morta em 22/01/72 – São Paulo.

Gelson Reicher, estudante, ALN, morto em 20/01/1972 – São Paulo.

Geraldo Magela Torres Fernandes da Costa, desaparecido, morto em 28/05/73 – São Paulo.

Gerosina Silva Pereira, operária, VPR, presa e processada, faleceu no exílio em 09/07/78 – Suécia.

Gerson Theodoro de Oliveira, operário-estudante, VPR, morto em 15/03/71 – Rio de Janeiro.

Getúlio de Oliveira Cabral, operário, PCBR, morto em 29/12/72 – Rio de Janeiro.

Gilberto Olímpio Maria, industrial, PCdoB, morto em 25/12/73 – Araguaia.

Gildo Macedo Lacerda, universitário, morto sob tortura em 28/10/73 – Recife.

Grenaldo de Jesus da Silva, ex-marinheiro, morto dentro de um avião que seguia para Cuba em 30/05/72 – São Paulo.

Guido Leão, metalúrgico, morto em 29/09/1979 – Betim (MG).

Guilherme Gomes Lund, universitário, PCdoB, morto em 25/12/73 – Araguaia.

Gustavo Buarque Schiller, VAR-Palmares, preso, banido, asilado por 10 anos, suicídio em 22/09/85 – Rio de Janeiro.

Hamilton Fernando da Cunha, operário gráfico, VPR, morto em 08/02/69 – São Paulo.

Hamilton Pereira Damasceno, técnico CCPL, ALN, desaparecido em fevereiro de 1972 – Rio de Janeiro.

Helber José Gomes Goulart, ALN, morto sob tortura em 16/07/73 – São Paulo.

Hélcio Pereira Fortes, universitário, ALN, morto sob tortura em 28/01/72 – São Paulo [vide Galeria de Heróis].

Helenira Rezende de Souza Nazareth, universitária, PCdoB, morta em 28/09/72 – Araguaia.

Heleny Têlles Ferreira Guariba, professora, ALN, desaparecida em 12/07/71 – Rio de Janeiro.

Hélio Luiz Navarro de Magalhães, universitário, PCdoB, desaparecido em 14/01/74 – Araguaia.

Hélio Zanir Sanchotene Trindade, MCR, auxiliar de escritório, morto em 28/12/70 – Alegrete (RS).

Henrique Ferreira de Ornellas Cintra, advogado, morto em 20/08/73 – Brasília.

Higino João Pio, prefeito de Camboriú, SC, PSB, morto sob tortura em 03/03/69 – Florianópolis.

Hiran de Lima Pereira, jornalista, PCB, desaparecido em 15/01/75 – São Paulo.

Hiroaki Torigoe, universitário, MOLIPO, morto sob tortura em 05/01/72 – São Paulo.

Honestino Monteiro Guimarães, ex-presidente da UNE, APML, desaparecido em 10/10/73 – Rio de Janeiro.

Horacio Domingos Campiglia, argentino, Montoneros, desaparecido em 12/03/80 – Rio de Janeiro.

Humberto Albuquerque Câmara Neto, universitário, APML, desaparecido em 08/10/73 – Rio de Janeiro.

Iara Iavelberg, psicóloga, MR-8, morta sob tortura em 20/08/71 – Salvador.

Idalísio Soares Aranha Filho, universitário, PCdoB, desaparecido em julho de 1972 – Araguaia.

Ieda Santos Delgado, advogada, ALN, desaparecida em 11/04/74 – São Paulo.

Inocência Pereira Alves, alfaiate, PCB, preso e torturado em março de 1964, morreu como indigente em 1967 – Feira de Santana (BA).

Íris do Amaral, morta em 01/02/72 – Rio de Janeiro.

Ishiro Nagami, ALN, morto na explosão de um carro em 04/09/69 – São Paulo.

Ísis Dias de Oliveira, ALN, desaparecida em 13/04/73 – Rio de Janeiro.

Ismael Silva de Jesus, estudante, PCB, morto sob tortura em 09/08/72 – Goiás.

Israel Tavares Roque, jornalista, PCB, desaparecida em 15/11/64 – Rio de Janeiro..

Issami Nakamura Okano, assistente de laboratório, ALN, desaparecido em 14/05/74 – São Paulo.

Itair José Veloso, pedreiro, PCB, desaparecido em 25/05/75 – Rio de Janeiro.

Iuri Xavier Pereira, estudante, ALN, morto em 14/06/72 – São Paulo.

Ivan Motta Dias, universitário, VPR, desaparecido em 15/05/71 – Rio de Janeiro.

Ivan Rocha Aguiar, estudante, morto em 01/04/64 – Recife.

Jaime Petit da Silva, universitário, PCdoB, desaparecido em 29/11/73 –

Araguaia.

James Allen da Luz, VAR-Palmares, morto em 23/03/63 – Porto Alegre.

Jana Moroni Barroso, universitária, PCdoB, desaparecida em 02/01/74 – Araguaia.

Jane Vanini, brasileira, secretária, MOLIPO, morta em 06/12/74 – Chile.

Jarbas Pereira Marques, VPR, morto sob tortura em 09/01/73 – Pernambuco.

Jayme Amorim Miranda, jornalista e advogado, PCB, desaparecido em 04/02/75 – Rio de Janeiro.

Jean Henry Raya, francês, desaparecido em 21/11/73 – Rio de Janeiro.

Jeová de Assis Gomes, universitário, ALN, morto em 09/01/72 – Goiás.

João Alfredo Dias, camponês, PCB, LIGAS CAMPONESAS, desaparecido em 29/08/64 – Sapé (PB).

João Antônio Santos Abi-Eçab, universitário, VPR, morto na explosão de um carro em 08/11/68 – Vassouras (RJ).

João Aparecido, operário, morto em agosto de 1964 – São Paulo.

João Barcellos Martins, médico, morto em 11/04/64 – Campos (RJ).

João Batista Franco Drummond, economista, PCdoB, morto em 16/12/76 – São Paulo.

João Batista Rita, estudante, M3G, desaparecido em 11/12/73 – Rio de Janeiro.

João Bosco Penido Burnier, padre, morto em 12/10/76 – Mato Grosso.

João de Barros Carvalho, veterinário, PTB, morto em 02/04/64 – Belo Horizonte.

João Carlos Cavalcanti Reis, MOLIPO, universitário, morto em 30/10/72 – São Paulo.

João Carlos Haas Sobrinho, médico, PCdoB, morto em combate em 30/09/72, numa localidade chamada Piçarra, próxima a Xambioá – Araguaia.

João Domingues da Silva, operário, VAR-Palmares, morto em 23/06/69 – São Paulo.

João Dutra Frazão, funcionário do INPS, morto numa passeata em 26/03/68 – Rio de Janeiro.

João Fortunato Vidigal, AP, preso e barbaramente torturado em 1966, veio a falecer em fevereiro de 1969 (29 anos) – Rio de Janeiro.

João Gualberto Calatroni, estudante, PCdoB, desaparecido em 1974 – Araguaia.

João José Rodrigues, camponês, morto em 10/09/1977 – Dourados (MT).

João Leonardo da Silva Rocha, professor, PCdoB, morto em junho de 1975 – Palmas de Monte Alto (BA).

João Lucas Alves, ex-sargento da Aeronáutica, COLINA, morto em 06/03/69 – Belo Horizonte.

João Gonçalves Moreira, camponês, morto em 28/04/78 – Goiás.

João Massena Melo, metalúrgico, PCB, desaparecido em 03/04/74 – São Paulo.
João Mendes Araújo, eletricitista, ALN, morto em 24/01/72 – Recife.
João Roberto Borges de Souza, PCB, universitário, morto em 10/10/69 – Catolé do Rocha (PB).
Joaquim Alencar de Seixas, metalúrgico, MRT, morto em 17/04/71 – São Paulo.
Joaquim Câmara Ferreira, jornalista, ALN, desaparecido em 26/10/70 – São Paulo.
Joaquim Pires Cerveira, major do Exército, FLN, morto sob tortura em 11/12/73 – Rio de Janeiro [vide Galeria de Heróis].
Joaquim de Sousa, camponês, desaparecido em junho de 1973 – Araguaia.
Joceli Joaquim Macedo, morto na “Revolta dos Motoqueiros” em 06/02/79 – Passo Fundo (RS).
Joel José de Carvalho, gráfico, VPR, desaparecido em 13/07/74 – Medianeira (PR).
Joel Vasconcelos Santos, contabilista, PCdoB, morto sob tortura em 15/03/71 – Rio de Janeiro.
Joelson Crispim, VPR, morto em 23/04/70 – São Paulo
Jonas José Albuquerque Barros, estudante, ME, morto em 01/04/64 – Recife.
Jorge Alberto Basso, brasileiro, POC, desaparecido em 15/04/76 – Buenos Aires.
Jorge Aprígio de Paula, estudante, morto em 02/04/68 – Rio de Janeiro.
Jorge Leal Gonçalves Pereira, engenheiro, APML, morto em 20/10/70 – Rio de Janeiro.
Jorge Oscar Adur, argentino, padre, desaparecido em 26/06/80 – Brasil.
José Bartolomeu Rodrigues de Souza, PCBR, morto em 29/12/72 – Rio de Janeiro.
José Alves da Rocha, comerciante, ligações com a ALN, morto em 23/11/1973 – São Paulo.
José Benedito da Silva, camponês, morto em 08/06/70 – Palmares (PE).
José Campos Barreto, Zequinha, metalúrgico, VPR – MR-8, morto em 17/09/71 – Bahia.
José Carlos da Costa, VAR-Palmares, desaparecido em 02/12/1973 – Belém.
José Carlos Novaes da Matta Machado, universitário, APML, morto em 28/10/73 – Recife.
José Carlos Guimarães, estudante, morto pelo CCC em 03/10/68 – São Paulo.
José Dalmo Guimarães Lins, jornalista, PCB, morto em 11/02/1971 – Rio de Janeiro.
José Ferreira de Almeida, tenente-coronel da PM, morto em 08/07/75 – São Paulo.
José Gomes Teixeira, ex-marítimo, MR-8, morto sob tortura em 23/06/71 –

Rio de Janeiro.

José Guimarães, estudante, ME, morto em 03/10/1968 – São Paulo.

José Huberto Bronca Filho, metalúrgico, PCdoB, morto em 13/03/74 – Araguaia.

José Idésio Brianezi, ALN, morto em 14/04/70 – São Paulo.

José Isabel do Nascimento, fotógrafo, morto em 17/10/1963 – Coronel Fabriciano (MG).

José Inocêncio Pereira, camponês, morto em 05/11/1972 – Escada (PE).

José Júlio de Araújo, professor, ALN, morto em 18/08/72 – São Paulo.

José Lavechia, sapateiro, VPR, desaparecido em 13/07/74 – Medianeira (PR).

José Leão [sem maiores dados], morto em 12/04/64 – Rio de Janeiro.

José Lima Piauhy Dourado, fotógrafo, PCdoB, desaparecido em 25/12/73 – Araguaia.

José Manoel da Silva, ex-cabo da Marinha, VPR, morto em 09/01/73 – Recife.

José Manoel Mendes Nunes de Abreu, universitário, ALN, morto em 23/09/71 – São Paulo.

José Maria Ferreira Araújo, marinheiro, VPR, preso em 23/09/70, morto sob tortura e desaparecido – São Paulo.

José Maurílio Patrício, universitário, PCdoB, desaparecido em outubro de 1974 – Araguaia.

José Maximino de Andrade Netto, coronel da PM-SP, morto sob tortura em 18/08/75 – Campinas, SP.

José Mendes de Sá Roriz, ex-combatente da FEB, desaparecido em 1973 – Rio de Janeiro.

José Milton Barbosa, sargento do Exército, ALN, morto em 05/12/71 – São Paulo [vide Galeria de Heróis].

José Montenegro de Lima, estudante, PCB, desaparecido em 29/09/75 – São Paulo.

José de Oliveira, camponês, morto em 10/07/1978 – Araguaia.

José Porfírio de Souza, líder camponês, PRT, desaparecido em 07/07/73 – Goiânia.

José Raimundo da Costa, VPR, ex-sargento da marinha, morto em 05/08/71 – Rio de Janeiro.

José Roberto Arantes de Almeida, ex-aluno do ITA, MOLIPO, morto em 04/11/71 – São Paulo.

José Roberto Spiegner, universitário, MR-8, morto em 17/02/70 – Rio de Janeiro.

José Roman, metalúrgico, PCB, desaparecido em 16/03/74 – fronteira de Uruguaiana e São Paulo.

José Sabino, morto pela repressão na manifestação de rua em 19/05/66 – Rio de Janeiro.

José Silton Pinheiro, estudante, PCBR, morto em 29/12/72 – Rio de Janeiro.
José Soares dos Santos, mecânico, morto em janeiro de 1977 – Paraná.
José de Souza, ferroviário, sindicalista, morto em 17/04/64 – Rio de Janeiro.
José Toledo de Oliveira, bancário, PCdoB, desaparecido em 07/09/72 – Araguaia [vide Galeria de Heróis].
José Wilson Lessa Sabag, universitário, ALN, morto em 03/09/69 – São Paulo.
Juan Antônio Carrasco Forrastal, boliviano, naturalizado brasileiro, [depois de preso e torturado no Brasil] suicidou-se em 28/10/1972 – Espanha.
Juarez Guimarães de Brito, economista, VPR, morto em 18/04/70 – Rio de Janeiro.
Juarez Rodrigues Coelho, camponês, morto em 14/8/1972 – Araguaia.
Júlio Santana, camponês, morto em 14/12/77 – Pernambuco.
Kléber Lemos da Silva, economista, PCdoB, morto sob tortura em 29/06/72 – Araguaia.
Labib Elias Carneiro Abduch, síria-libanesa, morta em 01/04/64 – Rio de Janeiro.
Lauriberto José Reyes, universitário, MOLIPO, morto em 27/02/72 – São Paulo.
Leopoldo Chiapetti, operário, Grupo dos Onze, morto em 21/05/1965 – Erechim (RS).
Líbero Giancarlo Castiglia, italiano, metalúrgico, PCdoB, desaparecido em 25/12/73 – Araguaia.
Lígia Maria Salgado Nóbrega, universitária, VAR-Palmares, morta em 29/03/72 – Rio de Janeiro.
Liliana Inês Goldemberg, Argentina, Monteneros, suicidou-se com cianureto em 02/08/80 ao ser presa – Foz do Iguaçu (PR).
Lincoln Bicalho Roque, sociólogo, PCdoB, morto sob tortura em 24/03/73 – Rio de Janeiro.
Lincoln Cordeiro Oest, ex-deputado federal, PCdoB, morto em 30/11/72 – Rio de Janeiro.
Lorenzo Ismael Viñas, argentino, Monteneros, desaparecido em 26/06/80 – Uruguaiana (RS).
Lourdes Maria Wanderley Pontes, PCBR, morta em 29/12/72 – Rio de Janeiro.
Lourenço Camelo de Mesquita, morto na prisão em 30/07/77 – Rio de Janeiro.
Lourival de Moura Paulino, camponês, PCdoB, morto em 21/05/72 – Araguaia.
Lúcia Maria de Souza, universitária, PCdoB, morta em 24/10/73 – Araguaia.
Lucimar Brandão Guimarães, estudante, VAR-Palmares, morta sob tortura em 31/08/70 – Belo Horizonte.
Lucindo Costa, funcionário público, morto em 26/07/1967 – Curitiba.
Lúcio Petit da Silva, engenheiro, PCdoB, desaparecido em 14/01/74 – Araguaia.
Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues, estudante, ALN, vítima de acidente

com arma em 25/01/70 – Rio de Janeiro [vide Galeria].

Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, universitário e bancário, PCBR, morto em 08/03/72 – Caruaru (PE).

Luís Almeida Araújo, universitário e professor, ALN, desaparecido em 24/06/71 – São Paulo.

Luís Antônio Santa Bárbara, camponês, MR-8, morto em 28/08/71 – Bahia.

Luís Inácio Maranhão Filho, PCB, ex-deputado estadual e jornalista, desaparecido em 03/04/74 – São Paulo.

Luiz Carlos Almeida, brasileiro, físico, POLOP, morto em setembro de 1973 – Chile.

Luiz Carlos Augusto, escriturário, morto em manifestação pública em 23/10/68 – Rio de Janeiro.

Luiz Eduardo da Rocha Merlino, jornalista, POC, morto sob tortura em 20/07/71 – São Paulo.

Luiz Eurico Tejera Lisbôa, estudante, ALN, desaparecido em setembro de 1972 – São Paulo.

Luiz Fogaça Balboni, universitário, ALN, morto em 24/09/69 – São Paulo.

Luiz Gonzaga dos Santos, vice-prefeito de Natal, morreu no Hospital Geral do Exército no dia 13/09/67 – Recife.

Luiz Guilhardini, operário naval, PCdoB, morto sob tortura em 30/11/72 – Rio de Janeiro.

Luiz Hirata, estudante, AP, morto em 20/12/71 – São Paulo.

Luiz Ignácio Maranhão Filho, ex-deputado federal, PCB, desaparecido em 03/04/74 – São Paulo.

Luiz José da Cunha, ALN, morto em 13/07/73 – São Paulo.

Luiz Paulo da Cruz Nunes, universitário, ME, morto em 22/10/68 – Rio de Janeiro.

Luiz Renato do Lago Faria, brasileiro, desaparecido em 02/07/80 – Buenos Aires.

Luiz Renato Pires de Almeida, brasileiro, universitário, ALN, desaparecido em 1970 – entre Masapar e Haicura (Bolívia).

Luiz René Silveira e Silva, universitário, PCdoB, desaparecido em 19/01/74 – Araguaia.

Luiz Vieira de Almeida, camponês, desaparecido em 31/12/73 – Araguaia.

Luizão, camponês, desaparecido – Araguaia.

Luiza Augusta Garlippe, enfermeira, PCdoB, desaparecida entre maio e julho – Araguaia.

Lyda Monteiro da Silva, secretária da OAB/RJ, morta por uma bomba em 27/08/80 – Rio de Janeiro.

Manoel Aleixo da Silva, líder camponês, PCR, morto em 29/08/73 – Ribeirão (PE).

Manoel Alexandrino, líder camponês, morto em 1974 – Engenho de Marauí (PB).
Manoel Custódio Martins, brasileiro, PTB, suicidou-se no exílio em 07/02/78 – Chile.
Manoel Fiel Filho, metalúrgico, PCB, morto sob tortura em 17/01/76 – São Paulo.
Manoel José Mendes Nunes de Abreu, português, universitário, ALN, morto em 23/9/1971 – Sumarezinho (SP).
Manoel Lisboa de Moura, universitário, PCR, morto sob tortura em 04/09/73 – São Paulo.
Manoel Raimundo Soares, ex-sargento do Exército, MR-26, morto sob tortura em 13/08/66 – Porto Alegre.
Manoel Rodrigues Ferreira, universitário, morto em 05/08/68 – Rio de Janeiro.
Manuel Alves de Oliveira, sargento do Exército, morto em 08/05/64 – Rio de Janeiro.
Manuel José Nurchis, operário, PCdoB, morto em combate em 30/09/72 em Xambioá – Araguaia.
Manuel Tenório da Silva, agricultor, morto em 25/12/67 – Vicência (PE).
Márcio Beck Machado, universitário, MOLIPO, desaparecido em 17/05/73 – Goiás.
Marco Antônio Brás de Carvalho, metalúrgico, ALN, morto em 28/01/69 – São Paulo.
Marcos Antônio da Silva Lima, sg da Marinha, PCBR, morto em 14/01/1970 – Rio de Janeiro.
Marco Antônio Dias Baptista, estudante, VAR-Palmares, desaparecido em maio de 1970 – Goiás.
Marcos José de Lima, PCdoB, desaparecido entre 20 e 26/12/1973 – Araguaia
Marcos Nonato da Fonseca, estudante, ALN, morto em 14/06/1972 – São Paulo [vide Galeria de Heróis].
Margarida Maria Alves, rendeira, morta em 13/08/83 – Paraíba.
Maria Ângela Ribeiro, morta em 21/06/68 (passeata) – Rio de Janeiro.
Maria Augusta Thomaz, universitária, MOLIPO, morta em 17/05/73 – Goiás.
Maria Auxiliadora Lara Barcelos, brasileira, universitária, VAR-Palmares, exilada, suicidou-se em 01/06/76 – Berlim.
Maria Célia Corrêa, universitária, PCdoB, desaparecida em 02/01/74 – Araguaia.
Maria Lúcia Petit da Silva, professora, PCdoB, desaparecida em 16/06/72 – Araguaia.
Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, professora, VAR-Palmares morta em 29/03/72 – Rio de Janeiro.
Maria Regina Marcondes Pinto, brasileira, universitária, desaparecida em 10/04/76 – Buenos Aires.

Mariano Joaquim da Silva, sapateiro, VAR-Palmares – desaparecido em 31/05/71 – Rio de Janeiro.

Marilena Villas Boas Pinto, universitária, MR-8, morta sob tortura em 03/04/71 – Petrópolis (RJ).

Mário Alves de Souza Vieira, jornalista, PCBR, morto em 16/01/70 – Rio de Janeiro.

Mário de Souza Prata, universitário, MR-8, morto em 01/04/71 – Rio de Janeiro.

Marivaldo da Silva, camponês, morto em 08/12/78 – Pernambuco.

Mauro Antônio da Silva, camponês, morto em 08/12/78 – Pernambuco.

Maurício Grabois, ex-deputado federal, jornalista, PCdoB, desaparecido em 25/12/73 – Araguaia.

Maurício Guilherme da Silveira, estudante, VPR, morto em 15/03/71 – Rio de Janeiro.

Merival Araújo, estudante, ALN, morto sob tortura em 07/05/73 – Rio de Janeiro.

Miguel Pereira dos Santos, estudante, PCdoB, enforcado na prisão em 20/09/72 – Araguaia.

Milton Soares de Castro, metalúrgico, MR-26, morto em 12/04/67 – Juiz de Fora (MG).

Miquêias Gomes de Almeida, PCdoB, desaparecido em 28/01/66 – Goiás.

Miriam Lopes Verbena, PCBR, morta em 08/03/72 – Caruaru (PE).

Monica Susana Pinus de Binstock, argentina, desaparecida em 12/03/80 – Rio de Janeiro.

Napoleão Felipe Biscadi, funcionário, morto em 27/02/72 – São Paulo.

Neide Alves dos Santos, PCB, morta em 07/01/76 – São Paulo.

Nelson de Souza Kohl, brasileiro, universitário, POC, asilado no Chile, sequestrado e desaparecido em 14/09/1973 – Santiago do Chile.

Nelson José de Almeida, estudante, ALN, morto em 11/04/69 – Teófilo Otoni (MG).

Nelson Lima Piauhy Dourado, ex-funcionário da Petrobrás, PCdoB, morto em 02/01/74 – Araguaia.

Nestor Vera, agricultor, PCB, desaparecido em abril de 1975 – Belo Horizonte.

Newton Eduardo de Oliveira, PCB, morto em 01/09/64 – Rio de Janeiro.

Nicolai “Vinte e Um”, camponês, morto em janeiro de 1971 – Canindé (CE).

Nilda Carvalho Cunha, estudante, MR-8, morta em 14/11/71 – Salvador.

Nilson Medeiros de Andrade, camponês, argentino, morto em 28/04/78 – Goiás.

Nilton Rosa da Silva (Bonito), brasileiro, MIR, morto em setembro de 1973 – Chile.

Norberto Armando Habeger, argentino, jornalista, desaparecido em 31/07/78 – Rio de Janeiro.

Norberto Nehring, ALN, morto sob tortura em 24/04/70 – São Paulo.

Odijas Carvalho de Souza, universitário, PCBR, morto em 08/02/71 – Pernambuco.
Olavo Hansen, universitário, PORT, preso em 01/05/70 e morto sob tortura em 09/05/70 – São Paulo.

Onofre Ilha Dornelles, ferroviário, PTB, dirigente sindical, preso em abril de 1964, morto em 28/12/64 – Santa Maria (RS).

Onofre Pinto, ex-sargento do Exército, VPR, desapareceu em 13/07/74 – Medianeira (PR).

Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, advogado, PCB, desaparecido em 08/10/75 – Rio de Janeiro.

Orlando Momenté, operário, PCdoB, desaparecido em 30/12/73 – Araguaia.

Orlando Rosa Bonfim Jr, jornalista e advogado, PCB, desaparecido em 08/10/75 – Rio de Janeiro.

Ornalino Cândido da Silva, lavador de carros, morto em protesto público em 01/04/68 – Goiânia.

Orocílio Martins Gonçalves, pedreiro, morto numa greve em 30/07/79 – Belo Horizonte.

Oswaldo Orlando da Costa, técnico de motores, PCdoB, desaparecido em abril de 1974 – Araguaia.

Oswaldo Pinheiro do Amaral, morto em 03/11/72 – São Paulo.

Otávio Soares Ferreira da Cunha, morto em 04/04/64, em frente a sua casa – Governador Valadares (MG).

Otoniel Campos Barreto, camponês, MR-8, morto em 28/08/71 – Bahia.

Pauline Philipe Reichstul, tcheca, VPR, morta em 09/01/73 – Paulista (PE).

Paulo Cezar Botelho Massa, universitário, ALN, desaparecido em 30/01/1972 – Rio de Janeiro [vide Galeria de Heróis].

Paulo Costa Ribeiro Bastos, engenheiro, MR-8, desaparecido em 04/07/72 – Rio de Janeiro.

Paulo Guerra Tavares, sg do Exército, VPR, morto em 29/05/1972 – São Paulo.

Paulo Mendes Rodrigues, economista, PCdoB, desaparecido em 25/12/73 – Araguaia.

Paulo Roberto Pereira Marques, bancário, PCdoB, desaparecido em 25/12/73 – Araguaia.

Paulo Stuart Wright, ex-deputado federal, APMML, desaparecido em 02/09/73 – São Paulo.

Paulo de Tarso Celestino da Silva, advogado, ALN, desaparecido em 12/07/71 – Rio de Janeiro.

Paulo Torres Fernandes Gonçalves, estudante, desaparecido em 26/03/69 – Rio de Janeiro.

Pedro Alexandrino de Oliveira Filho, universitário, PCdoB, desaparecido em 1974 – Araguaia.

Pedro Domiense de Oliveira, PCB, morto em 08/05/64 – Salvador.

Pedro Inácio de Araújo, líder camponês, PCB, desaparecido em 07/09/64 – João Pessoa.

Pedro Jerônimo de Souza, comerciante, PCB, morto sob tortura em 17/09/75 – Fortaleza.

Pedro Matias de Oliveira (Pedro Carretel), morto em 02/01/74 – Araguaia.

Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, jornalista, PCdoB, morto em 16/12/76 – São Paulo.

Péricles Gusmão Régis, vereador pelo MTR, maçom, morto sob tortura em 12/05/64 – Vitória da Conquista (BA).

Raimundo Eduardo da Silva, metalúrgico, AP, morto sob tortura em 05/01/71 – São Paulo.

Raimundo Ferreira Lima, camponês, morto em 29/05/80 – Pará.

Raimundo Gonçalves Figueiredo, VAR-Palmares, morto em 27/04/71 – Recife.

Raimundo Nonato Paz, camponês, morto em 26/02/1971 – Canindé (CE).

Ramires Maranhão do Valle, estudante, PCBR, morto em 27/10/73 – Rio de Janeiro.

Ranússia Alves Rodrigues, enfermeira, PCBR, morta em 27/10/73 – Rio de Janeiro.

Raul Amaro Nin Ferreira, engenheiro, morto sob tortura em 12/08/71 – Rio de Janeiro.

Reinaldo Silveira Pimenta, universitário, MR-8, morto em 27/06/69 – Rio de Janeiro.

Roberto Cieto, MAR, morto em 04/11/69 – Rio de Janeiro.

Roberto Lanari, engenheiro, morto sob tortura em setembro de 1971 – Rio de Janeiro.

Roberto Macarini, VPR, morto em 30/04/70 – São Paulo.

Roberto Rascardo Rodrigues, desaparecido em agosto de 1976 – Argentina.

Rodolfo de Carvalho Troiano, estudante, PCdoB, desaparecido em 12/01/74 – Araguaia.

Ronaldo Mouth Queiroz, universitário, ALN, morto em 15/03/73 – São Paulo.

Rosalindo Souza, advogado, PCdoB, desaparecido em 18/09/73 – Araguaia.

Rubens Beirodt Paiva, ex-deputado federal, PTB, desaparecido em 20/01/71 – Rio de Janeiro.

Rubem Brandão Da Silva, assessor parlamentar, desaparecido em fevereiro de 1969 – Mutum (MG).

Rudolfo Lunkenbein, padre, morto em 15/07/76 – Mato Grosso.

Rui Osvaldo Aguiar Pfizenreuter, jornalista, PORT, morto em 16/04/72 – São Paulo.

Ruy Carlos Vieira Berbert, universitário, MOLIPO, desaparecido em 02/01/72 – Natividade (TO).

Ruy Frazão Soares, universitário, PCdoB, desaparecido em 27/05/74 – Recife.
Sabino, camponês, morto em acidente com granada do Exército em 17/08/72 – Araguaia.
Santo Dias da Silva, metalúrgico, morto numa greve em 30/10/79 – São Paulo.
Sebastião Gomes da Silva, camponês, morto em abril de 1969 – Cachoeira de Macacu (RJ).
Sebastião Lopes, morto em novembro de 1977 – Pernambuco.
Sérgio Roberto Correia, universitário, ALN, morto em 04/09/69 – São Paulo.
Sérgio Landulfo Furtado, universitário, MR-8, desaparecido em 10/07/72 – Rio de Janeiro.
Severino Elias de Melo, comerciante, PCB, morto em 30/07/65 – Galeão, Rio de Janeiro.
Severino Vianna Colon, ex-sargento da PM, COLINA, 24/05/69 – Rio de Janeiro.
Sidney Fix Marques dos Santos, brasileiro, universitário, PORT, morto em 15/02/76 – Buenos Aires.
Silvano Soares dos Santos, agricultor, morto sob tortura em março de 1965 – Rio Grande do Sul.
Simão Cristino, índio bororo, morto em 15/07/76 – Mato Grosso.
Solange Lourenço Gomes, MR-8, presa e torturada em 04/05/71, suicidou-se em 01/08/72 – Salvador.
Soledad Barret Viedma, paraguaia, VPR, morta sob tortura em 09/01/73 – Paulista (PE).
Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Jones, ALN, morta sob tortura em 30/11/73 – São Paulo.
Stuart Edgar Angel Jones, universitário, MR-8, morto em 14/05/71 – Rio de Janeiro.
Suely Yumiko Kanayama, professora, PCdoB, desaparecida em setembro de 1974 – Araguaia.
Telma Regina Cordeiro Corrêa, universitária, PCdoB, desaparecida em 1974 – Araguaia.
Therezinha Viana de Assis, economista, AP, presa e torturada em 1972, suicidou-se em 02/02/78 – Amsterdã, Holanda.
Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, sociólogo, ALN, desaparecido em 07/05/74 – Rio de Janeiro.
Tito de Alencar Lima, frade dominicano, torturado e exilado, suicidou-se em 07/08/74 – França.
Tobias Pereira Júnior, universitário, PCdoB, desaparecido em 25/12/73 – Araguaia.

Túlio Roberto Cardoso Quintiliano, brasileiro, engenheiro, PCBR, morto em 12/09/73 – Chile.

Uirassu de Assis Batista, estudante, PCdoB, desaparecido em janeiro de 1974 – Araguaia.

Umberto Albuquerque Câmara Neto, universitário, APML, preso e desaparecido no dia 08/10/73 – Rio de Janeiro.

Valdir Sales Saboya, ex-soldado da PM, PCBR, morto sob tortura em 29/12/72 – Rio de Janeiro.

Valmir de Jesus Carvalho Meira, morto em 21/07/72 – Rio de Janeiro.

Vandick Reidner Pereira Coqueiro, universitário, PCdoB, desaparecido em 17/01/74 – Araguaia.

Victor Carlos Ramos, VPR, morto em 13/07/1974 – Medianeira (PR).

Virgílio Gomes da Silva, operário, ALN, morto sob tortura e desaparecido em 29/09/69 – São Paulo.

Vitor Luiz Papandreu, cabo do Exército, morto sob tortura, em 1971 – Petrópolis (RJ).

Vitorino Alves Moitinho, estudante, PCBR, desaparecido em 27/10/73 – Rio de Janeiro.

Vladimir Herzog, croata, jornalista e professor, PCB, morto sob tortura em 25/10/75 – São Paulo.

Walkíria Afonso da Costa, professora, PCdoB, desaparecida em 30/09/74 – Araguaia.

Waltair Bolzan, seminarista, morto em 1972 – Rio Grande do Sul.

Walter de Souza Ribeiro, jornalista, PCB, desaparecido em 03/04/74 – São Paulo.

Walter Kenneth Nelson Fleury, brasileiro, desaparecido em 09/08/72 – Buenos Aires.

Walter Ribeiro Novaes, salva-vidas, VPR, desaparecido em 12/07/71 – Rio de Janeiro.

Wânio José de Mattos, ex-capitão da PM, VPR, morto em outubro de 1973 – Chile.

Wilson Silva, ALN, desaparecido em 22/04/74 – São Paulo.

Wilson Soares Ferreira, morto em 01/04/64 – Governador Valadares (MG).

Wilson Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, PT, morto em 21/07/80 – Acre.

Wilton Ferreira, VAR-Palmares, morto dentro de casa em 30/07/72 – Rio de Janeiro.

Yoshitane Fujimori, VPR, morto em 05/12/70 – São Paulo.

Zelmo Bosa, líder camponês, vereador pelo PTB, Grupo dos Onze, preso em 1964 e desaparecido em 1976 – Trindade do Sul (RS).

Zuleika Angel Jones, figurinista, morta em 14/04/76 – Rio de Janeiro.

Canção da América

Milton Nascimento e Fernando Brant

Amigo é coisa pra se guardar / Debaixo de sete chaves / Dentro do coração/
Assim falava a canção / Que na América ouvi /

Mas quem cantava chorou / Ao ver seu amigo partir //

Mas quem ficou, no pensamento voou / Com seu canto que o outro
lembrou /

E quem voou, no pensamento ficou / Com a lembrança que o outro
cantou//

Amigo é coisa pra se guardar / No lado esquerdo do peito /

Mesmo que o tempo e a distância digam não /

Mesmo esquecendo a canção /

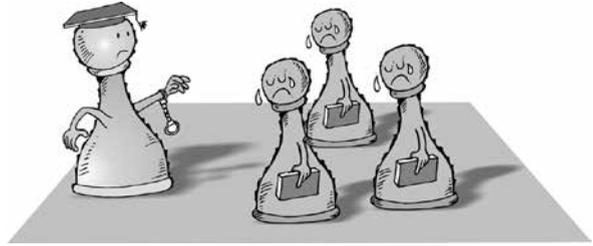
O que importa é ouvir / A voz que vem do coração /

Pois seja o que vier, venha o que vier /

Qualquer dia, amigo, eu volto a te encontrar /

Qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar.

Apêndice II



O Professor e a Ditadura

Entrevista concedida ao autor pelo historiador Rubim Santos Leão de Aquino, em fevereiro de 2005, sobre a atuação dos professores na luta contra a ditadura.

Soriano — Como começou sua carreira no magistério?

Aquino — Fui incentivado por minha primeira mulher, que me entregou o programa do vestibular de História da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil. Eu trabalhava de dia e estudava à noite. Tive renomados professores: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Manoel Maurício de Albuquerque, Maria Yedda Linhares. Dois me marcaram muito: Hugo Weiss e José Luís Werneck da Silva.

Soriano — Quando você se formou?

Aquino — Era para colar grau em 62, mas houve muita greve e só terminei a faculdade em janeiro de 63.

Soriano — Seu pai era general; como você começou a ter uma visão política de esquerda?

Aquino — Desde pequeno, tive um senso muito grande de revolta contra injustiça. Morava em Campo Grande (MT) e meu pai ficou preocupado porque, aos 15 anos, comecei a fazer discurso em estação de rádio, inundei a cidade com panfletos assinados por mim e mais dois companheiros da Juventude do PTB. Ele me advertiu: “Você me compromete”. Posteriormente,

viemos para o Rio. Eu ia para os comícios do PTB e o velho era da UDN; havia uma briga danada por causa disso. Depois, fui influenciado pelo pai da minha primeira mulher, Pedro Motta Lima, que era jornalista e dirigente do Partido Comunista. Aí fui para faculdade, com o hábito da leitura e a participação política a gente vai mudando.

Soriano — Quais os momentos históricos que mais lhe marcaram?

Aquino — Quando Getúlio Vargas se suicidou, em 24 de agosto de 1954. Saí do trabalho, nesse dia, fui pra rua, trabalhava lá na Rodrigues Alves, me juntei no meio daquela multidão e fomos em direção ao Largo da Carioca para empastelar *O Globo*. Não me lembro bem como a gente pegou os caminhões de distribuição do jornal e incendiámos. Tentamos, ainda, empastelar a *Tribuna da Imprensa*, mas não foi possível. Estava também no comício do dia 13 de março de 1964 da Central do Brasil.

No assassinato do estudante Edson Luís no Calabouço, eu corrigia provas e ouvi na *Rádio JB*: “Carioca, não vá pra rua porque está tomada de subversivos.” Guardei as provas, fui ao enterro no São João Batista, no dia 29 de março de 1968. Tentei ir à missa de sétimo dia dele lá na Candelária, mas não consegui entrar e me retirei sem ver a violência. Na verdade, já havia violência da PM ao não permitir a entrada das pessoas na igreja. Participei de vários comícios, saí correndo pela cidade, e nessa altura já havia começado a dar aula de História.

Soriano — Havia agentes da ditadura nas salas de aula?

Aquino — Sim. Sabíamos que havia “alunos” infiltrados nas salas de aula. Esse era o grande problema, porque desde 64 o governo começou uma política que destruturou completamente o ensino que havia no Brasil. A partir da década de 50 surgiram livros que defendiam a necessidade de a educação ser reformulada, crítica e não meramente informativa. As faculdades e os colégios começaram a desenvolver seus grêmios, permitir atividades políticas, isso dentro do contexto da política populista. Então veio a ditadura e o negócio começou a mudar.

Soriano — A FNF foi muito visada?

Aquino — Um dos alvos preferidos foi a FNFi. Tenho uma avaliação de que a Nacional de Filosofia ficou marcada por um episódio. Uma turma de jornalismo escolheu como paraninfo Alceu de Amoroso Lima, o *Tristão de Athayde*, pensador católico liberal. Uns seis alunos, correspondentes a um sexto da turma, mais ou menos, reacionários, não aceitaram e resolveram indicar o Carlos Lacerda, ferrenho direitista, governador do Estado da Guanabara, para ser paraninfo. Só que ele não conseguiu entrar, porque os alunos fecharam os portões da Faculdade; Lacerda chamou a PM, mesmo assim não entrou. E quem estava no prédio ao lado, onde fica a *Maison de France*? A Simone de Beauvoir com o Jean-Paul Sartre. Parece-me que ela relatou isso tudo em um livro. Inclusive em 61, quando houve a *Cadeia da Legalidade* para defender a posse do João Goulart, a Faculdade se posicionou apoiando. Ali, o Partido Comunista era muito forte. Nunca pertenci a ele, mas sempre fui politicamente atuante.

Soriano — Como a ditadura combatia o Movimento Estudantil?

Aquino — A repressão quebrou a unidade das turmas, os cursos passaram a ser por créditos, matérias optativas e, necessariamente, nunca se cursava com o mesmo companheiro até o fim, variava de grupo para grupo. Você precisava ter um mínimo de pontos para ser aprovado, cursando as cadeiras básicas, mas você podia partir aquilo como quisesse. Outra coisa que fizeram foi acabar com a Nacional de Filosofia, que tinha 14 cursos e foi desmembrada. Os considerados mais subversivos, que eram História, Ciências Sociais e Filosofia, foram para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Hoje estão no Largo de São Francisco, onde era a antiga Escola Politécnica. Jornalismo foi para a praça da República. Atualmente é Comunicação, e está na Praia Vermelha. Letras [hoje no Fundão] foi para a avenida Chile, Matemática e Geografia, para o Fundão.

Soriano — Ensinar História era comprometedor?

Aquino — Não me lembro bem, se foi o general Antônio Carlos Muricy que disse que os responsáveis pela subversão da nossa juventude eram os professores de História. E o Castelo Branco, em um ato no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aqui no Rio de Janeiro, disse que ia mudar

o ensino e que a História ia estudar a História dos nossos heróis e não uma História marxista. E começou uma política de repressão.

Ainda no governo do Castelo Branco, saiu um decreto, acho que é o Decreto 228, de 1967, proibindo as organizações estudantis: grêmios e centros acadêmicos. Todos os centros de estudos que existiam na Nacional de Filosofia foram fechados com o golpe de 64. Muitos colegas foram presos. Abriram lá na Nacional de Filosofia um Inquérito Policial-Militar, presidido, felizmente, por um general decente, Arcy da Rocha Nóbrega. O Eremildo Viana, professor que se tornou diretor da FNFi depois do golpe, denunciou a existência da célula “José de Anchieta” na FNFi, que reunia 60 professores comunistas; dos 60, só um era comunista. O processo terminou com todos os professores absolvidos e o Eremildo é que foi indiciado por desvio de verba e outras coisas mais. O ministro da Educação era um canalha... Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da Universidade do Paraná, arquivou o processo e ficou por isso mesmo. Mas depois veio o Decreto 477. Mas, mesmo antes do 477, houve o AI-5.

Soriano — O decreto 477, de 26 de fevereiro de 1969, proibia o aluno que tivesse participação política de estudar por três anos e professor de lecionar por cinco anos.

Aquino — O professor era aposentado e o estudante expulso. Aposentado, mas não voltava. Como os caras que eram cassados, em princípio por 10 anos, mas na prática, só voltaram quando houve a Anistia, em 79. O decreto 477 foi acionado por 254 vezes.

Soriano — Alguns nem voltaram, como o grande Josué de Castro, que ficou no exílio!

Aquino — Pois é. Uma vergonha ele ser acusado de comunista, coisa que ele não era de jeito nenhum. Vários dos meus professores foram cassados; a Eulália Maria Lobo, Manoel Maurício de Albuquerque, a Maria Yedda Linhares, o Hugo Weiss, o Anísio Teixeira, o Guy de Hollanda, o Darcy Ribeiro.

Soriano — O professor de Direito, Porto Carrero, era da minha faculdade, Economia da UEG; a área de Economia era também muito visada; acho que com o tempo, bastava ser universitário, ou simplesmente estudante...

Aquino — Os milicos tinham uma afirmativa contraditória, já que vivíamos em uma ditadura militar, claro, com apoio da burguesia empresarial e de amplos setores da classe média: “lugar de estudante era na escola”, “tinha que estudar”; ora, e o que estavam os militares fazendo na vida pública? Então, segundo essa teoria, lugar de milico era no quartel, e não exercendo função de ministro, de diretor de faculdade.

Soriano — Nessa época, tanto o aluno para estudar, quanto o professor para dar aula, tinha que apresentar o atestado de ideologia tirado pelo DOPS.

Aquino — É, ou para você tomar posse em cargo público.

Soriano — Esse atestado de ideologia retratava a realidade dos fatos?

Aquino — Você ia à polícia para ver se constava alguma coisa a seu respeito. Vou contar um caso particular: fui casado com a neta do comandante aqui da região. Descobriram que a gente estava junto e questionaram o meu passado político; mostraram para ela a minha ficha do Serviço Nacional de Informação (SNI). Mas eu já tinha contado toda a minha vida política para ela. Eu tenho com a letrinha dela, até hoje, a cópia da minha ficha, em 76: dizia que comecei minhas atividades subversivas na antiga Nacional de Filosofia, em 63; que em 62 já estava saindo da faculdade; que em janeiro coleí grau no Municipal; que fui demitido da Universidade Gama Filho, por causa das minhas pregações marxistas em sala de aula (mentira, eu me demiti da Gama Filho); e, por último, dizia que eu era terrorista.

É por isso que nunca tive preocupação de pedir o tal do *habeas data*, para quê? Só tem mentira, pode ter alguma verdade... Se ainda dissesse as coisas que fiz de verdade, ficaria contente, porque digo o que fiz e o que fazia. Depois, veio o AI-5. Aí foi terrível.

Soriano — Como era ser professor de História sem poder contar a História que estava acontecendo?

Aquino — Eles descaracterizaram e macularam a História totalmente. Porque a História é uma ciência política, e você não pode, em um regime ditatorial, pensar em termos sociais, ainda mais com a perspectiva que tinham de desenvolver mão de obra qualificada, tinham que dar ênfase à Física, Matemática, trabalhos manuais. Então juntaram a História com a

Geografia. Que não era nem uma nem outra. Para o ensino primário havia Educação Moral e Cívica; para o científico, que hoje é ensino médio, havia Organização Social e Política Brasileira (OSPB); e para o ensino universitário havia o Estudo dos Problemas Políticos Brasileiros (EPB). A diretora da minha escola me propôs ensinar OSPB. Não aceitei por várias razões, primeiro porque não vou dar uma História *patrioteira*, e segundo, porque era um cara visado e quem estivesse dando essa matéria ia ficar fiscalizado. Colocaram uma professora de música para lecionar OSPB, porque nenhum professor de História aceitou.

A partir de 72, criaram as provas de múltipla escolha, que arrebatavam com o pensar, mecanizavam e bestificavam o vestibular. Quando a prova é discursiva, se você não tiver um mínimo de conhecimento, não escreve. A múltipla escolha, você chuta e pode dar sorte. Então era muito difícil dar aula.

Soriano — Quais eram as maiores dificuldades para os professores?

Aquino — Uma delas era a covardia dos professores, os caras fugiam da raia mesmo, ficavam só na História Antiga.

Como a gente não podia também bancar o Dom Quixote, tinha que dizer as coisas nas entrelinhas e os alunos sacavam. Eu trabalhava com uma equipe que era fogo na roupa: o Manoel Maurício e o Francisco Jacques Moreira de Alvarenga; a gente mandava bala mesmo.

Soriano — Uma parte dos alunos tinha consciência política, participava do movimento estudantil; e a outra parte não sabia nada do que estava acontecendo?

Aquino — Ah, não sabia. Mas a gente, de uma maneira ou de outra, insinuava o que estava acontecendo. Quando lecionava no Andrews e fui preso, voltei achando que iam me mandar embora. Disseram-me:

— Olha, Aquino, você não vai ser nem descontado, mas não pode dizer nada em sala de aula — recomendou meu diretor.

— Mas se os alunos perguntarem por que faltei um mês? — ponderei.

— Você diz para eles que não têm nada com isso.

— Não vou fazer uma grossura dessa!

— Bom, se você falar, vai ser mandado embora.

Entrei em sala, aquele silêncio, eles todos sentadinhos, aquele olhar de expectativa; cheguei e disse:

— Olha, vocês sabem o que estou pensando, não é? Então vamos trabalhar.

Nada me calou mais do que no colégio Princesa Isabel. Dava aula em uma sala à direita e o meu amigo Manoel Maurício, o *Maneco*, em uma sala à esquerda. Vinha correndo de outro trabalho, chegava sempre em cima da hora. Estranhei o Maneco me esperar lá embaixo. Interpretei que era carinho da parte dele, porque eu estava saindo da cadeia. Aí ele falou:

— Vamos subir.

As duas turmas estavam juntas, a sala enfeitada com balões coloridos e o quadro negro cheio de frases tão carinhosas: *Aquino, je t'aime!; I love you!; Aquino, mon amour!...* que deu vontade até de chorar [Aquino pede uma pausa para enxugar as lágrimas]. E meu filho estava ali no meio.

Soriano — *Por que você foi preso?*

Aquino — Porque entrei numa organização. E aí o pessoal começou a ser preso e a minha sorte foi ter sido o último a cair; quando me prenderam já sabiam de tudo. Os que foram presos antes foram brutalmente torturados. Então, o pior que sofri, primeiro a prisão, depois que eles só chamavam a gente de filho-da-puta.

Soriano — *E a tortura?*

Aquino — Peguei geladeira e *trompaço*. Estava de capuz, aí o cara achava que você estava andando devagar e gritava: “anda mais depressa”, em seguida me pegou pelo braço. Caí e me machuquei todo em cima de uma escada de ferro. Estava sendo interrogado até pelo major Jacarandá. Estavam ao redor de mim; tinha um que descobri que o apelido era *Gaiúcho*, de costeleta, par-rudinho, mais baixo que eu e usava aquela camisa com um jacarezinho.

— Filho-da-puta, tu trabalha onde?

— Trabalho no MCB.

Senti que a roda estava fechando. MCB, para mim, era Miguel Couto Bahiense, mas estavam pensando que era Movimento Comunista Brasileiro.

— Não, é Miguel Couto Bahiense!

Eu ia entrar era na porrada...

Soriano — A partir de quando vocês resolveram organizar realmente uma resistência e trabalhar em conjunto com o movimento estudantil? E sobre os professores que foram sequestrados ou desapareceram?

Aquino — Aqueles que tinham consciência política, desde o início, começaram a resistir. Agora, existiam os oportunistas, que hoje posam de esquerdistinha, mas que, na época, eram acomodados com a situação. Havia professores que eram cassados, houve uma verdadeira limpa no IFCS, poucos não foram aposentados em 69. Mas, desde antes, quando a gente se organizava, não dizia ao outro que estava em uma organização. Agora, nós podíamos, às vezes, cantar alguém para entrar na nossa organização, sem abrir muito o jogo.

No dia da posse do Geisel, um professor babaca, querendo se exibir pros alunos, entrou na sala de aula e falou:

— O Brasil está perdido, temos mais um sargentão na Presidência.

Semana seguinte ele foi chamado ao DOPS. Ou seja, comprovadamente tinha *escuta*.

Soriano — Dava para sentir que os alunos cresciam politicamente com as suas aulas?

Aquino — Sentia. Porque, de vez em quando, chegava um aluno e dizia:

— Posso não pensar igual a você, mas aprendi muito a pensar por causa das suas aulas.

Eu tenho ouvido tanta declaração de amor, de carinho de tantos ex-alunos: o Chico Mendes, o José Loureiro, o Ciro Garcia, o Chico Alencar, o Cássio Cunha Lima, governador da Paraíba.

Soriano — Como entender os socialistas e comunistas, aparentemente convictos, que se tornaram neoliberais? Roberto Freire encaminhando as privatizações como a da CSN.

Aquino — Desculpe, mas Roberto Freire, para mim, sempre foi enganador. E ele comprovou isso, quando rompeu com o PCB, fundou o PPS e entregou todo o arquivo do PCB logo para Fundação Roberto Marinho!

Nós todos somos ambiciosos, algumas dessas pessoas sonhavam em chegar ao poder e não hesitaram em vender os seus princípios e se corromperam, acredito que nem todos por dinheiro, mas, principalmente, pela ambição do poder, se venderam ao esquema. Pensar que o velho revolucionário, Haroldo Lima, hoje defende os leilões de áreas de petróleo e gás descobertas pela Petrobrás.

Uma das razões porque entrei para o PT foi por causa da ética, do caráter democrático, das coisas serem decididas da base para a cúpula, por combater a corrupção, o *compadrismo*, os conchavos políticos, a política neoliberal; tudo isso foi chutado para o alto. Saí do PT, mas não perdi a vontade de continuar brigando pelas coisas em que acreditava e acredito. Se vai ser um sonho ou não, não sei, mas pelo menos não vou ficar parado. Acho que no dia em que eu parar, estarei morto. Sempre falo pros meus alunos: o professor de História que não acredita no amanhã não é um verdadeiro educador, porque depois de uma noite tem sempre um dia e a gente precisa manter a esperança como uma das coisas que fundamenta a nossa vida, porque o sonho de hoje pode ser a realidade amanhã.

Soriano — Durante a ditadura, usavam todo tipo de repressão e tortura, tentando aniquilar a luta pelas liberdades e pelo socialismo. Os torturadores sabiam o que estavam fazendo, não eram apenas psicopatas?

Aquino — Uma das coisas mais terríveis é dizer que esses caras eram tarados; tarados nada, eles faziam cursos para torturar. É claro que alguns ficavam satisfeitos com isso, mas não é por isso que faziam tortura, é porque tinham sido ensinados a torturar.

É a mesma coisa de dizer que o nazismo ocorreu porque os líderes eram tarados. Nada, o povo alemão era consciente. Uma das minhas grandes frustrações na época da ditadura foi quando, eu que sou Flamengo, fui ao Maracanã: estava lá na arquibancada no jogo do Flamengo, aí anunciaram: “Suderj informa: acaba de chegar à Tribuna de Honra sua excelência, o senhor general Emílio Garrastazu Médici, digníssimo presidente da República”, comecei a vaiar e todo mundo em volta batendo palma. Fiquei tão frustrado! Aí, aprendi que a ditadura pode ser popular. E existem pessoas que até hoje...

Soriano — Até hoje querem que a ditadura volte.

Aquino — Querem. Mas também o Congresso é uma vergonha! Infelizmente, no Brasil, cadeia só foi feita para pobre e negro. Mas nunca perdi a esperança.

Soriano — Você também fez parte do Comitê Brasileiro de Anistia (CBA)?

Aquino — Fui do CBA e do setor mais barra pesada dele, que era a Comissão de Mortos e Desaparecidos. Essa Comissão tinha um cara que agora aparece ao lado do Lula, de barba, terno e gravata, o Sérgio Ferreira, que é o tradutor oficial de inglês dele; tinha o Marcelo Santa Cruz, que hoje está lá em Pernambuco, foi candidato a vereador pelo PT, tinha a Abigail Paranhos e o Pedro Tortima. Eu não fui fundador do CBA, mas um dos primeiros a entrar, no começo de 78. E quantas vezes tinha que correr na rua!

Soriano — E quando começou o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM-RJ)?

Aquino — O GTNM-RJ, se não me engano, começou quando Brandão Monteiro, um antigo militante do PDT, denunciou aquele caso do major Jacarandá; então isso levou a Flora Abreu, a Cecília Coimbra, o Alcir Costa Fernandes, a Yedda Salles e outros mais a se juntarem e criarem o GTMN. Acredito que tenha sido por volta de 85, porque o CBA acabou pouco depois da primeira Lei da Anistia. Cheguei a ir a umas reuniões do CBA até 1980, mas não tinha mais sentido.

Soriano — Um tipo de autocrítica que a esquerda faz, o Jacob Gorender escreveu isso, é quanto aos chamados justicamentos, entre aspas, de alguns companheiros, até mesmo para ficarmos coerentes para denunciar os crimes da ditadura, aliás, em dimensão e crueldade infinitamente maior. Para mim, parece que você vivenciou um caso chocante de um companheiro que foi condenado à morte, porque a organização dele entendeu que ele teria falado demais quando torturado...

Aquino — O nome dele era Francisco Jacques Moreira de Alvarenga. Era um professor brilhante. Descobrimos que pensávamos igual, que nós dois tivemos atitudes semelhantes.

O caso do Jacques foi o seguinte: ele tinha sido professor de um companheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN), que costumava, às vezes, ficar na casa do Jacques, quando a mãe dele viajava. O Jacques foi preso.

A Resistência Armada Nacionalista (RAN) tinha feito uma ação e se apoderado de umas armas. Posteriormente, essas armas obsoletas foram apresentadas no dia do julgamento; fomos comparados ao Exército de Brancaléone. Então, o que aconteceu? Debaixo de tortura, vários falaram dessas armas. Quem foi o primeiro, não sei. Possivelmente tenha sido o próprio Jacques. Acho que a ALN já estava completamente desmantelada em 1973. Eles talvez acreditassem que a RAN pudesse dar uma injeção de sangue novo na ALN. E o Jacques seria a ponte. O Jacques era da RAN e sabia que eu também o era; eu cuidava da parte da revista e ele e o Carlos Henrique Escobar faziam o jornal.

Ele foi muito torturado e teria falado.

Resolveram matar o Jacques.

O esquema da ALN era de um grupo de cinco militantes; desse grupo restaram quatro. O Jacques e o irmão dele tentaram conversar com a direção da ALN explicando o problema. O Jacques estava lá na Veiga de Almeida em 28 de junho de 1973, revisando e batendo à máquina uma prova que eu tinha preparado, quando entrou um cara e perguntou:

— Quem é o professor Jacques?

— Sou eu, por quê?

— Vai morrer, traidor.

Depois o executou com vários tiros.

Soriano — Você me falou de uma história ocorrida num centro espírita contada pela mãe do Jacques...

Aquino — Quando resolvi fazer esse livro que me ajudou a ficar conhecido, *História das Sociedades*, fui procurar a mãe do Jacques e pedi permissão para usar uma parte escrita por ele e que estava em meu poder; no material, ele apareceria como um dos autores, mas como ele estava morto, ela ficaria como responsável.

Eu, de vez em quando, ia à casa dela conversar, saber como ela estava etc. Aí ela me narrou uma história:

— Aquino, você sabe que eu tenho ido ao centro [espírita] e o Jacques apareceu e falou de você. Disse para ela que eu era realmente um dos poucos amigos que ele tinha e que ela podia confiar em mim.

Soriano — Houve um momento em que a ditadura começou a relaxar, Geisel resolveu governar sem AI-5, passar o governo para o Figueiredo sem aquele monstro jurídico. Deu para sentir a distensão?

Aquino — Não, porque a gente na rua tinha que continuar correndo nos comícios da Anistia. Além de dar aula, trabalhava politicamente, reunia com os amigos para discutir. É claro que precisava ter cuidado, porque havia muita infiltração.

Soriano — Ainda assim você continuava lecionando...

Aquino — É muito bom ser professor de História. Primeiro porque a gente está mexendo com uma coisa que é viva, esse negócio de dizer que História é passado é papo furado. Segundo, porque se adquire mais consciência das coisas; terceiro, porque se passa a amar mais coletivamente, porque a gente vai conhecer as pessoas, vai pensar na sociedade, e se está trabalhando na formação de pessoas que podem, de uma maneira ou de outra, ser úteis à sociedade e, de certa forma, continuar aquilo que a gente fez. Então, fico muito feliz quando vejo algum aluno, tipo Raimundo Araújo, Ciro Garcia, Chico Alencar, Soneli Antunes Arldt, o Cássio, que é governador da Paraíba.

Soriano — E o socialismo?

Aquino — Quando me dizem que o socialismo não existe mais ou que não deu certo, eu pergunto: “E o capitalismo, está dando?” Eu continuo socialista. Aliás, tem um discurso na assembleia onde me assumi como comunista cristão, acho que não há incompatibilidade nenhuma em você ser cristão. Não me considero católico. O ser humano, no fundo, é um pouco egoísta. Então, acho que um sistema econômico tem que ser variado. Como se tentou na Nicarágua, mas não foi para frente porque era um social-democrata no governo e que caiu na besteira de fazer uma eleição

no meio daquele clima que o Ronald Reagan estava criando. Então, para mim, tem que haver a propriedade coletiva, a propriedade estatal e até a propriedade privada, mas sob controle. Por isso, acho que na China ainda existe comunismo, embora seja muito controvertido. Os próprios historiadores divergem. Eu acho que sim, pelo fato de ser partido único, PCC, e admitirem o contrato de responsabilidade, mas o que o cara produzir além do planejado, pode ficar para si, acho que é um estímulo. Por que aceitar a ideia de que todo mundo é igual? As pessoas são diferentes. Mas é preciso acabar com o sistema de exploração do homem pelo homem. Eu trabalhei 39 anos e pouco no Ministério da Fazenda, minha aposentadoria líquida é R\$ 1.400,00, uma miséria. Eu trabalhei 33 anos como professor; me aposentei ganhando R\$ 1.200,00 e tiro 30% de pensão.

Soriano — E os direitos autorais?

Aquino — Direito autoral é uma droga. E hoje tem um problema que é terrível para o professor: o aluno está viciado em televisão, é a nossa grande concorrente, por isso que George Duby, escritor francês, disse que hoje temos a geração do ver e não do ler.

Soriano — Nisso a ditadura também muito contribuiu.

Aquino — É claro. Porque a ditadura tirou a Filosofia do ensino secundário e não regulamentou a Sociologia. Com isso, esvaziou a cadeira. A História foi devastada, quer dizer, os principais professores de História, não só aqui do Rio de Janeiro, mas da Universidade de São Paulo (USP) e lá do Rio Grande, foram todos cassados. Na ditadura você não podia pensar em social, podia pensar em *sexanagem*. É o que eu dizia e digo várias vezes: antes de 64, queria comprar um livro de sacanagem do Carlos Zéfiro, que virou até tese de doutorado, o jornalista olhava para um lado e para o outro, ele mexia lá em baixo da banca, tirava uns livrinhos daqueles, *A Filha do Fazendeiro e o Jumento, A Virgem e o Tarrado...* Eram as maiores sacanagens e viraram tese de doutorado. Então, isso era reprimido. Aí vem 64, você passa na banca hoje, o que tem de revista de sacanagem não está no gíbi.

E o trabalho era e continua sendo difícil.

Soriano — É fundamental a luta contra a tortura. A grande covardia é que eles sabiam que o jovem iria enfrentá-los, então nos desafiaram. A juventude é ardorosa. Partimos para a luta armada, enfrentando tanques com revólveres; caímos numa armadilha, em parte, você não acha?

Aquino — Tem umas duas frases que às vezes cito; uma foi do Manoel, que ficou preso político na Frei Caneca: “A gente aprendeu a morrer, não aprendeu a ser torturado”. Pouquíssimos dos torturados não falaram; a maioria falou, eu falei. Não falei mais porque fui o último e eles já sabiam tudo, só estavam checando.

E a outra foi quando morreu o pai da minha primeira mulher, em um desastre de avião lá na Bulgária. Ele era do Partidão e ela disse: “É duro chorar sobre o corpo de alguém que a gente ama; pior é chorar por um corpo que a gente não tem”. Isso ajudou muito no trabalho do CBA, do GTNM e o programa dos desaparecidos políticos. A Bete Silveira me contou que os pais dela continuavam com a mesma fechadura na porta de entrada do apartamento, esperando que o filho voltasse, o quarto do Luís René era mantido mais ou menos como estava. O próprio coronel João Luiz de Moraes falava que, várias vezes, saía pesquisando quando diziam que alguém havia visto a Sônia Angel não sei onde. Fica sempre a esperança. A certeza é dura, a dúvida é pior, é mais cruel, porque sempre lhe dá esperança de que seja mentira aquilo que você racionalmente sabe que não é, mas emocionalmente não aceita.

Soriano — Por que eles não abriram até hoje os arquivos da Guerra do Paraguai e da Guerrilha do Araguaia?

Aquino — A Guerra do Paraguai tem sido revisada e submetida a muita controvérsia. Também chamada de *Guerra Grande* ou *Guerra da Tríplice Aliança*, reuniu a Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. Quando estudei a Guerra do Paraguai, ensinavam que o Brasil ia restituir a democracia ao Paraguai, contra a ditadura do Lopes: seria a civilização contra a barbárie. E as atrocidades que se cometeram no combate de Campo Grande, ou Acosta-Nhu! Hoje, sabe-se, através de documentos, que o Exército paraguaio era quase todo de crianças. O Paraguai, quando terminou a Guerra,

estava inteiramente arrasado e reduzido a uma população majoritariamente de mulher, de velho e criança.

Uma tradição que existe no Exército Brasileiro é de cortar cabeça. Só na Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, o coronel Moreira César é acusado de ter cortado a cabeça de 10 mil adversários. Lá em Canudos não sobrou ninguém.

Soriano — No Araguaia também?

Aquino — No Araguaia, sei do Arildo Valadão, Jaime Petit da Silva e Adriano Fonseca Fernandes Filho que cortaram a cabeça. Acho que também do Oswaldão. Sei que ele foi pendurado pelos pés e o helicóptero ficou percorrendo a região para mostrar que ele tinha morrido. Então, o Exército não pode admitir que cometeu as atrocidades que cometeu. E hoje tenho certeza, quando vou fazer qualquer palestra, digo isso, de que 95% a 97% dos companheiros que morreram na época da ditadura, morreram mesmo, mortos ou desaparecidos, assassinados, fuzilados ou na tortura, ou por qualquer outro processo; poucos do Araguaia morreram em combate, a maioria morreu depois de preso.

Quando consideraram encerrada a campanha, no início de 75, os verdadeiros caçadores ficaram na região com a função de matar as pessoas. Eles não querem que isso venha a público, admitir que se cortava a cabeça das pessoas. Como fizeram lá em Canudos, como fizeram no Contestado.

Não tem um policial que diz que o melhor inimigo é o inimigo morto? O Jair Bolsonaro agora já não andou também botando a manguinha de fora, esculhambando, dizendo que tinha que matar mesmo esses caras? O Elio Gaspari desmascarou um que era conivente com as torturas, o Geisel. Considero que é fundamental se resgatar tudo isso, porque o tal de crime correlato, conexo da Lei de Anistia, só pode anistiar quem for julgado por um crime, nenhum militar foi a julgamento. O único militar punido que conheço foi o Amílcar Lobo.

Um exemplo é esse capitão Guimarães que aparece na relação de torturadores como tenente Ailton Guimarães Jorge. Um dos casos mais escabrosos foi quando ele matou o Chael Charles Schreirer. Ele pulou de

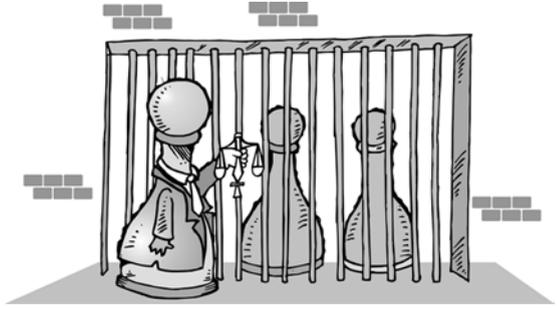
borzeguim em cima dos peitos dele. Eles matavam mesmo. Tinha prêmio! Os empresários dando grana!

O Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragás, dinamarquês, Sebastião Camargo, da Camargo Correia, e outros mais fizeram uma espécie de rateio para premiar quem matasse subversivo, daí aquela ganância do delegado Sérgio Fleury de ficar matando todo mundo. Queria matar o Carlos Lamarca também, mas foi tapeado por aquele general Nilton Cerqueira, que era outro bandido.

Acho que, numa situação como de morrer em combate, tudo bem, é matar ou morrer. Agora, debaixo de tortura é crime!

Soriano — Companheiro Aquino: me emocionei e aprendi muito com sua entrevista. Só quem lecionou História, no auge do regime fascista e corrupto de 1964, poderia descrever uma história de vida tão rica de cenas de aflição, humanismo e solidariedade. Muito obrigado.

Apêndice III



O Advogado e a Ditadura

Conversa de companheiros com Modesto da Silveira, abnegado defensor de perseguidos políticos.

Soriano — Quando começou sua atuação na defesa dos perseguidos políticos em 1964?

Modesto — Comecei no dia 1º de abril, e, logo a seguir, também meus colegas de escritório, José Quarto de Oliveira Borges e, depois, Luiz Werneck Viana, outro colega e advogado, renomado professor de ciências sociais. Outros advogados, como Amílcar, Celso e a Rosa Cardoso, ainda estudante, que, mais tarde, se tornou uma brilhante advogada também.

A cúpula golpista planejava os detalhes do movimento e, já na véspera, mandou prender ou sequestrar muitas pessoas de esquerda e trabalhadores, sobretudo as do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). No dia 1º de abril de 1964, foram ao meu escritório algumas mulheres desesperadas por causa do desaparecimento ou prisão dos seus maridos ou filhos.

Entre os primeiros que atendi, *Pereirinha*, Antônio Pereira da Silva Filho, líder dos bancários; a família do Oto Canedo Lopes, então vice-presidente da CGT, e Juraci Costa, jornalista e aviador, que trabalhava na Panair do Brasil.

Como fui procurado durante a noite, no dia seguinte, estava no DOPS. Em frente ao DOPS, vejo, do Bar Don Juan, o Sobral Pinto, ídolo e decano

dos advogados, também tentando entrar, sem conseguir. E ele era advogado do governador Carlos Lacerda, um dos líderes do golpe. Nem Sobral, nem eu, conseguimos entrar. Voltei para o escritório, preparei *habeas corpus* (que ainda existia) para tentar localizar e libertar os presos, ao mesmo tempo em que estava a Justiça, ainda nesses dias de crise política.

Soriano — Outros advogados defenderam os presos logo em seguida ao golpe?

Modesto — Sim. Eni Moreira, por exemplo, que começou também como estudante, no escritório do Sobral Pinto, junto com Bento Rubião e Oswaldo Ferreira de Mendonça Júnior, foram todos colegas de grande valor. Não discriminaria nenhum desses valentes defensores. Mas Vivaldo Ramos de Vasconcelos, muito amigo dos advogados Mário Goulart, do Sinval Palmeira e meu, deve ser lembrado: homem simples, humilde, remanescente de 35, preso também, como os outros. Era uma figura singular. Quando começava a falar, você não conseguia sair de perto, tal era a verve, a naturalidade e espontaneidade agradável da conversa dele.

Soriano — Penso que no meio dos militares, tirando o lado ideológico, havia pessoas sérias, só que aqueles que assaltaram o poder e praticavam as torturas eram mais ousados e, por isso, davam a impressão de maioria. O senhor encontrou militares que tiveram uma postura digna e que rejeitavam a tortura?

Modesto — A gente sentia que alguns deles se constrangiam com a tortura; outros torturavam com prazer e eram psicopatas, especialistas na tortura e até no assassinato. Você olhava, conversava com eles e, mais ou menos pelo olhar e suas palavras, sentia se eles estavam de acordo ou não. Isso aconteceu tanto entre os militares como entre os policiais; a gente nunca deve generalizar nada, até porque há homens de bem em tudo quanto é lugar.

Eu me lembro do caso do João Lucas Alves, sargento, militante do Colina, e que estava sequestrado. Passou pela Polícia do Exército (PE), mas a PE era dirigida pelo coronel O'Reilly, que me pareceu não estar confortável naquele lugar. Ele me deu boa impressão e nunca ouvi dizer que fosse

torturador. Foi comandante quando o quartel da Barão de Mesquita não estava mergulhado na tortura.

Soriano — Talvez a tortura não estivesse institucionalizada.

Modesto — Ou estaria sendo omitida dele. Esta é a minha convicção. O local da tortura era em um pavilhão separado do bloco do quartel. Conhecia antes, como advogado, e conheci depois também como sequestrado político. Um dia ele me chamou e disse:

— Doutor, olha, eu quero lhe fazer uma consulta. Honestamente: acho que o seu cliente talvez seja inocente, mas eu preciso testá-lo com uma máquina que já está sendo oficiosamente usada em países desenvolvidos, como nos Estados Unidos, e que registra a variação de emoção durante o interrogatório. Por esse registro gráfico, a gente tem o resultado, se ele está mentindo ou não.

Informei a ele que iria verificar se isso era legal e consultaria meu cliente. O João não hesitou em concordar. Descobri que caso o aparelho fosse usado, poderia ser bom até para sua defesa no processo. O João deu uma surra na “máquina da verdade”. O comandante ficou muito impressionado com ele e acho que cuidava para ninguém maltratá-lo. Quando os torturadores assumiram o comando e perceberam isso, o que fizeram? Levaram-no logo para a Polícia Federal, na praça Marechal Âncora, onde havia um delegado ultraradical, torturador doente. A “prisão” de João Lucas já estava oficializada na Justiça. Já não podia sumir com ele, simplesmente.

Sem comunicar nada a ninguém, os torturadores transferiram o João para Belo Horizonte. Um sequestro dentro do sequestro. Parece que esse delegado tinha vinculação com outros assassinos torturadores lá de Minas. Havia um policial, que depois eu saquei quem era, pelo tom de voz, e por tudo o que me confidenciou por telefone: “Doutor, pegaram seu cliente, João Lucas, aqui da Polícia Federal e o levaram para Minas. Acho que a coisa é braba, o senhor corra atrás, porque esse moço pode ser morto”. Depois vi, era um sujeito sério, sóbrio, que discordava desses métodos. Fiquei muito grato a ele.

Chamei a família do João e pedi que fosse rápido para Belo Horizonte, já que eu não podia ir naquele dia.

Quando a família chegou, ele já estava morto por processo de enforcamento, precedendo ao de Wladimir Herzog. Como havia combinado, fui até lá, depois de informar a Justiça. Ele foi transferido do Rio para ser assassinado em Belo Horizonte.

Soriano — Como João Lucas foi assassinado?

Modesto — Ele foi pendurado na barra de ferro baixa de uma porta da prisão, pela própria calça. Era uma trave mais baixa do que o comprimento dele, o que vale dizer, para se enforcar, ele teria que se amarrar lá e ficar puxando até morrer. Depois eu vi as fotografias do corpo dele, cheio de lesões por toda parte. O sargento João Lucas Alves morreu por não falar, morreu por ser valente e herói. Tiveram a ousadia de dizer que foi suicídio! Se ele tivesse posição social, o escândalo seria como o de Herzog.

Soriano — Deve-se ter o cuidado também em não condenar os que falaram, em situações tais que já não eram mais eles, porque, de repente, a gente está absolvendo o aparelho repressor e criminalizando um companheiro. Temos que combater, antes de tudo, a tortura e o Estado policial. Claro que não estou me referindo aos oportunistas e traidores, tipo Joaquim Silvério dos Reis, cabo Anselmo, ou aos socialistas que se corromperam e viraram neoliberais.

Modesto — Isso é correto. Eu e a Rosinha, que trabalhava comigo na época, fomos advogados do heroico Apolônio de Carvalho, que faleceu recentemente.

Até morrer, quase quarenta anos depois, o Apolônio tinha as marcas profundas das algemas e cordas, do pau-de-arara e tudo mais. Apolônio faleceu em 2005.

Outro caso interessante, meu amigo Afonso Celso Nogueira da Gama, deputado estadual no Rio de Janeiro, que até hoje exibe suas marcas também. Levei o Afonsinho e outros, que eram advogados, à OAB, para uma sessão de apresentação e denúncia. Quando se tratava de advogado, sempre que podia, eu o levava à OAB para mostrar suas lesões e contar sua história, vivida nos porões da ditadura.

O Afonsinho estava ainda com aquelas marcas frescas. Parte do Conselho, talvez a maioria fosse composta de liberal para progressista, e uma

parte era reacionária. Os conselheiros viram as marcas impressionantes de tortura. Ele levantava as pernas das calças e se via lá aquilo tudo, bem típico de pau-de-arara.

No final, o Conselho ficou tão comovido e revoltado, que o doutor Seabra Fagundes, que tinha sido Ministro da Justiça, disse:

— É por isso, então, que o nosso país está sendo conhecido lá fora como exportador do *know-how* da tortura. Eu também tenho marca, uma aqui na mão. Agora, o pior era a marca na alma das pessoas. Por exemplo, assim como o frei Tito, eu tive uma cliente mineira, chamada Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a *Dora*. Essa moça era noiva do Antônio, que foi preso com ela, por atividades políticas.

Ela estava num processo da Marinha, junto com ele e não sei com quantos mais. Chael Charles Shreier e outros eram do processo dela; o Chael foi morto na tortura e ela foi levada para vê-lo sendo morto, para que o noivo dela, Antônio Espinosa, revelasse o que eles queriam saber.

Essa moça foi muito forte e valente até o fim. Fez seu papel, informando e denunciando a morte de Chael e suas torturas, como as de outros.

Depois, quando ela veio à Auditoria, chegou a ser torturada dentro das suas dependências. Não torturada visivelmente, mas o sargento que a levava segurou-a com muita violência pelo braço, ela me mostrou a marca. Pedi para ela denunciar imediatamente, ali mesmo, o que ela fez, exibindo as marcas frescas.

Enquanto isso acontecia, a gente permaneceu ali dentro da Auditoria, eu, outros advogados, algumas pessoas da família e os militares que levavam os presos, com suas metralhadoras apontando para nós, na sala de audiências.

As denúncias de *Dodora* não alcançaram todo o objetivo pretendido, mas pedi que fosse submetida a exame pericial e a garantia de integridade física.

Essa moça mineira cursava o 4º ou 5º ano de Medicina quando foi presa, sofreu um tal abalo psicológico dessa experiência de prisão, que nunca se recuperou. Foi para a Europa, trocada por um embaixador sequestrado.

Na Alemanha, tais foram as perturbações psicológicas dessa jovem, que ela suicidou-se, como o frei Tito: foi a uma ponte sobre a estrada de ferro e, quando o trem veio, ela se jogou. Outras pessoas também foram levadas a fazer coisa semelhante, no desespero da tortura.

Por isso é que eu volto à sua tese: muita gente resistiu heroicamente. Mas cada um tem seu limite. Criticar quem está sob coação irresistível é temerário.

Soriano — Mas houve momentos também em que o seu grau de indignação deva ter sido tamanho, que o senhor os teria desafiado.

Modesto — É verdade. Uma das coisas que mais me incomoda é a irracionalidade. Quando eu próprio fui sequestrado pelo CODI, como advogado e cheguei à PE da Barão de Mesquita, me levaram a um certo comandante, que eles chamavam de “doutor”.

Chamou-me em frente à sua mesa, botou as patas sobre ela, divisando a minha cara no “V” de suas botas. À minha volta, em meia-lua, se postaram uns oito ou nove torturadores. E ele foi logo dizendo assim:

— Aqui não tem “doutor”, “doutor” somos nós; aqui não tem *habeas corpus*, *habeas corpus* somos nós; aqui não tem “auditoria”, auditoria somos nós, e vai falando, “doutor”.

Ao dizer isso, vi um ponto fraco nele, “aqui não tem doutor”, mas vai falando, “doutor”. Aí eu vi que, no fundo, ele estava vacilante. Aproveitei e disse:

— Falando o quê? Tudo o que sei o senhor sabe ou pode saber; tudo que eu sei é público, está nos processos: vá lá e traga ou copie os processos para ver.

Quando eles me levaram para lá, consegui enviar um recado à OAB e ela tomou providência rápido; nomeou o Antônio Evaristo de Moraes Filho, *Evaristinho*, e o George Tavares para me darem assistência.

Mas aquela noite e o dia seguinte foram de uma tal riqueza, de luta entre a opressão e a razão, que eu não preguei os olhos. Todo aquele tempo foi um jogo psicológico de depoimentos maliciosos que eu soube desviar. No outro dia, à tarde, eles viram que não valia a pena me torturar ou me manter lá porque a OAB já estava batendo às portas deles.

Naquele tempo eu tinha algum nome, desde 64, quando realizei vários trabalhos de denúncia até internacional. Acharam que não valia a pena me matar, nem mesmo torturar, porque eu ia sair com marcas, e acabaram me soltando, sem conseguirem pegar nada que prejudicasse meus clientes ou a mim, como queriam. Pareceu uma das formas de coação para que eu desistisse da defesa de perseguidos políticos.

Soriano — O senhor defendia presos políticos de qualquer que fosse a organização ou acusação?

Modesto — Defendi perseguidos políticos de todas as organizações, inclusive da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da VAR-Palmares. Muitas dessas pessoas presas e torturadas falaram sobre minha atuação e a repressão acreditava que eu era de cada organização. Havia um contrassenso nisso. Suas contradições me ajudaram. Era impossível pertencer a tantas, ao mesmo tempo.

Então, a ideia de defender todos, igualmente — e que o Partido [PCB] apoiava — foi correta porque ajudava a defender o cliente e seu advogado.

Soriano — Conhecemo-nos quando fui liberado para receber visitas, pela primeira vez, na ilha das Flores. As minhas irmãs, Íris e Judith, vieram com o senhor, que lhes deu muita força moral e psicológica. Então, repassei as informações que precisava passar para os companheiros. Confiança imediata!

Modesto — Me lembro. Por favor, Soriano, somos amigos e companheiros, senhor não, você.

Soriano — Tendo vivido o que vivi, a história que hoje conheço, acho que a gente sempre perderá quando se apela para a violência armada. Mesmo com relação ao que houve na ex-União Soviética, se não se fizer autocrítica com um ano, vai-se fazer com oitenta. Então, a minha proposta hoje é de a gente continuar lutando pelas mesmas bandeiras erguidas, mas sem renunciar a um ativismo pacifista. Exceto para uma situação de um povo que se encontra com sua pátria ocupada militarmente por um país estrangeiro, como o Iraque, como se deu no Vietnã.

Modesto — Concordo com você plenamente, eu sou pacifista, humanista e creio que, sem justiça social, não se conseguem estabelecer premissas

de tranquilidade e paz, não é verdade? Mas compreendo a radicalização de muitos revolucionários, porque a tirania já era prolongada e grave.

Soriano — Exatamente. A lógica dialética, instrumental teórico do marxismo, indica que você deve sempre procurar mergulhar na essência da contradição das coisas. Estudar, por exemplo, nossa História e a realidade brasileira, buscando soluções através da criatividade. De que maneira o companheiro descreveria o papel do advogado na luta contra a ditadura?

Modesto — Bom, existem alguns livros que fazem referência a mim, inclusive aquele que você estava lendo ali, *The World is Burning*, de um escritor norte-americano que me encontrou numa das visitas que fiz ao Acre, depois do assassinato do Chico Mendes. Mas, sobre os advogados, há alguns livros meus, inclusive depoimentos que prestei na Escola Nacional de Belas Artes, no Museu da Imagem e do Som, na Fundação Getúlio Vargas e Assembleia Legislativa. Quando fui entrevistado, saíram alguns livros com depoimentos meus. Acho que lá, faço ampla menção dos colegas que atuaram defendendo presos políticos. Eram muito poucos. O Rio de Janeiro talvez tenha dado o maior número de advogados que enfrentaram a defesa deles: Sobral Pinto, Heleno Fragoço, Antônio Evaristo de Moraes Filho, George Tavares, Oswaldo Mendonça, Vivaldo Vasconcelos. Eu próprio e alguns outros como Rosa Cardoso, Paulo Arguelles, Eni Moreira, Humberto Jansen, José Quarto, Lino Machado, Alcione Barreto, Luiz Werneck Vianna... que defendiam os presos políticos no Rio de Janeiro. Todos nós fomos perseguidos, ameaçados ou sequestrados. Não fomos presos, fomos sequestrados, porque não respeitavam nenhuma formalidade legal de prisão. A maioria das pessoas perseguidas, como você, Soriano, que a gente chama de preso político, não foram presos políticos, foram sequestrados políticos.

Soriano — De que maneira ocorreu seu sequestro?

Modesto — No meu caso, foram à minha casa depois da meia-noite, me sequestraram, me levaram para o DOI-CODI da rua Barão de Mesquita, que se tornou, tradicionalmente, um centro de torturas e de assassinatos dos mais graves.

Soriano — Considero o cúmulo da violência o Estado prender ou sequestrar

um advogado, no exercício legal de sua profissão, ao defender seu cliente. Não saberia nem como qualificar este tipo de crime! Não seria a própria interdição do Poder Judiciário?

Modesto — É verdade, eles adotavam todos os métodos. Quando achavam que o advogado era frágil, acenavam com um balão de adesão e de cooptação. Depois, passavam para uma ameaça discreta, tipo: “Você não tem medo, você não acha que pode sofrer retaliações?”. Posteriormente, partiam até para ameaças diretas, inclusive ao telefone, através de cartas anônimas e da guerra de nervos, sistemática e permanente.

Soriano — Você pode falar mais de tais situações?

Modesto — Vou lhe dar só um exemplo: em uma ocasião, chegou um escrivão, angustiado, querendo falar urgente comigo, mas eu não podia atendê-lo; estava na tribuna de uma auditoria militar, fazendo a defesa de um perseguido político; assim que concluí, ele veio correndo e me disse:

— Doutor, um telefonema urgente.

Fui ao telefone da auditoria e ouvi:

— Olha, a sua filha, aquela menorzinha, fulana — dando o nome dela — acabou de ser atropelada e está moribunda no hospital. Me deram o telefone de onde o senhor estava e eu estou lhe fazendo esse benefício de informar.

Fiquei louco, em pleno julgamento. Imediatamente telefonei para casa e a minha filha estava lá, numa boa, sem problema nenhum... Estas coisas eu nem podia falar à minha mulher e nem às pessoas mais íntimas da família, para não descontrolá-las. Tais métodos continuaram por muitos anos.

Mas, de qualquer maneira, aquilo foi um choque muito grande para mim. Era uma das formas de tortura psicológica que adotavam, como as ameaças, o sequestro e, finalmente, até a tortura de alguns deles. Além desses advogados que eu mencionei, outros sofreram em outras partes do Brasil, mas não como no Rio de Janeiro quando aqui ainda era o centro das decisões nacionais. O Supremo Tribunal e o Superior Tribunal Militar funcionavam aqui. Mas nós, advogados, defendíamos presos, além do Rio de Janeiro. Muitas vezes, tive que ir para São Paulo, Porto Alegre, Curitiba,

Brasília, Belém, Salvador, Recife e Juiz de Fora (para onde a gente mais viajava) para defender preso político; onde havia auditoria, perseguição política e justiça militar a gente tinha que ir. Todavia, 80% dos casos acabavam no Rio de Janeiro.

Soriano — Mas o advogado não se sentia como um clínico numa ilha sem medicamentos?

Os advogados, a rigor, tinham uma atuação até conservadora, porque se lutava pela aplicação das leis disponíveis. A gente só se superava nas defesas, alegando fatos concretos que violavam todas essas leis e, sobretudo, os direitos humanos na concepção universal e os princípios de direito que o mundo reconhece há séculos ou milênios. As denúncias eram o nosso forte incontestável.

A gente procurava superar e inventar instituições, quando o AI-5 acabou até com o *habeas corpus* para fins políticos. Qualquer bandido, ladrão, traficante, tinha *habeas corpus*, mas o político não. Mas a gente adotava mecanismos que recriavam uma espécie de *habeas corpus*. Sabe como? Por exemplo: “Soriano foi sequestrado e sei que está em tal lugar ou há indícios de que esteja em tal lugar”. Eu não usava a palavra *habeas corpus*, mas dizia, informava o fato e pedia que o juiz ou que o tribunal requisitasse as informações daquela autoridade e se, de fato, confirmasse a nossa suspeita ou nossa informação, que eles abrissem a comunicação daquele preso com seu advogado e com sua família. Através disso, o Tribunal sabia que aquilo estava funcionando meio como *habeas corpus*, mas não podia negar o direito de petição. Em geral, paravam as torturas e o preso continuava vivo, com a sua prisão logo oficializada. Não seria mais morto nem desaparecido. Conseqüentemente, a gente recriava instituições assim, pelo método do raciocínio, garimpando veios sutis das leis da razão.

Soriano — Ou da inteligência criativa! Você falava anteriormente sobre um sequestro que sofreu pelo DOI-CODI.

Modesto — Fui sequestrado na minha casa, já passava da meia-noite. Sem sequer poder beijar minhas filhas pequenas que dormiam, eu apenas avisei à minha mulher que entrasse em contato com a OAB e que me

trouxesse um casaco. Aí fui levado e mantido entre dois policiais com carros na frente e atrás. Tinham até metralhadora semipesada. Ao invés de irem para o DOI/CODI, me levaram para a avenida Niemeyer; eu morava em Botafogo, quase Lagoa.

— Ué, me disseram que íamos para o DOI/CODI? — perguntei.

— Não, nós vamos fazer uma diligência e depois iremos — respondeu um deles.

Realmente, me levaram para a Niemeyer, lá em cima, depois de uma certa curva, pararam. Pensei: “Bom, estão entrando pro mato, provavelmente vão me fuzilar e jogar meu corpo por aí e ainda vão culpar os meus amigos ou clientes de terem me matado. Partir para mais uma provocação e uma perseguição política de meus amigos”.

Foi quando me lembrei de que estava com a chave do escritório no bolso. Naquele momento pensei: “Eles vão pegar a chave que eu tenho no bolso, vão abrir o escritório e fazer uma montagem de que fui morto por um cliente, um colega ou coisa que o valha”.

Tirei a chave do bolso, levantei o braço atrás do policial da direita, que estava com a janelinha aberta e comentei para distraí-los:

— Ué, mas o que tem a ver DOI-CODI com esse mato?

Aproveitei e joguei a chave do escritório fora.

— Não, essa diligência aqui é rápida, nós já vamos — responderam.

Depois de uma certa curva pararam. Um grupo de policiais foi lá fora para sequestrar mais alguém. Um deles voltou, dizendo:

— Ela não está, foi para Santa Catarina.

Fui então levado ali pro DOI-CODI e jogado em uma cela que vira geladeira e estufa, uma daquelas que só têm um burquinho e ali eles podem ligar um ar condicionado gelado ou uma estufa também, para você sofrer altos e baixos de temperatura. Fiquei ao lado, sabe de quem? Do major Cerveira.

Soriano — Acho esse trabalho, feito muitas vezes no anonimato por advogados, um trabalho de herói, porque os visitantes não tinham conteúdo ou nível político suficiente para passar informações; nem podiam atuar como os

advogados. Você me ajudou também repassando informações que precisavam chegar à minha organização. Naquele momento, você não somente nos defendia, mas ajudava a toda a esquerda, a todas as correntes políticas de atuação contra a ditadura. Nunca você me falou em pagamento. Soube disso também de outros companheiros, jamais nos falou em valores e quando sobre isso perguntávamos, ouvíamos: “Não se preocupe com isso, o importante agora é conseguir com que você seja solto o mais rápido possível”. Comentavam que você era efetivamente do respeitado e histórico PCB.

Modesto — Deixe eu lhe dizer uma coisa. Como hoje, naquele tempo, já tínhamos uma visão ampla: todo perseguido político, em princípio, era um companheiro. Então, as organizações mais consequentes, no caso, o PCB, com quem tinha contato permanente com a direção, como Marighella, Mário Alves, Luiz Maranhão, David Capistrano e outros, numa ocasião me fez um questionamento, dizendo:

— Você não pode trabalhar com a gente? A gente lhe dá o que for possível, uma cobertura.

— Olha, eu tenho um esquema de trabalho que é o seguinte: não discrimino perseguido político, para mim são todos iguais, de qualquer organização — respondi.

— O Partido também pensa dessa forma e todo encaminhamento que faz é no sentido de defender os companheiros como se fossem do mesmo partido — comentou o Marighella. Ele era ainda do PCB, não tinha havido a cisão, ocorrida depois da OLAS.¹ Isso funcionou de maneira maravilhosa.

Os advogados, fossem ou não organizados, como, por exemplo, Sobral Pinto que era um católico conservador da velha igreja, quase que fanático pela religião católica; o Heleno Fragoso era um liberal; enfim, cada um tinha seu posicionamento ideológico, mas nessa questão de defesa, funcionávamos como se houvesse uma célula, como se houvesse uma base de advogados, tal era a solidariedade e o entendimento que havia entre nós.

Nessa luta, era como se fosse algo maior do que uma organização política ou religiosa: era o Direito!

Essa coisa nos ajudou de tal maneira, que a gente conseguiu estabelecer

fios invisíveis que se conformaram numa verdadeira tessitura de defesa dos perseguidos políticos, presos ou não. Nessa tessitura, um dos fios nos ligava à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), outro à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), outro à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e essas organizações se compuseram conosco de uma forma extraordinariamente bonita e eficiente. A OAB, por exemplo, que era uma organização antes entregue aos reacionários da Light, representante do pior interesse, conseguimos fazer com que ela se convertesse em uma instituição de defesa dos direitos humanos através do apoio aos advogados que defendiam esses direitos. A ABI também se integrou conosco, até porque muitos jornalistas foram perseguidos, presos, torturados, muitos dos quais defendi. A CNBB tem mil histórias interessantes, sobretudo quando foi dirigida por D. Ivo Lorscheiter, e por D. Aloísio Lorscheider. Nós, advogados, pertencíamos a uma “religião” de “fanáticos da liberdade e dos direitos humanos”!

Soriano — Nas organizações de esquerda, havia, por questão de segurança, o costume de pedir, “não me conte o que eu não preciso saber”.

Só que, para os advogados, não havia saída. Ao contrário, o preso político só dispunha deles para mandar mensagens. Imagina a responsabilidade de vocês terem que nos ouvir, para dizer “olha, pelo amor de Deus, em tal casa assim e assado, está guardado um material que me incriminará. Vá ou mande alguém lá e suma com aquilo”. O advogado poderia também ser, a qualquer momento, preso e torturado. Uma responsabilidade a que ele não podia se furtar, porque ele iria salvar muitas vezes um destino humano, tendo que enfrentar um inimigo sem nenhum princípio ou escrúpulo.

Modesto — Vocês nos diziam: “Vocês são o nosso único respiradouro com o mundo”; o advogado, por garantia da lei, embora dificultado pela ditadura, tinha contato com o preso e com a família. Realmente, a gente sabia e sentia que era isso mesmo. É lógico que, como toda perseguição política é uma coisa imoral e odiosa, o advogado se sentia livre de responsabilidade moral nessas questões delicadas. Então, por exemplo, se alguém dissesse, como em desespero diziam, às vezes até por telefone, alguma denúncia ou apelo, você tentava fazer o que pudesse, dentro da lei.

Você sabia que, se não salvasse a família, outras vítimas viriam em seguida da família, dos amigos, dos companheiros. Às vezes, até de uma criança de meses — houve casos assim, sob ameaça de sequestro de criança para que o pai ou a mãe se apresentasse. Você podia salvar pessoas inocentes que seriam também sequestradas. Tenho várias provas concretas de que conseguimos salvar vidas e minimizar torturas em muitos casos. Inclusive, de advogados de quem fui advogado. Outro dia, lá na OAB, o João Luiz Duboc Pinaud, que fez o discurso de homenagem aos advogados de presos políticos, disse:

— Pois é, eu me lembro bem, num dos julgamentos do Modesto, eu estava lá na plateia. Houve uma dúvida sobre onde um preso foi torturado, se na ilha das Cobras ou na ilha das Flores, e ele assim resumiu, para dizer: “Não importa, porque em qualquer delas não há flores, só há cobras. E pior: picando com seu veneno todas essas vítimas.”

Soriano — Imagino que o companheiro deve ter tido receio de alguns segredos que, involuntariamente, tinha que passar a conhecer, não é? A responsabilidade era muito grande.

Modesto — É verdade. E, alguns deles não posso dizer, nem hoje nem jamais direi. Outros eu posso dizer e até dar nomes aos seus autores.

Certo dia, o Evaristo, o George Tavares, a Eni e eu fomos convidados para prestar um depoimento na Escola de Belas Artes, na Rio Branco. Quando chegou a minha vez, exemplificando a experiência do período, contei, sem dar os nomes dos personagens, o seguinte fato: um casal jovem, líderes católicos, perseguidos pelos militares, no Nordeste, escapou para o Rio. Foram apresentados a um dos bispos a quem me referi. Esse bispo arranhou emprego para os dois. Logo a seguir, o DOI-CODI os sequestrou.

A secretária do bispo me telefonou. Fui lá e o bispo me pediu que defendesse os dois. Quando consegui soltá-los, ela, logo depois, apareceu no escritório com o seguinte drama:

— Doutor Modesto, eu estou com um problema sério — relatou-me direto — uma das minhas torturas foi ter sido estuprada em fila pelos torturadores e agora estou grávida! O que o senhor me aconselha ou acha que

devo fazer? — Não sei se ela orava ou chorava, mas parecia eletrizada, na busca de um milagre.

Depois do choque, respondi para ela:

— Olha, sei que vou dar a minha opinião, que vai, talvez, entrar em choque com o seu sentimento religioso. Mas se fosse mulher, numa circunstância desta, eu abortaria. Este fato poderá vir a ser uma tortura de vida inteira. Cada vez que você olhar ou acariciar o seu filho você se lembrará da fila de torturadores que a estupraram. E vai, talvez, até buscar na fisionomia dele a fisionomia de algum dos torturadores.

Embora ela não guardasse o rosto de todos, porque ela contou que, depois de certa altura, desmaiou e não viu mais as caras. Mas se ela tivesse a criança e ela herdasse a fisionomia de algum daqueles que ela viu? A tortura seria vitalícia.

— Eu faria isso. Mas você... Bom, consulte o seu marido e depois o bispo.

Ela ficou pensativa e foi direto ao bispo. Quando ela falou aquilo, o bispo se incomodou, não sabia o que responder, caminhava de um lado para outro da sala onde estavam, e depois, angustiado, perguntou a ela:

— Minha filha, você já falou com seu marido?

— Não.

— Então, fale com seu marido, depois voltem aqui.

Quer dizer, ele deu uma perspectiva correta, como eu havia dado. Aí ela foi falar com o marido. Eu conhecia bem ele; era um jovem reservado, caladão, do interior de Pernambuco. Eu pensei: “Qual será a reação desse homem? Será de agressão? Será de procurar os torturadores e sair matando aquela gente e ser morto também?” Pois bem, ele ouviu a história da mulher quieto, uma estátua! Quando ela terminou, ele se dirigiu a ela de olhos molhados, deu um abraço forte nela e disse:

— Uma criança é uma criança, podemos cuidar dela como sendo nosso filho, de nós dois. Ele poderá ser um homem de bem, vamos tentar fazer dele o que nós quisermos.

Essa mulher teve um tal relaxamento que recebeu o milagre! Dois dias depois, teve um aborto espontâneo! Nunca vi um filme com tal *happy end* como esse caso, que eu acompanhei. Quando acabei de contar essa história,

com a mesma emoção que sinto à época e senti agora, uma mulher, que estava no fundo do auditório, se levantou e disse:

— Essa mulher sou eu! A partir de agora, autorizo o doutor Modesto a dizer o meu nome e contar minha história, que é essa, em resumo.

Mas só não conto agora nem revelo o nome dela porque o marido está envolvido e não foi consultado, e eu não sei se ele autorizaria ou não.

Soriano — Cruel. Até com uma freira eles praticaram estupro.

Modesto — Não posso dar nomes, a não ser aqueles que se tornaram públicos e notórios. Rememorando... A Marijane... não sei se já era namorada do Travassos... Márcia... e sua paixão por teatro... Marta e seu marido também meu cliente e preso! As três eram da Ação Popular (AP); fizeram um pente fino em cima da AP, sequestraram muita gente, inclusive as três moças e eu fui advogado delas...

Soriano — Nessa época, eu também estava preso na ilha das Flores, em 1969, na mesma cela, com o Jean-Marc.

Modesto — Sofreram tanto que uma das torturas consistia na ameaça de pinçarem o bico do seio e cortar com uma tesoura! Isso para confessar o que eles queriam. O comandante na época era Clemente José Monteiro Filho, do quartel da ilha das Flores.

Pois bem, quando consegui soltar essas três moças lá da ilha das Flores, entreguei-as em casa; foi uma verdadeira festa. No dia seguinte, as três foram sequestradas de novo. Levadas para lugar ignorado, que depois, por um papel de embrulho de pão que elas conseguiram ler, no rótulo, o nome e endereço da padaria, eu localizei o distrito. Consegui libertá-las pelo STM, mas eles já as soltaram com a intenção e aviso de as sequestrar pela terceira vez para matá-las. Foi aí que elas, depois de uma longa conversa com a família e comigo, resolveram se exilar no consulado do Chile e foram pro Chile do Allende. Foram felizes e se saíram muito bem lá, até quando veio o golpe do Pinochet, ajudado pelos Estados Unidos, em 73. O famoso *11 de Setembro*, primeiramente foi o do Chile de Pinochet, depois o de Nova Iorque. Pois bem, depois que foram perseguidas lá, elas e outros me pediram, e fui encontrá-los na Argentina para discutir a questão jurídica e até política,

já que a situação do direitista Perón estava se complicando.

Soriano — Muitas pessoas passaram pela Argentina?

Modesto — Era enorme a quantidade de presos políticos; eles fizeram ali uma espécie de acolhimento provisório dos presos que foram do Chile para a Argentina. Moravam ali, todos, mais ou menos juntos, até que conseguissem asilo em outro país. Lá, eu estive também com a mulher do major Joaquim Pires Cerveira e tanta gente mais.

Pois bem, quando elas saíram de lá, foram para a Europa. A Márcia era atriz também, se integrou ao grupo do Boal lá na Dinamarca; a Marijane foi com o marido para a Alemanha, onde nasceu sua filhinha, Bárbara, hoje uma moça; e a Marta foi com o marido para a Áustria.

Soriano — Você se reencontrou com elas na Europa?

Modesto — Bom, depois eu fui reencontrar essa gente toda, e muitos mais, no Congresso de Roma. Fui até lá para discutir os projetos da anistia que a gente tinha e que estavam tramitando no Congresso.

Soriano — As histórias do exílio também são muitas...

Modesto — Marijane, Márcia, Marta e tantos outros têm hoje experiências e histórias incríveis, inclusive sobre os mortos, como o Travassos.

Soriano — Ele foi presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo e da UNE, em agosto de 1967.

Gregório Bezerra foi trocado pelo embaixador norte-americano e o Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo”, fez questão de colocar o nome dele na lista para ampliar o apoio à luta armada para derrubar a ditadura. Consta que o Gregório resistiu muito em aceitar, porque tinha a visão de massa de que aquela ação intensificaria a repressão e prejudicaria o trabalho político que outras organizações pacíficas vinham desenvolvendo. A partir daí, o espaço legal iria se estreitando cada vez mais, os sequestros dariam argumentos para a ditadura endurecer cada vez mais e estreitar o campo legal de atuação.

Modesto — É. Isso que você está falando me lembra o que conversei com ele, fui advogado dele também. Lá em Recife, seus advogados eram o Paulo Cavalcanti e a Mércia; aqui, era eu. Fui visitá-lo, lá na penitenciária

de Recife. Pernambucano, louro, de olhos azuis, uma figura fisicamente agredida, mas saudável e bonita.

Quando deu a você essa visão, que acho que era a da maioria do PCB, que entendia que a forma de luta do sequestro, a médio e longo prazo, não iria ajudar, poderia até prejudicar pelo número de companheiros que cairia, enfim, tinha uma visão que o Gregório adotava. Por isso é que ele discordava, mas aceitava, tanto que aceitou ser trocado pelo embaixador. Foi para a Europa e foi ótimo, porque ia acabar sendo morto aqui. Acabou vivendo bem até os oitenta e tantos anos. Uma figura histórica, lendária...

Soriano — Qual foi, efetivamente, a participação da mulher no processo de abertura? Por exemplo, temos a Regina Van Der Weid, mãe de Jean-Marc, que liderou também aqui um movimento feminino e outros mais.

Modesto — As mães do Brasil foram valentes e preciosas. Lembro-me de que iniciaram logo no começo do Golpe de 64. A princípio, ainda pouco organizadas, atuavam para suavizar o sofrimento dos presos e de suas famílias. Depois foram se organizando melhor e ampliando sua solidariedade, com forte repercussão política. As mulheres brasileiras precederam em ação e organização as *Madres e Abuelas de la Plaza de Mayo*, que atuaram contra a ditadura dos generais argentinos. As mães dos presos políticos de outras ditaduras do “Cone Sul” acabaram por fazer o mesmo.

Diante dessa realidade, elas passaram a se encontrar muito nas auditorias e nos escritórios dos advogados. A partir daí, surgiu entre elas a ideia de se organizarem. Surgiu, nessa época, uma das líderes, a Teresinha Zerbini, mulher daquele famoso general. Especificamente, ela também organizou o movimento pela anistia. Mas ela era muito ligada a São Paulo. Então, aqui no Rio, já se organizava também a *União de Mães*. Aí estavam todas as mães e esposas desses presos a que nós estamos nos referindo. Participavam dessa União, para estar sempre presentes, em qualquer lugar onde fosse possível, e, ali, para dar um apoio aos presos, aos torturados e às suas famílias. Passaram a visitar as famílias e a pregar a anistia também. Nesse aspecto, meio que se inspiraram na pregação da anistia que alguns advogados fazíamos nos

juízos, sistematicamente.

Então, os movimentos de anistia ganharam corpo. Quando se consolidaram, surgiram as organizações de anistia, elas passaram a organizar e estimular as manifestações públicas, que viraram movimento de massa. Quando nós conseguimos organizar aquela primeira lei de anistia, eu já era deputado federal; não era aquele projeto que foi aprovado. O projeto da oposição era amplo, geral e irrestrito. Mas como a ditadura estava ainda forte... Foi na mudança dos generais Geisel pro João Figueiredo, o “quero-que-me-esqueçam”.

Mas quem melhor poderia falar sobre a luta popular pela anistia seriam as líderes sobreviventes: Regina van der Weid, Eni Moreira, Iramaya Benjamin, Yolanda Pires, Lourdes Goulart... e tantas outras.

Soriano — E como foi sua atuação como deputado federal no Projeto de Lei da Anistia?

Modesto — Com o cenário que vivíamos na época, foi impossível aprovar o projeto original da Anistia, porque éramos uma minoria artificializada: tivemos, a oposição, quatro milhões de votos a mais e, apesar disso, éramos minoria no Congresso, onde havia os senadores biônicos, e por causa daquele projeto que inventaram de proporcionalidade eleitoral. Então, tínhamos a maioria do povo e a minoria de representação política. Por causa de todos aqueles mecanismos imorais que eles inventaram, a ditadura impôs uma anistia castradora.

Não passava nada a não ser negociado, rachando diferenças. E o nosso projeto ou as emendas aos projetos emanadas do seio da oposição não passaram. Na época, só havia MDB e, do lado da ditadura, a Arena. Tudo que se pôde fazer foi a precária Lei 6683/79, que você conhece; a primeira das anistias. E quem fez o encaminhamento, apesar de tudo, fui eu...

A época era tão difícil que tive um problema grave de úlcera. Levaram-me pro hospital; evitei tudo para não ser operado e fui tratado. Mas eu estava ainda hospitalizado no dia da votação da anistia.

Fui liberado e quase que direto de lá pro Congresso em cadeira de rodas. O Ulisses Guimarães, que era presidente do partido, me pediu para fazer, como liderança, o encaminhamento da Lei de Anistia. Realmente

não era tudo o que queríamos, mas foi o que foi possível passar naquele momento. Pelo menos, serviu para aliviar as tensões e resolver problemas de um grande número de perseguidos. De fato, com aquela primeira lei, começaram a voltar os exilados políticos que estavam atingidos pelas leis de Segurança Nacional. Os demais foram beneficiados pelas outras leis de anistia posteriores.

Soriano: Agradeço-lhe muito por esta entrevista que mostra o personagem advogado jogando “A Grande Partida” contra os opressores dos “Anos de Chumbo”. Faço questão de concluir transcrevendo o texto que constou da placa que lhe foi agraciada por ocasião do seu aniversário, em 23 de janeiro de 2005: “Ao companheiro Antônio Modesto da Silveira, corajoso defensor dos perseguidos políticos pela ditadura civil e militar de 1964 e às suas ações indômitas que salvaram incontáveis vidas, com a gratidão dos sobreviventes”.

¹OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade, fundada em Cuba, em 1967, com o propósito de incentivar as lutas pela libertação dos países latino-americanos.

Apêndice IV



O Jornalista e a Ditadura

Mario Augusto Jakobskind

O companheiro Francisco Soriano, depois de me privilegiar com a leitura antecipada de seu tocante livro *A Grande Partida: Anos de Chumbo*, pediu-me um depoimento sobre a participação do jornalista contra a ditadura de 1964. Aceitei de imediato, como quem cumpre um dever profissional de resgatar a luta dos heroicos resistentes naquele difícil e comovente combate.

Poucos duvidam de que conhecer o passado ajuda a se entender melhor o presente. Tanto isso é verdade, que regimes autoritários, de um modo geral, adotam como norma apagar da memória personagens que contribuíram para que os seus povos trilhassem o caminho da liberdade e da justiça social. Isso acontece em várias épocas, não só em terras brasileiras como pelo mundo afora. Para romper essa barreira, é necessário o empenho de todos e vontade política. Sem isso, corre-se o risco de se perpetuar a história oficial, contada pelos vencedores, com incorreções e deformações que podem, ou não, ser sanadas apenas depois de muitos e muitos anos.

Nesse contexto, por exemplo, insere-se o documentário *Cinco em Ponto*, realizado pelo ex-preso político uruguaio, Universindo Diaz, uma vítima da Operação Condor¹. Essa produção realizada com Jose Pedro Charlo, que mostra como os trabalhadores uruguaiois, sob a liderança da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), resistiram, durante 15 dias, ao golpe militar de extrema-direita em junho/julho de 1973. A resistência só terminou depois

que os militares usaram tanques e todo aparato de guerra para ocupar fábricas, além da prisão e exílio de líderes sindicais. Fotos do veterano fotógrafo Aurélio González e filmes da época serviram para recompor a história. Universindo Diaz e Lilian Celiberti, outra uruguaia, sequestrada e afastada de seus dois filhos, foram presos, em Porto Alegre, em uma operação conjunta de policiais brasileiros e militares uruguaiois, sendo levados a Montevideú, onde cumpriram vários anos de cárcere.

Outro exemplo recente de preservação de memória histórica aconteceu no Rio Grande do Sul. Ao visitar um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Tapes, às margens da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, lembrou o general brasileiro José Inácio de Abreu Lima, que lutou ao lado do libertador Simon Bolívar. Abreu Lima, que continua pouco conhecido, pelo menos no Brasil, nunca se ausentou das lutas do seu tempo, morreu na província (estado) de Pernambuco, onde nasceu, tendo escrito o livro *O Socialismo*, em uma época em que nem os intelectuais mais progressistas abordavam o tema. Os livros didáticos omitem a existência desse militar, que, de alguma forma, foi um dos precursores da integração latino-americana.

Em tempos mais recentes da História do Brasil, quando o país vivia sob regime ditatorial, o primeiro de uma série que se abateu sobre a América Latina nos anos 60, 70 e 80, alguns setores, como o dos jornalistas, combatiam o autoritarismo. Eram, naturalmente, tempos difíceis em que ao falar a verdade se corria o risco de prisão ou até mesmo de morte. Os que não viveram aqueles chamados “anos de chumbo”, ou os de memória curta, podem ficar espantados com essa afirmação ou até considerá-la sem sentido. Os que compactuaram com a ditadura e hoje tentam se apresentar como democratas sentem calafrios quando alguém conta a história, a verdadeira história. Eram tempos em que os jovens, da geração 68, que sonhavam com um mundo melhor e mais justo socialmente, enfrentavam nas ruas uma repressão que se aprimorava, a todo momento, em termos de tecnologia da morte.

Na imprensa brasileira, apesar do comportamento subserviente ao poder autoritário de alguns veículos, de um modo geral os mesmos que hoje defendem a política econômica neoliberal que leva ao Estado mínimo, houve resistência: alguns jornalistas não aceitavam esse estado de coisas e procuraram resistir à ditadura.

Nessa relação, não poderia deixar de ser mencionado o jornalista Evaldo Diniz, então um jovem destemido que em sua coluna diária *América Rebelde*, na *Tribuna da Imprensa*, além de informar os leitores sobre o que se passava na América Latina e Terceiro Mundo, enviava mensagens sobre fatos que as “autoridades” proibiam de divulgar. Não raramente, a coluna de Evaldo Diniz saía em branco, porque um censor mais atento percebia a intenção do colunista ou cismava com algum tipo de análise.

Evaldo, lamentavelmente, morreu, em 1985, em pleno trabalho, vitimado por um ataque cardíaco, pouco tempo depois do fim da ditadura e da posse do presidente José Sarney. O jornalista deixou livros, alguns deles editados após a sua morte, com informações preciosas e histórias que não perderam a atualidade, até porque, algumas, a grande mídia conservadora simplesmente não divulgou. Evaldo Diniz publicou, pela Editora Record, em 1984, *A Trajetória de um Brabo*. Em 1986, graças aos esforços da mãe do jornalista, dona Hélia Diniz, foi publicado, pela Ato Editorial & Comunicação, o livro *O golpe que matou Allende – A tragédia chilena*. Em 1988, foi editado pela Livraria Freitas Bastos, *A história do vice-presidente, o que tomou vergonha*. E, em 1994, pela Editora Pallas, foi publicado o romance de Evaldo intitulado *A balada do desesperado*. Estes dois últimos livros, editados postumamente, sob a coordenação de Francisco Soriano, companheiro de lutas de Evaldo, durante os “anos de chumbo”.

Em uma retrospectiva como esta, que lembra os 21 anos de ditadura (1964 a 1985) no Brasil, particularmente essa parte sobre a resistência dos jornalistas — repito — ficaria incompleta se não fosse mencionado o nome de Evaldo Diniz.

Ainda na *Tribuna da Imprensa*, um outro jornalista resistiu o quanto pôde, tendo, inclusive, sido preso na redação. Pedro Porfírio foi retirado à

força por policiais, sob a acusação de apoiar grupos da luta armada, e ficou vários meses preso.

Vladimir Herzog, o jornalista assassinado nas masmorras do (na época) II Exército, é hoje um símbolo na área dos direitos humanos. Seu nome serve, inclusive, como referência a um concurso jornalístico sobre o tema. Ou seja, todo ano uma comissão outorga o prêmio Vladimir Herzog, em diversas áreas da imprensa, para as melhores reportagens sobre direitos humanos.

Em setembro de 1975, Herzog se apresentou para depor em uma dependência militar da capital paulista. Torturado, acabou morrendo. Inicialmente, as autoridades informaram que o editor de jornalismo da *TV Cultura* havia se suicidado. Os assassinos apresentaram até uma foto em que ele aparecia enforcado. A versão não convenceu a ninguém.

Herzog foi enterrado de acordo com os preceitos da sua religião judaica. Se houvesse o reconhecimento do suicídio, Herzog seria sepultado em um canto reservado do cemitério e de cabeça para baixo, como aconteceu com Iara Iavelberg, a mulher de Carlos Lamarca, que apenas anos depois, por empenho dos familiares, teve sua morte reconhecida como assassinato e não como suicídio.

O caso teve grande repercussão e provocou intensa mobilização popular em todo o país. O próprio general de plantão, Ernesto Geisel, foi obrigado a demitir o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, que entrou para a História do Brasil como o responsável pelo assassinato de Vladimir Herzog.

Trabalhar em um jornal diário e, ao mesmo tempo, combater a ditadura era sempre um risco, seja para manter o próprio emprego ou mesmo não perder a liberdade de ir e vir e, ainda, a própria vida. Eram tempos difíceis, em que só não se importavam com o que acontecia em matéria de violações aos direitos humanos os áulicos e os defensores de interesses econômicos, que eram pagos para isso. Havia também os que se calavam por medo, bem como aqueles que justificavam politicamente o silêncio na base do “não é o momento apropriado para falar”.

Os jornalistas mais destemidos e desejosos de demonstrar algum tipo de

independência, mesmo os que não estivessem engajados, arriscavam perder o emprego depois que algum eventual entrevistado se sentisse prejudicado com uma declaração ou citação.

Os repórteres do dia a dia tinham que passar por um crivo dos órgãos de segurança. Os que tivessem qualquer “antecedente político” de contestação não recebiam credenciais para cobrir solenidades ou atos em que figuras do governo, de fato, estivessem presentes. Essa norma vigorou até 1980, quando da primeira visita do papa João Paulo II ao Brasil.

Naqueles tempos, passar uma informação que não interessava aos senhores que usurpavam o poder era, na prática, uma tarefa quase revolucionária. Surgiram os jornais alternativos, sendo o decano deles a *Folha da Semana*, em 1965, que acabou fechado pela ditadura.

Os brasileiros que procuravam notícias ou análises que não eram encontradas nos jornais tradicionais – sem falar das rádios ou TVs – corriam atrás dos disputadíssimos alternativos. Logo que chegavam às bancas, praticamente se esgotavam, pois os leitores temiam que, mesmo com a censura vigente, alguma “autoridade” pudesse cismar com certos comentários ou mesmo charges e decidisse “acionar o dispositivo”, conseqüentemente, retirando a publicação das bancas. *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Ex*, *Versus* e tantos outros tinham o seu público cativo. *O Pasquim* revolucionou a linguagem jornalística com humor e ironia, dois ingredientes odiados pelos detentores do poder na época. Houve semanas em que *O Pasquim* vendia mais de 200 mil exemplares, sob censura direta até 1975, tendo sobrevivido até meados dos anos 80.

Um dia, o pessoal de *O Pasquim* acabou preso na Vila Militar. *O Globo*, intencionalmente ou não, admitiu a possibilidade de a equipe ser banida (deportada) do país, o que seria para os jornalistas talvez até pior do que a prisão, segundo eles próprios admitiram mais tarde. Embora os tempos atuais sejam outros, não se sabe até hoje qual teria sido o motivo da publicação da “informação” (entre aspas mesmo): uma exigência do poder ou apenas iniciativa para atemorizar e sufocar uma publicação que, naquela altura dos acontecimentos, tinha peso e poderia com o tempo até virar concorrente?

O alternativo *Versus*, cujo editor era o gaúcho Marcos Faerman, em que tive o privilégio de colaborar, a primeira publicação brasileira com temática afro-latino-americana, uma verdadeira novidade e preciosidade nos anos 70, sofreu até pressões fiscais, que acabaram inviabilizando financeiramente a publicação e, por pouco, não levaram Faerman às barras dos tribunais. Não era segredo nenhum que o motivo do cerco era a linha combativa do jornal.

Os jornalistas do semanário *Opinião* se desdobravam para colocar a edição nas bancas. Os textos eram submetidos à censura, riscados, muitas vezes perdendo o sentido, e o fato comunicado apenas no momento do fechamento da edição. Outro texto era entregue e passava pelo mesmo ritual. Havia casos em que determinado texto passava e ganhava repercussão. A fúria dos censores aumentava e então agiam com ainda maior rigor. A filosofia deles era a de demonstrar serviço e cortar.

O jornal da Arquidiocese de São Paulo, *O São Paulo*, acabou fechando por pressão da ditadura. O diário *Tribuna da Imprensa* enfrentou uma censura direta de pessoas ignorantes, saindo às vezes com páginas em branco. O conservador *O Estado de S. Paulo*, que apoiou integralmente o golpe de 64, foi censurado depois do AI-5 até 1975, quando oficialmente o general Geisel retirou os censores das redações. Poesias de Camões e receitas culinárias podiam ser encontradas no lugar de informações censuradas.

Para se ter uma ideia do grau de cultura do pessoal da repressão, em 1966, um comando do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do então estado da Guanabara, apareceu no *Teatro Jovem*, no bairro carioca de Botafogo, onde se reuniam, aos sábados de madrugada, jornalistas, músicos, estudantes e intelectuais para a discussão de temas culturais e, às vezes, políticos. O objetivo da “visita” era deter um cidadão de nome Bertolt Brecht, cujo paradeiro, para os policiais, era “ignorado”. O fato não pôde ser divulgado, embora a informação estivesse ao alcance de todos. Estamos falando de um fato ocorrido ainda no governo do general Castelo Branco, que os liberais consideravam moderado.

Nesta retrospectiva da resistência de jornalistas, não se deve esquecer

de um jornal diário, que, mesmo tendo apoiado o golpe de 64, logo nos primeiros dias daquele trágico mês de abril, bandeou-se para a oposição. Em dezembro de 1968, mais precisamente no dia [13] da decretação do AI-5, a redação do *Correio da Manhã* foi invadida por policiais do famigerado DOPS. Os agentes da ditadura estavam à procura de alguns jornalistas, que tiveram de pular muros, como Artur José Poerner e Osvaldo Peralva, ou mesmo vestir macacão de gráfico, como o editor-chefe, Edmundo Moniz, para não serem conduzidos à força para as masmorras do DOPS, vizinho ao jornal, na rua da Relação.

O *Correio da Manhã* resistiu até quando pôde, mas acabou sucumbindo às pressões dos detentores do poder, que induziam empresas a não anunciar no jornal considerado “inimigo” do poder.

Ainda em relação ao *Correio da Manhã*, cujo prédio na rua Gomes Freire, no centro do Rio, acabou se transformando em garagem, vale lembrar que de suas páginas saíram as denúncias, registradas pelo jornalista Pery Cota, sobre o que planejava um grupo de militares, capitaneados pelo brigadeiro João Paulo Bournier. Estava tudo pronto para explodirem o Gasômetro e colocarem a culpa nos “subversivos”, o que serviria de pretexto para desencadear violenta repressão. Os militares extremistas queriam assassinar lideranças de oposição, mas a ação destemida do capitão Sérgio Miranda de Carvalho, conhecido como Sérgio Macaco, e a coragem de Cota e dos editores do *Correio da Manhã* impediram que a “operação” seguisse adiante. O capitão Sérgio foi cassado e só teve as honras reconhecidas depois de morto.

O jornalista Carlos Heitor Cony sofreu represálias, conforme lembrou recentemente em depoimento no *Observatório da Imprensa* ao se defender de injúrias por ter recebido uma alta indenização, ao ser anistiado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Os golpistas ficaram furiosos por ter o jornalista escrito, em abril de 1964, uma crônica no *Correio da Manhã*, contra os usurpadores do poder. Cony teve a casa depredada. Colegas de jornal, avisados do atentado, correram para o local, providenciando a retirada da família para lugar seguro.

Conta ainda o próprio Cony que a retirada dos familiares foi negociada com os militares por Edmundo Moniz, o redator-chefe, mas com a garantia de que ele continuaria em casa, esperando a expedição punitiva, cujos membros já haviam isolado as esquinas das ruas Raul Pompeia com a Júlio de Castilhos e a Rainha Elisabeth.

Como se isso não bastasse, dias depois desse incidente, duas filhas menores de Cony, uma de 9 e outra de 12, segundo ainda o próprio jornalista, foram retiradas da sala de aula, no Externato Atlântico, na rua Raul Pompeia. Três oficiais da Marinha, à paisana, foram buscá-las, dizendo que elas corriam perigo e estavam lá para protegê-las. Só não aconteceu coisa pior porque a diretora do colégio, pedindo a identidade dos oficiais e não sendo atendida, tomou nota da placa do carro, que ainda não era fria.

O golpe de 64 apenas começava. Pode-se imaginar o que foram os anos seguintes.

O *Correio da Manhã* acabou tendo morte inglória nas mãos de aventureiros que arrendaram o jornal, da mesma forma que a gloriosa *Última Hora*, que antes de deixar de existir deu apoio à candidatura do coronel Mário Andreazza, que pleiteava ser presidente da República em uma das trocas de guarda durante a ditadura militar. Andreazza não emplacou e a *Última Hora* acabou morrendo algum tempo depois.

Quem participou da luta de resistência, se não arriscava muitas vezes a própria vida e a perda de liberdade, certamente amargaria dificuldades em se inserir regularmente no mercado de trabalho.

Hoje, depois de muitos anos, contam-se histórias, não raramente beirando o folclore. É o caso da defesa que alguns ex-militantes de esquerda fazem de um empresário, proprietário de jornais, revistas e canais de televisão, que, durante os chamados “anos de chumbo”, deu total apoio aos detentores do poder de fato. Trata-se de Roberto Marinho, o empresário-jornalista que viu ampliados os seus negócios depois do golpe de 64.

Nas páginas e páginas publicadas nos jornais e livros depois de sua morte, o doutor Roberto, como era também conhecido, embora ninguém até hoje tenha revelado em que setor acadêmico tenha conseguido esse

título, é lembrado o fato segundo o qual ele não teria cedido às pressões para demitir “comunistas” que trabalhavam na redação de *O Globo*. Doutor Roberto teria respondido a um general que pedia a cabeça de alguns jornalistas considerados inimigos do regime ditatorial: “Ninguém mexe nos meus comunistas”. Há dúvidas até hoje sobre o verdadeiro teor do que disse, mas, de qualquer forma, essa teria sido a resposta mais próxima de Roberto Marinho ao pedido oficial no sentido de demitir alguns profissionais de imprensa em *O Globo*, nos anos 70, por questão ideológica.

Pessoalmente, pude testemunhar o que se passou no final dos anos 70, mais precisamente na Sucursal do Rio de Janeiro da *Folha de S. Paulo*.

O general Hugo Abreu, o mesmo que, mais tarde, tentou dar mais um golpe dentro do golpe contra o então ditador Ernesto Geisel, teria pedido ao proprietário do jornal *Folha de S. Paulo* que adotasse alguma providência contra o que o militar considerava um “soviete da imprensa brasileira”. Naquele período, sob a direção do jornalista Alberto Dines, a sucursal publicava informações e análises que desagradavam aos donos do poder autoritário. Era o período de pré-abertura em que a *Folha de S. Paulo*, de passado duvidoso, inclusive por ter cedido veículos para a Operação Bandeirantes², tentava dar uma guinada e se tornar um jornal independente. É bem possível que essa postura tenha sido mais por uma questão de mercado do que por convicção.

As demissões pedidas pelo general Hugo Abreu não se efetivaram, porque, segundo corria nos bastidores, Dines enfrentou a situação e teria dito que, se estavam querendo “liquidar o soviete”, o primeiro a ser demitido deveria ser ele. Como se dizia na época, “Dines segurou a barra”. O diretor da sucursal carioca da *Folha de S. Paulo* acabou deixando o posto um ano e pouco depois desse episódio, que Dines atribuiu à “demissão política que caracteriza cerceamento da liberdade de expressão”, e, mais tarde ainda, 28 jornalistas foram demitidos sob a alegação oficial de “contenção de despesas”.

Nunca se pôde confirmar se o *passaralho* (termo utilizado até hoje para designar demissões nas redações) de Octávio Frias (o proprietário da *Folha de S. Paulo*)

teve alguma relação com o episódio envolvendo o general Hugo Abreu.

Em 1981, no exercício profissional, este repórter foi vítima de violência policial-militar no Uruguai, já relatada no livro *A Hora do Terceiro Mundo*, da Edições Achiamé, no capítulo intitulado *A reportagem que não me deixaram escrever*. Designado pela revista *Cadernos do Terceiro Mundo* para cobrir o processo de “transição para a democracia” que deveria abrir-se com o juramento do general Gregório Alvarez como presidente, em 1º de setembro daquele longínquo ano de 81, desembarquei em Montevideu no último dia de agosto.

Menos de 48 horas após a minha chegada, fui preso no hotel onde estava hospedado, no centro da capital uruguaia, e conduzido à chefatura de polícia. Submetido a um cerrado interrogatório com perguntas das mais estapafúrdias, os agentes da repressão queriam saber “a serviço de que grupos subversivos eu estava” ou “quem me financiava”.

Um policial de nome Spaldoni, que, de vez em quando, ajeitava na cintura um revólver calibre 45, me perguntou, entre outras coisas, se eu vivia do salário de jornalista, se pertencia a uma organização política e o que estava fazendo no Uruguai.

Parecia que ele consultava algum documento quando fazia as perguntas. Quinze anos depois, em 1996, quando tive acesso ao *habeas data* do SNI, Cenimar e DOPS-RJ, lembrei-me do que tinha acontecido comigo em Montevideu. Tenho a convicção de que muitas das perguntas eram baseadas em informações que constam do meu *habeas data*. Ou seja, o interrogatório no Uruguai pode ter sido feito com base em material informativo fornecido pelos órgãos de segurança brasileiros. Era rotina a troca de informações entre as ditaduras do Cone Sul. *A Operação Condor* seguia com toda a força.

As autoridades decidiram expulsar este jornalista, que foi considerado, segundo nota oficial divulgada na edição de 2 de setembro de 1981 dos jornais *El País*, do Uruguai, e *O Estado de S.Paulo*, como “um espião vinculado a sedição”.

Três anos antes, o jornalista, banido do Brasil, Flávio Tavares, correspondente do jornal mexicano *Excelsior* e de *O Estado de S.Paulo*, onde

assinava com um outro nome, tinha sido preso, torturado e amargado 176 dias de cativo. A ditadura uruguaia também o considerou “espião”, tendo sido preso ao embarcar para Buenos Aires.

Quando respondia ao interrogatório, lembrei o que tinha acontecido com Flávio Tavares e pensava com os meus botões que “a conjuntura era outra, dificilmente aconteceria o mesmo comigo”. A truculência dos policiais uruguaiois, que fizeram várias ameaças, fez com que eu tentasse livrar-me o mais rápido possível daquele pesadelo.

Obrigaram-me a assinar um documento comunicando a minha expulsão. Percebi claramente que as autoridades queriam formalizar a expulsão para, inclusive, demonstrar à opinião pública que faziam tudo “legalmente”.

Em determinado momento, para testar até onde eu poderia ir, disse que só assinaria o documento com a presença de alguém da Embaixada brasileira, pois tinha esse direito como cidadão do meu país. Na verdade, falei por falar, pois tinha absoluta certeza de que a representação diplomática do governo João Batista Figueiredo não teria o mínimo interesse em acudir este repórter que passava maus momentos nas mãos de agentes que costumavam agir com violência. Os policiais se entreolharam e, achando que eu não estava blefando, avisaram que, se não fizesse o que eles exigiam, os “trâmites burocráticos” para a minha expulsão demorariam meses e eu seria imediatamente conduzido para “uma cela no andar de baixo”. Não pensei duas vezes, até porque a ameaça parecia para valer. Assinar qualquer documento nessas condições não tinha o mínimo valor jurídico, ainda mais em tempo de ditadura. Como se tratava apenas de um papel burocrático que, felizmente, não envolvia outras pessoas, assinei. O pesadelo chegava quase ao fim.

Os Cadernos do Terceiro Mundo queriam uma reportagem que mostrasse realmente a intenção do general que assumia em lugar do civil octogenário Aparício Méndez. Álvarez prometia: “conduzir o Uruguai para a democracia”. O relato da expulsão foi a própria matéria e serviu para sentir a temperatura do “processo democrático” uruguaio em 1981.

Antes de embarcar no avião que me traria de volta, reconhecendo um policial que vigiava a minha saída, falei para o agente: “voltarei ao Uruguai com a democracia”. Cumpri a promessa em 1985.

Nunca esqueci o que me disse o motorista de táxi, no caminho ao aeroporto de Carrasco, depois que eu fui levado por policiais a uma agência da Varig para marcar a volta imediata. Quando relatei o que tinha acontecido, ele pediu desculpas em “nome do povo uruguaio”.

Aquelas palavras de solidariedade me deram a convicção de que a ditadura que levou o Uruguai à decadência não duraria muito tempo. Acertei na mosca. Em novembro de 1984, os uruguaios elegiam um presidente pelo voto direto.

Em 1984, ao voltar de uma longa viagem, onde cobri para uma agência de notícias alternativa, a *Cone Sur Press*, desde a eleição na Argentina, que deu a vitória a Raúl Alfonsín, até outro pleito, na Venezuela, em que o corrupto, da Ação Democrática, Jaime Lusinchi, se elegeu presidente, passando posteriormente por Cuba, França, Espanha e Suécia, fui detido pela Polícia Federal no aeroporto internacional do Galeão, no Rio de Janeiro.

Conduzido em uma viatura para a sede daquele organismo, na praça Mauá, fui obrigado a responder a um interrogatório de mais de quatro horas, tão absurdo como o de Montevideú, além de ter tido apreendidos exemplares em espanhol do livro *Apesar do Bloqueio — Um repórter carioca em Cuba*, de minha autoria, e que nunca foram devolvidos, o que me provocou, inclusive, prejuízos materiais. O advogado Modesto da Silveira, representando a Associação Brasileira de Imprensa, acompanhou o depoimento e teve atitude corajosa ao afirmar, em determinado momento, em alto e bom som, que o interrogatório era absolutamente ilegal e sem sentido. Pouco tempo depois do posicionamento de Modesto, o delegado que me interrogava decidiu dar por encerrado o depoimento.

Na ocasião, como qualquer cidadão que voltava ao seu país de origem depois de uma prolongada ausência, estava atordoado, ou, como se diz, meio fora de órbita, e não conseguia chegar a conclusão sobre o que exatamente queria o delegado interrogador.

Só quando tive acesso aos arquivos da repressão fiquei sabendo que tinha sido detido ao chegar ao Brasil por ter escrito um artigo, quando estava na Europa, em *O Pasquim*, defendendo a legalidade dos partidos comunistas.

Histórias como essas, ou próximas a essas, e que já se perderam no baú do tempo, poderiam ser contadas ao montão, não só no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, como em outros estados brasileiros, do Oiapoque ao Chuí.

Embora alguns jornais não tenham sofrido a presença direta de censores — a maioria desses senhores do regime pouco entendidos em matéria de jornais e do mundo da informação diária —, o noticiário era por demais prejudicado. Ou seja, o cidadão comum não sabia exatamente o que acontecia em termos de Brasil. Havia uma lista com nomes de personagens que eram proibidos de serem citados. D. Hélder Câmara, Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes e João Goulart encabeçavam a lista.

Uma epidemia de meningite, em pleno período do “Milagre Brasileiro”, não pôde ser divulgada sob pena de o veículo ser censurado. Houve jornais que, embora não tivessem a presença física de censores, adotaram como norma a autocensura, uma prática tão perniciosa como a ação direta dos censores. Muitos o faziam preventivamente, por entenderem que dessa forma não teriam problemas de nenhuma espécie, sobretudo financeiros. Outros, até por convicção ideológica, ou seja, por compactuarem com a ditadura.

A estratégia de autocensura deixou marcas profundas na imprensa brasileira, que permanecem até hoje, quando o país deixou de ser ditadura há, pelo menos, duas décadas. Esta matéria merece um estudo mais aprofundado e um questionamento reflexivo do tipo: “Por que ainda existe autocensura se a Constituição garante a liberdade de imprensa?” Com a palavra os editores e proprietários de jornais, rádios e televisões.

Mas, voltando ao período da ditadura, vale assinalar que, numa época em que ainda se compravam rádios de ondas curtas (hoje não se fabricam mais), era possível sintonizar algumas emissoras para saber das últimas sobre o Brasil, que os detentores do poder escondiam do povo. Nesse sentido,

alguns jornalistas tinham contribuição a dar, seja passando informações para correspondentes estrangeiros que se dispusessem a levar adiante as notícias proibidas por aqui, seja mesmo, diretamente, no exterior.

Tive oportunidade, em 1973, durante meu autoexílio, na Itália, de passar informações que não eram divulgadas pelos canais normais. Muitos outros jornalistas, exilados, autoexilados ou não, faziam o mesmo, possibilitando assim não apenas informar o público externo, mas, principalmente, contribuir para que emissoras, como a *BBC de Londres*, as rádios *Havana*, *Tirana* e *Moscou*, *Deutsche Welle* (em Colônia, Alemanha), entre outras, transmitissem seus boletins informativos, em português, em ondas curtas.

Dessa forma, imaginávamos que muitos brasileiros receberiam as notícias e as repassariam, formando uma corrente que, na prática, furaria o bloqueio informativo imposto pelos donos do poder. Não se pode esquecer também o importante papel da imprensa clandestina, editada por partidos políticos de esquerda que se encontravam na ilegalidade, como a *Voz Operária*, a *Luta Operária*, entre outras publicações.

Hoje, em plena era da *internet*, esse esquema de trabalho pode parecer romântico, mas era o que se tinha naqueles anos de chumbo. E funcionou. Vale contá-lo agora como registro de uma época que, se não era de guerra no sentido clássico, mas de violência institucionalizada, era também um tempo em que a verdade, como na guerra, é a mais prejudicada. Quem deu a sua contribuição, e muitos o fizeram, estou certo, tem a consciência tranquila de que fez o possível para abreviar o tempo da ditadura. E agíamos dessa forma, correndo riscos, certamente, por convicção e por não aceitar passivamente viver sob um regime ditatorial. Era isso ou o silêncio comprometedor.

Da mesma forma que outros jovens na época optaram pelo caminho da luta armada, também convencidos de que assim faziam estariam abreviando o arbítrio, jornalistas não silenciaram, mesmo entrando na lista negra dos indesejáveis pelos que estavam no poder, como comprovam alguns documentos dos arquivos da repressão, hoje tornados públicos e acessíveis aos interessados. Quem resistiu, tenho certeza, não se arrependeu, mesmo muitas

vezes tendo de amargar prisões, torturas, exílios, autoexílios e dificuldades, em alguns casos sofridas até hoje, de se inserir no mercado de trabalho.

Há ainda os que, embora tenham de alguma forma combatido a ditadura, passaram, hoje, para o outro lado, ou seja, apoiam governos, mesmo eleitos democraticamente, que adotam políticas, mais sofisticadas do que na ditadura, que, na prática, mantêm o povo brasileiro sob o domínio do grande capital, sobretudo o financeiro.

O caso das Licitações [leilões] das Bacias Sedimentares de Petróleo, prejudiciais aos interesses nacionais, que prosseguem com a entrega, de mão beijada, desta vez incluindo o gás natural, para empresas multinacionais do setor, é sintomático. A grande mídia conservadora, com a colaboração até de colonistas, hoje amestrados e alguns que, no passado, combateram a ditadura, entrou de forma avassaladora, na base do pensamento único, para convencer a opinião pública da justeza da posição contrária aos interesses nacionais.

Nas lutas em defesa dos interesses nacionais e populares, não se pode deixar de lembrar a figura do ilustre jornalista Alexandre Barbosa Lima Sobrinho.

O ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa é um exemplo de vida para os cidadãos brasileiros. Barbosa Lima Sobrinho é também exemplo de coerência e dignidade. Deve servir de inspiração para as novas gerações de jornalistas.

Tudo isso vale uma reflexão do tipo: “Como os veículos de comunicação, que fazem jornalismo de mercado, defendem interesses econômicos que são vendidos ao público como se fossem a melhor e a única solução, invertendo valores, ao apresentarem os opositores dessas medidas como ‘jurássicos representantes do passado?’”

Nesse esquema, não se pode deixar de enfatizar o mecanismo do pensamento único, uma verdadeira ditadura da informação, onde só se divulga o ideário neoliberal e o que favorece o capital financeiro. A grande mídia conservadora se vale cada vez mais desse mecanismo, nem sempre de forma sofisticada e, às vezes, muito pelo contrário. Os que enfrentam esse

esquema pernicioso ao jornalismo são acusados pelo patronato do setor de comunicação de atentarem contra a liberdade de imprensa e de expressão, quando, na verdade, quem atenta são os que se valem do pensamento único para defender seus interesses econômicos.

Uma retrospectiva desta natureza, claro, não se encerra nestas linhas, até porque muitos outros fatos não foram contados. De qualquer forma, espera-se que sirva de estímulo para que outros jornalistas, que participaram da resistência à ditadura, também o façam. Só assim, conhecendo melhor o passado, pode-se entender melhor o momento presente. O que não se pode é imaginar que tudo isso apenas pertença ao passado e talvez não interesse mais, como preferem os que compactuaram com os governos ditatoriais impostos ao povo brasileiro.

¹Operação Condor: vide Glossário.

²Operação Bandeirantes: vide Glossário.

Apêndice V



Carteirinha

Estas memórias são também minhas.

Dividi com Francisco muitas das angústias e alegrias aqui descritas. E de forma até engraçada. Como de praxe, ele me elegeu sua “censora” oficial, especialmente para as páginas mais “picantes” do nosso romance.

Quando o vi pela primeira vez e nos flertamos discreta e fulminantemente, tive absoluta certeza de que estava encontrando a alma gêmea.

“A Grande Partida: Anos de Chumbo” foi, ao mesmo tempo, para mim anos de primavera. Vivíamos também o cenário de nosso namoro, noivado e casamento, conjugando o amor à liberdade e à igualdade com o ódio à tirania e ao egoísmo. Apesar de não estar com ele diretamente no front da batalha do processo político, tinha consciência de tudo e o apoiava incondicionalmente. Sofri, também, na pele a repressão do governo ilegítimo por ser companheira de um guerrilheiro. Tive que abandonar a primeira faculdade, trabalho e moradia. Prestei concurso, fui aprovada e chamada para trabalhar na área administrativa da Petrobrás em 1971, mas não assumi por “razões de segurança”: procuravam loucamente Francisco, o meu companheiro. Presenciei, por três vezes, a prisão de um homem desarmado, que trabalhava e possuía endereço certo, levado sem saber para onde, por um aparato de homens fortemente armados e não identificados.

Ao longo dessa caminhada por quase quatro décadas de convivência, concebemos a vida para Geraldo, Ruth, Sarah e Túlio. Trago na memória a

presença carinhosa de Francisco cantando e tocando violão para fazê-los dormir. Na educação deles, sempre procuramos chegar a um denominador comum; respeitando opiniões e dividindo responsabilidades. Dentre outras coisas, aprendi que a tolerância é aliada da longevidade e felicidade de nossa união. Agora nos encantamos com a chegada dos netinhos, Tiago, Danilo e Selena.

Francisco adora fazer graça e lembrar (e que memória!) os momentos marcantes que juntos passamos.

Soriano é interativo na busca de soluções para os problemas sociais. Compreensivo e tranquilo até demais. Enquanto tenho um gênio mais “arretado”, ele, embora leonino, é mais paciente. Diria que talvez por isso estejamos juntos.

Jura que nunca me traiu. Acreditei cegamente e assinei uma carteirinha de bom marido para ele por ocasião das bodas de prata.

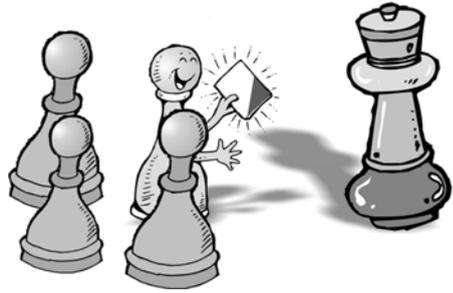
Seu dom artístico (o amor é lindo!) é contagioso. Compartilhamos memoráveis encontros musicais, teatrais e de dança.

Registro aqui meu amor por Francisco, continuamente eternizado, qual nos momentos mais dramáticos e adoráveis que juntos passamos.

Carinhosamente,

Ivone

Apêndice VI



Filhos-Fãs

“Pai Francisco entrou na roda, tocando seu violão...”

Foi nos seus embalos noturnos dos mil e um tons de instrumentos musicais que crescemos. A partir de sua visão de mundo, construímos a nossa, fundada na ética, no altruísmo e no posicionamento político, crítico e pacifista.

Enquanto amadurecíamos, dávamos conta de sua personalidade singular. Vimos seu desprendimento financeiro refletido nas gordas mesadas (aos olhos de criança). Seu jeito maroto passou a ser considerado espirituoso. O olhar sereno era explicado pela mineirice que sempre destoou do jeito muito paraibano de nossa querida mãe. Aquele traço também justificado por uma faceta de meditante e exímio enxadrista. Esse mesmo que sempre nos perdia na praia e no supermercado, o mesmo que se fazia de cavalinho para montarmos, nós quatro, em sua garupa...

Sua juventude, recente, também revelou um pai compositor, contador de piadas, cantor e ator de teatro popular.

Que mais? O fiel escritor que vem relatar os seus mais sofridos anos, antes segredados para nós, por questão de segurança. Tal relato fez-nos entender, com tristeza, os sinais em seu rosto, coração e mente; admirá-lo ainda mais e a nossa amada mãe por sempre tê-lo compreendido, acompanhado e apoiado.

“A Grande Partida: Anos de Chumbo” revelou-se então uma história tão nefasta que não se pode esquecer jamais, sob o risco de se prescindir, uma vez mais, da vida em detrimento da morte, justificada pelo medo do

socialismo. Julgamos que este livro ajudará as próximas gerações, que, uma vez conhecendo os 21 anos sombrios de opressão pela qual passamos, possam dar passos firmes pela radicalização da democracia.

Querido pai, esta obra de sua vida é para nós uma oportunidade de registrar nosso orgulho e agradecimento a Deus por sermos seus filhos e de termos descoberto a importância do sublime amor de pai sempre presente em nossas vidas.

Seus fãs e filhos: Geraldo, Ruth, Sarah e Túlio

Apêndice VII

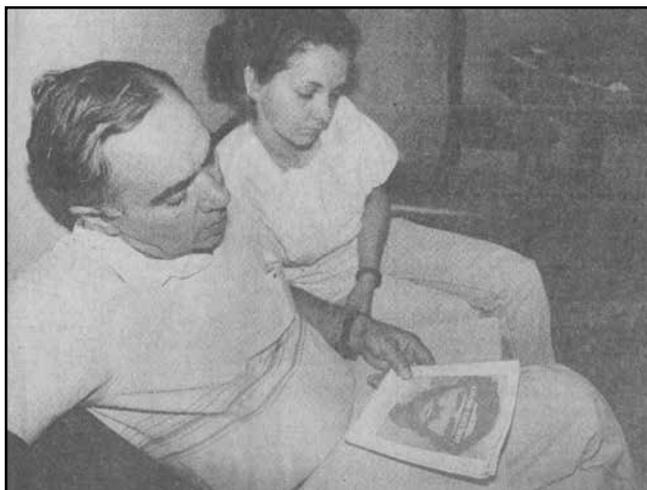
Fotos e Documentos





Marcelo Paixão de Araujo, um dos oficiais do Exército que assumiu publicamente sua participação na tortura entre 1968 e 1971, em Belo Horizonte.

Fonte: Revista Veja, 09/12/1988.



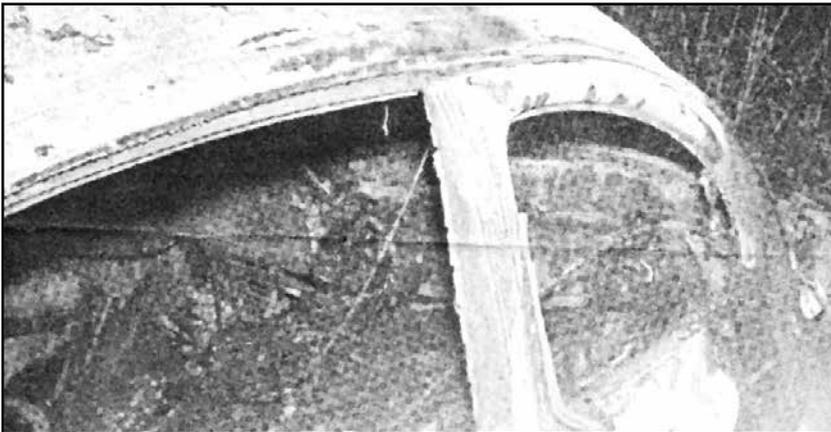
Amílcar Lobo, ex-tenente médico do Exército, que declarou (confessou) publicamente seu envolvimento com a tortura no Rio de Janeiro na década de 70.

Fonte: Jornal do Brasil, 11/03/1988.



Aurora Maria Nascimento Furtado, assassinada em 1972. A foto desmente a versão oficial de que foi morta ao reagir às forças de segurança.

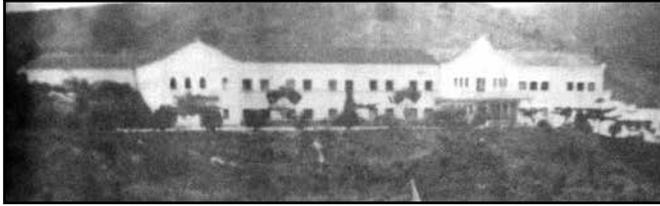
Foto e legenda publicadas no Boletim do Grupo Tortura Nunca Mais, GTNM, em dezembro de 1991.



José Sílton Pinheiro e José Bartolomeu Rodrigues da Costa, militantes do PCBR, torturados, metralhados e carbonizados dentro de um carro em 1972.

Foto e legenda publicadas no Boletim do Grupo Tortura Nunca Mais, GTNM, em dezembro de 1991.

Fotos em ordem cronológica:



Colégio São José, Teófilo Otoni (MG) onde o autor cursou o ginásial, de 1957 a 1960.

Foto do autor.



Comício das Reformas de Base, a 13/03/1964 – Rio de Janeiro.



“Prova de União” – Fotografia de capa do jornal Correio da Manhã de 09/09/1966.



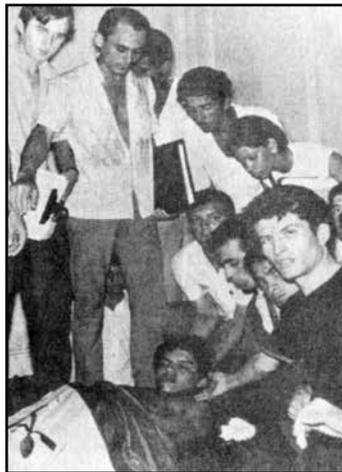
Confronto entre policiais e estudantes na Praia Vermelha a 16/09/1966 – Rio de Janeiro.

Fonte: Correio da Manhã.



Invasão da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro a 23/09/1966.

Foto: Agência Folhas



Velório do estudante Edson Luis Lima Souto, secundarista morto no Calabouço a 28/03/1968 no Rio de Janeiro.



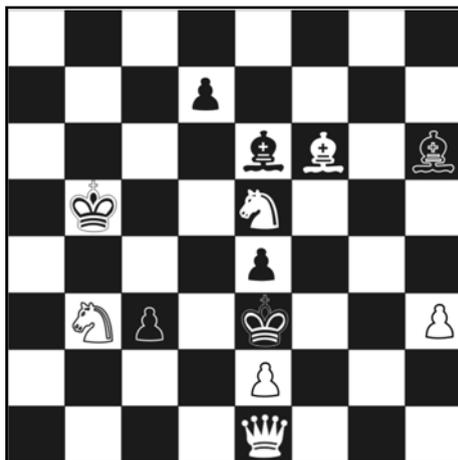
A 11 de setembro de 1973, militares chilenos bombardearam o Palácio de La Moneda e mataram o presidente Salvador Allende.
Fonte: "Dorrib Harazim / Abril Imagens".



Vladimir Herzog, "Vlado", (com sua mulher Clarice) aos 38 anos, diretor da TV Cultura, morto sob tortura a 25/10/75 – São Paulo. Foto de família.



Simultânea jogada contra 14 enxadristas, em Campina Grande, a 31/03/1976. Soriano: 13 vitórias e 1 derrota. Foto do autor.



"Mate em três lances"

Autoria: Wilson Maria dos Santos, 1979.

Solução.1) Ca1 [I. Se 1) ... Pc2 2) Cc2+ Rf4 3) D f2++;

II. Se 1) ... Bc4+ 2) Cc4+ Rf4 3) D f2++; III. Se 1) ...

Rd4 2) Dc3+! (II. Se 2)... Rc3 3) Cc4++; I2. se 2) ...

Rd5 3) Dd4++].

Diagramação: Paulo Maroun.



Soriano, à direita, campeão de xadrez do Torneio Raphael Thomas Nunes, no Círculo de Empregados da Petrobrás, CEPE, em 1986, com Calixto Ballesteros, 4º colocado.

Fonte: Ciepe Notícias, agosto, 1986 - p. 7.



*Inauguração de logradouros públicos em Bangu, Rio de Janeiro.
Ao centro, o coronel [Exército] João Luiz de Moraes e esposa [Cléa],
Flora Abreu, o autor e esposa, Ivone.*

Fonte: Boletim do GTNM-RJ, Dezembro de 1989.



*O autor, de joelhos, Eduardo Machado e Dalmo Saraiva, encenando peça
contra o (des)governo Collor durante greve dos petroleiros,
a 20/09/1991 – Rio de Janeiro.*

Fonte: Jornal O Povo.



Passeata por greve, em abril de 1995, com a participação do autor, à esquerda. Fonte: Jornal Surgente.



Apresentação da peça “O Dragão e a Galinha de Ouro Negro”, no Largo da Carioca, a 14/05/1999 – Rio de Janeiro.

Da esquerda para a direita, Ivone, Olivar, Gisele, Paulo César, o autor e Silvio (de costas).

Foto do autor.



O autor e companheiros em manifestação pelo cumprimento da Lei 10.559/2002, a 28/08/2002 – Brasília.

Foto do autor.



Sérgio Gabrielli e o autor, por ocasião da comemoração de seus 40 anos de Petrobrás.

Foto: Sarah Soriano Nunes.



Dom Hélder Câmara:

Discurso em Paris:

“A tortura é um crime que deve ser abolido. Os culpados de traição ao povo brasileiro não são os que falam, mas sim os que persistem no emprego da tortura. Quero pedir-lhes que digam ao mundo todo que no Brasil se tortura. Peço-lhes porque amo profundamente a minha pátria e a tortura a desonra”.

“Quando ajudo aos pobres, vocês me chamam de santo. Mas quando falo das causas da pobreza, vocês me chamam de comunista”.

Fonte: Ditadura Escancarada, Elio Gaspari .



Companheiros de luta do autor, num encontro no sítio de Chico Buarque, Rio de Janeiro, durante as filmagens do documentário. Da esquerda para direita, à frente, Modesto da Silveira, Jarbas Marques e Rodrigo Farias. Atrás, Soriano, Sebastião Medeiros e Jean Marc.
Foto de Sarah Soriano Nunes.



Da esquerda para direita, o autor, Jarbas Marques, Chico Buarque e Modesto da Silveira (de costas).
Foto: Sarah Soriano Nunes.

Documentos em ordem cronológica:

MINISTÉRIO DA ENERGIA
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

SECRETO

INFORMAÇÃO N.º 150 (P. S. L. M. S. E.)

C I S E
00103

DATA : 2/8/1968

ASSUNTO : Demissão de funcionários

REFERÊNCIA :

DEFINAÇÃO : - CIE - CG/CSH - SSI/ARJ - DSI/MTFS

1.0 - Esta Divisão informa o seguinte:

1.1 - A Direção da Petrobrás houve por bem, demitir os funcionários Francisco Seriano de Sousa Nunes e [redacted] por não necessitar mais de seus serviços.

1.2 - Os referidos funcionários receberam todas as indenizações prescritas em lei.

1.3 - A demissão foi determinada em virtude dos mesmos serem líderes em petroleiro, e futuros candidatos a eleição no Sindipetro e pertencerem a ala anti-governo.

1.4 - Os elementos em pauta não tinham, ainda, se registrados na chapa do Sindicato, motivo pelo qual não havia nada legal que impedisse sua demissão da Empresa.

X-X-X-X-X

SECRETO

Esp. F. chas.
Sal. J. u/fu
c/18/68

Notificação de demissão da Petrobrás, a 02/08/68.
Os itens 1.3 e 1.4 evidenciam a motivação puramente política da demissão.

Funcionários demitidos da Petrobrás atribuem saída ao fato de serem líderes

Demitidos anteontem por ordem da direção da Petrobrás — apesar de haverem sido admitidos por concurso — três funcionários da empresa contrataram ontem os serviços do advogado Marcelo Alencar para tentar anular o ato punitivo. Eles acham que foram afastados por serem candidatos à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Refinaria e Destilação de Petróleo da Guanabara.

O Sr. João Batista de Lira, candidato à presidência do sindicato pela mesma chapa dos funcionários demitidos, disse que "a causa desta exoneração é devida ao desejo da diretoria da Petrobrás de não manter no quadro funcional pessoas que exercem uma liderança legítima dentro da empresa e à frente do sindicato."

PLANO GERAL

Segundo o Sr. João Batista de Lira, "esta atitude faz parte de um plano geral para calar as lideranças autênticas, pois o presidente do Sindicato de Petroquímica de Caxias esteve preso durante 13 dias e só foi solto anteontem, assim mesmo através de habeas corpus."

O Sr. João Batista de Lira denunciou ainda o fato de o presidente e o secretário do Sindicato da Refinaria de Petróleo Duque de Caxias e o pre-

sidente do sindicato na Bahia estarem com prisão preventiva decretada e perseguidos pelas autoridades.

Os três funcionários demitidos anteontem pela Petrobrás são Francisco Soreano de Sousa Nunes.

O candidato à presidência do sindicato que concorrerá com os funcionários demitidos é o atual interventor daquele órgão, Sr. Lourival de Azevedo Coutinho, que na última eleição foi derrotado para o mesmo cargo.

Notícia divulgada nos principais jornais, sobre a demissão do autor pela Petrobrás. Correio da Manhã, 03/08/1968.



CHAPA VERDE

Na urna, sem que ninguém
saiba, você pode livrar o nosso
sindicato dos falsos líderes.

Você pode protestar contra
as demissões.

Pode defender o monopólio
integral.

Basta votar na CHAPA VERDE, e
não precisa dizer isso a ninguém.

Eleições:
Dias 18, 19 e 20 de Novembro

1963

*Boletim da Chapa Verde que concorria às eleições do Sindipetro-RJ,
cujos membros foram ferozmente reprimidos pela ditadura,
apesar de vitoriosa por três vezes.*

373
140021

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
1ª AUDITORIA DA MARINHA

2. No que tange a [redacted] os elementos que autorizam a decretação da medida pedida, são minguaados ou quase nenhum.

O indiciado negou sua participação direta ou indiretamente em qualquer ato que possa autorizar maiores cautelas.

As testemunhas chamadas pelo Encarregado do Inquérito, ao contrário, tecem loas ao indiciado.

O Conselho, todavia, tendo em vista o que dispõe a lei de segurança nacional que alerta o Juiz para os conceitos básicos da segurança nacional, Resolve o Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Marinha, unânimesmente:

a) Decretar, como de fato decreta a prisão preventiva do civil FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES, inicialmente qualificado, nos precisos termos do Artigo 149, letras a) e b), do Código da Justiça Militar; e

b) Decretar, como de fato decreta a prisão preventiva do civil [redacted] inicialmente qualificado, por quinze (15) dias, a fim de possibilitar ao Sr. Encarregado do IPM, enviar melhores elementos.

P.I.R. e Comunique-se. Expeçam-se os competentes Mandados de Prisão.

Sala das Sessões do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da Marinha, Rio de Janeiro, G.B., em 22 de outubro de 1969.

CLINTHO DUARTE MAGALHÃES
Capitão-de-Mar-e-Guerra (RD)-Presidente.

DR. OSWALDO LIMA RODRIGUES
JUIZ-AUDITOR

Clinto
30/10/69

Decreto de prisão contra o autor a 22 de outubro de 1969.

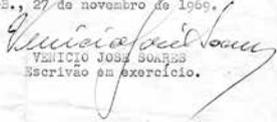

 Poder Judiciário
JUSTIÇA MILITAR
PRIMEIRA AUDITORIA DA MARINHA



DECLARAÇÃO

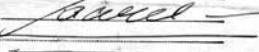
Declaro, a fim de fazer prova junto a SURAB, que FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES, nascido em 12/8/43, natural de Minas Gerais, filho de Avelino Nunes de Paula e Ruth Soriano de Souza Nunes, esteve recolhido a prisão na Ilha das Flores, no período de 29/8/69 a 19/11/69, inclusive, por haver sido preso pelas Autoridades da Marinha, para averiguações. Expedido Alvará de Soltura no dia 20/11/69.

Rio, GE., 27 de novembro de 1969.


VENÍCIO JOSÉ SOARES
 Escrivão em Exercício.

Nº OFÍCIO DE NOTAS
 Rua do Rosário, 124
 Tel. 222-1111 - RJ
VENÍCIO JOSÉ SOARES
 Escrevente Autorizado
VENÍCIO JOSÉ SOARES
 Escrevente Autorizado

Reconheço a firma


 Rio de Janeiro, 27 de 11 de 69
 Em te e leu em _____ da verdade.

FIRMA A
 R. DO ROSÁRIO, 124 - RIO
 TABELAS JOÃO GABRIEL
 122. Chilly e C. Lda.

Declaração oficial da prisão do autor na ilha das Flores entre agosto e novembro de 1969.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CÓPIA

Confidencial CENTRO DE INFORMAÇÕES

ASSUNTO : INDIVÍDUOS PROCURADOS PELO CODI/X EXERCITO
ORIGEM : INFORMACAO Nº1.092/70. -S-102-MI-CIE/I EXERCITO/GB
DIFUSÃO ANTERIOR: SNI/AC, SNI/AB, CIE/ADF, SISA, CENIMAR, II e III FIC
UITO, CME/118EM, CAM/124EM e DFF.
DIFUSÃO : DRB/SIRB e PFS (EXERCITO DR/GB).

PEDIDO DE BUSCA Nº511/70.
(3-1/01/611/13/08/70)

DADOS CONHECIDOS:

✓ FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES, brasileiro, filho de Avelino /
Manes de Paula e Ruth Soriano de Souza Nunes, com 26 anos de idade
de - Residente a Av. Vieira Souto nº504/302 - Ipanema.

✓ [redacted], brasileiro, natural de Minas Gerais, casado,
filho de [redacted] //

✓ nascido em 13 de junho de 1927.

✓ [redacted] brasileiro, natural do Rio Grande do Sul,
filho de [redacted] com 29 anos de //
idade, residente em Lageado no Rio Grande do Sul.

✓ [redacted] filho de [redacted]

✓ [redacted] sem dados de qualificação.

✓ [redacted] sem dados de qualificação....

✓ [redacted] sem dados de qualificação.....

2. OBS: Solicita-se a captura dos epígrafados, que seja informado a /
este Centro de Informações sobre a prisão dos mesmos. ////

1-1-1

Qualquer pessoa que tiver conhecimento de onde se encontra a pessoa mencionada neste documento, deverá avisar o Delegado de Polícia nº 6511 (13/08/70).

ASO 111
13/08/70
Dep. Cel. de Arquivo

Pedido de busca e captura, com cópia para todos os órgãos de repressão do Brasil, expedido pela Polícia Federal a 13/08/1970, contra o autor e inúmeros companheiros.

Naturalidade: Teófilo Ottoni-ES
 Idade: Nascido em 12 Ago 43
 Sinais Característicos:
 Altura: Cabelo: Olhos:

Identidade:
 -- Número da carteira:
 -- Número do registro:
 -- Local de Nascimento:

Instituição: Superior
 Local de Trabalho:
 Residência: Av Vieira Souto, 504 aptº 302 - B20/GB

DATA	FONTE	HISTÓRICO
02 AOD 68	IGI/MS	- Desfilido da PETROSAS. - Líder em potencial e candidato às eleições no SINDIPETRO. - Particpa à sua anti-sociedade.
1969	1ª IHS	- Procurado pelo CODI/MS. - Em 28 ago 69 foi restituído preso à Marinha, por não estar indiciado em IPM. - Foi preso em 19-Ago 69. - Ligado à COLINA. - Estive preso e foi liberado, porém, surgiram fatos que o implicam em subversão.

DOPS/GB-30 MAR 71

173

8

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
 Divisão de Pesquisa e Proteção Cultural
 Confira com o original

Posto: 173

Francisco de Assis Yano Neto
 Avenida Lamer - Mar 149 114

Ficha do DOPS, do então Estado da Guanabara, referente ao autor, datada de 30/03/1971.

CONFIDENCIAL

12/16

ELEMENTOS PRESOS PELO DOI/DE
(Período 21 Mar a 20 Abr 74)

for
10653

CONFIDENCIAL

(Continuação do RFI nº 04-3/2, de 10 Mai 74, do IV Ex) - fl 25

Nome: FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES

Filiação: Avelino Nunes de Paula

Ruth Soriano de Souza Nunes

Data/Local Nascimento: 12 Ago 43, em
Teófilo Otoni - MG.

Organização: PCBR. Setor: Estudantil

Data/Local da Prisão: 16 Abr 74, em
Campina Grande - PB.

Profissão: Gerente de Empresa.

Residência: Campina Grande - PB.

Destino: - Preso.



Histórico - Detido da PETROBRAS no ano de 1968, pela prática de agitação no Sindicato da PETROBRAS/GB. Foi aliciado para o PCBR por [redacted] Integrava a base estudantil do PCBR da Guruhara. Preso em agosto de 1969, sendo indiciado em Inquérito pela 1ª Auditoria da Marinha da 1ª CSM. Posto em liberdade, abandonou o PCBR, passando a ser apóio do MR/8 e ALN. Preso no dia 16 Abr 74 na cidade de Campina Grande/PB, para averiguações. Aparentemente encontra-se desvinculado de qualquer organização subversiva.

LEITURA PRECÁRIA

CONFIDENCIAL

Documento constante dos arquivos do DOI, em abril de 1974.

CONFIDENCIAL

FICHA DE INFORMAÇÕES

ACE n 70.783/74

2

NOME FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES
FILIAÇÃO Avelino Nunes de Paula e Ruth Soriano de Souza Nunes
NATALIDADE TEREÓFILO OTONI/GO
IDADE - Data Nasc: 12 AGO 1943
IDENTIDADE
- Número
- Local de Fornecimento
INSTRUÇÃO Superior (Estudante de Economia)
PROFISSÃO
LOCAL DE TRABALHO
RESIDENCIA Av. Vieira Souto, 504 - Apt 302 - RIO/GB



HISTÓRICO

02 AGO 68 - INFORMAÇÃO

- Demitido da Petrobrás.
Líder sindical em potencial e candidato às eleições no SINDIPETRO.
Pertence à ala anti-governo.

1 970 - INFORMAÇÃO

- Foi identificado, em 16 Ago 69, no 1º BPE; implicado nas atividades da organização subversiva COLINA (Ficha Individual Batioscópica).
- Recolhido preso ao 1º BPE (Ofício nº 119, 26 Ago 69, IPM Cel ARY), em 19 Ago 69.
- Restituído preso à Marinha por não ter sido indiciado nesse IPM (Ofício nº 127, 28 Ago 69, IPM/Cel ARY), em 28 Ago 69.
Apesar de liberado, surgiram fatos que o implicaram em subversão.

11 MAI 70 - INFORMAÇÃO

- Consta de uma relação de elementos implicados em subversão e procurados pelo DOI/CODI/1 Exército, que solicitava a sua captura.

05 MAR 71 - OFÍCIO

- Foi identificado, através de fotografia, pelas testemunhas que depuseram no IP nº 15/71/DOFS, como um dos participantes do assalto à mão armada praticado contra o super-mercado Ideal (Posto nº 17), situado na Estrada da ÁGUA GRANDES nº 1331, VISTA ALGODÃO, no dia 31 Jan 71, quando foi subtraída elevada quantia em dinheiro.

8/DATA - IPM

- Consta de uma relação de nomes citados pelos depoentes do IPM/Cel TUIY FSSON.
- Indiciado no IPM/PCBR do 1º DN.

10 FEV 72 - MENSAGEM DIÁRIA

- Foi denunciado pela 1ª Auditoria da Marinha da 1ª CDM, como militante do MR-S.

Continua

02MAI74

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Continuação - Nome: FRANCISCO BORTIANO DE SOUZA NUNES

Fl. -2-

03 ABR 74 - TELEX

- Foi localizado em CAMPINA GRANDE/PB. Segundo Bol Info da 7ª EM/DS de Jan 70, era considerado foragido e pertencia à VAR-PALMARES.

16 Abr 74 - TELEX

- Confirma ter sido denunciado pela 1ª Aud da Marinha da 1ª CCM, à re-velia, não tendo sido ainda julgado.

16 ABR 74 - FONIA

- Foi expedido mandado de captura contra o epigrafado, em 26 Ago 70, - pelo DFF.



CONFIDENCIAL

Ficha do Centro de Informações do Exército com dados sobre o autor, a 02/05/1974 (folhas 1 e 2).

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

PEDIDO DE BUSCA Nº 006/72 114/ARJ/74

DATA : 27 AGO

ASSUNTO : FRANCISCO SORIANO SOUZA HUNES

REFERENCIA :

DEFUSAO : DOPS/DE

DOPS N.º 4882
 G 4 B DATA 27.8.74
 CORR. *Verificada*

1 - **DADOS CONHECIDOS**

a - FRANCISCO SORIANO SOUZA HUNES, filho de Arnaldo Nunes de Paula e Ruth Seriano de Sousa Nunes, nascido em 12 ago 43, em Teófilo Otoni/MG. Em 1969 reside na av Vieira Gea to 506/502 Ipanema.

b - Reconhecido como um dos assaltantes da Mercadoria Ideal, Posto 17. Respondeu o Inquerito nº 15/71, nessa Delegacia.

c - Foi objeto da investigação policial nº 125/71, para apurar sua participação no assalto da Firma Distribuidora de Conesíveis Disco S/A, Rua Pompeu Loureiro, Copacabana. Foi reconhecido fotograficamente como um dos assaltantes.

d - Figura indiciado no Inquerito 26/70, instaurado para apurar o assalto contra a Agência Ramos do Bco Nacional de Minas Gerais. Usa o codinome de "JOE".

DADOS SOLICITADOS

a - Resultado dos inquiritos em que esteve envolvido nos itens b, c e d.

b - Outros dados julgados úteis.

c - Atendimento com a possível urgência.

0000

CONFIDENCIAL

01C7A02

O DESTINATÁRIO E RESPONSÁVEL PELA
 MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS
 (Art. 682 da Lei 504/1977) é o Sr. _____
 Categorias de Assunto e Sigilos: _____

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Documentação Paralela
Código em sigilo

SERIAL: 306
FASC: 210
FOLHA: 206

*Pedido de busca expedido a 27/08/1974, pelo SNI, contra o autor.
Ao ser preso, sob as acusações acima, a vítima padeceu violentas torturas.*

6386
676
6873
690

ALCEN = 6.386/74

CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE SEGURANCA PÚBLICA - GB
D O P S - DIVISÃO DE IMPOR APÊS
RESPOSTA A PB Nº 2216

1/16

ACE 006386

BH 25.9.74

S M I / A R J

25.9.74 Ref PB 1648/72- 1974 ✓
SSAIB

25.9.74 Lanc. no Front 156. es. Francisco
Socimo Souza Junes

11/1

Significado de siglas:

COLINA = COMANDO DE LIBERTACÃO NACIONAL

ALN = ALÇA LIBERTADORA NACIONAL

MR-8 = MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO
DI 20 OUTUBRO

PCBR = PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
REVOLUCIONÁRIO

FIC

PROVINCADO - ARQUIV-SE

em 12-11-74

LEITURA PRECÁRIA **CONFIDENCIAL**

Como poderia o autor pertencer a tantas organizações em que se encontrava enquadrado, a 25/09/1974?

Auditoria da Marinha condena 'Bom Burguês'

RIO (Sucursal) -- O Conselho Permanente de Justiça da 1.ª Auditoria de Marinha, após sessão secreta de duas horas e meia, decidiu ontem condenar como incurso nas sanções do Art. 37 do Decreto-lei n.º 314 (antiga Lei de Segurança), Jorge Medeiros Vaie, o "Bom Burguês", a 3 anos de reclusão, e o ex-funcionário do Banco do Brasil, Sérgio Teixeira Rollins, a 2 anos e 6 meses, aplicando a pena acessória de suspensão dos direitos políticos de ambos por 10 anos e determinando ainda que a pena seja cumprida sem rigor carcerário.

ABSOLVIDOS

No mesmo julgamento, absolveu por unanimidade de votos, Herberto João Gonçalves Tavares e Mário Queirós e, por maioria, Djalmar Coelho Junior, engenheiro eletrônico, Paulo Geraldo Ferreira (funcionário municipal em Belo Horizonte), Renato Mascarenhas de Souza (funcionário federal) e Francisco Soriano de Souza Nunes (funcionário da Sunab). Todos foram processados e julgados sob a acusação de terem tentado reorganizar o Partido Comunista do Brasil através de um grupo dissidente que adotou nome de Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

O julgamento, iniciado quinta-feira passada, foi por duas vezes suspenso a pedido dos advogados Heleno Fragoso e Sussekind de Moraes Rego.

*Folha de S. Paulo, 20/05/1977.
Notícia sobre o julgamento político do autor.*

EXCLUSIVO

CIA fez terrorismo no Brasil na década de 70

Ex-agente revelou ao Senado dos EUA ações para matar cubanos e latino-americanos

AMAUURY RIBEIRO JR. E RAPHAEL GOMIDE

Em 1972, o engenheiro químico americano Robert Muller Hayes desembarcou em São Paulo. Sua missão: espionar políticos, sindicalistas e militares brasileiros. E mais: eliminar militantes cubanos e latino-americanos que tentavam se infiltrar no Brasil. Hayes atuou até 1976, quando, segundo revelou em depoimento no Senado dos EUA, foi convidado a participar de atentados que seriam atribuídos a organizações de esquerda. "Nesse ponto eles passaram dos limites. Eu seguia uma regra simples: matava apenas pessoas más. Nada de inocentes, mulheres e crianças. É preciso ter certos princípios", disse em entrevista ao *Jornal do Brasil*, por telefone, da Flórida, onde vive. Por ter recusado a missão, passou a ser perseguido e ameaçado de morte. O convite para o atentado foi feito por outro americano, com escritório no prédio do Consulado dos EUA em São Paulo, reconhecido por Hayes anos depois. O agente usou codinomes como Roberto Reis, Roberto Reyes e Salim Al Assal em trabalhos para a Central de Inteligência Americana (CIA) e dos serviços secretos israelense e da Alemanha Oriental. "Reis fazia acrobacia com aviões e treinava lutas orientais em casa", lembra Wilson Wiecek, ex-taxista especializado em atender turistas, promovido a gerente de compras da empresa do amigo. (Páginas 3 e 4)

Quando I asked what the target of this "simulation" was to be, he proposed three: A large Catholic cathedral in Sao Paulo, a twin theatre complex near the U.S. consulate in Sao Paulo and the U.S. consulate itself.

Robert Hayes disse em seu depoimento ao Senado americano, em 1987: "Quando eu perguntei: 'Consulado dos EUA propriamente dito.' O objetivo, segundo o americano, era culpar os militan-



Reportagem do "Jornal do Brasil", a 7/10/2001, ressaltando a "escancarada e criminoso" atuação da Central de Inteligência Americana, CIA, durante os anos de chumbo.



Certificado de primeiro colocado em um torneio de xadrez, promovido pelo Clube dos Empregados da Petrobrás, CIEPE, em junho de 1986.

13

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS



Em conformidade com a Ordem de Serviço nº 447 de 16 ABR 90, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, e em atendimento a requerimento de FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES, datado de 29 MAI 92, declaro que nos arquivos em poder desta Secretaria há registros sobre fatos e situações com as seguintes indicações a respeito do requerente:

FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES, brasileiro, casado, Economista, nascido aos 12 AGO 43, em Teófilo Otoni/MG, filho de Avelino Nunes de Paula e de Ruth Soriano de Souza Nunes, portador da Carteira de Identidade nº 992.213-SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 059.167.984-15.

Em 68, foi candidato às eleições no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Estado da Guanabara (SINDIPEURO/GB) e, no mesmo ano, foi demitido da PETROBRÁS/GB.

Em 69, era estudante de Economia na Universidade do Estado da Guanabara.

Em 01 AGO 69, foi detido no 1º Batalhão de Polícia do Exército (1º BPE/GB) e, em 16 AGO 69, foi identificado como implicado nas atividades da organização denominada "Comando de Libertação Nacional" (COLINA), não tendo sido, entretanto, indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM), sendo, posteriormente, liberado.

Ainda em 69, foi indiciado em IPM, instaurado pelo 1º Distrito Naval (1º DN), para apurar as atividades do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), tendo sido denunciado em 10 FEV 72 pela 1ª Auditoria da Marinha. Não constam maiores dados ou desdobramentos sobre o assunto.

Também em 69, foi indiciado em IPM no Estado da Guanabara, o qual foi distribuído à 1ª Auditoria da Marinha em NOV 69 e, em 17 JUN 74, encaminhado ao Superior Tribunal Militar (STM) para correção parcial.

Em MAIO 70, foi citado no Relatório de um outro IPM que apurou as atividades do PCBR na Guanabara, sem, contudo, ser indiciado.

Ainda em MAIO 70, figurou numa relação de pessoas implicadas em subversão e procuradas pelo Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do I Exército (OOI/CODI/1 EX).

Em NOV 70, foi citado no Inquérito Policial nº 26/70, instaurado pelo Departamento de Ordem Política e Social

do Estado da Guanabara (DOPS/GB), no qual foram apuradas as responsabilidades pelo assalto levado a efeito contra a Agência do Banco Nacional de Minas Gerais, em Ramos, e que foi distribuído, em DEZ 70, à 3ª Auditoria do Exército, tomando o Processo nº 01/71, não tendo sido denunciado. Segundo Relatório Parcial do dito Inquérito, datado de JUL 71, Francisco Soriano foi identificado, através de fotografias, como sendo um dos autores do assalto, entretanto, no decorrer das investigações, ficou constatado que o mesmo não participou do delito em questão.

Foi arrolado no Inquérito Policial nº 15/71/DOPS/GB, instaurado em FEV 71, para apurar as responsabilidades no assalto, à mão armada, praticado contra a firma "Distribuidora Ideal Ltda" - Posto nº 17 - localizada na estrada da Água Grande, nº 1331, Vista Alegre - Irajá, no dia 31 JAN 71, quando foi subtraída elevada quantia em dinheiro. Segundo o Relatório Parcial do Inquérito, datado de 21 JUL 71, Francisco Soriano foi identificado, através de fotografias, pelas testemunhas que depuseram no Inquérito, como um dos participantes do roubo. Todavia, após as diligências efetuadas, apurou-se que o mesmo não teve participação no assalto.

Ainda em 71, foi objeto da Investigação Policial nº 125/71, do DOPS/GB, instaurada para apurar o roubo contra a filial da firma "Distribuidora de Comestíveis Disco S/A", localizada na Rua Pompeu Loureiro/ Copacabana, tendo em vista ter sido reconhecido através de fotografia, por semelhança, como um dos componentes da quadrilha. Não constam maiores dados ou desdobramentos sobre o assunto.

Em 16 ABR 74, foi preso na cidade de Campina Grande/PE, pelo DOI, para averiguações.

Em 20 MAIO 77, o Juiz-Auditor da 1ª Auditoria da Marinha da 1ª Circunscrição Judiciária Militar (1ª CJM), através de ofício dirigido ao Comandante do 1º DN, comunicou àquela autoridade que o Conselho Permanente de Justiça daquela Auditoria, em sessão iniciada em 12 MAIO 77, julgando o Processo nº 72/69, para apurar crimes previstos na Lei de Segurança Nacional (LSN), resolveu absolver, por maioria, dentre outros, Francisco Soriano de Souza Nunes.

é o que se contém arquivado neste Orgão, até a data do referido requerimento.*****

BRASÍLIA, DF, 31 de julho de 1992

Sebastião Nunes Soriano
SEBASTIÃO NUNES SORIANO
Assessor



"Habeas Data". O autor, acusado de ter cometido vários "crimes". Tempos depois, participação desmentida pelo próprio SNI (folhas 1 e 2).

MOÇÃO

De Aplausos e Louvor
Conferida mediante proposta do Senhor

DEPUTADO PAULO RAMOS

CONFERE A

FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES

Economista

PELA LUTA E DEDICAÇÃO OBSTINADA A UM IDEAL.

Mineiro de Teófilo Otoni, Minas Gerais, Francisco Soriano nasceu em 12 de agosto de 1943. Aos 17 anos, transferiu-se para o Rio de Janeiro, buscando dar continuidade a sua formação escolar e profissional. Em 1965, através de concurso público, foi admitido na PETROBRÁS, na cidade do Rio de Janeiro, como auxiliar de escritório. Três anos depois, participou das eleições do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Estado da Guanabara, SINDIPETRO/GB, como membro da Chapa Verde, de oposição à política de arrocho salarial do governo ditatorial e em defesa do monopólio estatal do petróleo. Por tal participação, foi demitido, juntamente com outros companheiros, apesar de cobertos pela imunidade sindical, que assegurava a estabilidade no emprego. Soriano atuou com o Grupo Tortura Nunca Mais – GTNM para o resgate de suas memórias e muitos deles são hoje nomes de logradouros públicos. Não há um só dia em que não se recorde deles buscando reverenciá-los através da luta pelas liberdades e pelo avanço social da nossa Pátria. Soriano gosta de ressaltar que Barbosa Lima Sobrinho foi seu grande mestre. Ensinou-lhe a lutar sem revanchismo e a conjugar nacionalismo com democracia e justiça social. Mostrou-lhe também que todos os irmãos brasileiros, civis e militares agora têm de se unirem, estudarem muito e lutarem pela soberania nacional, hoje, mais do que nunca, perigosamente ameaçada. No presente momento, Soriano está lutando também através da literatura, buscando resgatar a história da luta de seus companheiros e a dele, verdadeira saga que foi a retomada da democracia em nosso País. Seu livro *A Grande Partida*, atualmente sendo editado, brevemente estará disponível para nos brindar com a lição de que vale a pena lutar.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 18 de Outubro de 2005.


Deputado Paulo Ramos

ALERJ

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

*Moção de Aplausos e Louvor conferida ao autor a 18/10/2005,
pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.*



Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Diploma

O Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Projeto de Decreto Legislativo nº 300/2008 de autoria do Exmo. Sr.

Vereador Rubens Andrade

aprovado em Sessão Plenária de 26/06/2008 e

Decreto Legislativo nº 732/2008, concede ao Exmo. Sr.

Francisco Soriano de Fouxá Nunes

- Escritor e Líder Sindical, na Cidade do Rio de Janeiro -

O Título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2008.

Aloisio Freitas
ALOSIO FREITAS
VEREADOR - PRESIDENTE

*Titulo de Cidadão Carioca conferido ao autor a 03/07/2008
pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro.*

Central do Brasil, 13/03/1964: o discurso de Jango

“... Devo agradecer, em primeiro lugar, às organizações promotoras deste comício, ao povo em geral e ao bravo povo carioca em particular, a realização, em praça pública, de tão entusiasta e calorosa manifestação. Agradeço aos sindicatos que mobilizaram os seus associados, dirigindo minha saudação a todos os brasileiros que, neste instante, mobilizados nos mais longínquos recantos deste país, me ouvem pela televisão e pelo rádio.

Ainda ontem, eu afirmava, envolvido pelo calor do entusiasmo de milhares de trabalhadores no Arsenal da Marinha, que o que está ameaçando o regime democrático neste País não é o povo nas praças, não são os trabalhadores reunidos pacificamente para dizer de suas aspirações ou de sua solidariedade às grandes causas nacionais. Democracia é precisamente isso: o povo livre para manifestar-se, inclusive nas praças públicas, sem que daí possa resultar o mínimo de perigo à segurança das instituições.

(...)

Estaríamos, sim, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da nação, que de norte a sul, de leste a oeste levanta o seu grande clamor pelas reformas de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será como complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria.

Ameaça à democracia não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo explorando seus sentimentos cristãos, mistificação de uma indústria do anticomunismo, para tentar levar o povo a se insurgir contra os grandes e luminosos ensinamentos dos últimos papas que informam notáveis pronunciamentos das mais expressivas figuras do episcopado brasileiro.

(...)

Àqueles que reclamam do Presidente da República uma palavra tranquilizadora para a Nação, o que posso dizer-lhes é que só conquistaremos

a paz social pela justiça social.

Não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar, e tenho proclamado e continuarei proclamando em todos os recantos da Pátria a necessidade da revisão da Constituição, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação.

Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas.

Todos têm o direito à liberdade de opinião e de manifestar também sem temor o seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros.

(...)

É apenas de lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso à instrução superior continuem insensíveis, de olhos e ouvidos fechados à realidade nacional.

São certamente, trabalhadores, os piores surdos e os piores cegos, porque poderão, com tanta surdez e tanta cegueira, ser os responsáveis perante a história pelo sangue brasileiro que possa vir a ser derramado, ao pretenderem levantar obstáculos ao progresso do Brasil e à felicidade de seu povo brasileiro.

(...)

E podeis estar certos, trabalhadores, de que juntos, o governo e o povo: “operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros que colocam os interesses da pátria acima de seus interesses”, haveremos de prosseguir, de cabeça erguida, a caminhada da emancipação econômica e social deste país.

O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade.

(...)

Vamos continuar lutando pela construção de novas usinas, pela abertura de novas estradas, pela implantação de mais fábricas, por novas escolas, por mais hospitais para o nosso povo sofredor; mas sabemos que nada disso terá sentido se ao homem não for assegurado o direito sagrado ao trabalho e uma justa participação nos frutos deste desenvolvimento.

Não, trabalhadores; sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria, dar-lhe aquela aparência bem comportada com que alguns pretendem enganar o povo. Brasileiros, a hora é das reformas de estrutura, de métodos, de estilo de trabalho e de objetivo. Já sabemos que não é mais possível progredir sem reformar; que não é mais possível admitir que essa estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional para milhões de brasileiros que da portentosa civilização industrial conhecem apenas a vida cara, os sofrimentos e as ilusões passadas.

O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos.

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos.

Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido.

Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado.

Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro.

O que se pretende com o decreto que considera de interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável.

Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma

obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra, que se apoderaram das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo, que custou 70 bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo.

(...)

Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. É negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária.

(...)

Graças à colaboração patriótica e técnica das nossas gloriosas Forças Armadas, em convênios realizados com a SUPRA, graças a essa colaboração, meus patrícios, espero que dentro de menos de 60 dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios aos lados das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da Nação.

E, feito isto, os trabalhadores do campo já poderão, então, ver concretizada, embora em parte, a sua mais sentida e justa reivindicação, aquela que lhe dará um pedaço de terra para trabalhar, um pedaço de terra para cultivar. Aí, então, o trabalhador e sua família irão trabalhar para si próprios, porque até aqui eles trabalham para o dono da terra, a quem entregam, como aluguel, metade de sua produção. E não se diga, trabalhadores, que há meio de se fazer reforma sem mexer a fundo na Constituição. Em todos os países civilizados do mundo já foi suprimido do texto constitucional parte que obriga a desapropriação por interesse social, a pagamento prévio, a pagamento em dinheiro.

No Japão de pós-guerra, há quase 20 anos, ainda ocupado pelas forças aliadas vitoriosas, sob o patrocínio do comando vencedor, foram distribuídos dois milhões e meio de hectares das melhores terras do país, com indenizações pagas em bônus com 24 anos de prazo, juros de 3,65% ao ano. E quem é que se lembrou de chamar o General MacArthur de subversivo ou extremista?

Na Itália, ocidental e democrática, foram distribuídos um milhão de hectares, em números redondos, na primeira fase de uma reforma agrária cristã e pacífica iniciada há quinze anos. 150 mil famílias foram beneficiadas.

No México, durante os anos de 1932 a 1945, foram distribuídos trinta milhões de hectares, com pagamento das indenizações em títulos da dívida pública, 20 anos de prazo, juros de 5% ao ano, e desapropriação dos latifúndios com base no valor fiscal.

Na Índia foram promulgadas leis que determinam a abolição da grande propriedade mal aproveitada, transferindo as terras para os camponeses.

Essas leis abrangem cerca de 68 milhões de hectares, ou seja, a metade da área cultivada da Índia. Todas as nações do mundo, independentemente de seus regimes políticos, lutam contra a praga do latifúndio improdutivo.

Nações capitalistas, nações socialistas, nações do Ocidente, ou do Oriente, chegaram à conclusão de que não é possível progredir e conviver com o latifúndio.

A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver.

Os tecidos e os sapatos sobram nas prateleiras das lojas e as nossas fábricas estão produzindo muito abaixo de sua capacidade. Ao mesmo tempo em que isso acontece, as nossas populações mais pobres vestem farrapos e andam descalças, porque não têm dinheiro para comprar.

Assim, a reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano.

Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo.

Como garantir o direito de propriedade autêntico, quando dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários?

O que estamos pretendendo fazer no Brasil, pelo caminho da reforma agrária, não é diferente, pois, do que se fez em todos os países desenvolvidos

do mundo. É uma etapa de progresso que precisamos conquistar e que haveremos de conquistar.

Esta manifestação deslumbrante que presenciamos é um testemunho vivo de que a reforma agrária será conquistada para o povo brasileiro. O próprio custo da produção, trabalhadores, o próprio custo dos gêneros alimentícios está diretamente subordinado às relações entre o homem e a terra. Num país em que se paga aluguéis da terra que sobem a mais de 50 por cento da produção obtida daquela terra, não pode haver gêneros baratos, não pode haver tranquilidade social. No meu estado, por exemplo, o estado do deputado Leonel Brizola, 65% da produção de arroz é obtida em terras alugadas e o arrendamento ascende a mais de 55% do valor da produção. O que ocorre no Rio Grande é que um arrendatário de terras para plantio de arroz paga, em cada ano, o valor total da terra que ele trabalhou para o proprietário. Esse inquilinato rural desumano e medieval é o grande responsável pela produção insuficiente e cara que torna insuportável o custo de vida para as classes populares em nosso país.

(...)

E é claro, trabalhadores, que só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. E é claro que não poderíamos começar a reforma agrária, para atender aos anseios do povo, nos estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento.

(...)

Os grandes beneficiários das reformas serão, acima de todos, o povo brasileiro e os governos que me sucederem. A eles, trabalhadores, desejo entregar uma Nação engrandecida, emancipada e cada vez mais orgulhosa de si mesma, por ter resolvido mais uma vez, pacificamente, os graves problemas que a História nos legou. Dentro de 48 horas, vou entregar à consideração do Congresso Nacional a mensagem presidencial deste ano.

Mas estaria faltando ao meu dever se não transmitisse, também, em nome do povo brasileiro, em nome destas 150 ou 200 mil pessoas que aqui

estão, caloroso apelo ao Congresso Nacional para que venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente, para melhores dias. Mas também, trabalhadores, quero referir-me a um outro ato que acabo de assinar, interpretando os sentimentos nacionalistas deste país. Acabei de assinar, antes de dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de todas as refinarias particulares.

A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas, e Destilaria Rio Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional.

Ao anunciar, à frente do povo reunido em praça pública, o decreto de encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, desejo prestar homenagem de respeito àquele que sempre esteve presente nos sentimentos do nosso povo, o grande e imortal presidente Getúlio Vargas.

(...)

Na mensagem que enviei à consideração do Congresso Nacional, estão igualmente consignadas duas outras reformas que o povo brasileiro reclama, porque é exigência do nosso desenvolvimento e da nossa democracia. Refiro-me à reforma eleitoral, à reforma ampla que permita a todos os brasileiros maiores de 18 anos ajudar a decidir dos seus destinos, que permita a todos os brasileiros que lutam pelo engrandecimento do país influir nos destinos gloriosos do Brasil. Nesta reforma, pugnamos pelo princípio democrático, princípio democrático fundamental, de que todo alistável deve ser também elegível.

Também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros. Pelos universitários, classe que sempre tem estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares nacionalistas.

(...)

Dentro de poucas horas, outro decreto será dado ao conhecimento da Nação. É o que vai regulamentar o preço extorsivo dos apartamentos e residên-

cias desocupados, preços que chegam a afrontar o povo e o Brasil, oferecidos até mediante o pagamento em dólares. Apartamento no Brasil só pode e só deve ser alugado em cruzeiros, que é dinheiro do povo e a moeda deste país. Estejam tranquilos que dentro em breve esse decreto será uma realidade.

(...)

Ao encerrar, trabalhadores, quero dizer que me sinto reconfortado e retemperado para enfrentar a luta que tanto maior será contra nós quanto mais perto estivermos do cumprimento de nosso dever. À medida que esta luta apertar, sei que o povo também apertará sua vontade contra aqueles que não reconhecem os direitos populares, contra aqueles que exploram o povo e a Nação.

Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil.

Glossário

Abrir — revelar informações para a repressão.

Ação — toda operação de guerrilha urbana, como a expropriação de um banco ou veículo.

ALN — Ação Libertadora Nacional, organização de esquerda, criada sob a liderança de Carlos Marighella, dissidente do PCB que defendia a luta armada, com atuação entre os anos de 1969 a 1974.

ALA VERMELHA — Organização resultante de uma cisão do PCdoB em junho de 1966.

AP — Ação Popular, organização criada em 1962 formada principalmente por católicos de esquerda.

Aparelho — Local (casa, apartamento etc.) destinado a reuniões de um grupo político clandestino, à guarda de material, a esconderijo ou moradia de seus membros (Novo Dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira).

APML — Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil. Criada em 1971, a partir de uma aliança no âmbito estudantil com o PCdoB (V). Em 1973, o setor que discordou da incorporação com o PCdoB, que se verificou em 1972, vai se identificar como AP Socialista.

Auditoria — Órgão da Justiça Militar, onde eram julgados em primeira instância os presos políticos enquadrados na LSN.

Banido — aquele a quem se aplicou a pena de banimento do território nacional, com a consequente perda da nacionalidade brasileira. Punição aplicada com base no Ato Institucional nº 13, de 13 de setembro de 1969, baixado pela Junta Militar que exercia o poder durante a doença e morte do general Costa e Silva e que criou tal ficção jurídica sob o impacto do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, permitindo a expulsão do país de “pessoas perigosas para a segurança nacional”.

Cair — ser preso, sequestrado ou morto.

Calabouço — restaurante popular dos estudantes, principalmente secundaristas, situado perto do aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, palco de grandes acontecimentos políticos.

CCC — Comando de Caça aos Comunistas, organização paramilitar e terrorista de direita, criada em São Paulo, em 1964. Costumava recrutar seus militantes entre os estudantes direitistas da Faculdade Mackenzie e da Faculdade do Largo de São Francisco.

Ficaram famosas as “batalhas” contra os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, que apoiavam a UNE, então na clandestinidade, quando o CCC chegou a utilizar armas de fogo e coquetéis Molotov. Realizou ataques a teatros e atores, no Rio e em São Paulo (peça “Roda Viva”, de Chico Buarque), sequestrando artistas e submetendo-os a violências.

Ao final dos anos 70, o CCC passou a atuar contra entidades que defendiam a anistia política. Nenhum de seus membros jamais foi preso.

Cenimar — Centro de Informações da Marinha.

CIA — Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, responsável por um sem número de confessadas interferências na política interna de muitos países.

CISA — Centro de Informações da Aeronáutica.

Clandeca — gíria usada pelos militantes para se referir à clandestinidade (V).

Clandestinidade — situação a que os militantes se viam forçados, quando na mira da repressão, passando a uma vida ilegal e com nomes fictícios para poder prosseguir lutando.

CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada em 1952 no Rio de Janeiro, por iniciativa do então bispo auxiliar D. Hélder Câmara, com o objetivo de unificar a atuação da Igreja, até então dispersa pelas diferentes dioceses do país. D. Hélder foi seu secretário-geral de 1952 a 1964. Neste período, a CNBB sofreu também a influência de monsenhor Armando Lombardi, núncio apostólico no Brasil até 1964, que ajudou a sustentar as formulações sociais mais avançadas da entidade.

Cobrir ponto — comparecer a um encontro marcado por militantes.

Coletivo — grupo de pessoas que se reúnem.

COLINA — O Comando de Libertação Nacional surgiu de uma cisão da POLOP (V), no ano de 1967 e, em 1969, fundiu-se com a VPR (V) para formar a VAR-Palmares (V). No mês de março de 1969, em Belo Horizonte, um dos seus primeiros quadros mortos sob tortura foi o sargento da Aeronáutica João Lucas Alves, cujo laudo necroscópico oficial acusa a falta de algumas de suas unhas.

CORRENTE — Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Nascida em 1967 de uma cisão do PCB (V) de Belo Horizonte, cuja estratégia era identificada com a da OLAS (V). Em abril de 1969, fundiu-se com a organização de Marighella, meses depois batizada de ALN (V).

Desbundar — expressão que entrou em circulação ao final dos anos 60, com o significado de adotar comportamentos, valores e ideias ou, ainda, um estilo de vida fora dos padrões convencionais.

DI (“dê-i”) — Dissidência Comunista, também conhecida como Dissidência da Guanabara, constituída por um grupo de estudantes do Rio de Janeiro que rompeu com o PCB em 1966, quando participou do sequestro do embaixador norte-americano em setembro de 1969. Para confundir e desmoralizar a ditadura, que proclamava haver desbaratado o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, a DI passou a se autodenominar MR-8 (V).

DINA — Dirección de Inteligencia Nacional, que constituía a polícia (política) secreta do Chile, criada em novembro de 1973, que vigorou até 1977, quando foi absorvida pela Central Nacional de Información (CNI), ambas comandadas pelo general Manuel Contreras, que dispunha de total independência e autonomia das Forças Armadas para combater os “subversivos”, durante a ditadura do general Augusto Pinochet. Seus membros foram treinados pela Escola das Américas nos Estados Unidos. A DINA idealizou e funcionou como sede da *Operação Condor*, que interagiu com os órgãos de repressão de diversos países da América do Sul, entre os quais Argentina e Brasil, marcada por ações secretas em territórios dos países-membros com o objetivo de realizar trocas de prisioneiros sem qualquer registro oficial

DOI-CODI — Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna - órgão de repressão criado em setembro de 1970 pelo general Emílio Garrastazu Médici. Funcionou até os anos 90.

DOPS — Delegacia de Ordem Política e Social, subordinada aos governos estaduais. Em certos estados, ao invés de delegacia, aparecem com a designação de departamento.

Expropriar — promover ações armadas com o objetivo de obter dinheiro, carros ou armas para a luta política.

Fazer — o mesmo que expropriar, segundo o jargão da época. Exemplo: *fazer um banco*.

FLN — Frente de Libertação Nacional, organização formada em 1969 por ex-militares cassados depois do golpe de 64, com origem no Paraná. Em 1961, havia outra organização com o mesmo nome fundada por Leonel Brizola e Mauro Borges para defender a nacionalização de empresas estrangeiras, a estatização dos setores estratégicos da economia, a regulamentação da remessa de lucros.

Foco — na guerra de guerrilhas, significa a área rural, geralmente de acesso e movimentação difíceis para tropas convencionais, escolhida por reunir condições favoráveis à deflagração de um movimento revolucionário.

Foquismo — teoria revolucionária exposta por Che Guevara em *A Guerra de Guerrilhas* (1960) e Régis Debray em *Revolução na Revolução?* (1967) e simbolizada pela frase “um, dez, cem, mil Vietnãs” (Che). Era a teoria oficial da Revolução Cubana.

Frente Ampla — frente política criada em 1967, unindo Carlos Lacerda a políticos cassados, como Juscelino e Jango, para se opor à ditadura. Foi extinta em fevereiro de 1968.

Furar o ponto — faltar a um encontro em lugar público.

GTA — Grupo Tático-Armado. Um dos organismos internos da ALN, que reunia militantes para ações armadas urbanas.

GTNM-RJ — Grupo Tortura Nunca Mais, criado em 1985, no Rio de Janeiro, por perseguidos políticos, destacando-se Flora Abreu, Cecília Coimbra, Alcir Costa Fernandes, Ieda Salles, Lola e João Morais, cuja principal bandeira continua sendo a de lutar pelos direitos humanos.

Guanabara — antigo estado, constituído no território da cidade do Rio de Janeiro e criado quando da mudança da capital do país (Distrito Federal) para Brasília. Com a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975, durante o governo Geisel, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do atual estado do Rio de Janeiro em substituição a Niterói.

Guerra Fria — Embora tenha sido usada por outros analistas e comentaristas de política internacional, a expressão popularizou-se a partir de 1946, quando Winston Churchill, em violento discurso pronunciado em Fulton, Missouri, EUA, denunciou o “perigo vermelho” que ameaçava as democracias ocidentais. Desde então, tornou-se conceito de uso comum, para expressar o estado de guerra não declarada entre o bloco ocidental e a URSS que prevaleceu entre 1947 e a desagregação do bloco soviético (1989-1991), baseada no “equilíbrio pelo terror”.

IBAD — Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Estruturado pelo general Golbery do Couto e Silva, foi fundado em 1959 e editava a revista mensal *Ação Democrática*, onde combatia principalmente o jornal nacionalista *Última Hora* e dava apoio a políticos e setores conservadores.

IPES — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, encerrou suas atividades em março de 1972.

Ligas Camponesas — movimento político surgido em 1954, em Vitória de Santo Antão (PE), com 140 famílias lideradas pelo lavrador José Ortêncio, ex-membro do PCB, e com o apoio de Francisco Julião, então deputado estadual pelo PSB. Com o golpe de 1964, as Ligas Camponesas foram extintas com brutal repressão.

LSN — Lei de Segurança Nacional, instrumento da ditadura militar, cuja versão de setembro de 1969 instituiu a pena de morte e a prisão perpétua para certos crimes políticos (Decreto-Lei 898, de 27/9/1969).

MAR — Movimento de Ação Revolucionária, estruturado em 1969 por remanescentes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).

Mariga — nome afetivo do líder revolucionário Carlos Marighella (1911-1969), assassinado pela repressão em 04 de novembro de 1969, em São Paulo.

MG3 — Marx, Mao, Marighella e Guevara. Organização política criada por Edmur Pérciles de Camargo em 1969, em Porto Alegre, também resultante de uma fusão na ALN.

MNR — Movimento Nacionalista Revolucionário, criado em 1964 por ex-militares e intelectuais ligados ao ex-governador Leonel Brizola, dentre eles o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e o ex-presidente do PSB, Bayard Boiteux. Conduziu a Guerrilha de Caparaó e procurou estabelecer focos guerrilheiros em outros locais. Suas ações eram muito dependentes da orientação de exilados e, por isso, quando estes desistiram da luta armada, a organização perdeu força. Muitos de seus integrantes acabaram por unir-se à VPR, para formar a VAR-PALMARES (V).

MOLIPO — Movimento de Libertação Popular. Surgiu em 1971 de uma dissidência da ALN.

MR-8 — Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Data do assassinato de Ernesto Che Guevara, na Bolívia.

MR-26 — O Movimento Revolucionário 26 de Março — data do lançamento da coluna guerrilheira encabeçada pelo coronel do Exército Jefferson Cardim Osório no Rio Grande do Sul, em 1965 — foi criado em 1966 e, junto com a POLOP, teve forte participação na *Guerrilha do Caparaó*.

MRT — Movimento Revolucionário Tiradentes, organização criada em 1969 por ex-militantes da AP.

OAB — Ordem dos Advogados do Brasil.

OBAN — Operação Bandeirantes, central de coordenação dos órgãos repressivos em São Paulo. Criada em 1969, aglutinou militares e policiais civis, com o apoio financeiro de empresários paulistas e estrangeiros. A Volkswagen, a Ford e a Cia. Ultragaz forneciam gratuitamente recursos financeiros e veículos para a OBAN.

OLAS — Organização Latino-Americana de Solidariedade, fundada em Cuba, em 1967, com o propósito de incentivar as lutas pela libertação dos países latino-americanos.

Operação Bandeirantes — União dos empresários que ajudavam em dinheiro e infraestrutura ao aparelho policial-militar no combate ao que era considerado “subversão”.

Operação Condor — Ação conjunta das ditaduras brasileira, argentina, uruguaia, paraguaia, boliviana e chilena na caça a opositores dos seus respectivos regimes. O general chileno Manuel Contreras, juntamente com o ditador Augusto Pinochet, foi um dos propulsores desse esquema repressivo que matou inúmeras pessoas, tendo sido condenado por 180 anos.

PCB — Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, e que, a partir de 1961, mudou sua denominação para Partido Comunista Brasileiro.

PCBR — Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, criado em abril de 1968, no Rio de Janeiro, a partir de uma dissidência do PCB, tendo como principais dirigentes Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho.

PCdoB – Partido Comunista do Brasil, fundado em 18 de fevereiro de 1962, resultante de uma cisão no PCB, tendo à frente Ângelo Arroyo, Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabóis, Orlando Pioto e Pedro Pomar, quando o governo (Khrushchov) da então URSS denunciou o “culto à personalidade” de Stalin em 1956. Dez anos depois, em seu VI Congresso, o PCdoB aderiu oficialmente à linha maoísta da Guerra Popular Prolongada, priorizando o campo, quando deslocou seus principais quadros para a Guerrilha do Araguaia (1969 a 1974).

PCR — o Partido Comunista Revolucionário surgiu em maio de 1966 de uma dissidência do PCdoB (V.) em Pernambuco. Sua principal tarefa seria desencadear a luta armada através de um exército popular, elegendo como área fundamental de estruturação o Nordeste Brasileiro.

POC — Partido Operário Comunista. Surgiu em 1968 da dissidência da POLOP e do PCB no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

POLOP — Política Operária, Organização Revolucionária Marxista. Nasceu, no início de 1961, da fusão da “Mocidade Trabalhista de Minas Gerais”, do movimento trotskista e de uma dissidência do PCB. Sua opção pela luta armada vai resultar na Guerrilha do Caparaó. Tendo Erick Sacks como seu principal quadro teórico, praticamente extinguiu-se em 1967 com a cisão que deu origem ao COLINA em Minas e com a adesão da Regional de São Paulo à VPR.

PORT — Partido Operário Revolucionário Trotskista. Surgiu no ano de 1953 sob a influência do argentino Homero Cristali em ferrenha oposição ao PCB, então adepto da linha stalinista. A forte repressão que sofreu de 1970 a 1972 levou-o à extinção.

Ponto — lugar de encontro, em local público, com data e horário previamente combinados por militantes políticos.

Ponto aberto — encontro combinado que algum militante, ao ser interrogado, teria informado à repressão.

Ponto de segurança — encontro combinado, para o caso de alguém perder o contato.

Ponto frio — ponto falso, que o militante passava aos interrogadores para ganhar tempo e confundir a repressão.

PRT — Partido Revolucionário dos Trabalhadores. Criado em 1968, a partir de uma dissidência da AP. Tinha como principais militantes o padre Alípio Cristiano de Freitas e o camponês goiano José Porfírio de Souza. Foi desestruturado em 1971 pela repressão.

PSB — Partido Socialista Brasileiro. Criado em 1947, sob a liderança de *João Mangabeira e Hermes Lima*, buscava conquistar o poder pelas eleições para implantar o socialismo. Foi extinto por força do *Ato Institucional nº 2* de 1965.

PSD — Partido Social Democrático, fundado em 1945 pelos interventores nomeados durante o Estado Novo, e que congregava também os prefeitos nomeados pelos interventores e outras forças que apoiavam o governo federal, como grandes proprietários rurais, funcionários públicos, industriais e membros das administrações estadual e municipal.

PTB — Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas, em 1945, como

forma de congregar as novas classes sociais urbanas — especialmente os trabalhadores.

Quedas — prisões de militantes e até de seus parentes e amigos.

Rachas — o mesmo que rupturas de militantes com a organização política.

STM — Superior Tribunal Militar, órgão de instância imediatamente superior às Auditorias Militares.

SNI — Serviço Nacional de Informações, órgão de informação e contrainformação criado em 13 de junho de 1964 pelo presidente Castelo Branco. Até então, as atividades da área eram exercidas pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e pelo Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI). Este último absorvido pelo SNI, do qual era agência regional do Rio de Janeiro. Ao ser designado primeiro chefe do SNI, o general Golbery do Couto e Silva levou para a nova instituição os arquivos que organizara na diretoria do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). A partir de então, a contratação de todo e qualquer funcionário da administração federal (e mesmo estadual) era submetida ao crivo do SNI, que examinava o candidato ao cargo sob os ângulos da “posição ideológica, da atividade subversiva, da atitude com relação à Revolução de 31 de março de 1964 e da eficiência funcional ou profissional”.¹ O SNI integrava o enorme aparato da chamada “comunidade de informações”, que incluía, também, os Centros de Informações dos ministérios militares (Cenimar, Ciex e Cisa), o Departamento de Polícia Federal e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) estaduais.

Soro da verdade (ou pentotal sódico) — é um sal de sódio do pentotal, um barbitúrico. (Os barbitúricos produzem um efeito progressivo. Primeiro sedativo; em seguida, de anestesia geral; e, finalmente, de depressão gradativa dos centros bulbares, podendo, em doses excessivas, levar até mesmo à morte). Geralmente sua aplicação é feita com o torturado preso a uma cama ou maca, sendo-lhe a droga injetada por via endovenosa, gota a gota — *Documentos dos Presos Políticos Brasileiros*, Edições Maria da Fonte (Lisboa, Portugal), p. 169.

Telefone — tapas simultâneos dados nos ouvidos com as mãos espalmadas, que muitas vezes provocavam o rompimento do tímpano e conseqüente surdez do torturado político.

TL — Tendência Leninista. Fundada em 1971 por dissidentes da ALN.

UDN — União Democrática Nacional, criada em 1945 não tanto como partido político, mas como uma frente antigetulista (daí denominar-se “união”, e não “partido”).

UEG — Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ.

UFRJ — Universidade Federal do Rio de Janeiro, na época chamada de Universidade do Brasil, cuja Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) era conhecida pela intensa mobilização política.

UNE — União Nacional dos Estudantes, órgão máximo representativo dos estudantes brasileiros conforme Decreto-Lei nº 4.080, de 11 de fevereiro de 1942. Tendo sua legitimidade reconhecida até pela ditadura estadonovista, foi impiedosamente perseguida, até quase a extinção, pela ditadura de 1964.

A UNE empreendeu importantes e gloriosas campanhas, desde sua criação, a começar pela campanha contra o nazi-fascismo, pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e em apoio à Força Expedicionária Brasileira (FEB). A partir do fim do conflito, passou a liderar campanhas contra a carestia, em favor do monopólio estatal do petróleo (em que teve participação fundamental), pela reforma universitária e em defesa do ensino

público e gratuito.

Em 1962, a UNE paralisou as atividades universitárias em todo o país, ao deflagrar a Greve de 1/3, exigindo a participação estudantil nos colégios universitários. O auge de sua atuação deu-se no início dos anos 60, ao promover intensa mobilização em favor das reformas de base por intermédio, principalmente, da UNE-Volante. Em 1º de abril de 1964, teve sua sede invadida e incendiada por elementos favoráveis ao golpe.

USAID — *United Aid and Development Agency*, ajuda econômico-financeira proporcionada pelos EUA aos países subdesenvolvidos, como forma de divulgar as excelências do *american way of life* e mantê-los afastados da órbita de influência soviética.

Vacilar — fraquejar na linha política.

VAR — Vanguarda Armada Revolucionária, movimento guerrilheiro atuante entre os anos de 1968 e 1970 (V. também VAR-PALMARES e VPR).

VAR-PALMARES — Vanguarda Armada Revolucionária-PALMARES, organização surgida em 1969, resultante da fusão da VPR (V.) e do COLINA (V.), de Minas Gerais. Tendo a maioria de seus militantes se desligado da organização para recriar a VPR, ficou impossibilitada de desenvolver ações armadas e desapareceu em 1970.

Vietcongues — guerrilheiros do Vietnã do Sul que lutavam pela libertação nacional com o apoio do Vietnã do Norte e da União Soviética.

VPR — Vanguarda Popular Revolucionária. Criada em 1968, por militantes que vieram da Política Operária (POLOP) e do MNR.

¹*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*, 1984, Israel Belloch e Alzira A. Abreu, RJ, Forense Universitária/FGV-CPDOC.

Referências Bibliográficas

- AQUINO, Rubim Santos Leão de; LOPES, Denise de Azevedo Franco; e CAMPOS, Oscar Lopes. *História das sociedades – das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2003.
- _____. et al. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. et al. *Sociedade brasileira: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ARAÚJO, José Pessoa de. *Lamarca, Herzog e outros heróis*. São Paulo: Scor Editora Tecci, 1968.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni — uma aventura cidadã*. Belo Horizonte: Afato, 2003.
- BERQUÓ, Alberto. *O sequestro dia-a-dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Fidel e a religião*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha do Caparaó*. Rio de Janeiro: Maia Barbosa, 1998.
- CABRAL, Reinaldo & LAPA, Ronaldo. *Desaparecidos políticos, “prisão, sequestros e assassinatos”*. Rio de Janeiro: Edição Opção, 1979.
- CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia — a esquerda em armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.
- CAPITANI, Avelino Biden. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Theófilo Ottoni, ministro do povo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Guardiães da ordem*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília, 2007.
- Comitê Pró-Anistia Geral dos Presos Políticos no Brasil. *Dos presos políticos brasileiros*. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1979.
- CONTI, Mario Sergio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DINIZ, Evaldo. *A trajetória de um brabo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- _____. *O golpe que matou Allende — A tragédia chilena*. Rio de Janeiro: Ato Editorial & Comunicação, 1986.
- _____. *A história do vice-presidente, o que tomou vergonha*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1988.
- _____. *A balada do desesperado*. Rio de Janeiro: Pallas, 1994.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado — ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE, Antônio. *A luta dos marinheiros*. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

- DUTRA, Elói. *IBAD, Sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. *O baú do guerrilheiro — Memórias da luta armada urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FERREIRA, Lais Ottoni Barbosa. *Os Ottoni, descendentes e colaterais*. Rio de Janeiro: Magnum, 1988.
- FINAMOUR, Jurema. *A mulher que virou bode...* Rio de Janeiro: Edições Alternativas, 1994.
- FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GIANNOTTI, Vito. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.
- HITCHENS, Christopher. *O julgamento de Henry Kissinger*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- JARA, Joan. *Canção inacabada — a vida e a obra de Victor Jara*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- MARIGHELLA, Carlos. *Poemas: Rondó da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MIRANDA, Nilmário & TIBÚRCIO, Carlos. *dos filhos deste solo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. *Perfil dos atingidos*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MORAES, Denis de & VIANA, Francisco. *Prestes, lutas e autocrítica*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro — Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RODRIGUES, Flávio Luiz. *Vozes do mar*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SATTAMINI, Lina Penna. *Esquecer, nunca mais...* Rio de Janeiro: OR — Produtor Editorial Independente, 2000.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários, memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global Editora, 1984.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- TOLSTOI, L. N. *Guerra e paz*. Rio de Janeiro: Beta, 1974.
- VENTURA, Zuenir. *1968 — O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VERDUGO, Patrícia. *A caravana da morte*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- VIEGAS, Pedro. *Trajетória rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004.
- VILLA, Marco Antônio. *Jango, um perfil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.



*O autor e a família, Ivone e os filhos Túlio (no colo),
Ruth, Geraldo e Sarah.*